



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

Faculdade de Ciências e Tecnologia

CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

Programa de Pós-Graduação em Geografia

---

**CELBO ANTONIO DA FONSECA ROSAS**

**A CAFEICULTURA NO CONTEXTO DA AGROPECUÁRIA  
NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

**Presidente Prudente - SP  
2002**

**CELBO ANTONIO DA FONSECA ROSAS**

**A CAFEICULTURA NO CONTEXTO DA AGROPECUÁRIA  
NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

**Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em  
Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”, para obtenção do título de  
Mestre em Geografia, Área de Concentração:  
Desenvolvimento Regional e Planejamento  
Ambiental**

**Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol**

R714c

Rosas, Celbo Antonio da Fonseca.

A cafeicultura no contexto da agropecuária no extremo noroeste paulista / Celbo Antonio da Fonseca Rosas. - Presidente Prudente : [s.n.], 2002

220 f. : il.

Dissertação (mestrado).- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol

1. Geografia. 2. Cafeicultura. 3. Produção agropecuária. 4. Construção do espaço. 5. Dinâmica rural. 6. Movimentos sociais. 7. Pequenos estabelecimentos rurais. I. Rosas, Celbo Antonio da Fonseca. II. Título.

CDD (18.ed.)910.135

**CELBO ANTONIO DA FONSECA ROSAS**

**A CAFEICULTURA NO CONTEXTO DA AGROPECUÁRIA NO  
EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

**Dissertação para obtenção do título de Mestre em Geografia**

**Banca Examinadora:**

---

**Orientador**

---

**2º Examinador**

---

**3º Examinador**

**Presidente Prudente, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2002.**

Dedico ao meu avô, Antonio Marques da Silva (*in memoriam*), um trabalhador rural que buscou no Extremo Noroeste Paulista, melhores condições de vida para a família, e aos meus pais, Celso e Mercedes, que sempre acreditaram em mim, e dão forças para nunca parar de sonhar por meus ideais.

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível, devido a colaboração de muitas pessoas e instituições. Manifesto minha imensa gratidão a todas elas, mas já que é impossível nos lembrar de todas, mencionamos algumas, de forma particular:

ao CNPq, por oferecer bolsas desde o período da iniciação científica, até o mestrado, sem a qual seria improvável a realização deste trabalho;

aos funcionários da biblioteca da FCT/UNESP de Presidente Prudente, por me suportar tanto tempo dentro do acervo, e compreender sobre alguns atrasos na entrega das obras, minha gratidão;

aos produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista, que me receberam tão bem em suas casas, tomando sempre aquele cafezinho da tarde e suco de maracujá, e pela incansável luta em permanecer no campo e melhorar suas condições de vida;

aos professores de graduação e do pós-graduação da FCT/UNESP, que contribuíram para minha formação, dentre eles: Thomaz Jr., Jayro Melo, os Spositos Eliseu e Carminha (Encarnação), Rosângela Hespanhol, Everaldo Melazzo, Bernardo Mançano, Elpídio Serra, Dalton Moro, Armando, João Lima, Barone, Cezar Leal, Raul, Margarete, Cláudio Benito, nossos professores, pelos ensinamentos proporcionados nesse caminhar de sempre;

ao meu orientador, Nivaldo, que esteve me acompanhando desde o segundo ano de graduação (1996), criticando, incentivando, me orientando em todos os momentos do trabalho e de minha vida, o qual considero um verdadeiro “pai” nesta caminhada e, acima de tudo, pela amizade construída, oferecendo totais condições para que pudesse desenvolver a pesquisa;

aos funcionários do IBGE de Santa Fé do Sul, e das Casas da Agricultura de todos os municípios da região, e principalmente, aos de Santa Fé do Sul, em nome do Fernando e do Wagner, minha sincera gratidão pelas contribuições, apoio e amizade;

aos companheiros do GEDRA, pelas discussões e leituras, e a todos os amigos e companheiros de graduação e pós-graduação, que me desculpem se esqueci alguém: Timóteo (careca de Guarulhos), Oscar (bamos chileno), Shirley (para onde vai o ônibus?), Fernanda Ikuta e Jorge Montenegro, Flávia Ikuta e Marcelino (c..r%\$\*@¿, o careca assumido), Marcelo (Carvalho) e Teresinha (a turista), Alexandre (companheiro de futebol e discussões) e Cristiane (e a baby), Marlon (o músico de floripa), William (o arquiteto de Londrina), Márcio (floripa), Zé (Alves, de Londrina), Didi (o único e inconfundível), Márcia (Galça da Silva), Silvia (cabelo), João Osvaldo (Japão), Luciana (Tessari), Gizele (Bermudes), Rose (Rosinha), Alécio (vamos para Araraquara), Sedeval (Nardoque), Robson (fedor), Rodrigo (lanchonete), Leandro (Vôlei), Fabrício (frango), Adriana (Adriano), Marli (Lenardon, aiaiaiai), Anderson (o Argemiro Holanda de João Pessoa, e o salvador da Pátria dos mapas), minha eterna amizade;

aos grandes amigos Márcio Magosso, João Geraldo, e ao sempre professor Natal Bísaro Neto, pelos incentivos, discussões, dicas, e pela força para que não desanimasse nunca, e também aos mais que amigos Júlio e Adriano, que além das discussões comendo maminha, me deram abrigo, amizade e companheirismo em todos os momentos dessa caminhada que está apenas começando, meus humildes agradecimentos;

aos meus pais, Celso e Mercedes, que sempre cobravam o melhor de mim, me oferecendo totais condições de realização da pesquisa, e que foram a campo comigo para a consumação das entrevistas, além das leituras preliminares do trabalho, querendo sempre ver o *paper*, meu eterno amor e carinho, pois sem vocês, não teria conseguido nada; e a minha tia e madrinha Maria do Carmo, pela admiração e incentivo proporcionados durante todos os momentos de minha vida; e ao meu tio e padrinho Toninho e ao meu afilhado Leonardo, minha eterna admiração e carinho;

a Carine, que apesar do pouco tempo juntos, fez o possível e o impossível para ajudar no trabalho, me acompanhando também nas pesquisas de campo, e imprimindo alguns ensaios, fazendo crescer nosso amor, e viu que ficar sentado no computador durante o dia, tarde e noite, além de alguns finais de semana, tinham um propósito muito grande, sempre demonstrando confiança, respeito e compreensão, dando fundamental base para que conseguisse pesquisar e escrever este trabalho;

as pessoas, enfim, cujos nomes não se encontram nesta breve menção, mas que foram imprescindíveis para a realização deste trabalho e para minha formação intelectual, a profunda gratidão.

*Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo. [pois] A questão de saber se cabe ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas prática. É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade de um pensamento que se isola da práxis – é uma questão puramente escolástica.*

(Karl Marx e Friedrich Engels – A Ideologia Alemã)

## RESUMO

A construção do espaço no Extremo Noroeste Paulista foi consubstanciado desde início do século XIX, perante ação de diversos atores sociais, dentre eles vários pequenos posseiros, ocupante, grileiros, companhia colonizadora e, principalmente, os pequenos produtores rurais. A ação destes últimos foram fundamentais para a consolidação da frente pioneira, e para a reorganização estrutural produtiva agrícola, baseado na produção do café. Dessa forma, procurou-se analisar a trajetória da cafeicultura nessa região desde a década de 1940 até o final da década de 1990. No caminho percorrido, foi necessário analisar a origem dos produtores rurais de café da região, e quais as técnicas por eles utilizadas; analisar e compreender quais os fatores que levaram à diminuição da lavoura cafeeira depois de meados da década de 1980; como os produtores de café se estruturaram depois da crise no setor e; compreender a importância da atividade para a região e para o Estado.

**Palavras-chave:** Cafeicultura; Produção Agropecuária; Pequenos Estabelecimentos Rurais; Construção do Espaço; Dinâmica Rural; Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

The construction of space in the Paulista Northwest Far was co-nourish since beginning of the nineteenth century, in front of action of several social factors, among them, many little leaseholders, occupiers, people whose take possession of other lands, setter companies and, mainly, the small rural producers. The actions of these last ones were fundamental to the pioneer forehead consolidation, and also to the productive structural reorganization agricultural, based in the coffee growing in this region since 40's up to the end 90's. In the traveled way, it was also necessary to analyze the origin of the coffee rural producers in the region, and what was the technique that were used by them; to analyze and understand what was the factors that led to the decrease of coffee plantation after the middle 80's; how the coffee producers structured themselves after section crisis and; to understand the importance of activity for the region and also for the whole State.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                          | Pg.            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| SUMÁRIO.....                                                                                                                             | 10             |
| LISTA DE FIGURAS.....                                                                                                                    | 12             |
| LISTA DE TABELAS.....                                                                                                                    | 13             |
| LISTA DE GRÁFICOS.....                                                                                                                   | 14             |
| LISTA DE SIGLAS.....                                                                                                                     | 15             |
| INTRODUÇÃO.....                                                                                                                          | 16             |
| <br><b>I – O PROCESSO DE INSERÇÃO DA CAFEICULTURA NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA.....</b>                                                  | <br><b>21</b>  |
| 1. Diferentes Facetas da Globalização.....                                                                                               | 22             |
| 1.1. Algumas recentes Tendências Internacionais do Mercado do Café.....                                                                  | 30             |
| 1.2. O Brasil no acordo internacional do café (AIC).....                                                                                 | 33             |
| 1.3. A Indústria Brasileira de Café.....                                                                                                 | 37             |
| 1.4. A Atividade Cafeeira no Extremo Noroeste Paulista.....                                                                              | 42             |
| <br><b>II – PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA.....</b>                                              | <br><b>48</b>  |
| 2. A Construção do Espaço Geográfico Consubstanciado no Avanço da Frente de Expansão nas Interfaces do Modo de Produção Capitalista..... | 49             |
| 2.1. Primeiro momento de inserção da frente de expansão: a chegada dos posseiros e do ocupante em território indígena.....               | 54             |
| 2.1.1. A inserção e consolidação da frente de expansão: o papel dos posseiros.....                                                       | 57             |
| 2.1.2. O processo de grilagem de terras: posse e venda institucionalizada de terras ilegais.....                                         | 63             |
| 2.1.3. Segunda fase da frente de expansão no Extremo Noroeste Paulista.....                                                              | 65             |
| 2.1.4. A atuação (des)ordenada da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC).....                                              | 67             |
| 2.2. O avanço e a consolidação da frente pioneira.....                                                                                   | 73             |
| 2.3. Primeiras atividades comerciais: a policultura e a pecuária.....                                                                    | 90             |
| 2.3.1. O processo de subordinação dos arrendatários.....                                                                                 | 92             |
| 2.3.2. Um desfecho aos arrendatários.....                                                                                                | 98             |
| <br><b>III – O PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA.....</b>                                            | <br><b>108</b> |
| 3. Características e Formação sócio-econômica dos Produtores Rurais do Extremo Noroeste Paulista.....                                    | 109            |
| 3.1. A condição do produtor agropecuário no Extremo Noroeste Paulista.....                                                               | 110            |
| 3.1.1. Divisão dos estabelecimentos agropecuários por área no Extremo Noroeste Paulista.....                                             | 118            |
| 3.1.2. Utilização das terras no Extremo Noroeste Paulista.....                                                                           | 126            |
| 3.1.3. Produção pecuária no Extremo Noroeste Paulista.....                                                                               | 131            |
| 3.1.4. Principais produtos da lavoura temporária no Extremo Noroeste Paulista.....                                                       | 133            |
| 3.2. Principais Produtos da Lavoura Permanente.....                                                                                      | 139            |
| 3.2.1. Produção de laranja.....                                                                                                          | 139            |

|                                                                                                                       |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.2.2. A produção de café.....                                                                                        | 141        |
| 3.3. O uso de tratores e adubos pelos produtores rurais no Extremo Noroeste Paulista: uma modernização agrícola?..... | 149        |
| <b>IV – A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO RURAL PELOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA.....</b>           | <b>158</b> |
| 4. Estrutura dos produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista.....                                                  | 159        |
| 4.1. As matas, florestas e a atividade pecuária.....                                                                  | 166        |
| 4.1.2. Aspectos gerais da produção das lavouras temporária e permanente.....                                          | 172        |
| 4.2. A Produção de Café no Extremo Noroeste Paulista e atividades com maior renda ao produtor rural.....              | 177        |
| 4.3. Utilização da força de trabalho nos estabelecimentos rurais.....                                                 | 187        |
| 4.4. Meios de Produção e Utilização de Insumos: a lenta modernização agrícola.....                                    | 189        |
| 4.5. Assistência técnica e utilização de crédito agrícola.....                                                        | 193        |
| 4.6. Renda líquida e destino da renda dos produtores agropecuários.....                                               | 196        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                      | <b>202</b> |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>                                                                                | <b>208</b> |

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                             | <b>Pg.</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| Diagrama I – Circulação e Cadeia Agroindustrial do café no Brasil.....      | 32         |
| FIGURA 1 – Localização dos municípios do Extremo Noroeste Paulista.....     | 20         |
| FIGURA 2 - Direção da ocupação do Extremo Noroeste Paulista.....            | 56         |
| FIGURA 3 – Limites de glebas e fazendas da Alta Araraquarense.....          | 66         |
| FIGURA 4 - Divisão dos lotes do município de Santa Fé do Sul pela CAIC..... | 70         |
| FIGURA 5 - Fazendas que ocorreram os conflitos dos arrendatários.....       | 97         |
| FIGURA 6 – Produção de uva no Extremo Noroeste Paulista.....                | 176        |
| FIGURA 7 – Café velho.....                                                  | 179        |
| FIGURA 8 – Café novo.....                                                   | 180        |
| FIGURA 9 – Café novo de boa qualidade.....                                  | 181        |
| FIGURA 10 – Café irrigado com produção.....                                 | 182        |
| FIGURA 11 – Pés novos de café.....                                          | 185        |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                  | <b>Pg.</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Tabela 1 - Evolução da área total dos municípios do Extremo Noroeste Paulista (Km <sup>2</sup> ) | 106        |
| Tabela 2 – Condição do Produtor do Extremo Noroeste Paulista (Estabelecimentos).....             | 113        |
| Tabela 3 – Condição do Produtor no Extremo Noroeste Paulista (Área - ha).....                    | 116        |
| Tabela 4 – Estrutura Fundiária no Extremo Noroeste Paulista (Estabelecimentos).....              | 120        |
| Tabela 5 – Estrutura Fundiária no Extremo Noroeste Paulista (Área – ha).....                     | 121        |
| Tabela 6 – Utilização das Terras no Extremo Noroeste Paulista (Estabelecimentos).....            | 128        |
| Tabela 7 – Utilização das Terras no Extremo Noroeste Paulista (Área – ha).....                   | 129        |
| Tabela 8 - Área Plantada com Café e Quantidade Produzida no Extremo Noroeste Paulista.....       | 146        |
| Tabela 9 – Área plantada com café e quantidade produzida no Extremo Noroeste Paulista.....       | 149        |
| Tabela 10 - Área Plantada e Quantidade Produzida de Café.....                                    | 186        |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                               | <b>Pg.</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| GRÁFICO 1 – Extração de Madeiras no Extremo Noroeste Paulista. 1960 – 1970.....                                                               | 84         |
| GRÁFICO 2 – Total de UPA (Unidade Produtiva Agrícola), UPA com produção de café e quantidade de pés de café no Extremo Noroeste Paulista..... | 147        |
| GRÁFICO 3 – Dimensão dos Estabelecimentos rurais dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista (ENP).....                                    | 160        |
| GRÁFICO 4 – Tempo que os entrevistados possuem o estabelecimento rural no Extremo Noroeste Paulista.....                                      | 162        |
| GRÁFICO 5 – Idade dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista.....                                                                         | 163        |
| GRÁFICO 6 – Nível de escolaridade dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista..                                                            | 164        |
| GRÁFICO 7 – Local de origem dos entrevistados do Extremo Noroeste Paulista.....                                                               | 166        |
| GRÁFICO 8 – Área coberta por matas e florestas nos estabelecimentos dos entrevistados do Extremo Noroeste Paulista.....                       | 168        |
| GRÁFICO 9 – Área destinada às pastagens dos entrevistados do ENP.....                                                                         | 169        |
| GRÁFICO 10 – Atividade criatória bovina de corte dos entrevistados do ENP.....                                                                | 170        |
| GRÁFICO 11 – Atividade criatória bovina leiteira dos entrevistados do ENP.....                                                                | 171        |
| GRÁFICO 12 – Área (ha) de produção de lavouras temporárias dos entrevistados do Extremo Noroeste Paulista.....                                | 172        |
| GRÁFICO 13 – Área (ha) de produção da lavoura permanente dos entrevistados do Extremo Noroeste Paulista.....                                  | 174        |
| GRÁFICO 14 – Principais produtos agrícolas dos entrevistados do Extremo Noroeste Paulista ( com exceção do café).....                         | 175        |
| GRÁFICO 15 – Idade dos cafezais dos entrevistados nos estabelecimentos do ENP.....                                                            | 178        |
| GRÁFICO 16 – Área (ha) ocupada pelos estabelecimentos dos entrevistados com produção de café no Extremo Noroeste Paulista.....                | 183        |
| GRÁFICO 17 – Atividades agropecuárias que proporcionam maior rentabilidade ao produtor rural entrevistado no Extremo Noroeste Paulista.....   | 184        |
| GRÁFICO 18 – Utilização de força de trabalho familiar e assalariada nos estabelecimentos rurais dos entrevistados no ENP.....                 | 187        |
| GRÁFICO 19 – Quantidade dos meios de produção dos entrevistados no ENP.....                                                                   | 191        |
| GRÁFICO 20 – Estabelecimentos entrevistados com utilização de insumos no ENP.                                                                 | 192        |
| GRÁFICO 21 – Financiamento de custeio e de máquinas e implementos dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista.....                         | 194        |
| GRÁFICO 22 – Utilização de assistências e participação em grupos no ENP.....                                                                  | 195        |
| GRÁFICO 23 – Renda Líquida anual dos produtores rurais entrevistados no ENP.....                                                              | 198        |
| GRÁFICO 24 – Destino da renda dos entrevistados no ENP.....                                                                                   | 200        |

### **LISTA DE SIGLAS**

ABIC – Associação Brasileira da Indústria do Café  
AIC – Acordo Internacional do Café PAM – Produção Agrícola Municipal  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
APPC – Associação dos Países Produtores de Café  
CAI – Complexo Agroindustrial  
CAIC – Companhia Agrícola de Imigração e Colonização  
CGICB – Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil  
DENAC – Departamento Nacional do Café  
DNC – Departamento Nacional do Café  
EFA – Estrada de Ferro Araraquarense  
GERCA – Grupo de Racionalização da Cafeicultura  
IBC – Instituto Brasileiro do Café  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LUPA – Levantamento Censitário de Unidades Produtivas Agrícolas  
MRG – Micro Região Geográfica  
OIC – Organização Internacional do Café  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
UPA – Unidade Produtiva Agrícola

## INTRODUÇÃO

A compreensão e a análise dos diversos processos que vinculam de maneira incessante no dorso do capitalismo mundial, e especificamente no Brasil<sup>1</sup>, movimentando-se no espaço geográfico, configurando-o conforme as características e procedimentos que envolveram uma região, delimitando-a em distintos patamares analíticos, como o econômico, social, cultural, ideológico, transformando e (re)produzindo o espaço de cada tempo, se faz necessária para a realização de uma interlocução com a realidade, principalmente em âmbito local, tecendo considerações do todo na parte.

Dessa maneira, baseando-se no estudo Geográfico do espaço, objetivou-se identificar na região denominada de Extremo Noroeste Paulista, a compreensão e a análise do processo de ocupação e da produção do espaço, principalmente o rural.

Esta análise consubstanciou-se na produção de café, que foi o propulsor econômico da região, enfatizando quais foram os mecanismos necessários para que tal avanço se desencadeasse, baseando-se também nas diferentes produções agropecuárias.

Para que se procedesse a realização dessa análise, investigou-se, com respaldo na atividade econômica que mais se destacou no cenário regional durante todo o processo de colonização, que foi o café, a análise em diferentes momentos, passando por períodos de auge e de decadência produtiva, causados por fatores internos e externos à região e até mesmo ao país.

A investigação foi realizada através de levantamentos bibliográficos sobre a região, além daqueles que tratam da Geografia agrária, nacional e mundial, além dos dados fornecidos pelo Censo Agrícola, pelos Censos Agropecuários e Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e com o levantamento de informações junto ao LUPA (Levantamento Censitário de Unidades Produtivas Agrícolas), referentes à produção de café em meados da década de 1990. Mas a principal ferramenta de análise foi a efetivação de 104 entrevistas realizadas no Extremo Noroeste Paulista junto aos produtores rurais de café, produto que impulsionou a economia regional.

O auge da produção cafeeira na região ocorreu em meados da década de 1980, período em que, no intervalo de dois ou três anos, devido a uma somatória de fatores,

---

<sup>1</sup> Nota-se que vários acontecimentos (políticos e econômicos) que ocorrem no Brasil, recebem influência de diversas ordens (políticas) direcionadas no/pelo contexto mundial. Esses pressupostos são prescritos no seio da sociedade brasileira, muitas vezes ideologicamente e alienadamente, conforme os interesses econômicos de grupos dominantes, que atuam em âmbito mundial.

ocorreu uma significativa redução das lavouras de café, havendo, em consequência, um grande êxodo rural.

Durante as análises dos capítulos, houve alguns contratempos e indefinições no trabalho, optando-se, portanto, por caminhos que deixaram de lado inúmeras informações e discussões extremamente relevantes sobre a temática. Uma das dificuldades encontradas, foi de ordem técnica, ou seja, os estabelecimentos rurais com produção de café ficavam muitas vezes distantes uns dos outros, e não os conhecendo, houve muitas barreiras em encontrá-los. Já as indefinições, surgiram quando se notou que existiam fatos não comprovados na história da formação da região, e que foram rejeitados, além da própria essência do trabalho, que traz o café como impulsionador econômico da história na construção do espaço geográfico, e o que aconteceu, na verdade, foi a consolidação dessa produção depois da fixação das famílias em seus estabelecimentos rurais.

Para que se compreenda como ocorreu tal percurso, foi necessária a divisão da dissertação em 4 capítulos, abrangendo os setores que contribuíram e/ou influenciaram a construção de tal espaço geográfico.

No Capítulo I, a breve análise sobre o processo de globalização, contribuiu para a compreensão das dinâmicas desenroladas no setor cafeeiro em nível mundial e nacional, que contribuiu para explicar as razões da derrocada da cafeicultura na região.

Para se analisar este processo econômico comandado pela cafeicultura, inserido em uma globalização excludente, contextualizando-a em âmbito local, nacional e internacional, é necessário que se compreenda como ocorreu este processo global, presentes sob diferentes aspectos e facetas, atingindo áreas estratégicas, dominando populações economicamente, ideologicamente e culturalmente.

No Capítulo II, procurou-se realizar a análise do processo de formação e constituição da região do Extremo Noroeste Paulista, compreendendo quais os elementos modificadores do espaço e de que forma cada um participou dessa empreitada.

A configuração territorial atual só pode ser compreendida se for analisada a somatória de tempos históricos sucessivos e processuais, ou seja, de caráter palimpsesto, que auxiliaram a formação da paisagem atual, que se caracteriza pelo acúmulo temporal. A formação do Extremo Noroeste Paulista teve diversas influências que modificaram o espaço e transformaram o lugar na forma como se encontra atualmente, sempre dinamiza(n)do a/pela sociedade.

No Capítulo III, far-se-á uma análise, a partir dos dados censitários e da Produção Agrícola Municipal do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do

LUPA, dos processos desencadeados na região, oferecendo condições para se compreender como se encontravam e se distribuíam os principais elementos da produção do espaço rural e suas determinantes, que tinham por base os agentes sociais que configuravam juntamente com o meio, o território e o espaço geográfico. Os dados de origem secundária, porém, possuem a função de demonstrarem apenas um indicativo da tendência produtiva da região. A expansão territorial é enfocada como um processo descontínuo, com subordinação à lógica do processo produtivo, baseado nas ações do capital, (re)produzindo seu espaço por meio das ações decorrentes de agentes que se encontram dentro e fora dessa porção do território.

A análise da região enfocada nesse capítulo será baseada no momento de consolidação da “frente pioneira”, no final da década de 1940, logo depois de sua inserção, em 1948. Esse movimento traz consigo um importante momento da expansão espacial do sistema capitalista no país, pois abre as fronteiras para que os diferentes lugares sejam incorporados ao mercado, como foi o caso da região em estudo a partir do final da década de 1940, com todas as diferencialidades existentes em tal movimento.

Compreender o processo de formação e configuração do espaço tendo um conjunto de fenômenos, faz com que se desempenhem algumas análises dessa formação, em determinados momentos conjunturais, buscando a interação dos objetos com fatores internos e externos, pois somente assim será possível chegar mais perto da realidade, buscando uma visão holística.

Depois de compreender o processo de ocupação, estruturação e configuração territorial da região, sempre com base na bibliografia disponível e em dados de fonte secundária, faz-se necessário a análise da atualidade, como ocorrerá no Capítulo IV, possuindo diversos fragmentos provindos de uma configuração territorial que teve vários aspectos conflitantes. Conflitos que estiveram presentes desde o início do processo de colonização da região, bem como no período de maior avanço do produto que desencadeou uma alavancagem na economia local (café), e que entrou em declínio posteriormente. Na atualidade, os elementos que compreendem a paisagem regional, são constituídos de poucos produtores rurais de café.

No Capítulo IV, é estabelecida a análise dos dados obtidos através da realização de um trabalho de campo efetivado nos estabelecimentos rurais do Extremo Noroeste Paulista. Tomou-se como referência os estabelecimentos<sup>2</sup> com produção de café

---

<sup>2</sup> Uma propriedade rural pode possuir mais de um estabelecimento rural, dividindo-o. Utiliza-se, portanto, o estabelecimento rural denominado pelo IBGE, que compreende não somente os proprietários, mas os parceiros, arrendatários e ocupantes.

para se proceder a análise, pois esse foi o produto que mais impulsionou economicamente todos os produtores rurais da região, e encontra-se atualmente em estagnação em algumas partes da região, e totalmente erradicadas em outras.

Segundo dados do LUPA de 1996, e tomando os municípios como base para a divisão da quantidade de estabelecimentos a ser realizado as entrevistas, como se observa na Figura 1, obteve-se: em Rubinéia, um total de 29 estabelecimentos com produção de café, o que representava 16,8% do total de estabelecimentos do município; Santa Clara d'Oeste, 43, representando também 16,8%; Santana da Ponte Pensa, 113, equivalente a 33,8% do total; Santa Rita d'Oeste, 123, correspondendo a 27,5%; e Santa Fé do Sul, um total de 158 estabelecimentos rurais com a manutenção da cafeicultura, o que equivalia a 30,1%, apresentando um total regional de 466 estabelecimentos rurais com produção cafeeira, ou seja, 26,9% do total.

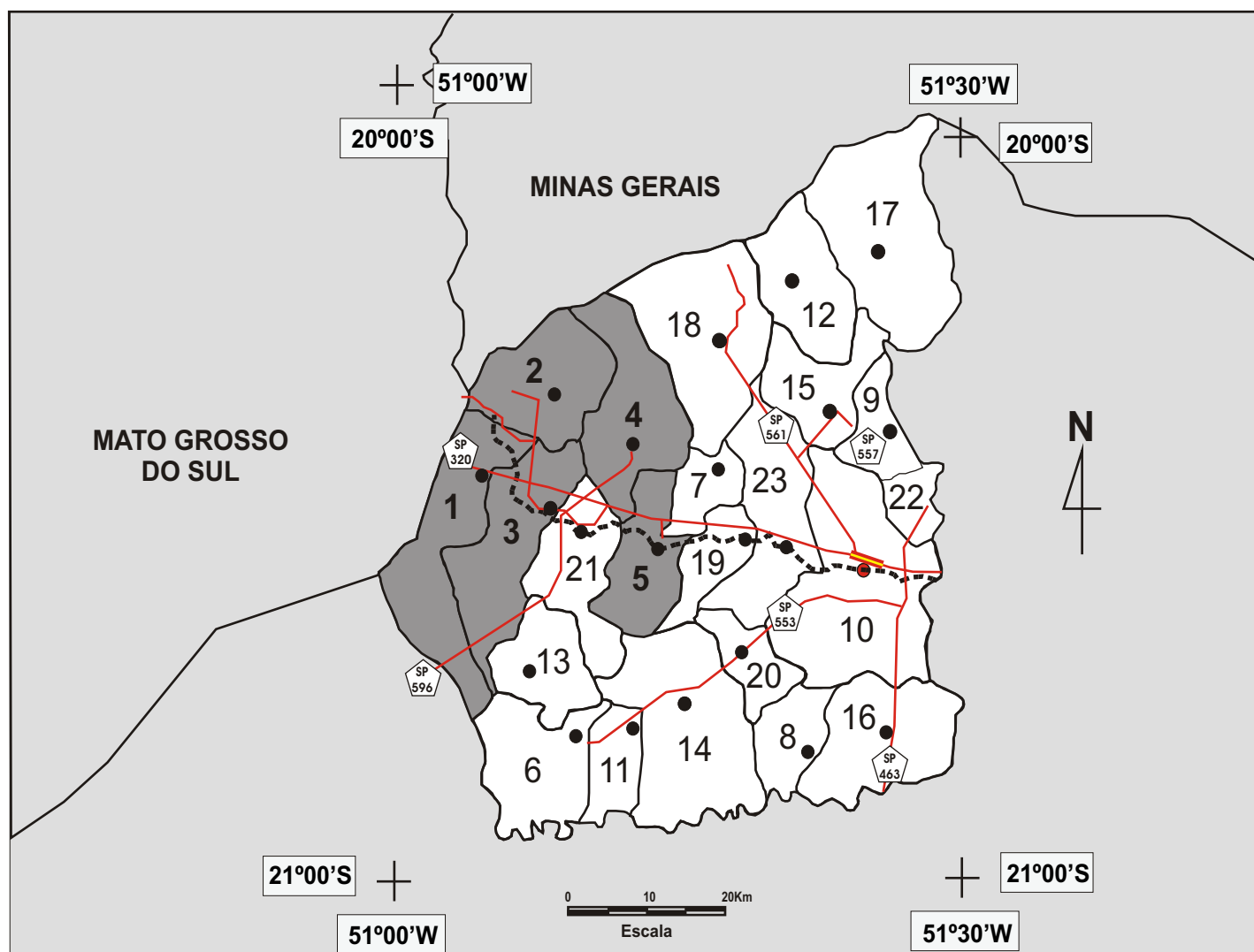
Optou-se por realizar entrevistas em todos os municípios do Extremo Noroeste Paulista, para que se incorporassem suas características como um conjunto. No município de Rubinéia, tomou-se como referência 34,4% dos 29 estabelecimentos com produção cafeeira, em Santa Clara d'Oeste, 23,2%, em Santana da Ponte Pensa, 20,3%, em Santa Rita d'Oeste, 20,3%, e em Santa Fé do Sul, 22,7%. A quantidade de produtores entrevistados correspondeu a 22,3% do total, realizadas de maneira aleatória<sup>3</sup>.

Os produtores que no período de auge da produção cafeeira, pouparam ou diversificaram a aplicação em outros bens (por exemplo, imóveis), atualmente, a cafeicultura não representa a principal fonte de renda, pois esta pode prover da especulação imobiliária ou financeira.

Dessa maneira, a compreensão dos fatores que configuraram a região se faz presente na análise atual, demonstrando a situação dos produtores de café no Extremo Noroeste Paulista, dimensionando a quantidade que permaneceu nessa atividade, mesmo depois da crise de meados da década de 1980.

---

<sup>3</sup> O total de entrevistas foi de 104, sendo que foram realizadas 10 no município de Rubinéia, 10 em Santa Clara d'Oeste, 23 em Santana da Ponte Pensa, 25 em Santa Rita d'Oeste e 36 em Santa Fé do Sul. A escolha dos estabelecimentos foi realizada de maneira aleatória, não sendo determinado endereço ou tamanho do estabelecimento para análise, mas somente se este possuía produção de café. Essa aleatoriedade se deu devido as dificuldades encontradas de acesso aos estabelecimentos, pois não existia uma contigüidade espacial de estabelecimentos com produção de café, dificultando o deslocamento entre eles. Para facilitar o deslocamento, perguntava-se para o produtor rural entrevistado, sobre o conhecimento de outro produtor de café nas proximidades de seu estabelecimento, para agilizar a realização das entrevistas.



Desenhista: Anderson Antonio da Silva

Fonte: IBGE/2002 Org. Celso A.F. Rosas

| Identificação dos Municípios |                         | Legenda                                              | Localização no Estado de São Paulo |
|------------------------------|-------------------------|------------------------------------------------------|------------------------------------|
| 1. Rubinéia                  | 13. Nova Canaã Paulista | ● SEDE DE COMARCA                                    |                                    |
| 2. Santa Clara d'Oeste       | 14. Palmeira d'Oeste    | ● Sede de Município                                  |                                    |
| 3. Santa Fé do Sul           | 15. Paranapuã           | — Limite Municipal                                   |                                    |
| 4. Santa Rita d'Oeste        | 16. Pontalinda          | ■ Municípios Pesquisados - Extremo Noroeste Paulista |                                    |
| 5. Santana da Ponte Preta    | 17. Populina            | — Autopista                                          |                                    |
| 6. Aparecida d'Oeste         | 18. Santa Albertina     | — Pista Simples                                      |                                    |
| 7. Aspásia                   | 19. Santa Salete        | --- Ferrovia                                         |                                    |
| 8. Dirce Reis                | 20. São Francisco       |                                                      |                                    |
| 9. Dolcinópolis              | 21. Três Fronteiras     |                                                      |                                    |
| 10. Jales                    | 22. Vitória Brasil      |                                                      |                                    |
| 11. Marinópolis              | 23. Urânia              |                                                      |                                    |
| 12. Mesópolis                |                         |                                                      |                                    |

**FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

**I****O PROCESSO DE INSERÇÃO DA CAFEICULTURA NO EXTREMO  
NOROESTE PAULISTA**

## **I – O PROCESSO DE INSERÇÃO DA CAFEICULTURA NO EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global. (BENKO, 1996, p. 86)

### **1. Diferentes facetas da globalização<sup>1</sup>**

Apesar de uma grande discussão sobre a denominação “globalização”, ocorre em âmbito global uma reformulação e adequação de todos os setores econômicos, principalmente a partir da década de 1990, além de uma reestruturação nas políticas mundiais, tanto as aplicadas internamente e, principalmente, externamente, sendo aquelas que regulam o movimento social no espaço, tanto no meio urbano quanto no rural. Não há dúvida, portanto, que houve uma grande mudança em diversos setores em todo o mundo, reestruturando não somente o meio produtivo, mas principalmente, o social, ampliando, via de regra, a desigualdade neste setor.

No contexto do colapso do socialismo e do fim da “guerra fria” (entre final da década de 1980 e início da década de 1990), observa-se uma aceleração do processo de desenvolvimento dos setores tecnológicos, como a (micro)informática, a robótica, os eletro-eletrônicos, a genética (da medicina e dos transgênicos), entre outros.

Juntamente com esse fato, ou impulsionado por ele, as grandes corporações avançaram por todas partes do mundo, tendo como base as políticas que regulam e fiscalizam os tratados internacionais (KURZ, 1999; IANNI, 1997). Todos esses fatos servem como base para identificar uma drástica mudança nas relações mundiais, caracterizando o processo denominado de globalização.

Existem diversas formas de se compreender como ocorre o processo de globalização em termos gerais, que se expressa territorialmente de maneira diferenciada nos lugares do mundo, conforme as características que formam uma região ou um país, principalmente a partir do último quartel do século XX, ampliado pelo avanço das técnicas e da ciência, e nos países “subdesenvolvidos”, após o projeto desenvolvimentista cepalino, como explicitam Santos (2000b) e Bielschowsky (2000).

---

<sup>1</sup> Não se realizará uma análise profunda sobre o processo de globalização, por não se constituir objetivo do trabalho, apenas servindo como base para o entendimento da contextualização sobre o café nos cenários local, nacional e mundial.

Já para Hobsbawn (1996), no auge do processo de desenvolvimento capitalista, o colapso do socialismo soviético foi uma ruptura que se desencadeou diferentemente em todas partes do mundo, em escalas diferenciadas, anunciando uma crise do sistema global. A partir desse momento, ocorre, pela primeira vez da história, uma economia mundial única, capaz de penetrar nos Estados, e superar as ideologias impostas por cada um.

Diferentemente do termo globalização, o termo “mundialização” do capital “tem o defeito de diminuir, pelo menos um pouco, a falta de nitidez conceitual dos termos ‘global’ e ‘globalização’.” (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Porém, Chesnais (1996, p. 17) argumenta que

A expressão “mundialização do capital” é a que corresponde mais exatamente à substância do termo inglês “globalização”, que traduz a capacidade estratégica de todo grande grupo oligopolista, voltado para a produção manufatureira ou para as principais atividades de serviços, de adotar, por conta própria, um enfoque e conduta “globais”.

O capital, ao se mundializar, envolve e engloba diversas esferas, não somente no setor econômico e mercadológico, mas também em áreas referentes à cultura, ideologia, migração, num movimento rápido, comandado pelo avanço técnico-científico e informacional, como discutem Santos & Silveira (2001).

O avanço dessas esferas, porém, possui, via de regra, os interesses do capital. Dessa maneira, “a influência das técnicas sobre o comportamento humano afeta as maneiras de pensar, sugerindo uma economia de pensamento adaptado à lógica do instrumento” (SANTOS, 1999, p. 149). A globalização deve ser pensada, portanto, baseada sempre num desenvolvimento desigual, combinado e contraditório (SMITH, 1988), como uma multiplicidade de indivíduos que se globalizam, por acaso ou indução, conscientemente ou inconscientemente, mas que são os agentes transformadores e modeladores do mundo (IANNI, 1997).

Tecendo relações com o termo “mundialização”, a “globalização” “[...] não pertence apenas ao domínio econômico, nem ao sociológico isoladamente: nem à geografia em separado nem à historicidade clássica [...]. Ele implica a crítica das separações, sobretudo se elas tiverem o seu momento e sua necessidade” (BENKO, 1996, p. 42).

Dessa forma, Benko (1996, p. 44) contextualiza que “a mundialização [...] corresponde a nova distribuição histórico-geográfica e político cultural das estratégias da divisão social do trabalho em nível global”. Esse processo faz desenrolar uma nova divisão

espacial e internacional do trabalho, rearticulando dentro dos países, uma nova divisão social do trabalho.

Portanto, a utilização do termo “globalização” permite a compreensão não somente do movimento econômico em termos globais, mas também de um “mosaico”<sup>2</sup> intersetorial, composto por diferentes concepções, ideologias, economias, políticas e sociedades, num movimento que extrapola a dinâmica do capital, mas não foge de seu comando direto ou indireto, personificado em grandes empresas e até mesmo em Estados.

De acordo com Marini (2000, p. 269)

O processo mundial em que ingressamos a partir da década de 1980 e que se convencionou chamar de *globalização* caracteriza-se pela superação progressiva das fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país. (grifo do autor).

Todo esse processo vai decorrer em vários outros aspectos políticos e ideológicos, direcionado por aqueles que se detêm no patamar superior da economia capitalista mundial, principalmente nos Estados Unidos da América. Um desses preceitos políticos ideológicos é conhecido como neoliberalismo.

Segundo Chauí (2000b, p. 28), os quatro principais objetivos do modelo neoliberal são:

1) um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulamentação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; em outras palavras, abolição dos investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização.

Este modelo foi aplicado inicialmente no Chile, nos Estados Unidos e na Inglaterra, expandindo-se posteriormente para outros países, visando a reduzir a taxa de inflação, aumentando o crescimento econômico. Conforme se verifica em Chauí (2000b), o primeiro objetivo foi cumprido quase totalmente, em uma primeira instância, porém, o

---

<sup>2</sup> Cf. Benko, 1996, p. 71.

segundo item não ocorreu a contento, pois o incentivo à especulação financeira superou os investimentos em produção, desestabilizando uma parte do modelo.

A desregulamentação do mercado foi um dos principais problemas que atingiram, por exemplo, a economia cafeeira no Brasil, desestruturando na base os pequenos produtores, pois não conseguiam manter sua produção em detrimento do baixo preço do produto no mercado interno e externo<sup>3</sup>. Para Silva (1998, p. 30), “o café foi um dos primeiros setores a serem atingidos pelo fenômeno da globalização da economia. Em julho de 1989 caíram as cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café [AIC] e em março do ano seguinte foi extinto o Instituto Brasileiro do Café [IBC].”

Por representar um dos setores mais afetados pela globalização, há grande dificuldade de continuidade dos acordos internacionais e a manutenção de políticas internas, havendo, no cenário atual, pouca perspectiva para a criação de novos acordos de cotas e restrições produtivas.

No Brasil, os três aspectos fundamentais que caracterizaram a posição dos economistas neoliberais, conforme argúi Bielschowsky (2000, p. 37-8), são:

a) eram partidários do princípio de redução da intervenção do Estado na economia brasileira; b) manifestavam-se continuamente a favor de políticas de equilíbrio monetário e financeiro, evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego; e c) não propunham medidas de suporte ao projeto de industrialização e eram freqüentemente contrários a essas medidas. (grifo nosso).

Nota-se que os objetivos traçados pelo modelo neoliberal foram trazidos para o Brasil com muita clareza, e bem direcionados em suas decisões, sem mudanças marcantes para a adequação à realidade brasileira. Dessa maneira, o processo de globalização, inserido no modo de produção capitalista (e/ou por ele criado e intensificado), apoiado por políticas internas de não intervenção nos aspectos sociais e infra-estruturais (ou intervenção negativa), principalmente, acarreta ao Brasil diversos problemas, como o crescimento do desemprego, a ênfase ao monetarismo e ao capital financeiro, a terceirização (aumento no setor de serviços), sendo que a ciência e a tecnologia passaram a ser agentes de acumulação, além da

desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação e desqualificação da mão-de-obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das

---

<sup>3</sup> É evidente que a variação nos preços do café são decorrentes de inúmeros fatores, tanto da oferta quanto da demanda do produto. Exemplificando, quanto mais oferta do produto, menor o preço de venda, em períodos de grande safra.

técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela, e novos meios para prover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam um único mercado mundial com poder de coordenação financeira). (CHAUÍ, 2000b, p. 31, grifo do autor).

### Englobam-se mecanismos controladores de Estados,

[...] através do qual o capitalismo funciona, num país periférico como o Brasil: os efeitos ruptores objetivos se transformam numa deficiência subjetiva que só poderia ser superada através da adesão ao sistema. Como se os brasileiros fossem prisioneiros de um estado de paralisia que os força a repetir indefinidamente para si próprios: Nós somos o que não somos; e não somos o que somos. (SANTOS, 1998, p. 24-5).

Neste sistema, o conceito de lugar<sup>4</sup>, enquanto lugar, e sendo lugar do cidadão<sup>5</sup>, passa a representar diferentes papéis ao se mundializar, sendo afetado por diversos vetores, que ao abranger políticas nacionais que influenciam todo o país, conduz as decisões sociais dos lugares, inscrevendo muitas ocorrências do todo no lugar<sup>6</sup>. Porém, cada lugar possui uma oposição à globalização, ao mesmo tempo em que a engloba. Para Santos (1999, p. 258)

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.

Já para Haesbaert (2002), consubstanciado na análise de diversos autores, o lugar, “além de envolver características mais subjetivas, na relação dos homens com seu

<sup>4</sup> Para Santos (2000, p. 112) “Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas também são globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”.

<sup>5</sup> Ainda de acordo com Santos (2000, p. 113), “Nas condições atuais, o cidadão do lugar pretende instalar-se também como cidadão do mundo. A verdade, porém, é que o ‘mundo’ não tem como regular os lugares. Em consequência, a expressão cidadão do mundo torna-se um voto, uma promessa, uma possibilidade distante. Como os atores globais eficazes são, em última análise, anti-homem e anticidadão, a possibilidade de existência de um cidadão do mundo é condicionada pelas realidades nacionais. Na verdade, o cidadão só o é (ou não o é) como cidadão de um país”. Porém, ser cidadão de um país, sobretudo em um território desigual, pode constituir apenas uma cidadania integral, consubstanciada sempre no modo de produção capitalista, na qual o consumo é premissa do ser cidadão, sendo que os lugares têm que sofrer revalorizações, adequações com a realidade mundial e com os cidadãos que nele produzem e reproduzem.

<sup>6</sup> Segundo Kosik (1976, p. 41-2) “Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de *concretização* que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade; e justamente neste processo de correlações em *espiral* no qual todos os conceitos entram em movimento *recíproco* e se elucidam mutuamente, atinge a concreticidade”.

espaço, em geral implica também processos de identificação, relações de identidade.” (p. 138).

Dentre as diversas análises realizadas, Haesbaert (2002) enfatiza o caráter de relativa estabilidade dos lugares, como em Yu-Fu Tuan (1983), e totalmente ao oposto dessa concepção, na análise de Certeau (1997), que “lembra que cada lugar é próprio, não exatamente por ser dotado por um sentido particular” (HAESBAERT, 2002, p. 139), mas pelo fato dos elementos que o compõem, se localizarem uns ao lado dos outros, em seus próprios lugares, pois quando o lugar é utilizado e praticado socialmente, ele se torna espaço, ou seja, a espacialidade do lugar.

Dessa forma, as influências externas, como por exemplo a redução do preço do café, refletem ações que modificarão o lugar, e este, enquanto todo, e utilizado, espacializa-se, sendo a base e o reflexo do todo, e a partir dessas modificações possíveis, em um eterno movimento social, o lugar torna-se diferenciado dos outros, abrangendo sua especificidade de formação histórica, com todas as suas características peculiares e particulares, mas que muitas vezes podem se confundir com as de outros lugares, mas nunca sendo a mesma, e nunca desligado da concreticidade do real, fazendo parte do todo, mesmo aquele sendo o todo em diversos momentos.

Porém, para Kurz (1999, p. 39),

O capitalismo, isto é, a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução, na forma do automovimento do dinheiro, nunca pretendeu, desde o princípio, estabelecer a pura “liberdade de mercado”, intenção que, repentinamente, lhe imputam os ideólogos provenientes da direita e também da esquerda.

Esse direcionamento demonstra que o movimento foi modificado e direcionado por forças políticas, e não somente pelo “movimento natural” de mercado, para o deguste de veemência própria (privada) e/ou de estados.

Composto pelas características arroladas, o processo de globalização pode ser analisado, principalmente, de três formas diferentes, conforme explicita Santos (2000).

Primeiramente, a análise da globalização ocorre baseada nas vertentes impostas pela “máquina ideológica”, decorrente de uma “ideologização maciça” pautada e aguçada pelo modo de produção capitalista. Essa ideologização encobre diversos argumentos e números referentes à globalização, além da aparência de que este processo poderia ser capaz de unir todas as sociedades, diminuindo as desigualdades sociais e econômicas. Para Santos (2000, p. 19)

É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global<sup>7</sup> é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado.

Os interesses motivados pela ação do capital, direcionam as ações de grupos e empresas de várias ordens, ditados por alguns fatores essenciais para o direcionamento das ações capitalistas, gerando o processo de globalização, mas utilizados de maneira aglutinadora para as próprias conveniências, comandadas por desejos políticos economicamente particulares.

De acordo com Santos (2000, p. 24), alguns fatores contribuem decisivamente para explicar a globalização atual: “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada”, ou seja, a utilização direcionada das técnicas pelas políticas contemporâneas.

A segunda interpretação de Santos (2000, p. 19-20), pode ser realizada compreendendo as realidades do mundo, e como o processo incorpora os países e suas sociedades.

O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu contorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção.

A essência do capitalismo encontra-se impregnada dos elementos que afloram diante da globalização, rearticulados por atores que dividem o espaço, direcionando os objetivos que mais o interessam, fragmentando ainda mais a sociedade, pautada nas regiões e nos países.

A terceira análise, corresponde às mudanças cabíveis ao processo de globalização. Embora se reconheça que este processo é irreversível, há algumas saídas para que esta seja mais humanitária, com menos desigualdades e excludências. Porém, tais

---

<sup>7</sup> Realmente se pode considerar o mercado como global, mas apenas para uma pequena parcela hegemônica de grandes setores industriais e mercadológicos, que aumentam e sustentam as regalias que a globalização lhes oferecem.

alternativas só seriam possíveis com a articulação de diversos poderes mundiais, lutando em torno de um único objetivo traçado previamente, buscando a diminuição das diferenças entre lugares e no interior das sociedades.

Para que ocorram estas mudanças, as bases nas quais se referia Santos (2000), precisam ser postas a serviço de outros fundamentos, comandados por personagens atuantes diferenciados dos atuais, de cunho social e político, nos planos teórico e empírico, para que não se desestruture, também, as economias dos países mais afetados pelo lado negativo da globalização, principalmente aqueles cujo modelo neoliberal foi implantado, como no Brasil.

Segundo Boff (2000, p. 25-6)

[...] temos que superar um perigoso obstáculo que é a forma atual como se processa hegemonicamente a globalização, pela economia capitalista competitiva e parcamente cooperativa. É a idade da pedra lascada da globalização que, se não impede outras formas como a política, a cultural e a espiritual, pode limitá-las consideravelmente. Caso não passarmos para formas mais benevolentes de globalização, corremos o risco de grandes devastações da biosfera e de comprometimento do futuro do nosso tipo de humanidade.

Corre-se o risco eminente de cada vez mais grande parcela da população brasileira se encontrar subordinada aos interesses daqueles que comandam os “países centrais”, tornando-se, novamente, uma nova colônia (neocolonialismo) de exploração do capital, como tendência ao processo exposto.

Outra discussão sobre o processo de globalização é realizada por Mészáros (2002, p. 63-4).

O termo “globalização” entrou em moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar sobre o tipo de “globalização” viável sob o domínio do capital. [...] É melhor que se deixe de fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no “Terceiro Mundo”. No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como benéfica, nada se oferece aos “países subdesenvolvidos” além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração.

Mészáros (2002) enfatiza ainda mais a necessidade de novas perspectivas para o desenrolar do processo de globalização vigente, que aparentemente, aparece totalmente benéfica em sua própria essência, mas que divide claramente não somente segmentos de

classes dentro de um próprio país, mas principalmente, o afloramento dessa diferenciação entre países que detêm maior poder econômico e político, e aqueles dependentes destes.

Fica claro, portanto, que o processo de globalização, da forma como se processa atualmente, prioriza alguns aspectos, sobretudo aqueles que estão relacionados diretamente ao capital, utilizando-se por meio de diversas técnicas, de uma (re)configuração espacial, excluindo classes sociais e países dessa reorganização, e utilizando-se deles para seu crescimento e desenvolvimento.

De acordo com Bonanno et alli (1994), o que está ocorrendo em nível mundial, é uma nova divisão internacional do trabalho, redefinindo os diferentes setores de produção e financeiro, espalhando-se e materializando-se pelo mundo rapidamente, acelerada pelo processo tecnológico.

### **1.1. Algumas recentes tendências internacionais do mercado do café**

Desde o final do século XIX, quando o café representava mais de 80% da receita brasileira (SAES, 1997), ocorriam variações no preço do produto, não havendo acordos concretos no comércio internacional, sem mecanismos reguladores capazes de equacionar o ganho dos maiores produtores, e de alicerçar a produção dos pequenos, juntamente com o conjunto da produção voltada para exportação.

O café é, portanto, um produto capaz de impulsionar e comandar a economia de um país. A importância dessa atividade, principalmente em países “subdesenvolvidos”, realça o setor primário no âmbito econômico. Este fato não desmerece o país ou o setor, mas proporciona mais uma fonte para a geração de divisas, servindo também para a manutenção do pequeno produtor no campo. A produção cafeeira gera um aumento na receita cambial dos principais países produtores, correspondendo a aproximadamente 5,5% da balança comercial, gerando aproximadamente 7 milhões de empregos no campo e nos setores que compreende o complexo agroindustrial do café (COUTINHO, 1993).

Porém, ao se analisar a configuração espacial da atividade cafeeira como um todo (em seus diversos níveis), há um consenso das questões relativas às oscilações de preço do produto, levando a concepção de vários setores cafeeiros, a admitir a necessidade da criação de um órgão federal capaz de conduzir a política cafeeira, além de realizar acordos internacionais, incentivando as exportações, no período pós II Guerra Mundial.

Para se compreender o valor final do preço do café em âmbito global, é necessário tomar-se o valor integrado, composto por vários setores produtivos da atividade,

compondo um setor Agroindustrial, relacionados com a oferta e a demanda. Este valor pode ser identificado pelo custo de produção do café enquanto matéria-prima, acrescido do valor agregado no primeiro processamento<sup>8</sup>, dos custos de transporte, do segundo processamento (torrefação, moagem e solubilização do café) e distribuição (comercialização) do produto.

Dentre os vários segmentos produtivos, o que apresenta maior aplicação de força de trabalho (sofrendo mais com as oscilações de preços e sustentando muitas vezes os outros segmentos, possuindo uma renda final menor, proporcionalmente ao tempo e a atividade produzida), é o setor dos produtores agrícolas, sendo os “pequenos” a classe mais prejudicada, buscando a sobrevivência enquanto produtores de café, já que representa grande parte da produção nacional.

Nota-se que o sistema produtivo apresenta-se como Cadeia Agroindustrial, como se pode observar no Diagrama 1, todavia. Porém, deve-se ressaltar no interior deste processo, a importância (ou falta dela) dos pequenos produtores de café, principalmente de regiões que tiveram essa atividade reduzida e estagnada desde o final da década de 1980, como o ocorrido no Extremo Noroeste Paulista e em todo o estado de São Paulo.

Apesar de o Brasil representar no cenário mundial, a posição de maior exportador de café, atualmente esta hegemonia encontra-se ameaçada, pois no início do século XX o país exportava aproximadamente 80% do total mundial, e atualmente, este valor decaiu para apenas 25% (SAES, 1997).

Denomina-se Cadeia Agroindustrial do Café, por não apresentar articulações entre os segmentos do CAI, encontrando-se desarticulado no sentido de não haver, principalmente nas principais regiões produtoras, a articulação direta entre os produtores e os setores de beneficiamento e de comércio, fato que ocorre também no Extremo Noroeste Paulista. Tem-se uma Cadeia que procura somente auferir maior lucro com quantidade de produtores, vinculando-se em grande parte, apenas aos setores mais produtivos, deixando os pequenos fora desse processo, ou totalmente subordinados a ele.

É neste sentido que Saes (1997, p. 45), ao tratar das periodizações que marcaram a história da política voltada para o café no Brasil, enfatiza que

dos primórdios da intervenção até 1929, a política regulatória brasileira teve um caráter circunstancial, agindo em momentos de crise; de 1930 até o final da década de 1940, a política caracterizou-se pelo intervencionismo consciente, destacando a implantação do DNC (Departamento Nacional do Café); de 1951 a 1989, marcado

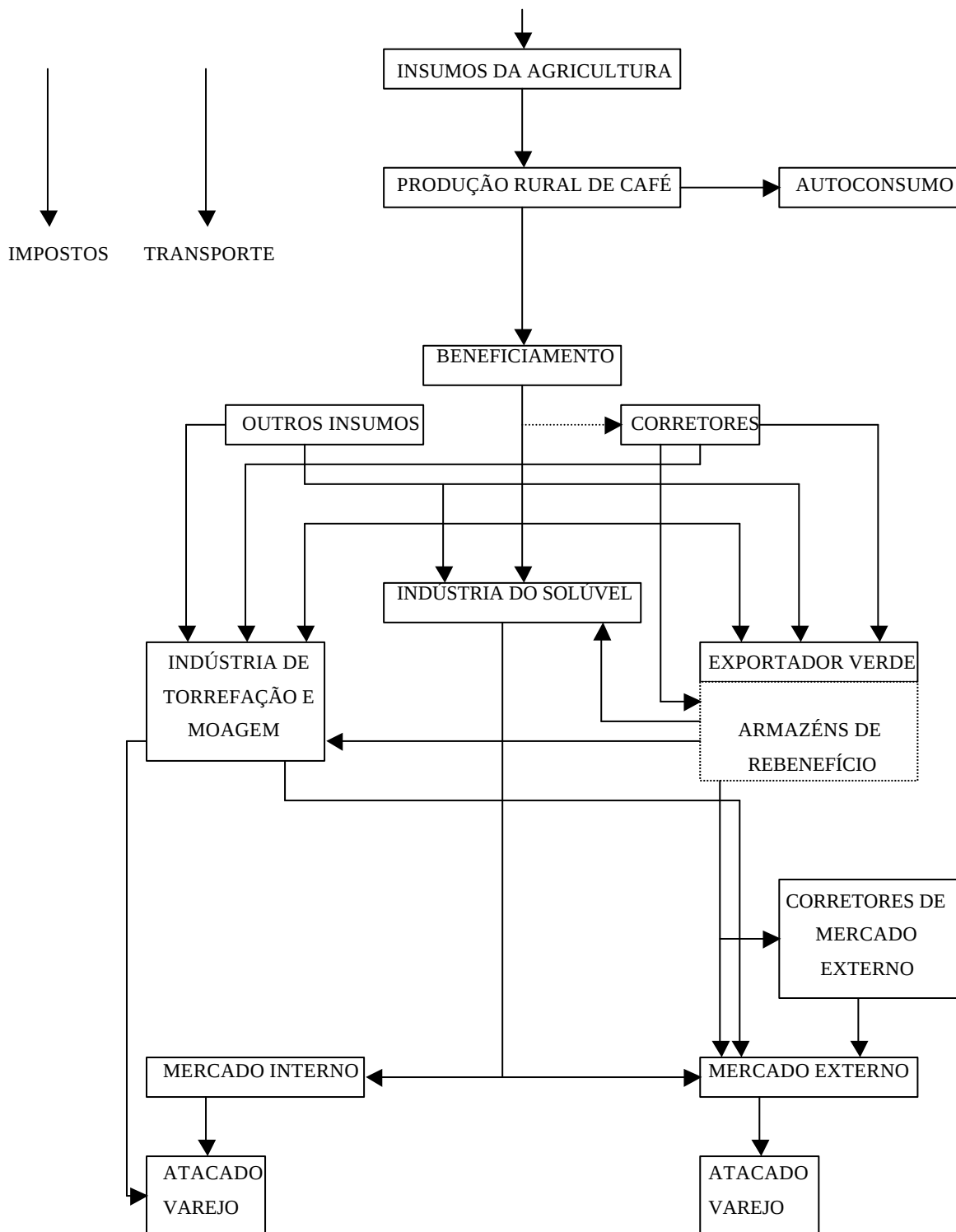
---

<sup>8</sup> No setor de primeiro processamento de café encontram-se as máquinas de beneficiamento e rebeneficiamento, que são capazes de eliminar, quando bem reguladas, até 99% das cascas, sujeiras da colheita e resíduos celulósicos, capazes de alterar o aroma da bebida.

pela coordenação do Estado no sistema cafeeiro nacional, com a criação do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e a regulamentação internacional. Este último período finaliza com a desregulamentação: extinção do IBC e não assinatura do AIC [Acordo Internacional do Café] com relação às cláusulas econômicas.

**Diagrama 1**

**CIRCULAÇÃO E CADEIA AGROINDUSTRIAL DO CAFÉ NO BRASIL**



Fonte: Adaptado de Coutinho (1993, p. 37) apud Comitê Brasileiro do Café (1992).  
Org.: Celso Antonio F. Rosas

A criação do IBC em 1952 se deu baseado nas oscilações de preços e especulações conseqüentes da Guerra da Coréia (1950-53), e do congelamento de preços e salários nos EUA, que fizeram decair o preço do café no cenário mundial. O IBC possuía como metas centrais a defesa do preço do café em todos os segmentos, o incentivo à produção de melhores tipos de plantas, além da realização de pesquisas e estudos econômicos, como discute Landim (1985).

Outro objetivo do IBC era, mesmo que de forma indireta, a transferência das rentabilidades obtidas no mercado cafeeiro para outros setores da economia, como explicitam Delfim Netto & Pinto (1973), possibilitando que o Estado se apropriasse de parte do excedente da comercialização do café. Na verdade, a política do IBC possuía resoluções voltadas para além dos interesses da classe cafeeira, tendo o Estado papel fundamental na tomada de decisões de acordos, pois o era de interesse secular.

Desde a criação do IBC até o ano de 1989, quando foi extinto, as decisões e ações do órgão vinculavam-se à política econômica do país, pois eram essas que direcionavam o preço do produto, dependendo das oscilações de qualquer ordem vinculada à economia global. Dessa forma, ocorriam vicissitudes entre a força produtiva do Brasil, o preço do café no mercado internacional, e as políticas internas do país.

A variação dos preços do café pode ser compreendida se analisada da seguinte maneira. Exemplificando, se por algum motivo, os preços do café subirem em um período, a tendência é que os produtores passem a plantar ainda mais pés de café, que entrarão em produção em um período posterior a três anos. “Na medida em que essa plantação adicional começa a produzir e seus frutos ingressam no mercado, a oferta ultrapassa em muito a demanda. Os preços tendem a cair e o mercado se estabiliza a níveis muito baixos de preços” (MALTA & MILANEZ NETTO, 1973, p. 7-8).

Porém, antes da extinção do IBC, em 1989 foi criada a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic), que objetivava o reconhecimento e o aumento do consumo interno do café. Para tal efetivação, foi criado o Selo de Pureza da Abic, destinando a aplicação de recursos em *marketing*, buscando cada vez mais o reconhecimento do café nacional no mercado.

## **1.2. O Brasil no Acordo Internacional do Café (AIC)**

Juntamente com as políticas econômicas implementadas no interior do Brasil, o governo procurou ampliar o processo de ajuda ao setor cafeeiro, regulamentando e

discutindo acordos juntamente com outros países produtores de café, para obter uma partilha nos custos das políticas de valorização, que vinha ocorrendo desde a primeira grande crise no setor, em 1930.

Em 1962, juntamente com a criação do Acordo Internacional do Café (AIC), foi criado também a Organização Internacional do Café (OIC), visando a operacionalização dos acordos, buscando facilitar e viabilizar as negociações entre os países envolvidos no processo. A OIC foi dividida por diferentes atribuições, que eram o Conselho Internacional do Café; a Junta Executiva; e o Diretor Executivo e seu pessoal.

O Conselho Internacional do Café era o órgão supremo da OIC, e composto por representantes de todos os países da Organização, que possuía na década de 1970, 64 países membros, sendo 41 deles exportadores de 95% do café mundial. As quotas de exportação eram decididas pelos votos dos membros representantes de cada país, e o Brasil sempre possuiu a maior quota para exportação.

Já a Junta Executiva era composta por oito membros de países exportadores e oito de países importadores, que objetivavam a realização de um exame prévio das discussões que seriam submetidas ao Conselho. O Diretor Executivo era o principal funcionário da Organização, e não podia ter quaisquer interesses junto à Organização.

A regulamentação no mercado mundial de café, mantinha acordos sobre os preços e as cotas de exportação entre os países produtores, os importadores e os consumidores, mantendo algumas bases de sustentação, como o compromisso de controlar a expansão horizontal do plantio de novos cafezais, para que houvessem estabilização na oferta e funcionalidade do sistema de cotas, regulando também, os estoques nacionais, pois a atuação ocorria sempre que se apresentavam grandes safras e problemas climáticos, havendo riscos de desestabilização dos preços.

Foi realizado, baseado em uma “política típica de cartel”<sup>9</sup>, o sistema de cotas ou confisco cambial, para que ocorresse a manutenção dos preços do café, que obteve sucesso devido a participação do maior país comprador, os EUA. A concordância de cotas teve vigência, de acordo com Saes (1997, p. 92), nos seguintes períodos: “de 1965 a 1972; de 1981 a 1985; e de 1988 a 1989.” Essa cota permitia ao IBC recolher recursos para a aplicação em políticas de regulamentação de preços, além do desvio para o Estado, que implantava os recursos em outros setores econômicos. Porém, as cotas recaíam diretamente ao produtor

---

<sup>9</sup> Cf. SAES, 1997, p. 92-3.

agrícola, que perdia entre 60% e 70% do preço do café exportado, conforme discute Agudo (1981).

O acerto dos preços do café era de interesse, além dos produtores rurais, principalmente os pequenos, para as grandes empresas processadoras e torrefadoras do produto, que procuravam a estabilidade na oferta para não perderem nas vendas, devido a elevação dos preços, tendo que repassar, conseqüentemente, o aumento aos consumidores.

Segundo Saes (1997, p. 96), “[...] os países produtores continuaram a aumentar a produção de café, e o sucesso do AIC na manutenção dos preços ocorreu devido ao papel regulador do mercado brasileiro que se firmou como ofertante residual”.

Sendo o Brasil uma base de sustentação para o AIC, qualquer anomalia que ocorresse no país afetaria todo o cenário mundial. Este fato ocorreu nos anos posteriores à seca de 1985, resultando no aumento do preço do produto em 1986/87, período em que o sistema de cotas entraria em suspensão. Assim, segundo Saes (1997, p. 102)

[...] as pressões opostas dos países produtores, que desejavam aumentar a sua participação no mercado mundial de café (com preços de cartel), e dos países consumidores, que se mostravam descontentes com a distorção de preços e qualidade entre os cafés vendidos aos países membros e aos não membros tornaram a manutenção das cláusulas econômicas do AIC insustentável.

Apesar do AIC ter sido rompido no ano de 1989, o preço do café havia começado a entrar em declínio a partir de meados da década de 1980, pois os ganhos advindos da política de regulamentação começaram a ser inferiores aos custos de manutenção de tal política.

Dentre os principais motivos dessa decadência, encontram-se a “estratégia adotada por consumidores e produtores na regulação do mercado [...] durante [...] o Acordo Internacional do Café (AIC).” (COUTINHO, 1993, p. 1). Países produtores como a Colômbia, Indonésia, Vietnã, México, países da América Central, alguns africanos (Etiópia, Uganda, Costa do Marfim), mantiveram os preços do café artificialmente elevados, pela ação dos governos locais, expandindo assim sua área cultivada e sua produtividade, pressionando a cota brasileira no cenário internacional, fazendo que, conseqüentemente, ocorresse uma diminuição nos preços.

A partir de meados da década de 1980, segundo Coutinho (1993, p. 33)

Por um lado, o rompimento das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC) ocorreu em um momento onde os estoques eram altos e mesmo na vigência das cotas e preços, para todos os tipos de café, apresentavam tendência

declinante. Por outro, o desempenho da cafeicultura é comprometido pela extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

Sem os mecanismos de estabilização do preço do café interno, sem a realização de compras do produto pelo Estado, os impactos maiores da crise seriam refletidos principalmente nos pequenos produtores de café, pois a baixa rentabilidade, juntamente com a saída do Estado do setor, aliados à conjuntura externa, fizeram com que diversos grupos em regiões produtoras de café abandonassem a atividade.

Aliado a este fato, pode-se destacar a falta de qualidade do produto brasileiro, pois o extinto IBC visava exportar grandes quantidades, não levando em consideração a qualidade do produto ofertado. Porém, o mercado comprador<sup>10</sup>, principalmente os EUA<sup>11</sup>, Canadá, Japão e alguns países europeus (escandinavos e Países Baixos, principalmente), tornavam-se cada vez mais seletivos e exigentes no consumo, requerendo sempre mais qualidade no café. E neste ponto, os principais países concorrentes do Brasil desenvolveram produtos de maior qualidade.

Os cafezais mais apreciados pelos principais importadores, são do tipo arábica, principalmente da variação suave e, pelo fato de serem os mais saborosos, são os que possuem os preços mais elevados no mercado internacional. Conseqüentemente, o valor de produção desse tipo de café e sua manutenção são maiores que de outros tipos (Robusta, Sumatra, Mundo Novo, etc.), o que pode acarretar, num cenário sem regulamentação de mercado, acordos de preços mínimos e/ou quedas repentinas no preço internacional do café, levando às regiões produtoras, uma acentuada crise entre os produtores, independentemente de sua capacidade econômica.

Após o rompimento do AIC, e a conseqüente desregulamentação do mercado cafeeiro, vários setores entraram em crise, principalmente aqueles referentes aos pequenos produtores. Em contrapartida, ocorreu um aumento nas forças de grandes grupos empresariais, principalmente as torrefadoras de café, possuindo capacidade de diversificar sua produção, conseguindo influenciar diretamente nos preços internacionais do produto.

Sob conduta direta das diferentes políticas globalizadas que se encontra o Brasil, surgem necessidades de se esboçar reações no setor cafeeiro na década de 1990. Dessa maneira, foi fundado em 1993, a Associação dos Países Produtores de Café (APPC), para atuar na correção e elevação dos preços do café, que se encontravam muito baixo nesse

---

<sup>10</sup> O mercado importador de café restringe-se a algumas grandes empresas multinacionais, não representando o mercado consumidor.

<sup>11</sup> Os EUA são o maior mercado importador de café do mundo, sendo também o maior importador do produto do Brasil, mas vem apresentando redução no consumo desde a década de 1990.

período. Porém, a APPC possui normativa diferente dos antigos acordos sobre o café, dado às características atuais do setor econômico e mercadológico mundial, que impedem a aplicação de medidas de controle do preço.

Com essas características, há a necessidade de aperfeiçoar cada vez mais a produção, desenvolvendo-a conforme exigências do mercado consumidor, ocorrendo uma mudança na maneira de produzir, e na capacidade produtiva, ou seja, levando muitos pequenos produtores à decadência, e em contrapartida, incentivando a produção noutras regiões, ocorrendo uma migração espacial da produção.

Dessa forma, a APPC, não estando em condições de impor mecanismos compulsórios, visto o panorama atual do mercado, busca como objetivos a inclusão na associação de setores privados, com a melhoria no setor de informações sobre o café, já que os principais compradores não são mais os países, mas grupos econômicos. Dessa maneira, o café, sendo uma *commoditie*, passa a ter papel muito importante no enfoque das grandes empresas, dadas as aplicações nos mercados de Londres e Nova Iorque, por exemplo, e que países como o México, que possui compromisso de fornecer *commoditie* para o mercado americano devido à assinatura da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), não podem entrar na APPC, pois não poderá realizar futuras retenções de café<sup>12</sup>.

### 1.3. A indústria brasileira de café

A desregulamentação do setor cafeeiro em âmbito internacional, trouxe diversos problemas e seqüelas atuais aos produtores rurais brasileiros, e aos diversos setores produtivos que tratam do café, formando Cadeias Agroindustriais. Essa crise foi ainda maior, pois não havia no país políticas imediatas para conter a queda nos preços, sustentando o setor. Constata-se, portanto, que as políticas e rompimentos de acordos internacionais não foram as únicas responsáveis pela crise no setor, pois somado a eles, o governo brasileiro não estava preparado para intervir, regulando os preços.

---

<sup>12</sup> A formação da ALCA, está baseada nas políticas de continuidade do NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte). Pode-se expressar a formação de outros grandes blocos econômicos pelo mundo, conforme se aprofunda o processo de globalização, como o Mercosul (Mercado Comum dos Países do Cone Sul), CEE (Comunidade Econômica Européia), OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico), PAC (Política Agrícola Comum), juntamente com a criação de regras para o comércio internacional, como o GATT (Acordo Geral de Comércio e Tarifas), a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), GATS (Acordo Geral sobre Comércio de Serviços) e a OMC (Organização Mundial do Comércio), além do FMI (Fundo Monetário Internacional) e de atuações diretas do Banco Mundial.

A consequência direta desses acontecimentos, que ocorreram desde meados da década de 1980, afetou os pilares de sustentação mais sujeitos ao desmoronamento, que são os pequenos produtores de café, distribuídos principalmente nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. Os dois primeiros estados tiveram uma redução de 34 e 60% respectivamente desde 1960, enquanto que os dois últimos, tiveram um aumento de 132 e 30% no mesmo período<sup>13</sup>.

A grande quantidade de pequenos produtores rurais, que se encontravam inseridos no sistema econômico, tendo como base a produção de café, foram submetidos e subjugados à variação e queda nos preços do café, encontrando imensa dificuldade de produzir, e auferir lucro com a venda do produto.

A maioria desses produtores procurou outras alternativas de produção, dirigindo-se principalmente para a pecuária de corte e leiteira, para a fruticultura, e aumentando a produção das lavouras temporárias, dependendo também da região, com oportunidades e incentivos oferecidos pelos poderes públicos aos produtores rurais, levando estes, representando regiões produtoras, pautadas na pequena produção, a se estagnarem.

Com a saída desses produtores, ocorreu uma mudança no tipo de produto e qualidade. A partir do momento em que a produção dirige-se para novas regiões produtoras, por meio da maior facilidade de produção de produtores dessas áreas, como nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, as áreas de produção localizadas no estado de São Paulo entram em decadência, ou são lideradas apenas por grande produtores, vinculados à empresas agroindustriais e cooperativas. Fica evidente que o produto será mais elaborado que aqueles vendidos por pequenos produtores, pois passam por inúmeras inspeções, por possuírem maior capital para a implantação do cafezal, sendo que o produto final passa a ter maior aceitação no mercado internacional, e com a aplicação de novas técnicas de plantio, como a do adensamento.

As indústrias torrefadoras e de moagem de café, inseridas nessa política macro, tiveram um aumento na competitividade pelo mercado, tanto interno quanto externo. A estratégia de concorrência entre essas grandes empresas, é a de investir na diferenciação de produtos, procurando uma maior segmentação do mercado, e oferecendo produtos com qualidade do mercado internacional, fazendo com que o Brasil ocupasse a terceira posição no

---

<sup>13</sup> Apesar da grande derrocada do café nos estados de São Paulo e Paraná, houve uma ampliação nas áreas de produção no Brasil, demonstrando que o país como um todo, não perdeu a característica de maior produtor mundial de café, mas com outra dimensão produtiva, conforme as necessidades do novo mercado consumidor.

ranking mundial de consumidores, aliado à (aparente) estabilização econômica de alguns segmentos da sociedade, já que a classe média encontra-se com salários cada vez mais baixos.

A crise que corrompeu a cafeicultura a partir de meados da década de 1980, desestabilizou e retirou grande parte dos produtores de café desse ramo, como enfatizado, principalmente os pequenos. As safras dos anos anteriores, porém, fizeram com que se acumulasse uma grande quantidade do produto. Mesmo assim, atualmente, o café possui uma pequena participação nas receitas cambiais e tributos obtido pelo governo, não dependendo tanto desse produto, como ocorrera em grande parte da história do Brasil. Mesmo assim, de acordo com Coutinho (1993, p. 8)

Os estoques brasileiros alcançam cerca de 17,2 milhões de sacas, formado em sua maior parte por excedentes da colheita de 1987. Caberia uma política de renovação através de aquisições combinadas com liberações. Na verdade estamos diante de um patrimônio público que alcança cerca de US\$ 700 milhões e que não pode ser desconsiderado.

A ocorrência de uma quantidade considerável de café retido nos estoques brasileiros, faz com que ocorra maior rebaixamento nos preços, principalmente nas grandes empresas agroalimentares, sendo que o Brasil possui aproximadamente 17 milhões de sacas armazenadas, o equivalente a aproximadamente 47% dos estoques mundiais.

Nos países compradores de café, os ramos que contribuem para aproximadamente 80% de toda importação mundial, encontram-se concentradas em grandes empresas, como a Coca-Cola, Cargill, Nestlé, e General Foods, que foi adquirida em 1985 pela Philip Morris, e que em 1990 também adquiriu a Jacobs Suchard, e em 1986 a General Foods adquiriu a Kenco. Fazem parte também desse oligopólio, as empresas Aron, Bozzo, Sucden, Yolkait, Procter & Gamble, Raigner, Rothofos, E.D. & F. Man, entre as principais, como afirmam Zylbersztajn (1992), Coutinho (1993) e Saes (1997). Nota-se, portanto, que esse mercado livre do café não o é verdadeiramente, pois há uma grande concentração nos setores de comércio e industrialização do produto, com o comando de grandes grupos multinacionais. Não há, portanto, mais países compradores de café, mas sim um mercado com características oligopsonistas, possuindo vários “países vendedores” e poucas empresas compradoras.

Esse estoque ocorreu devido a queda nos preços internacionais a partir de 1986/7, que gerou outras graves consequências para os principais países produtores, e sobretudo para os exportadores e, principalmente, para os cafeicultores, dentre os mais afetados, os pequenos.

Juntamente com as dificuldades nas quais se deparavam os pequenos produtores de café, encontram-se as torrefadoras e máquinas de pequeno porte, geralmente de tradição familiar nos negócios. Aquelas que não saem do ramo, necessitam de uma adequação em diversos programas internos, como o gerenciamento de estoques, vendas e principalmente os recursos humanos, para se adaptarem ao novo mercado concorrencial que englobou o ramo da cafeicultura no auge do processo de globalização da economia, baseada justamente na concorrência econômica, e no liberalismo de mercado, onde apenas os que possuem grande capacidade produtiva, contemplando a qualidade buscada pelos consumidores, conduzida pela inserção de novas tecnologias nos setores a montante, a jusante, e na própria atividade agrícola, conseguem se destacar.

Com a extinção do AIC, em 1989, e a desregulamentação do mercado, houve um direcionamento nos anos posteriores, de uma reestruturação do comércio mundial de café, ou seja, com as perdas dos países produtores, sobretudo entre os cafeicultores e os exportadores, e com um ganho significativo dos setores importadores dos principais países consumidores, os pequenos produtores de café dos países produtores não suportaram a concorrência de preços, e a falta de apoio financeiro, permanecendo no campo da cafeicultura, via de regra, os grandes produtores, tendo havido também uma mudança espacial na produção.

Essa migração espacial ocorreu, em algumas regiões, principalmente, pelos incentivos que outros estados proporcionavam aos produtores, além de políticas voltadas especificamente para essa cultura. Um exemplo dessa mudança de espaço produtivo ocorreu no Extremo Noroeste Paulista, com produção em ascensão até meados da década de 1980, para áreas do estado de Minas Gerais<sup>14</sup>, como no cerrado, com café de excelente qualidade, além do sul do estado, e as regiões de Mogi Mirim, Garça, Franca e São João da Boa Vista em São Paulo.

Todo esse processo de desregulamentação nos âmbitos interno e externo, traz diferentes conseqüências às regiões produtoras, baseado em suas diferencialidades, como maior infra-estrutura. Para Coutinho (1993, p. 35)

Produtores marginais em regiões decadentes – norte do Paraná, sorocabana, araraquarense e alta paulista em São Paulo – encontram-se em processo de exclusão do setor. [...] A decadência de regiões produtoras vincula-se a diferentes tipos de problemas. Em São Paulo, as regiões com predomínio dos produtores de pequena escala e grande dependência dos maquinistas e outros intermediários tiveram grande

---

<sup>14</sup> As regiões de Minas Gerais que possuem grande produção de café são Varginha, Patrocínio, Manhuacu, São Sebastião do Paraíso e Poços de Caldas, dentre as que possuem maior produção.

dificuldade para manter as lavouras. A araraquarense, paulista e sorocabana lideram o arranque de café no Estado de São Paulo. Fatores complementares tornaram inviáveis a continuação do cultivo como: idade das plantas – às vezes superior a 30 anos, ataque de nematóides e acidez do solo. (grifo nosso)<sup>15</sup>

Em contraposição às regiões de Minas Gerais e do Espírito Santo, que teve uma implantação de infra-estrutura propícia para a continuação e ampliação da cafeicultura, a região do Extremo Noroeste Paulista<sup>16</sup> teve dificuldades de continuar a produção, levando à quase estagnação da produção de café na região, como será demonstrado posteriormente<sup>17</sup>.

Até a crise que assolou os cafeicultores a partir de meados da década de 1980, os estabelecimentos com área inferior a 100 ha correspondiam a uma produção de aproximadamente 54%. Depois da crise, houve uma erradicação nessa quantidade, sendo direcionada a produção para a vertente qualidade do produto, retirando essa gama de produtores do cenário de produção de café<sup>18</sup>.

Os agricultores tiveram que seguir para outras alternativas de produção. Muitos deles acabaram assalariando-se em outros estabelecimentos, demonstrando claramente a crise que os circundava. Outros, porém, procuraram nas lavouras temporárias, como a fruticultura, ou até mesmo a pecuária, acima de tudo a leiteira, mas sem nenhuma aplicação financeira para aumentar a produção de café.

Deveria-se realizar buscas de novas alternativas e estratégias para os produtores, que passam a caracterizar uma área como decadente na produção de café, como é o caso do Extremo Noroeste Paulista.

Outro setor que sofreu influências da desregulamentação, foi o de máquinas de beneficiamento de café, encontrado em regiões de cultivo consubstanciado principalmente na pequena propriedade.

Em várias áreas, a produção se manteve elevada até meados da década de 1980, quando o preço de venda do café compensava aos produtores. Juntamente com a decadência dos produtores, que sofreram com a crise do final da década de 1980, os maquinistas apresentaram um acompanhamento ligado diretamente a este setor produtivo, pois dependiam da produção daqueles para conseguir a sobrevivência.

As máquinas de café que permanecem no setor atualmente, encontram-se com seus equipamentos obsoletos, em geral localizados nas regiões de produção decadente,

<sup>15</sup> Foram estes os principais fatores que levaram a decadência da cafeicultura no Extremo Noroeste Paulista.

<sup>16</sup> O Extremo Noroeste Paulista fazia parte da região conhecida como araraquarense.

<sup>17</sup> Cf. Capítulos III e IV.

<sup>18</sup> Essa crise teve também influências do GERCA, da década de 1960, que objetivava erradicar os cafezais brasileiros, e da geada de 1975.

sem projetos para melhorá-los, pois grande parte desses estabelecimentos, via de regra, são agroindústrias dirigidas e constituídas por famílias, com algum trabalhador temporário e/ou permanente. Encontra-se em funcionamento na região 5 cafezeiras, que são responsáveis pela compra de praticamente toda a produção regional de café, porém, com uma baixa rentabilidade, e muito dependentes da variação do preço da saca<sup>19</sup> no mercado.

#### **1.4. A atividade cafeeira no Extremo Noroeste Paulista**

De acordo com Monbeig (1984, p. 205), baseado em Deffontaines, em 1934, com “a construção de novas estradas, o povoamento chegou perto de Porto Getúlio Vargas, no rio Paraná [...]”, no Extremo Noroeste Paulista. Porém, somente com a estruturação da ocupação regional, iniciou-se a produção da cafeicultura.

A inserção da atividade cafeeira no Extremo Noroeste Paulista foi simultânea à chegada da Frente Pioneira<sup>20</sup>, no final da década de 1940, sendo que “a partir de 1929/30, a expansão da Frente Pioneira para o oeste perdeu sua originalidade” (BENJAMIN, 1998, p. 78), pois o café não foi a principal atividade econômica que impulsionou tal movimento. Neste período, no Extremo Noroeste Paulista, não houve, contudo, uma produtividade acentuada, embora muitos produtores o plantavam, por serem oriundos de antigas regiões produtoras de café, pois os colonos<sup>21</sup> necessitavam de produções que lhes proporcionassem um rendimento rápido, por estarem em dívida com a CAIC (Companhia Agrícola de Imigração e Colonização)<sup>22</sup>, que lhes venderam os lotes.

De acordo com Dean (1973, p. 31)

À proporção que se efetuava a penetração do quase desconhecido interior de São Paulo, descobriu-se que ali estava o futuro do café, pois ao longo dos espinhaços que se erguiam entre os tributários do Rio Paraná, bem para dentro, se encontraria os solos mais adequados à sua cultura.

Já para Oliveira (1995, p. 514) “O café é outra cultura que alterou sua expansão geográfica”, ao ser levado para o Extremo Noroeste Paulista através da frente

<sup>19</sup> A saca de café em coco equivale a 60 Kg.

<sup>20</sup> O processo da chegada e consolidação da Frente Pioneira no Extremo Noroeste Paulista será analisada no Capítulo II.

<sup>21</sup> De acordo com Moreira (1990, p. 51), “O colonato é uma relação contratual, com registro em carteira, que dá ao colono nítido caráter de trabalhador assalariado. Entretanto, nesse contrato, prevê-se a cessão pelo cafeicultor [fazendeiro] ao colono de uma parcela de terras para que este cultive cereais para seu consumo familiar, o que o torna também um camponês,” no momento em que este é subordinado ao fazendeiro. A partir do momento em que este se torna proprietário de terras, essa relação se modifica.

<sup>22</sup> Cf. Capítulo II, sobre a colonização do Extremo Noroeste Paulista.

pioneira, voltando a produção para o mercado que se abria, juntamente com a chegada da ferrovia.

Esses colonos<sup>23</sup> eram provenientes, na maioria das vezes, de antigas áreas produtoras de café de outras regiões do estado de São Paulo, assim como de outros estados, tendo portanto, a cultura de produzir café em seu âmago. Além dessa destreza dos produtores, havia outro interessante ponto que poderia direcionar a produção de café, que era a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), para atuar na defesa dos preços, na diminuição dos cafezais em zonas de proteção ambiental, assim como na realização de pesquisas. De acordo com Saes (1997, p. 82)

Os anos que se seguiram à criação do IBC foram extremamente favoráveis à cafeicultura sem que houvesse a necessidade de se adotar medidas concretas para a sustentação de preços no mercado internacional. Apenas o anúncio da institucionalização de um órgão específico, destinado a implementar a política cafeeira, pôs fim à especulação de queda de preços, do início da década.

Segundo Delgado (1997, p. 213-4), “O período do pós-guerra foi dominado, no [...] âmbito agrícola, pelo novo ciclo de valorização dos preços externos do café, que se abriu com a ampliação do comércio mundial do produto a partir de 1946.” Essa valorização externa do produto se estendeu até 1961<sup>24</sup>, quando se iniciaram os acordos internacionais, levando muitos produtores a seguirem pela produção cafeeira, servindo como grande atrativo para os produtores da região. Para Bacha (1976, p. 161)

Se o programa de manutenção de preços não se deparou com nenhuma dificuldade durante 1952 e 1953, os acontecimentos de 1954 causaram consideráveis distúrbios na política cafeeira do Brasil. Os preços do café no mercado internacional vinham crescendo rapidamente desde o fim da segunda grande guerra. Durante 1954, os preços do café alcançaram o ponto mais alto de todos os tempos no mercado de Nova York.

---

<sup>23</sup> O colono, quando ainda subordinado ao fazendeiro, possuía um salário pago conforme uma quantidade de pés de café que este cuidava. Para Moreira (1990, p. 51) “Esta relação é altamente estimulante ao colono, que chega no cafezal com o objetivo de obter o acesso à propriedade, e vê tanto no salário adicional quanto na venda das sobras de cereais a possibilidade de acumular o suficiente para comprar terra.” É dessa maneira que esses colonos conseguem, em um período posterior, comprar as terras oferecidas pela CAIC, como será demonstrado no Capítulo II.

<sup>24</sup> Devido a grande quantidade de café estocado pelo governo brasileiro (aproximadamente 50 milhões de sacas em 1961), foi criado um plano de redução da produção nacional, comandado pelo GERCA (Grupo de Racionalização da Cafeicultura). Para Malta & Milanez Netto (1973, p. 37) “Em termos de resultados globais, verifica-se que entre 1962 a 1967, promoveu-se a erradicação de 1,38 bilhões de cafeeiros que, acrescentados aos 350 milhões erradicados espontaneamente, atinge a cifra de 1,73 bilhões de pés, número próximo a 2 bilhões, que era a meta inicial, formulada em 1962 pelo GERCA”. Essa erradicação explica a redução na quantidade de cafés no Extremo Noroeste Paulista entre as décadas de 1960 e 1970, juntamente com a perda da posse das terras pelos colonos que não conseguiram saldar a dívida junto à CAIC, como será analisado nos capítulos seguintes.

Mesmo sem sofrer naquele momento grande influência direta dos mecanismos externos, pois a região se encontrava em processo de formação, e ainda desestruturada, sendo que os produtores não aplicavam seus recursos totalmente na cultura, o preço do café era muito atrativo, e os produtores, mesmo com todas as dificuldades citadas anteriormente, tinham, no café, um importante veículo que seria capaz de nortear suas produções futuras, auferindo-lhes maior renda. Para Ianni (1977, p. 19) “Era necessário [para os colonos, acostumados a plantar café] diversificar ou mudar as aplicações dos seus capitais” para outras culturas, devido as necessidades imediatas dos mesmos, como a plantação de cereais.

Isso ocorreu de forma decisiva, pois essa grande quantidade de produtores que adquiriram da Companhia um lote para produzir, encontrava-se em dificuldades para conseguir recursos financeiros para a realização do saldo de dívidas junto à CAIC, sendo que uma das poucas alternativas encontradas foram aquelas ligadas à terra. Ao chegarem na região, grande parte desses produtores rurais começaram a plantar o produto que mais estavam acostumados a produzir, mesmo que em pequena escala, pois eram “forçados” a auferir renda com maior rapidez do que o café poderia oferecer, direcionando suas atenções para a lavoura temporária, com um tempo de produção mais curto para a realização do pagamento à Companhia, e com um menor custo de produção.

Mesmo com a “tendência” à produção cafeeira, os produtores se viam submetidos à CAIC, não tendo alternativa para aplicar seus recursos no café, uma vez que o compromisso dessas famílias não podia, de forma alguma, ser descumprido, pois estavam se tornando proprietários de terra, e o pagamento de suas dívidas era uma questão de honra.

O café, principal produto que norteara a frente pioneira, era sufocado pelos interesses da CAIC, já que os agricultores tinham que produzir lavouras temporárias, como o arroz, o feijão e o milho, a mamona, assim como o algodão, posteriormente. Portanto, o café não foi o primeiro produto de maior importância econômica para os trabalhadores da região, mas sim, os produtos da lavoura temporária. O café somente ganhou maior importância depois que os produtores conseguiram o pagamento das dívidas.

A cultura cafeeira passou a se desenvolver com maior ênfase no final da década de 1960, após o saldo das dívidas da maioria dos colonos<sup>25</sup>, embora houvesse uma grande quantidade de produtores na década de 1950, atraídos pela CAIC para a compra de lotes rurais.

---

<sup>25</sup> Cf. Capítulo III.

A cafeicultura passou a comandar a produção no Extremo Noroeste Paulista a partir do final da década de 1970, quando a cultura do algodão entrou em decadência, sendo que em 1984/5, apresentou-se a maior safra<sup>26</sup> de café da história da região. Depois desse período, a cafeicultura entrou em decadência, devido a vários fatores internos e externos à região.

Os principais fatores de nível externo, foram o início do rompimento do AIC e do IBC, como visto anteriormente, desregulando o preço do produto, fazendo decair o preço de mercado. Pode-se considerar junto a este problema, a grande seca que ocorreu em 1985 no Brasil, fazendo subir o preço nos anos posteriores, mas logo encobertos pela crise que apontava no cenário internacional.

Juntamente com os problemas de ordem externa, incididos sobre o café, os problemas regionais<sup>27</sup> também tiveram grande respaldo para que a crise assolasse e retirasse grande parte dos cafeeiros da região, caracterizando-a como decadente na produção<sup>28</sup>. O ataque de nematóides nos pés de café foi mais um fator decisivo para a retirada dos cafezais da região.

Portanto, compreende-se que o café no Extremo Noroeste Paulista teve sua erradicação devido à somatória de fatores de ordens diversas, e os produtores foram incapazes de superar tais problemas que adentraram na região de uma só vez e praticamente ao mesmo tempo, fazendo com que desestabilizasse e inviabilizasse quase que totalmente a produção de café, afetando principalmente os pequenos produtores, que detinham a maior parte da produção na região.

Para se compreender mais detalhadamente como se estruturou a formação da atividade cafeeira na região, é imprescindível a análise referente ao processo de ocupação territorial, que será analisado no Capítulo II, e como se consolidou, economicamente, a cafeicultura, que será demonstrado no Capítulo III.

Observou-se, portanto, que a formação do local, está intimamente relacionada com as complexidades que envolvem o mundo, desde o processo de formação, até mesmo com a consolidação produtiva de vários segmentos, enfatizando a produção cafeeira.

Nota-se que o principal motivo da decadência produtiva do café no Extremo Noroeste Paulista, foi a redução de preços causada pelas oscilações no mercado mundial

---

<sup>26</sup> O ano cafeeiro tem início em setembro e término no mesmo mês do ano seguinte.

<sup>27</sup> Cf. Capítulo III.

<sup>28</sup> Nota-se que a junção dos problemas regionais, internacionais e climáticos, em conjunto, foram decisivos para a derrocada do café, pois se for tomado apenas um desses itens de referência para a crise, poderia ser refeita estratégias produtivas, fazendo com que os produtores da região não se desestabilizassem, podendo retomar o cultivo do produto.

globalizado, incentivados pelo fim do AIC, e refletindo no Brasil com a extinção do IBC, que envolveu a redução dos preços do café, desestimulando e inibindo aplicações financeiras no café, levando a uma migração produtiva do café<sup>29</sup>, que se deslocou para outros lugares do país, atendendo as exigências do mercado global, com a aplicação em técnicas e produtos mais “modernos”, garantindo maior competitividade no mercado mundial, que se fundiu em oligopólios industriais no cenário contemporâneo.

Conforme as perspectivas contemporâneas do processo de globalização, ocorre nos setores produtivos uma especialização produtiva, ou seja, há uma diminuição da capacidade de produção, como no caso do café, ocorrendo no Brasil uma diminuição da área plantada de café<sup>30</sup>, porém, com um aumento na quantidade colhida, o que representa maior produtividade, decorrente do avanço tecnológico e capacidade de melhoramento genético e produtivo. A tendência produtiva observada por Marx (1983a), de que a produção se tornaria cada vez mais especializada, e que o produto estaria cada vez mais dirigido pelo capital, passa a ocorrer no Brasil, ou seja, principalmente nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com a manutenção da produção em algumas áreas do estado de São Paulo.

O processo de globalização é irreversível, e sua representatividade expressa diferentes culturas e objetivos. Embora esse processo, da forma como se concebe atualmente, seja expropriador, diferenciado e direcionado, afirma e exhibe características e fenômenos nunca antes observados. É um processo útil, no tocante da utilização de suas técnicas. O que se questiona, é a forma como se utiliza dessas técnicas, ou seja, as políticas de intervenção estatal e de empresas, que afunilam seus objetivos buscando (voltados) (a)o capital.

Foi necessário que ocorresse tal processo, sobretudo no meio rural. Mas não se acompanhou sua expansão por inteiro, sendo que poucos segmentos rurais tiveram acesso à globalização enquanto fornecedora na qualidade produtiva, mesmo considerando que os pequenos produtores expropriados deste, estivessem inseridos em tal processo. É necessário oferecer condições para que esses produtores consigam ter acesso ao processo e seus benefícios, só assim a globalização não será excludente e perversa (SANTOS, 2000).

Esse processo foi capaz, de certa maneira, (in)diretamente, de reduzir toda a área plantada com café dos estados de São Paulo e Paraná, deslocando-se e consolidando-se, conforme as exigências do mercado globalizado, nos estados de Espírito Santo e,

---

<sup>29</sup> A migração da produção de café, é assim chamada pois, em decorrência dos problemas apresentados regionalmente, não havia mais possibilidades, em um curto período, de retomada de produção pelos produtores, ficando incapacitados de reaplicar neste cultivo conforme as novas necessidades do mercado globalizado, diferentemente de outros produtores de Minas Gerais, Espírito Santos, e algumas regiões de São Paulo, que conseguiram estabilizar suas produções.

<sup>30</sup> Cf. Capítulo III.

principalmente, Minas Gerais. Embora houvesse uma redução na área plantada com café no Brasil como um todo, apresentou-se um aumento na quantidade produzida, demonstrando a utilização de técnicas produtivas mais qualificadas. Entretanto, ter-se-ia que se expandir e oferecer condições para que os pequenos produtores rurais a utilizassem, aumentando ainda mais a produção e o trabalho neste segmento social, e indiretamente, em setores vinculados a este.

**II****PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO  
EXTREMO NOROESTE PAULISTA.**

## **II – O PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA.**

O presente é o real, o atual que se esvai e sobre ele, como sobre o passado, não temos qualquer força. O futuro é que constitui o domínio da vontade e é sobre ele que devemos centrar o nosso esforço de modo a tornar possível e eficaz a nossa ação. (SANTOS, 1988, p. 85)

### **2. A Construção do Espaço Geográfico Consubstanciado no Avanço da Frente de Expansão nas Interfaces do Modo de Produção Capitalista**

A compreensão do que se considera “frente de expansão”, assim como “frente pioneira”, pode ser abrangida a partir do momento de sua inserção, ou chegada em um determinado espaço, ou seja, do deslocamento de pessoas com fins distintos, dependendo do contexto na qual se encontram, para exercer nesta nova região<sup>1</sup> (sócio-econômica) uma reorganização produtiva, como demonstram Waibel (1958) e Monbeig (1984). Segundo Moreira (1996, p. 33)

O processo de socialização da natureza pelo trabalho social, ou seja, a transformação da história natural em história dos homens (ou da história dos homens em história natural), implica uma estrutura de relações sob determinação do social. E é esta estrutura complexa e em perpétuo movimento dialético que conhecemos sob a designação de espaço geográfico.

Porém, no processo de construção do espaço, não se pode considerar estas duas categorias (frentes de expansão e pioneira) igualmente, já que cada uma representa uma característica histórica distinta, representando diferentes espacialidades, conforme o avanço populacional, caracterizado pelas frentes.

O processo de formação e ocupação do espaço brasileiro, por se constituir diferenciadamente em sua distribuição sócio-espacial, como agentes sociais que modificam o espaço, com características próprias, trouxe aos diferentes segmentos da sociedade (escravos, migrantes, fazendeiros, entre outros), formas de se organizarem em situações que visavam, em primeiro lugar, para a maioria (escravos, imigrantes), a sobrevivência, juntamente com a

---

<sup>1</sup> Sobre o conceito região, embora não seja objetivo de discussão no trabalho, Cf. Lencioni (1999, p. 198), que argumenta que “[...] a palavra ‘região’ assume caráter ideológico à medida que se torna referência para a construção de mistificações geográficas, sendo por isso um instrumento de manipulação política. A palavra ‘região’ tem, ainda, um sentido afetivo vinculado ao sentimento das pessoas de pertencerem a um determinado lugar. A idéia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e local.”

subjugação, de uma parcela dos próprios eurobrasileiros, de voltar-se à coroa portuguesa, formando uma colônia explícita de exploração.

Observa-se esse como um dos motivos de atualmente não haver o despertar e a valorização das culturas locais, que a “cultura ocidental europeizada” denomina indígena. “A colonização e o povoamento do Brasil, iniciados na quarta década do Século XVI, foram feitos visando ao abastecimento do mercado europeu, por produtos tropicais e por metais, pretendendo Portugal obter vantagens econômicas como intermediário [...]”. (ANDRADE, 1979, p. 53).

Segundo Oliveira (1998, p. 206) o Brasil, por ser uma colônia de exploração

[...] combinou, desde sempre, uma posição de vanguarda do atraso e atraso da vanguarda. [...] portanto na retaguarda do processo da expansão capitalista mercantil, ligadas ao mesmo apenas como escoadouro de excedentes populacionais, de variada origem (perseguições religiosas, colônia de degredo, desestruturação agrária), o Brasil, exemplarmente, nascia para o sistema na sua vanguarda, isto é, como lugar de produção.<sup>2</sup>

Esse movimento de circulação inerente ao espaço brasileiro só pode ser compreendido se for tomada em consideração, uma abordagem que verifica as diferenças/igualdades dos/entre (os) lugares, baseado em um (possível) sistema de circulação e interligação entre estes, dirigidos por atores internos e/ou externos ao lugar, consubstanciados em um modo de produção que leva a dominação ideológica e econômica de todos aqueles participantes desse sistema que agrava a desigualdade em seu bojo, em suas próprias relações.

A repartição

[...] das atividades entre lugares, a divisão territorial do trabalho pode nos dar apenas uma visão mais ou menos estática do espaço de um país, um retrato onde cada porção do espaço revela especializações mais ou menos nítidas, nascidas à luz de processos antigos e modernos. Mas para entender o funcionamento do território é preciso captar o movimento, [...] definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferecem uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 143).

---

<sup>2</sup> De acordo com Oliveira (1998, p. 206), “O atraso da vanguarda aparecia duplamente, seja na própria forma de estruturação da colônia à base do tráfico e do trabalho escravos, seja como uma contradição da vanguarda que reproduzia na colônia o que ela mesma já extinguiu, isto é, a servidão e o escravismo. Por oposição, as colônias de povoamento nasciam como retaguarda, mas essa condição propiciou, imediatamente, um tipo de economia e de sociedade que logo transitou para o trabalho livre. A vantagem da vanguarda do atraso transformou-se numa desvantagem, cujos efeitos perduraram, apesar ou talvez *et por cause*”.

Essa mobilidade possui sentido apenas na divisão social e territorial do trabalho, composta por diferencialidades expressadas interna e externamente à própria essência social, ou seja, a produção do espaço por diferentes atores, com objetivos semelhantes, mas diversificados conforme o processo de formação do lugar, e suas respectivas características. Segundo Pereira (1999, p. 4) “qualquer divisão social ou manufatureira do trabalho é, necessariamente, uma divisão territorial, uma vez que somente pode existir na medida que assim se configure”, pois, como argumenta Marx (1983a), configura ramos particulares e diferenciados de produção em lugares distintos, de uma região e de um mesmo país.

“No capitalismo, o movimento criado pelo consumo demanda a reprodução de coisas, em um espaço de produção. Esse espaço por sua vez requer um espaço de reprodução [...]” conforme discute Oseki (1996, p. 112) - em uma interpretação de Henri Lefebvre -, comandados pelos atores sociais, e controlados pelo Estado, o que acontece, em grande parte, atendendo aos próprios interesses desse Estado, pois “trata-se de uma esfera pública burguesa” (OLIVEIRA, 2000, p. 56), assegurando a reprodução dos fenômenos.

Segundo a ênfase de Santos (2002, p. 29)

Espaço e tempo, da forma como hoje os concebemos, são a sistematização simbólica criada pelas e através das transformações advindas do desenvolvimento da sociedade burguesa (tese central). Produto e condição do processo, o que pensamos ser espaço e tempo são, na verdade, a ferramenta que possuímos para sistematizar a nossa relação com o mundo da maneira como hoje ele se nos apresenta.

Portanto, para analisar como se procede a construção do espaço, juntamente com o tempo, deve-se “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 247), já que “a realização concreta da história não separa o natural e o artificial, o natural e o político” (SANTOS, 1999, p. 81).

De acordo com Marx (1983b, p. 95, grifos do autor)

A natureza é o corpo *inorgânico* do homem; quer isso dizer a natureza excluindo o próprio corpo humano. Dizer que o homem *vive* da natureza significa que a natureza é o corpo dele, com o qual deve manter-se em contínuo intercâmbio a fim de não morrer. A afirmação de que a vida física e mental do homem e a natureza são interdependentes simplesmente significa ser a natureza interdependente consigo mesma, pois o homem é parte dela.

São com essas ferramentas que se pretende compreender e analisar a formação do processo de ocupação, baseado na presença das “frentes”, no Extremo Noroeste

do estado de São Paulo, pois a frente de expansão em um primeiro momento, e a pioneira, sobrepondo-se à primeira, foram responsáveis, enquanto movimento, pela inserção da região no contexto produtivo econômico estadual e nacional, sustentado pelo avanço da cafeicultura na região, conforme o próprio movimento de diversos interesses que permeavam as pessoas envolvidas em tais processos, dentre eles os posseiros, ocupantes, grileiros, fazendeiros, companhias agrícolas e os colonos, tendo o aparelho estatal voltado aos interesses da aristocracia rural, com um apoio referente às suas reivindicações, quando requeridas.

A agricultura sempre forneceu ao homem sua sustentação, como uma atividade que revela as relações entre as sociedades humanas e seu entorno, como discute Santos (2000). O avanço das técnicas<sup>3</sup>, das relações econômicas e das contradições sociais, consubstanciados e gerenciados por uma estrutura (tipicamente capitalista) na qual apenas uma pequena parcela da sociedade é privilegiada, levou a necessidade de buscar novos horizontes para produzir e viver, em todos os segmentos, por diferentes objetivos.

Foi esta produção que transformou os espaços habitados pelo homem, levando-o à procura de novos espaços para produzir. Estas necessidades foram expressas, neste período, nas chamadas frentes de expansão e/ou pioneira, direcionadas à procura de novos horizontes.

O que se manifesta, de maneira acentuada na formação e durante o processo de construção do espaço, é baseado no modo de produção capitalista, mesmo que em alguns momentos não sejam estabelecidas as relações assalariadas.

Verifica-se durante a produção<sup>4</sup> do espaço, a ocorrência de um processo histórico, alicerçado na acentuação da exploração do trabalhador rural, gerando, dentro de um único sistema, formas sociais distintas, com base na exploração do trabalho, apresentando tendências contraditórias para a igualização e diferencialização que determinam a produção capitalista do espaço, como discute Smith (1988).

Já para Gorender (1994, p. 17), o capitalismo é definido como um “modo de produção em que exista a subsunção real da produção ao capital”. Isto se refere à extração de mais-valia relativa, tanto no meio rural quanto no urbano, caracterizado diferentemente, em organização e em espaços, mas com objetivos comuns.

Segundo Marini (2000, p. 160), a

---

<sup>3</sup> Para Santos (1999, p. 25) “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

<sup>4</sup> Segundo Engels (s/d, p. 49) “A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos.”

produção capitalista, ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e, [...] as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada.

Para Smith (1988, p. 149), “essa contradição que surge no âmago do modo de produção capitalista inscreve-se na paisagem como o padrão existente de desenvolvimento desigual”.

Essa forma de desenvolvimento resulta, primeiramente, do processo de formação e construção do espaço, que se dá historicamente, socialmente, economicamente, politicamente e naturalmente (natureza), conforme esclarecem Santos & Silveira (2001).

De acordo com Soto (2001, p. 19)

O capital é a força que aumenta a produtividade do trabalho e gera a riqueza das nações. É o sangue vital do sistema capitalista, a base do progresso e a única coisa que os países pobres do mundo parecem não conseguir produzir para si mesmos, não importa o quão avidamente sua gente se dedique a todas as outras atividades características de uma economia capitalista.

No Extremo Noroeste Paulista, essas contradições baseiam-se na posse, ocupação e grilagens, tendo esse processo se iniciado na terceira década do século XIX, até meados do século XX, com a colonização pela venda de terras, quando os proprietários colonos, subjugados à Companhia Agrícola, viam-se expropriados de sua produção, para saldarem as dívidas com a colonizadora. Após este período, as relações de compra e venda de terras, sucederam-se conforme exigências do capital, sendo que vários desses colonos perderam suas terras em períodos posteriores.

Para Santos (1988, p. 47), “é neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dadas suas especificidades”.

A análise de uma região, sem necessariamente consolidar uma discussão acerca do conceito, revela a manifestação do real, sob a égide de um mesmo processo, conforme as especificidades que cada lugar construído historicamente, resulta em uma

configuração territorial<sup>5</sup> distinta conforme o momento, porém, interligadas pela sua própria formação que está diretamente vinculada ao passado, pautada em diferentes atores e mecanismos capazes de caracterizar o lugar como único.

É necessário abarcar todo o conhecimento sobre a configuração territorial, em suas diferentes expressões, em períodos distintos, porém, interligados de forma dialética entre si, uma vez que o movimento da sociedade sobre o espaço modifica as formas e as funções, oferecendo espaços diferentes no decorrer do transcurso histórico, conforme esclarece Santos (1988). Para tal compreensão, Santos (1988, p. 58) afirma que

A teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam.

Portanto, é imprescindível a compreensão não somente dos fatores de ordem mais abrangente e genérica, como também, e principalmente, como se realizou o processo de configuração territorial do lugar, perante a formação/construção do espaço geográfico, para lançar a realidade sobre a teoria mais genérica, podendo até mesmo modificá-la, utilizá-la e/ou reorganizá-la para um lugar específico, considerando as diferencialidades do espaço, caracterizando-se em diferentes configurações territoriais em movimento, portanto, nunca terminadas.

## **2.1. Primeiro momento de inserção da frente de expansão: a chegada dos posseiros em território indígena**

O processo de ocupação do Extremo Noroeste Paulista<sup>6</sup> teve seu início, apesar da controvertida história referente à origem dos documentos que deram ao grande

---

<sup>5</sup> Para Santos (1988, p. 75), a configuração territorial é “o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele; objetos naturais ou objetos artificiais que a definem”. “É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial [...]”.

<sup>6</sup> Até o ano de 1964, a área identificada neste trabalho como Extremo Noroeste Paulista era formada apenas pelo município de Santa Fé do Sul. Após seu desmembramento, passou a se considerar o Extremo Noroeste do estado de São Paulo, os atuais municípios de Santa Fé do Sul, Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa. O município de Três Fronteiras não foi incluído no extremo noroeste paulista, pois não fazia parte, segundo Carneiro (1985) e Biscaro Neto (1993), da área designada para a colonização da CAIC, ou seja, suas terras não pertenciam à área prevista para o plano de loteamento da Companhia Colonizadora. Não se constitui como objetivo a realização de análises acerca do conceito de “região” e/ou “lugar”, utilizando-se, portanto, a divisão municipal do IBGE, que insere o extremo noroeste paulista na Microrregião de Jales. Poderá existir, portanto, outras regionalizações, sem diferenciação, utilizando-se de um número maior ou menor de municípios para designar o Extremo Noroeste do estado de São Paulo, incluindo além de Três Fronteiras, outros municípios, ou outras formas de análise desta área, efetuando outras regionalizações.

ocupante (Patrício Lopes de Souza) a propriedade “legal” das terras<sup>7</sup>, por volta de 1830, quando vários pequenos posseiros adentraram na região. Muitos deles, procuravam um lugar para exercer sua produção agrícola de subsistência, depois do declínio do ouro em Minas Gerais. Eram, portanto, os pequenos posseiros, os primeiros a adentrarem na região, buscando locais para que pudessem plantar e sobreviver.

Nestas circunstâncias, em contrapartida, um mineiro chamado Patrício Lopes de Souza, que se instalou nesta área também por volta de 1830, “teria ocupado estas terras e ali feito inúmeras benfeitorias” (MURAMATSU, 1984, p. 5), junto com seu escravo de nome Jeremias.

Para Rubelo (2000, p. 28), sua “chegada nas extremidades da região noroeste paulista ocorreu, portanto, no sentido contrário ao de outros mineiros, que partiram de Minas (Gerais) rumo ao estado de São Paulo, e também da frente pioneira que naquele momento estava na região de Campinas, vinculada à atividade açucareira”, como demonstra a Figura 2.

No entanto, nessas terras já habitavam algumas pessoas, denominadas pela cultura ocidental, índios. Segundo Ribeiro (1970), a população indígena que se localizava no extremo noroeste paulista no início do século XIX, era pertencente ao grupo *jê*, conhecidos como *Coroados*, *Guaianás*, *Bugres* ou *Botocudos*, que falavam a língua caingang.

Esta população, de acordo com Saint-Hilaire (1940), possuía um menor “grau civilizatório” que outras tribos indígenas, e praticavam a caça, a pesca e a coleta de frutas.

---

<sup>7</sup> Não se considera este ator como grileiro, pois ele não possuía o título falso das terras, nem como posseiro, pois ele ocupa as terras, não desenvolvendo atividades coletivas, dado o tamanho da área ocupada.



ocorre pela ação de grandes ocupantes de terras, que se dirigiam para o Extremo Noroeste Paulista, em detrimento de fatores ocorridos em outro lugar, ou seja, a decadência da mineração, como foi o caso de Patrício Lopes de Souza.

### **2.1.1. A inserção e consolidação da frente de expansão: o papel dos posseiros**

Para Szmrecsányi (1990), o resultado da decadência da mineração em Minas Gerais, depois de meados do século XVIII levou, como consequência, a saída de diversos trabalhadores à procura de outros recursos econômicos. Segundo Prado Jr. (1969, p. 169), “De meados do séc. XVIII em diante a mineração não fizera mais que declinar”. Para o mesmo autor (p. 169), a decadência da mineração está associada a “fatores naturais, que são as características peculiares das jazidas auríferas do território brasileiro, com outros mais profundos, [de caráter] econômicos e sociais”.

Para Monbeig (1953), parte dessa população que se encontrava em Minas Gerais nesse momento, tinha como destino o oeste do estado de São Paulo, onde passariam a se dedicar à criação bovina, porém, o que caracterizou este momento, foi a luta pela posse das terras nesta região, assim como no estado do Paraná. “Provavelmente, a Ponte Pensa já era ocupada por pequenos posseiros mesmo antes do afortunado mineiro [Patrício Lopes de Souza] ali ter se instalado”. (MURAMATSU, 1984, p.12).

Aquela empreitada de 1830, conduzida por “pequenos” posseiros, e pelo “grande” ocupante, Patrício Lopes de Souza, que entrou no estado de São Paulo pelo rio Paraná, pode ser considerada como início da frente de expansão. Aproveitando-se do período em que viviam, da transição do regime das Sesmarias para a implantação da Lei de Terras<sup>9</sup>, em 1850, Martins (1975, p. 46) esclarece que a frente de expansão possui como característica “justamente o uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro.”

---

<sup>9</sup> A Lei de Terras de 1850 estabelecia que todas as terras possuiriam valor, podendo ser adquiridas apenas pela compra, caracterizando-se propriedade privada. Para Moreira (1990, p. 36) “Uma lei vem para anular a outra [Lei de Terras no lugar da Lei das Sesmarias]. Num anúncio público do fim do acesso à terra por meio de concessões pelo Estado, a Lei de Terras estabelece o mercado como regra do caminho. Doravante, só se adquire terra mediante compra. Por conseguinte, só a quem a pode comprar fica ela assim franqueada, excluindo-se desse acesso quem não tem recursos, o quer dizer a quase totalidade da população. Dessa forma, embora seja um instrumento de regulação mercantil da circulação da terra, a Lei de Terras se combina com a lei da regulação do mercado de trabalho, uma vez que exclui automaticamente do acesso à terra a quase totalidade da população colonial, à qual só resta oferecer-se em trabalho aos proprietários fundiários. A um só tempo, a Lei de Terras preserva o latifúndio e organiza a nova relação de trabalho.” Dessa nova reorganização é que se faz o nascimento do campesinato no Brasil, sob controle da classe senhorial.

É esta a primeira figura a aparecer no Extremo Noroeste Paulista (pequenos posseiros e, posteriormente, o ocupante), no segundo quartel do século XIX, justamente à procura de um novo horizonte para a produção de subsistência, uma vez que estas terras não possuíam nenhum dono, pois não se considera o indígena como proprietário dessas terras, depois da derrocada da mineração. “Se antes o escravo era renda capitalizada, agora é a terra”. (RUBELO, 2000, p. 29), parafraseando Martins (1986).

Para Muramatsu (1984, p. 7-8),

Na verdade, se estas terras das chamadas ‘zonas pioneiras’, do ponto de vista da mentalidade cidadina do burguês era tida como ‘sertão bravio’, ‘terras desconhecidas’, do ponto de vista de quem ali efetivamente ocupava e morava não o era. Não o era justamente porque ali viviam e ali retiravam da terra a sua sobrevivência material. Ali, por volta dos meados do século passado [século XIX], não vamos encontrar uma economia de mercado. Isto é, uma economia cuja dinâmica é pautada pela produção de produtos que adquirem a característica de mercadorias. Mas naquele momento a ausência da produção de mercadorias não significa que não tenha havido economia alguma. Pelo contrário, ali, em oposição à frente pioneira, se caracterizava como uma frente de expansão em que operava uma economia cuja dinâmica privilegia primeiro a produção de produtos que serviam à sobrevivência, ao sustento e secundariamente, ao que sobrava daí, para o mercado. Portanto, ali operava uma economia que tinha características próprias, típicas das frentes de expansão, uma economia do excedente. (grifo do autor)

Para que se instaurasse efetivamente a frente de expansão, era necessário um contingente populacional (de ocupantes e/ou posseiros) para que se realizasse, em suas condições de vida, direcionado pela quantidade da produção estabelecida por estes, a produção de excedentes, com valor de troca nas comercializações. Este caráter da produção regulada pela quantidade produzida, que instaura a relação mercadológica por meio da troca e venda dos produtos, caracteriza a frente de expansão, como afirma Martins (1975), tendo a posterior presença do ocupante das terras, consubstanciada na figura do fazendeiro.

Segundo Godoy (1995, p. 41)

Sabe-se, no entanto, que desde meados do século XIX, as relações comerciais entre Mato Grosso e São Paulo concorrem cada vez mais para o estreitamento dos vínculos entre as áreas criadoras do Mato Grosso (Paranaíba, Inocência, Campo Grande e Cuiabá) e os mercados paulistas de “recria, engorda e abate” (Rio Preto, Araraquara).

Considerando os aspectos locais, como o de passagem de produtos (gado), pode-se considerar que, desde fins do século XIX, esta região possuía um comércio, mesmo que de pouca expressividade, da pecuária, pois a passagem do rebanho proporcionava as relações de mercado sobre o produto que passava nesta área, como afirma Monbeig (1984).

Este fato era de ocorrência devido a presença da “estrada boiadeira”, que foi aberta justamente para a passagem desse rebanho, pelos mineiros que nesta região se inseriam, conforme argumenta Godoy (1995).

Nesse contexto,

A frente de expansão, embora sendo uma faixa povoada, não constitui uma frente pioneira porque a sua vida econômica não está estruturada, primordialmente, a partir de relações com o mercado. [...] Trata-se de uma economia de excedentes, cujos participantes dedicam-se, principalmente, à própria subsistência e, secundariamente, à troca de produtos que excedem às suas necessidade. (SILVA, 1973, p. 205).

Nessas circunstâncias é que se instaura a primeira fase da frente de expansão no Extremo Noroeste do estado de São Paulo, no período correspondente à posse de terras nessa área, que prossegue até o ano de 1912, conduzida principalmente pelos atores já citados, sendo os pequenos posseiros, expulsos posteriormente dessas terras pelos ocupantes e posteriormente pelos grileiros. Para Sorj (1980, p. 16)

A expansão da fronteira envolve um duplo processo de mercantilização do excedente agrícola gerado pela pequena produção de posseiros devido à ação do capital comercial, assim como a própria expansão física da fronteira. Na verdade, esse permanente movimento de abertura de novas áreas pelos posseiros é que determina a chegada de (sic) capital mercantil, que então se apropria de grande parte do excedente gerado.

A produção do espaço nesta fase acontece diferentemente, ou seja, estas transformações ocorrem pela produção de subsistência dos pequenos posseiros e de sua luta para manter-se no local, e do lado oposto, quando o grande ocupante, para não perder suas terras e a fim de regulamentá-las, estabelece contratos de parceria e proporciona, para alguns pequenos posseiros, a oportunidade de se instalar em “suas terras”.

Segundo Vieira (1973, p. 59), “no avanço da frente de expansão devemos considerar as oscilações ocasionadas pelas crises econômicas, sucedendo-se a fases de maior prosperidade”.

A maioria dos pequenos posseiros, e até mesmo Patrício Lopes de Souza, saiu de uma região que se encontrava em decadência econômica, buscando ascensão em uma nova região.

Neste caso, a produção de café, que foi responsável pelo avanço da frente de expansão em direção ao oeste do estado de São Paulo, ainda não se inseria neste contexto, sendo esta a primeira etapa do avanço da frente de expansão, pautada na produção de subsistência e na criação pecuária, que surgiu posteriormente à grande propriedade. Isso

ocorre por volta de 1840, quando a cultura cafeeira se expande para todo o estado de São Paulo, no qual, geograficamente, encontraria condições favoráveis para o seu pleno desenvolvimento, como discute Stolcke (1986).

Mesmo sendo o “grande” ocupante Patrício Lopes de Souza, o agente de maior importância para a formação da frente de expansão no Extremo Noroeste do estado de São Paulo (não desconsiderando os pequenos posseiros, que se encontravam no local mesmo antes do fazendeiro, porém, foi este que se ocupou das terras), pois a partir de sua inserção é que se fortaleceu a relação de maior reflexo no cenário regional, estadual e nacional, foi grande a importância, nessa área, de pequenos posseiros, antes e durante a ocupação das terras da fazenda Ponte Pensa por aquele. Estes, “com o decorrer do tempo, se transformaram nos verdadeiros donos da terra, nos posseiros vivendo numa economia do excedente”. (MURAMATSU, 1984, p. 25). Porém, os posseiros, como verdadeiros donos das terras, foram submetidos ao poder do grande ocupante, excluindo quem quisesse das terras que teria ocupado.

Eram justamente essas famílias que viviam e moravam neste local, e aí sobreviviam, com a produção voltada para sua subsistência. São os pequenos posseiros, portanto, os primogênitos na configuração espacial do Extremo Noroeste Paulista, depois da presença da população indígena.

Com a chegada de Patrício às terras do Extremo Noroeste Paulista, grande parte desses pequenos posseiros foram retirados (expulsos) de seus casebres. Acabou se redirecionando uma nova relação com outras famílias, indicadas pelo fazendeiro, que eram agregados, ou passaram a morar no local pela vontade de Patrício (alguns deles, posseiros), para assegurar a posse das terras, porém, sem objetivo de desenvolver algum tipo de produção no local.

O que se verifica dessa empreitada é que, mesmo com a retirada de alguns posseiros, desconhecidos para o fazendeiro, Patrício promoveu a vinda de mais famílias ao local, porém, de sua confiança e de seu conhecimento, deixando poucos daqueles permanecerem nas terras.

Contudo, seu interesse não era o de doar terras a pequenos produtores, mas sim o de tentar se apropriar cada vez mais daquelas áreas, implantando mais benfeitorias em “suas terras”, visando, além de sua posse definitiva, a obtenção de lucros, já que a partir da Lei de Terras de 1850, toda a terra passaria a ser mercadoria, cujo acesso legal poderia ser realizado somente através da compra, como demonstra Sallum Jr. (1982). Segundo Martins (1986, p. 20)

Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo [...] o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra.

O processo de implementação da propriedade privada da terra parece, grosso modo, com o processo de arrendamento, mas diferenciando-se em sua composição histórica e, num momento posterior, todas as diferentes classes teriam que pagar pelo valor da terra. “Sendo essa a tônica das frentes de expansão da agricultura brasileira, notadamente no período posterior à Lei de Terras de 1850, o mercado de terras constituiu um cerceamento de oportunidades a novos proprietários face seu caráter especulativo” (GONÇALVES, 1999, p. 127).

Para Singer (1979, p. 134), a Lei de Terras estabelece que

a utilização da mão-de-obra desocupada no latifúndio colonial só seria possível quando a reserva de terra livre se tornasse inacessível ao imigrante, fica patente quando se examina a legislação sobre a propriedade da terra de 1850, momento crucial da história econômica do país, em que o iminente término do tráfico força os fazendeiros a voltarem suas vistas para a utilização do trabalho livre.

Segundo Martins (1986, p.122), no ano de 1850,

a chamada Lei de Terras (Lei n.º 601) definiu todas as terras devolutas como propriedade do Estado, cuja ocupação se sujeitaria à compra e venda. Exceção feita àqueles que por ocupação efetiva e cultura habitual, título de sesmaria ou qualquer outro título tivessem a posse efetiva da terra, o único caminho para que alguém se tornasse proprietário territorial a partir de então seria a compra ao Estado. Após setembro de 1850, os que estivessem na posse de terras não legitimada antes da lei, ou que não viessem a ser compradas ao governo corriam o risco de expulsão mediante ação dos ‘verdadeiros’ proprietários, isto é, os possuidores do título de compra. A terra tornou-se acessível apenas ao possuidor de dinheiro. Generalizou-se, assim, o capital como mediador na aquisição da propriedade territorial.

Gonçalves (1996, p. 153) afirma que

Na medida em que a Lei de Terras determinava que a propriedade da terra dever-se-ia fazer através da compra, o acesso a este meio de produção por parte dos novos “colonos”, tornava-se praticamente impossível. [...] O monopólio da terra é, deste modo, consolidado e se estabelece a articulação do capital financeiro com o fazendeiro, via casas comerciais e bancárias, que vão fazer do Brasil um “país com

vocação agrícola’”, pelo menos enquanto a oligarquia fundiária exportadora não tiver o seu poder contestado.

Ainda para Martins (1999, p. 76)

a Lei de Terras, longe de ter por objetivo a liberalização do acesso à terra, teve por objetivo justamente o contrário: instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas.

Esse fato estabelece, baseado no liberalismo econômico, como afirma Bielschowsky (2000), o caráter agrário exportador do País até início da década de 1930, juntamente com o Estado e os grandes proprietários de terras, que faziam parte deste. O fato de Patrício querer “ocupar” sua propriedade fica claro quando, durante a segunda metade do século XIX, estabelece alguns contratos de parceria, para que os parceiros tomassem conta de algumas partes da fazenda, cuja área era de 503.360 ha.

É neste contexto, que a partir dos anos 1880, de acordo com Beiguelman (1987) e Martins (1986), a imigração tornou-se maciça, e é nesse momento que se forma um mercado de trabalho suficiente para atender a demanda da cafeicultura em moldes capitalistas.

Foi no período iniciado em 1880 que se desencadeou o apogeu da economia cafeeira, considerado pelos fazendeiros como o “ouro verde, dele tudo emana e a ele tudo se destina” (MILLIET, 1982, p. 11).

Assim, toda essa funcionalidade que Patrício passara para seus parceiros empregados manteve-se mesmo depois de sua morte, no ano de 1885, pois nenhum de seus herdeiros diretos apareceu para requerer sua posse. Durante este período, ficou caracterizado o abandono das terras em caráter legalizado, pois ela ainda era ocupada por aqueles que produziam e tiravam seu sustento.

Essas famílias de pequenos posseiros que viviam nessa região, anteriormente e posteriormente à ocupação de Patrício, eram os que detinham sua verdadeira posse, pois eram eles que realmente utilizavam a terra para a produção agrícola. Todas essas pessoas conseguiram permanecer no local até 1912, 27 anos após a morte do fazendeiro, quando acontece o primeiro caso de grilagem da fazenda Ponte Pensa. Até esse momento, os produtores agrícolas retiravam da terra seu sustento, e utilizavam-se dela verdadeiramente, não ficando apenas encobrendo as verdadeiras intenções do fazendeiro. Depois da chegada dos grileiros, ocorre a expulsão dos posseiros das terras na qual se utilizavam.

### 2.1.2. O processo de grilagem de terras: posse e venda institucionalizada de terras ilegais

Segundo Biscaro Neto (1993, p. 22) “A região do extremo noroeste paulista vai conhecer o processo de demarcação e legalização de suas terras a partir de 1912, quando o Estado começa a demarcar as terras devolutas”. Em não se apresentando os herdeiros legítimos de Patrício Lopes de Souza, as terras na qual localizava-se a fazenda “Ponte Pensa” continuavam sendo lavradas por seus parceiros, e por posseiros, que não saíam do local, talvez pelo sonho de possuírem um pedaço daquelas terras onde eles tanto labutaram, e para manter-se na atividade, oferecendo sustento para sua família.

Entretanto, com a Constituição de 1891, quando a Lei de Terras<sup>10</sup> é transferida para o mandato e jurisdição dos Estados, e estes aplicando cada vez mais a legalização fundiária sobre terras devolutas, o processo de grilagem passa a ser realizado com maior intensidade, ávido os arguciosos em conseguir a posse legalizada de uma parcela de terras. Segundo Szmrecsányi (1990, p. 94)

A Constituição de 1891 revogou apenas parte dos dispositivos da Lei de Terras, ao passar para os estados a propriedade das áreas devolutas – exceto as situadas em áreas de fronteira ou segurança, e junto às estradas de ferro federais. Ela manteve, no entanto, em toda a sua plenitude, o direito de propriedade privada da terra, somente ressaltando as desapropriações por necessidade (ou utilidade) pública, sempre mediante prévia indenização a ‘preços justos’ e em dinheiro.

Durante o final do século XIX, até a segunda década do século XX, o poder político brasileiro encontrava-se sob controle dos cafeicultores. Segundo Fausto (1970, p. 89),

No plano interno, a burguesia cafeeira detém em última análise o poder, através do eixo São Paulo-Minas, reunindo as duas oligarquias mais poderosas, a partir da eleição de Prudente de Moraes (1894). Independentemente do fato de surgirem atritos na escolha dos nomes, a aliança do ‘café com leite’, a partir desta eleição, com o único hiato do governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), elege presidentes paulistas e mineiros, ou sob seu estrito controle, como é o caso do paraibano Epitácio Pessoa, escolhido por acordo entre os dois Estados, na emergência decorrente da morte de Rodrigues Alves (1919).

Intrínseco a estes fatos de caráter nacional, no ano de 1912, os grileiros se embrenharam na região do Extremo Noroeste Paulista, sobretudo na fazenda “Ponte Pensa”. Com posse de documentos, reconhecidamente falsificados, Bernardino de Almeida (corretor

---

<sup>10</sup> Como discutido anteriormente, a Lei de Terras era uma solução jurídica em favor da burguesia sobre a propriedade da terra. Ela permitiu o acesso à terra, primeiramente, pelo pequeno posseiro, passando pela tomada dos grileiros, e destas, para o latifundiário. Esse processo foi realizado, durante este período, direcionado pelos interesses capitalistas, tornando-se um negócio altamente lucrativo para a burguesia.

de imóveis) e seu advogado João Odorico da Cunha Glória, passaram a requerer, junto ao Cartório do 1º Ofício de São José do Rio Preto, a demarcação legal, através de agrimensores, da fazenda “Ponte Pensa”, como apresentam Muramatsu (1984) e Biscaro Neto (1993).

Há evidências de que os processos de grilagem que aconteciam no país desde final do século XIX “davam” aos grileiros várias propriedades, estimulou estes, que escolheram as terras do Extremo Noroeste do estado de São Paulo, que não possuíam um “dono” desde a morte do grande ocupante, para colocar em prática seus planos de conquistá-las e, que num período posterior, poderiam ser vendidas para fazendeiros de café.

Neste mesmo ano de 1912, outro grileiro, desta vez proveniente do Rio de Janeiro, o farmacêutico Mário Furquim, entra com mandato de posse desta mesma fazenda, com outros documentos falsificados e que, perante a Lei, alegava ser o único dono destas terras.

O fato mais estranho ocorreu ainda no final daquele ano, pois não houve disputa entre os grileiros para ver quem ficava com a posse das terras. Houve um reconhecimento mútuo dos personagens, entendendo-se como legítimos donos da área, fundando um acordo daí, surgindo a sociedade agrícola “Glória & Furquim”, caracterizando o processo de grilagem dessas terras. “Com efeito, as terras do Extremo Noroeste Paulista só se legitimam a partir de 1914, quando é consolidada nos tribunais a posse definitiva e ‘legal’ das terras à firma Glória e Furquim”. (BISCARO NETO, 1993, p. 19).

Todo esse processo de grilagem que se desencadeou no extremo noroeste paulista ocorreu com o aval da justiça federal, dando ganho de causa aos grileiros. “A burguesia venceu porque contou com o substancial auxílio dos grileiros. Pois estes títulos só se tornaram títulos de propriedade mediante a ação dos grileiros”. (MURAMATSU, 1984, p. 26). Para Martins (1986, p. 69)

Todo um conjunto de atividades lícitas e ilícitas tinha um preço e esse passou a ser o principal componente do preço da terra. As despesas realizadas com subornos, demarcações, tocaias a posseiros intransigentes, pagamento a topógrafos e jagunços, constituíam o fundamento do preço que a terra adquiria através do grileiro.

Ainda segundo Martins (1986, p. 69), o que ocorria era

a transformação da terra em propriedade privada, que pudesse ser comprada pelo fazendeiro, antes de se converter em renda territorial capitalizada, era objeto de outro empreendimento econômico – o do grileiro, às vezes verdadeiras empresas. No processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substituiu o antigo traficante de escravos.

Com a consolidação da posse das terras pela firma Glória & Furquim, ocorreu então, juntamente com as várias divisões entre seus donos, a dissolução de tal firma, pois esta serviu apenas para o ganho das terras. A posterior venda ocorreu a partir das parcelas que cada um recebeu, assim como todos os contribuintes para o sucesso da grilagem. O retalhamento da fazenda “Ponte Pensa” foi realizado e vendido principalmente à burguesia cafeeira, que direcionava algumas de suas atenções para o Extremo Noroeste Paulista, com o avanço da cafeicultura em direção ao oeste do estado.

### **2.1.3. Segunda fase da frente de expansão no Extremo Noroeste Paulista**

A venda das terras do Extremo Noroeste Paulista passou por especulações de caráter nacional e internacional, tanto é que despertava interesse de compradores europeu, para a revenda, ou como reserva de valor, para interesses próprios.

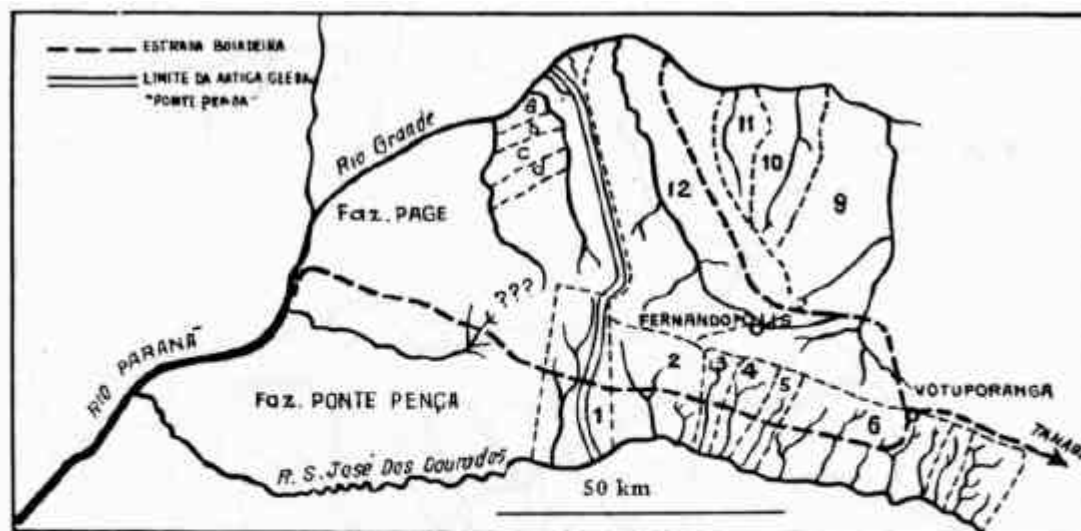
Dentre os compradores estava o inglês John Byng Paget, que em 1920 adquiriu 77.440 ha dessa área, por intermédio de seu procurador, Alfredo Norris, na localização atual da quase totalidade dos municípios do Extremo Noroeste do estado de São Paulo (Figura 3). A área ficou em descanso, como reserva de valor, sem nenhuma atividade agrícola ou pecuária expressiva<sup>11</sup>.

Apenas uma parte de um município do Extremo Noroeste Paulista, conhecida atualmente como Santana da Ponte Pensa, não fazia parte da “Gleba Paget”. A Cia. The Lancashire General Investment, era a possuidora destas terras, a “Fazenda dos Ingleses”, e transformou-as em pastagens muito rapidamente.

Todo este processo de produção do espaço é caracterizado como a segunda fase do avanço da frente de expansão, porém, com aspectos diferenciados. Neste caso, não estava presente a figura dos pequenos posseiros, uma vez que foram expulsos das terras pelos grileiros. Esta etapa corresponde à chegada dos compradores das terras dos grileiros, que eram, em sua maioria, grandes empreendedores. Porém, não ficou caracterizado neste momento, o movimento de um contingente populacional para a área, já que essas terras, depois da grilagem e de sua venda para Paget, ficou inexplorada e praticamente estagnada.

---

<sup>11</sup> Todo este processo de compra e venda de terras estava estabelecido de maneira legalizada pelo Estado, que representava os interesses da oligarquia cafeeira, pois “sem os recursos advindos do café, o próprio Estado desmoronaria. Assim, ao lado do federalismo, a rígida dependência dos agentes estatais perante os recursos materiais gerados pela economia cafeeira incentivou a expansão dos mecanismos de controle sobre esta última e a sua concentração nas mãos do Estado”. (PERISSINOTTO, 1999, p. 97).



- |                       |                     |                        |
|-----------------------|---------------------|------------------------|
| 1. fazenda Marimbondo | 5. fazenda São José | 9. faz. Marinheiro     |
| 2. faz. do Ranchão    | 6. faz. Voador      | 10. faz. Pádua Dinis   |
| 3. faz. Iagora        | 7. faz. Prata       | 11. faz. Água Vermelha |
| 4. faz. São Pedro     | 8. faz. Carilho     | 12. faz. Santa Rita    |

**FIGURA 3 – Limites de glebas e fazendas da Alta Araraquarense**

*Fonte: Monbeig, 1984, p. 217.*

Considera-se este um segundo momento, pois, devido ao surgimento de novos atores sociais no contexto, ocorre também um remodelamento na sistemática que se seguia até então, ou seja, a expulsão daqueles que ainda se encontravam nas terras, parceiros de Patrício e pequenos posseiros, para o início de uma nova etapa, pautada nas relações entre a venda das terras aos grandes empreendedores cafeeiros e, principalmente, com a entrada de 79 famílias trazidas por Norris, para a consolidação da gleba de posse do inglês. Vê-se também que seu interesse não era o de dar uma terra para estas famílias, mas sim o de consolidar e indicar seu aproveitamento, para assegurar sua posse, aparentando o uso do solo. Para Sallum Jr (1982), a grilagem de terras sucedia à frente pioneira, porém, o que acontece, é uma manutenção da frente de expansão com outras características<sup>12</sup>, até a chegada do capital, materializado nas características da frente pioneira.

Quando o capital, constituindo as frentes pioneiras, passava a incorporar territórios até então ocupados pelas frentes de expansão, incorporava terras já apropriadas de

<sup>12</sup> Do ponto de vista da análise histórica, e compreendendo o processo de ocupação depois de terminado, observa-se que a frente de expansão tinha como função preparar a área, a terra, desde sua ocupação por posseiros, até o processo de formação de grilagens, que antecedeu e deu base e subsídios para a apropriação da terra como propriedade, consubstanciada na frente pioneira, numa produção capitalista de mercadorias.

forma legítima (no sentido de legal), em que a posse já se transformara em propriedade privada da terra. (SALLUM JR., 1982, p. 20).

Somente no ano de 1941 os herdeiros de Patrício Lopes de Souza entram com um processo reivindicando as terras. Isto aconteceu 65 anos após a morte de Patrício, tendo sido indeferido pela justiça devido à demora na entrada de recursos, muito posterior ao processo de grilagem das terras.

Apesar da grilagem, com a falsidade dos documentos, as terras foram vendidas com autenticidade para seus compradores, uma vez que ocorrera sua legalização. Os compradores (grandes empreendedores, sobretudo a oligarquia cafeeira) “não tinham culpa” de sua verdadeira legalidade. Mas as apelações dos herdeiros prosseguiram até 1953, sem sucesso algum.

Mas, a finalidade social e as exigências do bem comum sustentados pelo juiz para julgar a matéria não são, para o caso aqui presente, nem social e muito menos comum. Pelo contrário, a finalidade aqui é bem individual e muito particular. Visava atender aos interesses individuais e particulares da classe que se apressou em comprar as terras da Ponte Pensa: a burguesia cafeeira. (MURAMATSU, 1984, p. 24).

Contudo, o proprietário da “Gleba Paget” não demonstrou maiores interesses em aplicar recursos nestas terras. Depois de sua aquisição em 1920, foram 26 anos de abandono por parte do seu dono, que nunca teria estado em sua propriedade durante esse período.

Poucas pessoas viviam nas fazendas neste período. Segundo Monbeig (1984, p. 220-1)

Um exemplo, é a grande fazenda Pajé, onde uma quarentena de famílias forma um povoamento de sentinelas, junto aos limites. Uma cabana e um terreno plantado com milho é tudo o que acompanha a presença desses guardas. Os proprietários vão visitá-los de tempos em tempos, para lembrar que existem, para informar-se sobre as tentativas sempre temidas de invasão e também para avaliar os progressos da região.

#### **2.1.4. A atuação (des)ordenada da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC)**

Em 1929, a crise do sistema capitalista em nível mundial acarreta consequências diretas ao Brasil, principalmente relacionadas à cultura do café, devido à queda

de seu preço e a não absorção do produto pelo mercado. Outras culturas são estimuladas pelo Estado, além da implantação de indústrias e de uma infra-estrutura para suportar este avanço industrial no país. Segundo Sodré (1977), surgem as mais variadas formas de intervenção estatal na economia, como por exemplo, a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1931, para atender a uma crise de superprodução que afetava principalmente o Nordeste.

“A crise de 1929 provocou uma reversão dos preços relativos internacionais que diminuiu o diferencial de rentabilidade entre a produção de café e a do algodão e do açúcar”. (NEGRI, *et al*, 1988, p. 32). É neste período que se acentuam as transformações econômicas, junto com a perda da quase totalidade do café paulista, e a ampliação do processo de industrialização do país<sup>13</sup>. De acordo com Sodré (1977, p. 66)

A crise liberta, assim, as forças produtivas capitalistas que vinham sendo entravadas no Brasil e permitira a sua expansão. E a economia de mercado interno vinha preencher os espaços deixados vazios e revelava o grau já atingido pela acumulação interna, antes obscurecido pela sangria externa. Processa-se, então, de forma às vezes violenta, e sempre rápida, a transferência de renda, particularmente da área agrícola para a industrial, da economia de exportação para a de mercado interno.

Prado Jr. (1987, p. 291) enfatiza que

É depois de 1930 que todo este processo de transformação se acentua. A crise mundial desencadeada em outubro do ano anterior, repercutirá gravemente no Brasil. O valor dos produtos fundamentais em que assentava a sua vida econômica (em particular o café), cai brusca e consideravelmente.

Após a crise, a burguesia cafeeira sofre grandes perdas, pois muitos fazendeiros estavam devendo aos bancos e tiveram que entregar suas propriedades como forma de pagamento. De acordo com a argumentação de Silva (1985, p. 59)

Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira não se limitaram a organizar e dirigir plantações de café. Eles eram também compradores da produção

---

<sup>13</sup> Para Martins (1986, p. 106), “a indústria brasileira não surgiu no próprio corpo das relações imediatamente produzidas pelo comércio de produtos coloniais, como o café, mas sim nos interstícios dessas relações, à margem e contra o circuito de trocas estabelecido pelos importadores. Assim, a gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria. É nesse plano que se pode dizer que é improvável a hipótese de que a indústria brasileira já nasceu como grande empresa”. São nessas relações, que a “liberação do capital, resultante da libertação do escravo e da transformação das relações de produção, teria produzido, como consequência, aquele tipo de pessoa, o empresário, capaz de assumir a racionalidade desse capital, dedicando-se, então, ao desenvolvimento da atividade industrial”. (MARTINS, 1986, p. 109). Contudo, a discussão acerca da industrialização do país não fica pormenorizada nesta análise, não se constituindo objetivo a compreensão profunda deste fato, que não influenciou diretamente a região do extremo noroeste paulista na década de 1930.

do conjunto de proprietários de terra. Eles exerciam as funções de um banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade.

Diante dessa desorganização econômica, a burguesia agrária buscava novas formas de investimento para a reprodução do capital, e uma das soluções foi a criação, em 1934, da Companhia Agrícola de Imigração e Colonização (CAIC), tendo como maior acionista a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, que perdera com a circulação e conseqüentemente com a venda do café após a crise, juntamente com um grupo de empresários cafeicultores. Segundo Chaia (1980, p. 32)

A maior acionista da CAIC, detendo cerca de 2000 ações, é a Companhia Paulista de estradas de ferro. Novos acionistas também serão incorporados, como Alberto J. Byington, Almeida Prado e Cia., Companhia Paulista de Exportação. Os antigos acionistas deterão uma quantia menor de ações [...]. O [...] Presidente da CAIC será Vicente de Paula Almeida Prado, pertencente ao ramo dos Almeida Prado, tradicionais representantes do comércio e do cultivo do café.

A velocidade das transformações e movimento do mundo traz a necessidade de que o agora seja planejado de antemão, há algum tempo, como afirma Santos (1988). Para Sader (2000, p. 8), “Se é certo que os homens não criaram o mundo que querem, no mesmo em que o desejam, é certo que o mundo é resultado das ações humanas, entre si e na relação com a natureza”. Essas relações são estabelecidas e criadas, em grande parte de antemão, principalmente no tocante do capital, visando planejar seus passos para o aumento de sua margem de lucro.

Isso mostra o caráter da CAIC em planejar a ocupação da área, cujo objetivo era comprar e promover o retalhamento das grandes propriedades falidas, transformando-as em pequenas propriedades produtoras, colocando-as no mercado imobiliário para venda, bem como estimulando a policultura, para movimentar a ferrovia que se dirigia ao Extremo Noroeste Paulista. Como reflexo dos princípios da companhia, foi apresentado no dia 10 de outubro de 1936, em forma de uma carta (Figura 4), a divisão do que seriam os futuros lotes de colonização da CAIC no município de Santa Fé do Sul, e que se manteve por base no ordenamento territorial municipal, configurando-o até os dias atuais.

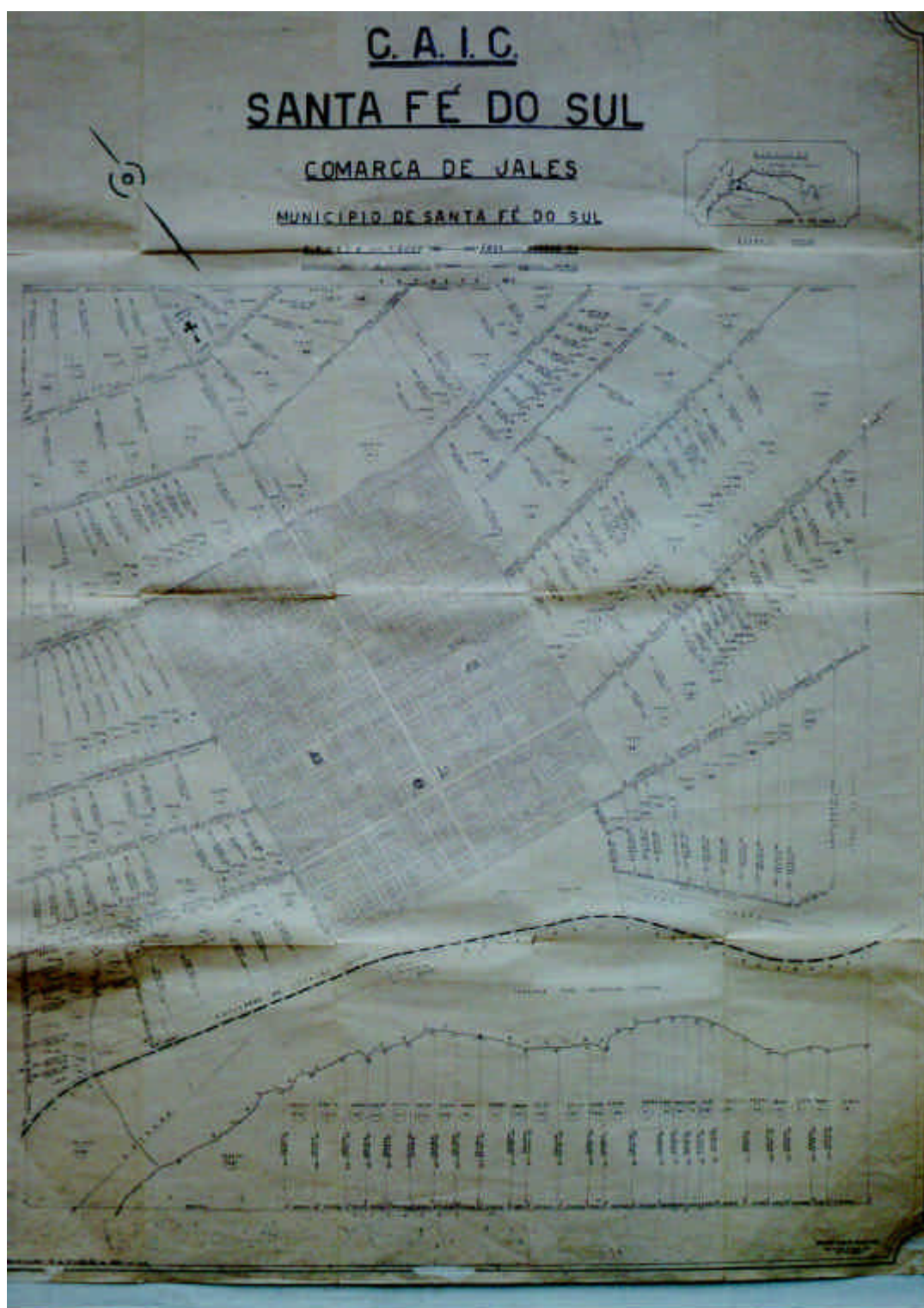


FIGURA 4 – Divisão dos lotes do município de Santa Fé do Sul pela CAIC

Observa-se um plano concreto de urbanização<sup>14</sup>, e preferindo aos estabelecimentos rurais, uma facilidade de acesso à cidade, assim como à estação ferroviária, facilitando o escoamento da produção agrícola.

Nas margens do local onde passaria a estrada de ferro, ficaria o distrito industrial, para uma melhor eficácia no repasse da produção agrícola. Ao norte deste, estaria o núcleo urbano, constituído em formato de quadras padronizadas (plano ortogonal). No envolto dessa “área urbana”, ficariam os lotes rurais, com ligações diretas ao centro da cidade, para agilizar o escoamento da produção (ROSAS, 1998).

O Plano Ortogonal implantado pela CAIC possuía um traçado de fácil acesso, caracterizando-se em um sistema de quadrículas, com as quadras padronizadas em ângulos retos. Esse tipo de traçado é de origem grega, e passou a firmar-se em toda a Europa, expandindo entre os romanos, e consolidando-se ainda mais na Idade Média, como afirma Johnson (1974).

A disseminação desse plano se deu pelos colonizadores espanhóis na América Latina e pelos portugueses no Brasil, firmando-se na criação de cidades até a atualidade, justamente pela maior facilidade de circulação, não somente no interior da área urbana, mas também na interligação entre os lotes rurais, e desses com a cidade e com a estação ferroviária, visando, neste caso, o transporte de produtos agrícolas.

Segundo Perissinotto (1999, p. 84), “o caráter mercantil-exportador [...] da economia cafeeira acabou, com a ajuda das ferrovias, por constituir uma sociedade com acentuado caráter urbano”. Este processo ocorreu, principalmente, com o avanço da economia cafeeira e da ferrovia em direção ao oeste do estado de São Paulo. Este avanço fornecia as bases para o progresso urbano da capital paulista. Para Perissinotto (1999, p. 85)

Por essa razão, o tropeirismo e a produção de açúcar eram atividades tributárias da Capital e foram as primeiras a dinamizar a economia paulistana. Mas foi, evidentemente, com o advento do café que a cidade de São Paulo conheceu uma expansão absolutamente inédita. Mais especificamente, isso se deve à chegada do café no Oeste paulista, região tributária da Capital.

Foi depois da crise de 1929 que a terra passou a ser centro de especulação fundiária, de negociantes e companhias de colonização particulares, nacionais e estrangeiras, como demonstra Muramatsu (1984). Nesse contexto, demonstrando interesses na área, a CAIC, em 1946, comprou as terras do Extremo Noroeste Paulista do inglês Paget.

---

<sup>14</sup> Este plano não se constituiu, por exemplo, na cidade de Três Fronteiras, uma vez que esta não fez parte da área de colonização da CAIC, o que demonstra a organização da Companhia, como discute Carneiro (1985).

“Negociantes e companhias de colonização dividiam as fazendas em pequenos sítios e vendiam aos ex-colonos de café ansiosos por adquirir seu tão sonhado pedaço de terra”. (MURAMATSU, 1984, p. 28). O caráter deste retalhamento realizado pela Companhia era exclusivamente mercantil, pois ao comprar esta área e dividi-la em pequenos lotes para venda, a média do lucro quase sempre ultrapassava 150%.

Mesmo assim, este retalhamento possui em sua essência, um caráter de distribuição fundiária, base para uma reforma agrária reivindicada posteriormente, porém, o aspecto totalmente capitalista da Companhia fez com que esta fosse a principal beneficiária dos negócios realizados com a venda das terras<sup>15</sup>.

A CAIC fora uma empresa denominada CGICB (Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil), fundada em 1928, por capitalistas agrícolas, industriais e comerciantes, que entrou em declínio sendo substituída pela CAIC. A mais significativa mudança da antiga CGICB para a CAIC foi em sua diretriz principal, que era o aplicar e incentivar a imigração. Segundo Carneiro (1985), a compra, o loteamento e a revenda de terras passou a ser seu principal objetivo, justamente pela maior lucratividade neste ramo, conforme observado depois de 1930.

A compra desta preciosa mercadoria e a sua posterior revenda em pequenos lotes a um preço superior ao da compra foi sempre a sua principal fonte de lucro. Por isso, a sua atividade esteve subordinada à dinâmica do capital e não em atender – como fazem crer os dirigentes da companhia, os seus acionistas e o próprio colono pequeno proprietário – os interesses e as necessidades reais daqueles compradores das terras, notadamente o próprio pequeno proprietário, ex-colono do café. (MURAMATSU, 1984, p. 45).

Como foi observado, esse empreendedorismo que divulga a CAIC, possui caráter extremamente capitalista. O discurso de promover a expansão das pequenas propriedades agrícolas é realizado apenas para que, em sua ideologia, consiga vender lotes aos ex-colonos de café. Por trás do sonho que a Companhia perpassa aos seus compradores, nada mais faz que a exploração da venda da terra, para gerar lucros extraordinários à empresa. “No Centro-Sul, a crise em torno da produção de café determinou processos de venda de lotes para pequenos proprietários orientados para o mercado interno”. (SORJ, 1980, p. 20).

Ao mesmo tempo em que novas glebas foram adquiridas por essa companhia, principalmente no extremo noroeste paulista, em que o processo e o objetivo eram

---

<sup>15</sup> Apesar de aparentemente a distribuição de terras ter grande importância social, que indiretamente em tempos futuros à colonização se manteve, o caráter exploratório da Companhia descaracterizou e dispersou essa idéia, mas que se manteve na base dos proprietários, que indicavam que graças a tal iniciativa, eles eram, agora, proprietários.

o de criar pequenas propriedades baseadas na policultura, de acordo com Chaia (1980), vários povoados surgiram desses novos lotes, dentre eles: Santa Fé do Sul, Três Fronteiras, Santa Rita d'Oeste, Santa Clara d'Oeste, Rubinéia e Santana da Ponte Pensa.

Neste período que começa em 1930, ocorre uma reorganização do espaço produtivo, com uma maior especialização regional de produção, e da divisão social do trabalho na agricultura. Com o declínio do café, há um aumento na produção voltada para o mercado interno, como discute Sorj (1980).

## **2.2. O Avanço e a Consolidação da Frente Pioneira**

A junção de interesses (Companhias de Colonização e de Transporte) trouxe à região, a caracterização da “frente pioneira”, que se alicerçava durante a formação deste processo de colonização. “A partir de 1948, quando a CAIC inicia a fundação de Santa Fé do Sul é que efetivamente se estabelece a presença da frente pioneira na região”. (BISCARO NETO, 1993, p. 24). A frente pioneira trouxe, portanto, como principais atores no processo de expansão e colonização do Extremo Noroeste Paulista, os pequenos produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários, entre outros), sustentados na ação da Companhia de Colonização. A cidade de Santa Fé do Sul teve sua fundação oficial, pela CAIC, no dia 24 de junho de 1948.

Diferentemente da frente de expansão, a frente pioneira tinha como base a implantação da propriedade privada (capitalista) da terra, pois lá, a terra não era ocupada, mas comprada, tornando-se capital para os novos proprietários, como destaca Martins (1975).

A frente pioneira caracteriza-se pela instalação de empreendimentos econômicos e, como tal, apresenta-se organizada e integrada na economia de mercado. Passa-se da economia de subsistência, da produção de excedentes, para a produção de mercado. (SILVA, 1973, p. 205).

A frente pioneira caracteriza-se, portanto, como a consolidação de grande parte das relações que se desencadeavam na frente de expansão<sup>16</sup>, criando vínculos dos mais diversos com o lugar, como o econômico, fortalecendo o mercado. “A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas”. (GONÇALVES, 1996, p. 149).

---

<sup>16</sup> Grande parte da população da frente de expansão continua a empregar-se no desbravamento de novas áreas, pois, não tendo a propriedade da terra, viam-se submetidos ao processo de consolidação do lugar em que estavam, ficando cada vez mais à mercê do capital que se instaurava na antiga frente de expansão.

Para Waibel (1958, p. 264-5),

[...] enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem e a região civilizada<sup>17</sup>. A esta zona damos o nome de zona pioneira. [...] O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida.

Essa frente pioneira traz, ao lugar que se denomina com sua consolidação de zona pioneira, a elevação do preço das terras, pela organização de mercado que se instaura na região, levando além da derrubada de matas para novas produções, à construção de vilarejos e cidades, todas criadas a partir da “zona pioneira”. Ainda Waibel (1958, p. 266), ressalta que

De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana.

A consolidação da frente pioneira exprime um movimento populacional (social), mediante à frente de expansão, de incorporações de regiões ainda desconhecidas à economia de mercado. Essa incorporação é reestruturada pelo movimento da própria frente de expansão, pois esta busca sempre novas perspectivas de áreas para produzir, levando ao sistema capitalista novas arestas de uma economia a se fortalecer num futuro próximo, destinando à região como potencial para exploração capitalista, transformando-a e caracterizando-a como frente pioneira<sup>18</sup>.

Ferreira (1986, p. 6) considera a frente pioneira como

um empreendimento capitalista, como uma forma de inserção do campo no sistema capitalista, especialmente pela condição da propriedade privada da terra (ainda que seja a pequena propriedade), pelos investimentos em compra de terra, pela renda que a terra possa a dar aos proprietários absenteístas (que as arrendam ou vendem), pela produção voltada para o mercado, ainda que não se verifiquem investimentos de

<sup>17</sup> O autor denomina região civilizada, aquela conhecida e estruturada pelos “brancos”, não levando em consideração a população indígena que, em vários casos do avanço da fronteira, estava no “caminho” à procura de novas terras, como aconteceu nesta região.

<sup>18</sup> Para Ferreira (1986, p. 4) “A expansão do espaço da produção agrícola, ou seja, da fronteira agrícola, se dá mediante a incorporação de novas áreas ao processo de produção. Ao longo do tempo, na formação territorial, essa expansão assume formas diferenciadas, com características próprias, imprimindo no território novas formas de ocupação, de uso da terra, de apropriação, e guardando um conteúdo social e econômico específico, dentro do processo que as embasa. Assim, admite-se que a ‘frente pioneira’ tenha marcado um momento importante na expansão espacial do sistema capitalista no Brasil, implantando as bases do capital no campo. Está intimamente relacionada à pequena propriedade; à expansão da produção por áreas virgens, preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente; à produção de alimentos voltada para o autoconsumo e venda de excedentes para o mercado interno em expansão, em virtude do crescimento da população urbana”.

capital na produção e que as relações de trabalho se configurem como não tipicamente capitalistas (colonato, parceria, meiação, arrendamento em espécie).

Segundo Martins (1975, p. 47)

A característica imediata desta última [frente pioneira] é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc., loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção da mercadoria. A frente pioneira surge não como consequência ‘rebarbativa’ da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta.

É necessário, para que se concretize a frente pioneira, caracterizando uma zona pioneira, primeiramente, a propriedade privada da terra, sendo esta comprada, e não ocupada, mesmo que muitas vezes, de maneira ilegal. Dessa forma, o processo que passa da ocupação da terra à sua propriedade (depois da Lei de Terras de 1850), é que caracteriza a transformação e consolidação da frente pioneira em algumas áreas, sendo a terra tratada como mercadoria, como relações existentes entre as diversidades impostas pelo mercado, que se torna implacável à exploração das classes sociais, conforme as objetivações da sociedade capitalista, como argumenta Martins (1975).

Portanto, a concepção de frente pioneira

compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas. (MARTINS, 1997, p. 153).

Na produção desta frente pioneira<sup>19</sup> que se instaura no Extremo Noroeste Paulista, a cafeicultura era trazida como cultura de mercado, depois da instalação definitiva dos novos proprietários, principalmente no início da década de 1950, mas não como principal fonte geradora de subsistência dessa frente, em seu processo de consolidação, uma vez que a cultura de subsistência era seu principal objetivo, nesta região, conforme objetivos pré-

---

<sup>19</sup> Outra consideração sobre frente pioneira, é feita numa leitura sobre Bernardes (1953), realizada por Ferreira (2002). “Considerando as frentes pioneiras como uma linha imaginária contínua, que estabelece a divisão entre as regiões ainda virgens e as terras trabalhadas, onde ocorreu a fixação da população, [procurando diferenciar] [...] as áreas de fixação clássica e as atuais, sendo difícil estabelecer o limite entre as áreas já ocupadas e aquelas ainda virgens”, pois há um espaço de transição entre elas, que se encontra em constante movimento e modificação.

estabelecidos pela CAIC. Assim, os proprietários viam-se submetidos à produção de mercadorias que viessem a apresentar um retorno em curto prazo, porém, a plantação de café era seu principal viés econômico.

No que diz respeito ao problema das terras, como argumenta Rangel (2000, p. 102-3), nas áreas de antiga colonização,

defende porfiadamente seu direito de propriedade, contra qualquer limitação do seu domínio, porque espera dispor da terra para a venda ou para a utilização própria, mas mostrar-se tolerante no tocante às terras em processo de incorporação, nas áreas de nova colonização ou frente pioneira.

Porém, essa tolerância observada, mesmo que estas terras possuíssem menor valor que as de outras áreas (antigas), via-se imbuída de característica ambiciosa, lograda para diversos fins, dentre os principais, reserva de valor, colonização de caráter capitalista, produção de pecuária, entre outros. Estes fatores são os principais diferenciadores daquelas áreas de produção mais antigas.

Outros fatores de extrema importância, que fundamentava a propriedade privada, são os fatores referentes ao tipo de assistência que o produtor agrícola terá sobre sua produção. Mesmo que de maneira irrisória e com extrema falta de assistencialismo, o agricultor necessita da propriedade, para que hajam as mínimas condições a que alguns desses consigam progredir e estabilizar-se no meio rural.

No Brasil, [...] a propriedade jurídica da terra é indispensável para o exercício da agricultura. Sem essa condição prévia, o agricultor não goza de um mínimo de autonomia necessária para tomar suas decisões e praticamente não tem acesso ao crédito – que somente excepcionalmente é um crédito fundiário – porque há justamente a exigência de uma garantia hipotecária. (LAMARCHE, 1993, p. 188).

Com a sua “estabilização” na propriedade, os colonos precisavam produzir rapidamente para que pudessem pagar suas dívidas com a Companhia, e o café não era a melhor opção financeira no momento, além de demorar entre dois e quatro anos para uma produção consistente. Seu cultivo era um anseio que norteava a frente, já que a maioria era de ex-colonos de fazendas de café, mas seu fortalecimento foi gradativo, mesmo porque, os pioneiros procuravam um lugar para assentar-se e produzir, depois da queda na produção desse produto. Este processo foi consolidando-se e ganhando importância, quando a região passa a ser gradativamente inserida no contexto econômico paulista. Para Gonçalves (1999, p. 145), “Essa outra cafeicultura, que iria ser a base da atividade nos anos seguintes, foi montada

com o acesso à terra de ex-colonos, tanto nas áreas antigas de café, como nas novas frentes de expansão da fronteira agrícola do Extremo-Oeste Paulista [...]"

Com efeito, a ocupação desta região e particularmente para o caso aqui presente, [...] a partir [do] período pós-crise, vai se caracterizar não mais exclusivamente pela implantação de lavouras de café, mas sobretudo pelo surto da pequena propriedade, [onde compartilhavam o mesmo espaço o café e a policultura] [...] e também pela expansão da pecuária de corte. (MURAMATSU, 1984, p. 36, grifo nosso).

Segundo os documentos editados pela CAIC (1933, *apud* CHAIA, 1980, p. 30), a cultura de café poderia ainda ser plantada pelos pequenos colonos, mas tornar-se-ia inviável para os fazendeiros, devido a quantidade produzida, assim como o preço do produto.

Não queremos dizer que seja necessário abandonar completamente a cultura do café, nos lugares aonde ele pode ser ainda economicamente produzido diretamente pelos colonos e portanto sem despesas aparentes para estes. [...] [o café] é ainda um bom negócio para o colono policultor que trata o próprio pequeno cafezal. (Documento da CAIC, 1933, *apud* CHAIA, 1980, p. 30).

Não se levava em consideração, porém, as dificuldades econômicas dos pequenos colonos. Era objetivo primordial para esses, a produção agrícola de rápida colheita, e o baixo custo para a plantação, como o feijão, o arroz, o milho, entre outros, uma vez que saldar as dívidas para com a CAIC era o principal anseio dos produtores. Uma vez estabilizada suas finanças, os colonos começariam a plantação do café, que se expandiu principalmente no decorrer da década de 1960.

A frente pioneira procurava atender suas necessidades e superá-las, produzindo para o mercado que lhe abria, muitas vezes, em suas próprias relações internas (da frente). Porém, o que se estabelece pela Companhia Agrícola, nada mais é que um negócio de terras, tipicamente capitalista, numa forma de negociação comercial, e não a preocupação de colonização racional com distribuição fundiária para pequenos colonos, pois o “modo de produção capitalista é um modo de produção de mercadorias” (GONÇALVES, 1996, p. 145), neste caso, as terras.

O conjunto dos trabalhos que precedem a instalação agrícola nos sítios, transforma o loteamento em verdadeiro esforço de colonização interior; mas é uma colonização que, desde a compra da gleba até a produção agrícola, não passa de uma transação comercial, um ‘negócio’. (MONBEIG, 1984, p. 237).

A região colonizada tornou-se alvo de cobiça de muitas pessoas de todo o Estado de São Paulo e de outros Estados. Sobre isso, Reis (1990, p. 31) observa que “para

esta região, milhares de famílias vieram a partir do loteamento efetuado pela CAIC [...]. Os que compraram pequenas propriedades eram, em sua maioria, ex-colonos remanescentes das fazendas de café” de regiões que se encontravam em decadência econômica em função dos baixos preços desse produto no mercado nacional e internacional.

Desta forma, o que se analisa, em geral, é que o café, juntamente com o avanço ferroviário, foi o principal motivo que direcionou e impulsionou o avanço do processo de colonização no estado de São Paulo. Contudo, o extremo noroeste, distante cerca de 600 quilômetros da capital paulista, tem o processo de colonização tardio. “O processo de expansão da estrada de ferro rumo ao oeste paulista está, até a década de 40, ligado ao desenvolvimento da cafeicultura paulista”. (BISCARO NETO, 1993, p. 12).

Após a crise de 1929, com a falência dos produtores de café, a alternativa foi a implantação de companhias de imigração e/ou colonização, ou seja, a venda de terras, assim como as imigrações, foram os principais produtos de expansão da colonização depois do final da década de 1930.

A CAIC tornou-se posteriormente uma empresa pública de mecanização agrícola e subsidiária da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e tinha conhecimentos prévios sobre a expansão dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense.

Para Chaia (1980, p. 32)

A CAIC tornou-se, a partir desta data [1934], uma subsidiária da Companhia Paulista, agindo da seguinte forma: a CAIC adquiria terras por onde deveria passar as futuras estradas de ferro, pagando o valor real, para a implantação de loteamentos rurais e urbanos. Em seguida a Companhia Paulista abria as estradas de ferro, acarretando a valorização das terras vizinhas que contavam agora com infraestrutura.

Segundo Matos (1974, p. 102). “A Araraquarense, que desde 1912 tinha a [ponta] dos trilhos em Rio Preto, estende-os até Mirassol (onde também permanecem vários anos) e só depois de 40 continua na direção do rio Paraná, cujas margens foram alcançadas em 1952”.

O que se esperava com o avanço ferroviário, pautado nas condições de colonização existentes, era o mais fácil acesso ao comércio, podendo levar seus produtos, da policultura ao café, até os centros consumidores da Capital paulista, e também ao porto de Santos, já que “nas exportações predominam os gêneros alimentícios, principalmente de origem vegetal, representando 2/3 da quantidade e a metade do valor”. (FRANÇA, 1960, p.

131). Este era mais um atrativo para que os colonos viessem a adquirir terras da CAIC no Extremo Noroeste Paulista, e mais um motivo de comemoração por parte dos empresários, que lucrariam cada vez mais com sua inserção na região, que se efetivaria somente no ano de 1952. “Muitas famílias tradicionais da cafeicultura paulista ganharam grandes fortunas no mercado especulativo de terras, talvez mais que com o próprio café”. (GONÇALVES, 1999, p. 127).

Com a instalação de uma nova divisão territorial do trabalho, essa ocupação periférica é bem-sucedida, pois é o resultado de um labor intelectual precedente. Beneficiada pelo valor relativamente baixo da terra, ela busca também diminuir seus custos de trabalho com altos graus de capitalização em fixos e fluxos. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 119-120).

Toda essa rearticulação dos espaços acontecia, todavia, com grande influência do Estado, que financiava grande parte das expansões das redes de transporte, assim como a integração, que ocorria não somente com o restante do país, mas em direção ao interior do estado de São Paulo.

No período que antecedeu a compra da “Gleba Paget” pela CAIC, em 1946, a ferrovia avançava em direção ao Extremo Noroeste Paulista, sendo um dos principais incentivadores para a posterior venda de terras pela Companhia.

“Foi principalmente quando os trens entraram em serviço até Votuporanga (1944) que se intensificou a publicidade e aumentou a venda das terras neste resto de sertão”. (MONBEIG, 1984, p. 229). Esse avanço ferroviário trouxe à CAIC, um número extraordinário de vendas de lotes rurais. “A iminência da chegada dos trilhos e o conhecimento de seu traçado foram aqui os elementos decisivos” (MONBEIG, 1984, p. 229) para que se efetivasse o processo de colonização realizado pela CAIC, juntamente com a expansão da cafeicultura em direção ao oeste paulista. Observa-se, dessa maneira, a concretização do binômio café-ferrovia para a consolidação da colonização no Extremo Noroeste Paulista.

Este caráter de procura por novos horizontes para uma produção agrícola, trouxe para toda a região do Extremo Noroeste Paulista, um desenvolvimento econômico pautado nessas novas (re)organizações que se desencadeavam, expressadas territorialmente pelo avanço de uma forma mais eficaz e de menor custo (transporte ferroviário) para

transportar produtos aos principais centros comerciais e consumidores, como interesse da CAIC e dos produtores.

A compra da “Gleba Paget” foi a maior realizada pela CAIC em todo estado de São Paulo, tanto em área, quanto em número de lotes.

A especulação e a venda de terras passaram a ser uma opção para a burguesia cafeeira paulista não só no sentido de auferir lucros com a venda de terras, mas sobretudo na diversificação da agricultura, no aumento da produção e, consequentemente, garantindo cargas a serem transportadas pela rede ferroviária paulista, cujos maiores acionistas ainda eram pertencentes aos quadros da burguesia cafeeira. (BISCARO NETO, 1993, p. 13).

Segundo Muramatsu (1984, p. 55)

O esquema era bem claro: o colono para pagar o que devia à CAIC precisaria produzir mercadorias que dessem uma renda, e esta se reverteria para aquela na forma de prestações a serem pagas anualmente. Ao contrário, pois, do que se possa pensar, o ex-colono ao se transformar em pequeno proprietário não podia cultivar o que bem entendesse na ‘sua’ terra. Não era o senhor e possuidor absoluto da terra, embora formalmente recebesse um título de propriedade depois de saldadas todas as prestações. O limite de sua autonomia estava no seu próprio trabalho o que deveria gerar uma renda a ser transferida para a empresa capitalista. Assim, o trabalho gerador de valores, produtor de riquezas era um trabalho que gerava valores e produzia riquezas para os outros.

Para que se realizasse com sucesso a venda dos lotes pela CAIC aos colonos, principalmente os italianos, como indica Muramatsu (1984), era necessária a criação de cidades, com uma infra-estrutura, precedente à colonização rural, para que chamasse a atenção dos compradores. Foi assim que foram fundadas as cidades (vilas) do Extremo Noroeste do estado de São Paulo, conforme explicita Monbeig (1984). Com a estruturação das cidades, ocorre a venda dos lotes rurais aos colonos, com diferenciados preços e tamanhos, variando entre 7,26 ha (3 alqueires paulista) até 72,6 ha (30 alq.), com uma média de toda a região de 48,67 ha, considerando toda a araraquarense.

A CAIC passou a vender um imaginário para os colonos. Uma imagem do “sertão” desbravado e colonizado pela CAIC e que estava preparado para a chegada do colono. A ideologia que esta difundia para efetivar sua venda caracterizava a venda do imaginário, pois os compradores não conheciam o local e a realidade que vivenciariam posteriormente à sua territorialização no local, sendo que a Companhia mexia com o inconsciente das pessoas. Para Bourdieu (2000, p. 11)

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

Quando a CAIC partia para trazer um grupo de possíveis compradores de lote, fazia com que estes se sentissem donos, repassando todas as regalias possíveis naquele período. Era oferecido o transporte de ida e volta por caminhões, além de refeições durante sua estadia no lugar. Porém, toda esta regalia terminava quando ocorria a compra da terra pelo colono, que se sentia estimulado pela propriedade e por almejar sua vida em progresso na região. Era utilizado, desta forma, o poder<sup>20</sup> simbólico para persuadir os compradores.

Segundo Bourdieu (2000, p. 14)

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.

Além de ignorar os verdadeiros interesses da Companhia, que possuía carácter extremamente capitalista em suas diretrizes, vários colonos encontravam no lugar, uma salvação imediata e fácil, para abrigar sua família e ser proprietário. De acordo com Chauí (2000, p. 19), a simbologia, o imaginário, são representados pela ideologia.

O campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido da irreabilidade ou de fantasia, mas no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta. [...] Esse aparecer não é uma “aparência” no sentido de que seria falso, mas é uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto, que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens.

Ainda para Chauí (2000, p. 21)

Nesse contexto, é possível perceber qual o trabalho específico do discurso ideológico: realizar a lógica do poder fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidade das condições de vida de cada um [...]. Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal.

---

<sup>20</sup> Para Foucault (2002, p. 160), “O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem.”

De acordo com Löwy (2000), realizando uma leitura sobre Marx, são as classes sociais que “criam e formam” as superestruturas, ou seja, as visões sociais do mundo, mas estas são elaboradas e sistematizadas pelos “representantes políticos e literários”, ou seja, os ideólogos. Dessa forma, a ideologia não representa somente os interesses econômicos de uma sociedade, mas a sua situação social.

O que define uma ideologia (ou utopia) não é esta ou aquela idéia isolada, tomada em si própria, este ou aquele conteúdo doutrinário, mas uma certa “forma de pensar”, uma certa *problemática*, um certo *horizonte* intelectual (“limites da razão”). De outro lado, a ideologia não é necessariamente uma mentira deliberada; ela pode comportar (e comporta geralmente) uma parte importante de *ilusões* e de auto-ilusões. (LÖWY, 2000, p. 101, grifos do autor).

As pessoas eram, portanto, influenciadas pela imposição ideológica, e sem que percebessem, acabavam sendo introduzidas neste sistema mercadológico, com o sonho de ser proprietário de terra. Ainda na atualidade, as pessoas ou filhos de compradores de terra da CAIC, a vêem como materializadora de seus sonhos e anseios, sendo a responsável pela aquisição de uma propriedade privada pelos produtores rurais<sup>21</sup>.

Este fato demonstra claramente a extrema alienação aos fatores ocorridos<sup>22</sup>, sendo condizentes com as políticas aplicadas pelos diretores da CAIC, tecendo considerações positivas em relação ao acontecido.

Para Castoriadis (1982, p. 400)

<sup>21</sup> Segundo Stinchcombe (1979, p. 40) “A propriedade não pode ser definida como um direito adquirido, legalmente defensável, de tomar decisões sobre o uso de bens econômicos. Diferentes decisões [...] são tipicamente afetadas por conjuntos diferentes de direitos possuídos por diferentes conjuntos de pessoas. Estes direitos legalmente defensáveis são, é claro, importantes determinantes da estrutura real da tomada de decisão de qualquer unidade social ativa com relação a bens econômicos”. De acordo com Gonçalves (1999, p. 126-7) “A propriedade da terra coloca-se, portanto, na gênese da sociedade capitalista, estando a ela intrinsecamente associada a forma basilar de propriedade privada. [...] A propriedade da terra, transformada em mercadoria, mesmo que fictícia, assume então sua forma própria de elemento central da propriedade privada, à qual pode-se ter acesso mediante compra e venda [...]. A propriedade da terra tem, portanto, o sentido de classe.” Para Marx (1983b, p. 99) “A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado necessário, do trabalho alienado, da relação externa do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.”

<sup>22</sup> “O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens.” (MARX, 1983b, p. 90). Dessa forma, “[...] se o produto do trabalho é alienação, a própria produção deve ser alienação ativa – a alienação da atividade da alienação. A alienação do objeto do trabalho simplesmente resume a alienação da própria atividade do trabalho.” (MARX, 1983b, p. 93). O homem, portanto, encontra-se alienado de duas principais maneiras no tocante aos ex-colonos que compraram terras da CAIC, primeiramente, pelo fato de adquirir a propriedade privada da terra, como causa e consequência deste, pelos verdadeiros objetivos da Companhia, e em segundo lugar, pelo fato de produzir, constituindo como trabalho externo ao trabalhador, negando a si mesmo, sendo considerado um trabalho “imposto e forçado” pela Companhia de colonização.

Não se pode mais falar de sustentação quando se considera a relação das significações imaginárias sociais e da instituição da sociedade com a “realidade”, não mais natural mas social, com o que se pode denominar a “materialidade abstrata” da própria sociedade, com “coisas”, objetos ou indivíduos, que a sociedade faz ser, fabricando-os – *teukhein* –, como ao mesmo tempo entidades concretas e exemplares ou instâncias de um *eidos* criado (imaginado, inventado, instituído) pela sociedade. Julgou-se necessário afirmar que os fatos sociais não são coisas. O que tem que ser dito, evidentemente, é que as coisas sociais não são “coisas”; elas só são coisas sociais e *essas* coisas na medida em que “encarnam”, ou melhor, figuram e presentificam, significações sociais.

Há instituições e entidades concretas de criações imaginárias pela sociedade dominante que, ao mesmo tempo em que reproduz a sociedade tal como ela é, personifica suas especificidades enquanto sociedade histórica, permitindo que o capital, não enquanto objeto, mas como ideologia dominante, tecendo na mercadoria seu principal objeto, personifique a sociedade, fazendo com que os homens componentes desta sociedade, utilizem os instrumentos capazes de induzir outras pessoas a pensarem conforme esta “sociedade dominante” deste local.

Mas a propaganda ideológica de que neste local existiam muitas terras de boa fertilidade era verídica, porém, deveriam ser desmatadas, pois havia muita madeira nobre, posteriormente vendida pelos fazendeiros e arrendatários (indiretamente) para a expansão da ferrovia, o que não era um trabalho fácil. Porém, esta comodidade era apenas apresentada de princípio, pois a verdadeira empreitada do colono, depois de sua mudança, era de trabalho duro para pagar suas dívidas com a empresa colonizadora no espaço de tempo mais curto possível, uma vez que a dívida poderia levar à perda da propriedade.

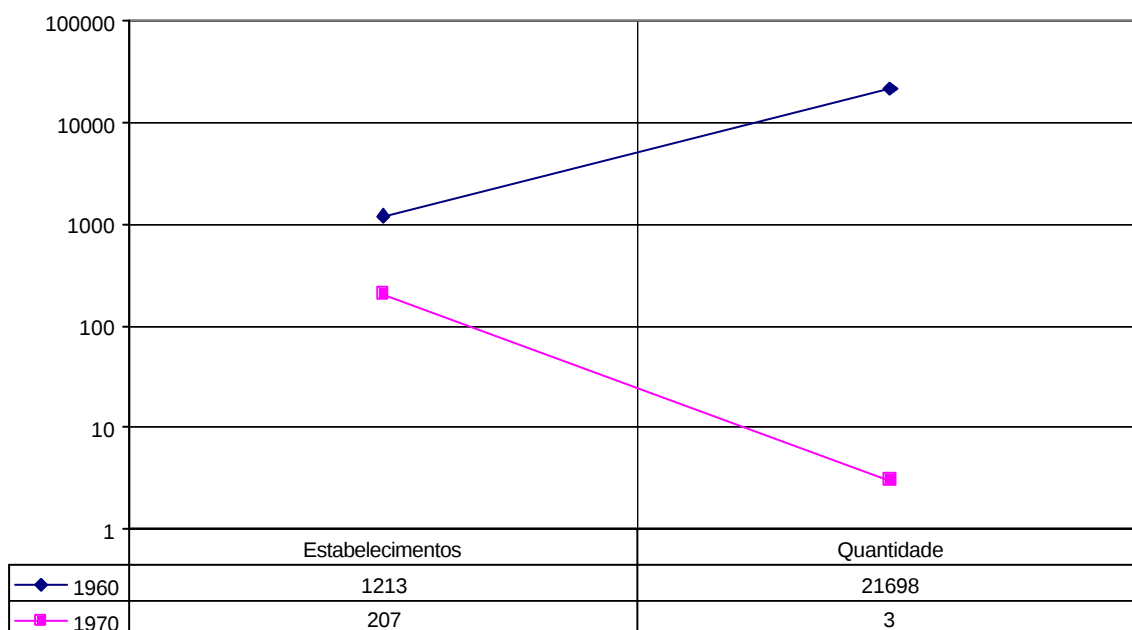
A fama sobre a riqueza do solo e grande quantidade de madeiras de lei<sup>23</sup>, chegou em ecos aos mais diversos rincões e aguçou a cobiça de centenas de pessoas [...] havia madeira em tanta quantidade que as serrarias existentes trabalhavam continuamente e não davam conta de transformar tábuas, vigotas, caibros e dormentes toda a madeira esplanada. (REIS, 1997, p. 2)

Do final da década de 1940, a meados da década de 1960, houve uma extração intensiva de madeiras de lei, que serviam, principalmente, para abastecer o avanço da linha férrea que se dirigia para a região do extremo noroeste do estado de São Paulo, como se observa no Gráfico 1, sendo o município de Santa Fé do Sul, o maior extrator de madeira

<sup>23</sup> A vegetação do Extremo Noroeste Paulista era composta pela Floresta Subcaducifoliada Tropical, e seus solos eram compostos com características distintas. Na quase totalidade da região, a formação do solo procede do período Cretáceo, com subdivisões em solos Podzólicos Lins/Marília. Já nas encostas do rio Paraná, encontram-se em alguns trechos, nas quais grande parte inundada pela formação do lago da usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, entre os anos de 1971 e 1973, solos do período Triássico, com formação de diabásio/basalto, formando o latossolo roxo, de boa fertilidade.

da região de Pereira Barreto<sup>24</sup>. No ano de 1960, eram extraídos 21.698 m<sup>3</sup> de 1213 estabelecimentos rurais, enquanto que os dados publicados no Censo Agropecuário de 1970, são demonstrados com um decréscimo de 82,9% nos estabelecimentos extratores, levando a uma escassez desta matéria-prima na região, extraindo apenas 3 m<sup>3</sup>, devido à extração desenfreada e predatória, por parte dos arrendatários, porém, para o usufruto do fazendeiro, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, fazendo desaparecer quase por completo o produto da região.

Observa-se que a extração de madeira servia como fonte de renda para o fazendeiro, por meio do trabalho dos arrendatários, uma vez que o destino da madeira era a EFA (Estrada de Ferro Araraquarense), em sua maioria, já que o avanço dos trilhos em direção ao extremo noroeste paulista se desenvolvia com rapidez, principalmente, pela estrutura oferecida pelos fazendeiros, que se baseavam no uso da mão-de-obra arrendatária, que realizou quase que totalmente o trabalho bravio do desmatamento das florestas da região.



Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censo Agropecuário de 1970.  
Org.: Celso A. F. Rosas.

**Gráfico 1 - Extração de madeiras no Extremo Noroeste Paulista. 1960 - 1970. (m<sup>3</sup>)**

No entanto, para Sallum Jr. (1982), este processo levou a estruturação, ainda que precária, de pequenos produtores agrícolas para o extremo noroeste paulista. A estratégia

<sup>24</sup> Neste período, o município de Santa Fé do Sul pertencia a Micro Região de Pereira Barreto.

capitalista de se apropriar cada vez mais, direta ou indiretamente do trabalho do produtor trouxe consigo, caracterizando a estrutura fundiária da região, neste momento, grande quantidade de pequenas propriedades.

Com a evolução econômica de poucos colonos, consubstanciada na agricultura, e com o seu crescimento físico, chegaram os primeiros industriais e novos comerciantes, no município de Santa Fé do Sul<sup>25</sup>. Mas a dificuldade de assegurar a posse da terra pelos pequenos proprietários, ainda era um empecilho para a sociedade local.

Mesmo com todas as dificuldades de produção, e a exploração produtiva submetida à CAIC, a maioria dos pequenos produtores agrícolas possuem uma ambigüidade de consciência, com um grande débito com a Companhia, pois fora esta que dera oportunidade para a compra de suas terras, visão tipicamente capitalista, que acompanha uma crítica à mesma. Para Muramatsu (1984, p. 62)

É comum ouvir hoje de agricultores, que foi graças à CAIC que se transformaram em pequenos proprietários, formaram seus filhos doutores, ascenderam na escala social. Mas ao mesmo tempo, em oposição a este argumento, dizem que a CAIC 'estava pouco ligando pro pequeno produtor. O negócio dela era lucro. Comprava a terra por x e vendia a terra por x mais y'.

O que se instaurava era, portanto, uma transferência de venda da força de trabalho, do fazendeiro de café, enquanto colono, para a Companhia de terras, representada pela CAIC. Seu trabalho, antes apropriado pelo latifundiário, neste momento passa a ser explorado pela empresa agrícola de terras. Tem-se, portanto, nestas duas diferentes classes (fazendeiro e companhia de terras), a personificação do capitalista em tempos distintos, mas com o mesmo caráter de apropriação do trabalho e da riqueza produzida pelo trabalhador.

Com esta característica, era necessário adquirir lucros com maior rapidez e dinamismo para pagar a CAIC. Para tanto, o café não seria eleito o principal produto agrícola, pois a demora entre a sua plantação e a colheita, tornava-se incompatível. Era necessária a plantação de culturas que dessem rendimentos mais rápidos, como a do algodão, arroz, milho, feijão, amendoim e mamona, como explicita Muramatsu (1984). A produção cafeeira foi realizada durante os anos posteriores à estabilização do colono, que se caracterizava como pequeno proprietário, no final da década de 1940 e início da seguinte.

---

<sup>25</sup> Até o ano de 1964, o município de Santa Fé do Sul compreendia todo o extremo noroeste paulista, sendo que de sua área, faziam parte os atuais municípios de Rubinéia, Santana da Ponte Pensa, Santa Clara d'Oeste, e Santa Rita d'Oeste, como já explicitado.

Estava, neste momento, começando a organização espacial da região, submetidas a todas as dificuldades expostas em detrimento da compra das terras, pela CAIC. Segundo Moreira (1996, p. 38) “é a estrutura econômica da formação econômico-social que determina a organização espacial, mas é a conjuntura política que comanda seus movimentos (processos e formas)”.

Já para Santos (1985, p. 49), “A produção se impõe invariavelmente com um certo ritmo, e os períodos históricos (que não passam de um outro nome para a história da produção ou da divisão do trabalho) transformam a organização espacial”.

Inserido em uma visão holística, Santos (1985, p. 53) enfatiza que

Quando se estuda a organização espacial, estes conceitos são necessários para explicar como o espaço social está estruturado<sup>26</sup>, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. A acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial.

Era necessário, nesse momento, suprimindo as dificuldades de saldar as dívidas, adaptar-se às condições e oscilações ditadas pelo mercado. Este fato aumentou as dificuldades de renda do agricultor, pois as variações de preço não estabilizavam as condições do pequeno produtor agrícola. Segundo Muramatsu (1984, p. 56),

É comum ouvir também o argumento de que o café produzido agora pelo colono pequeno proprietário passou a representar a ‘democratização desta cultura’ antes monopólio da burguesia. No entanto, o pequeno proprietário que passou a produzir café não o fez como um pequeno proprietário capitalista – mesmo que assim o pensasse – mas para produzir uma renda que pudesse saldar as dívidas que tinha com a empresa capitalista. Na passagem de colono a pequeno proprietário, indiretamente continuou trabalhando para o capitalista.

As imensas dificuldades encontradas pelo produtor, desde a plantação, passando pela colheita, ditadas pelas oscilações de mercado, e principalmente, para saldar sua dívida com o capitalista, levaram em várias circunstâncias a retirada deste homem da terra. A falência do pequeno produtor foi causada pela apropriação do grande capital, ou seja, quando este não conseguia finalizar suas dívidas, entrando em decadência econômica, tinha que vender suas terras para o grande capital, para o fazendeiro de café. Este fato começou a surgir

---

<sup>26</sup> Os conceitos propostos por Santos (1985), são a *Forma*, que é o aspecto visível de uma coisa, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão, tomado como descrição de fenômenos num dado instante do tempo. A *Função* sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa, podendo ser modificada através dos tempos. A *Estrutura* implica na inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. O *Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

na região depois de dez anos de derrocada, quando no decorrer da década de 1950 até o início da década de 1960, os grandes latifundiários e a CAIC começaram a comprar estas terras dos produtores falidos. Ocorria uma retomada das terras, e expropriação dos pequenos produtores que tinham dificuldades de se estabilizar depois de tal acontecimento, haja vista que as terras eram compradas por preços inferiores ao verdadeiro valor real.

Todo esse processo de compra e venda de lotes pela Companhia é sobretudo representado para os colonos, no trabalho alienado que estes exercem para saldar suas dívidas com a empresa agrícola. Para Marx (1983b, p. 90), “O trabalho não cria apenas bens; ele também produz a si mesmo e o trabalhador como uma mercadoria e, deveras, na mesma proporção em que produz bens”.

O colono que adquiriu terras, possui, com seu trabalho, o meio para conseguir “manter sua credibilidade” para com a empresa (sendo que esta queria apenas o pagamento das terras), assim como para sua auto-estima, pois quanto mais produz, menos irá possuir, já que grande parte destes produtores não conseguiu pagar suas terras, ainda que seu horizonte seja justamente tornar-se proprietário rural. O que ocorre, é que “quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna. [...] Por certo, o trabalho humano produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador”. (Marx, 1983b, p. 92).

Enfim, o homem é alienado pelo homem, e a propriedade privada é o produto, como resultado necessário do trabalho alienado, “o que autoriza a considerar tais atividades como especializações não apenas alienígenas, por sua origem, mas alienadas, pelo seu desenvolvimento e destino”. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 300).

Com a dívida e a alienação, Vieira (1973, p. 66) considera que

Por seu lado, o pequeno proprietário, geralmente, não dispunha senão de um capital modesto e trabalhava suas terras com sua família. Sitiante, sofria das deficiências do sistema de crédito e via-se levado a entregar suas colheitas aos donos das máquinas agrícolas e aos negociantes de café e algodão que os financiavam. Com facilidade se endividava, abandonando suas terras e avançando para novas zonas mais promissoras.

Fica evidente que, ao comprar as terras o pequeno produtor se descapitaliza, não tendo condições de investir em sua produção. A dificuldade em adquirir os meios para produção (sementes, adubação, defensivos, entre outros itens básicos), e posteriormente colocar seus produtos à venda, quando seus preços fossem condizentes com o custo de produção, levou o pequeno produtor a encontrar muitas barreiras, tanto técnicas quanto

mercadológicas. Alguns devolveram as terras, e um fazendeiro chamado José Carvalho Diniz, onde atualmente se localizam os municípios de Rubinéia e Santa Clara d'Oeste, respectivamente,

[...] adquiriu da CAIC, por volta de 1950, de início, as duas grandes glebas que se tornariam as fazendas Mariana e São João. Eram nada menos que 6.500 alqueires [15.730 ha] resgatados quase pela metade do preço real vigente na época [...] (REIS, 1990, p. 15).

Neste período ocorre, principalmente, a saída do homem do campo, pois a retomada das terras pelo latifundiário, trouxe a expansão da pecuária de corte, sempre presente na região, que necessita de pouca mão-de-obra, além dos grandes atrativos e comodidades aparentes trazidas pelo crescimento das cidades. Com a perda das terras, o produtor que tanto onerava sua propriedade, viu-se submetido à expropriação, à negligência, tendo uns que sair da região como trabalhador temporário, outros, tentar a sorte nas cidades, principalmente aquelas de fronteira, em Mato Grosso e Rondônia, e aqueles que não conseguiam a estabilização econômica, acabavam por aumentar o número de proletários urbanos provindos do campo.

Depois da colonização por propriedades de pequena extensão territorial, o processo se desenrola ao contrário, pois há um aumento da concentração fundiária em toda a região, ante as dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores em ressarcir suas dívidas. Os fazendeiros aproveitam-se deste declínio econômico dos pequenos proprietários para adquirir grande parte das terras, direcionando a produção, principalmente, para a criação extensiva de gado.

Com o processo de concentração de terras pelos latifundiários, começam a surgir, desde o início da década de 1950, os primeiros arrendatários, a maioria de origem nordestina, para trabalhar nestas terras e produzir suas lavouras, formando pastagens para a engorda dos bois do fazendeiro, já que “no Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1999, p. 13). Neste caso, Moreira (1996, p. 43) afirma que “a força de trabalho acha-se separada dos meios de produção”, em uma estrutura tipicamente exploratória e excludente, onde a força de trabalho é utilizada como mercadoria, como discute Spindel (1979).

Para Oliveira (1977, p. 23)

O processo de separação entre produtores e meios de produção, que funda a possibilidade de um modo de produção de mercadorias e, na sua exacerbação, do

capitalismo como modo de produção de mais-valia, é, no fundo, semelhante em todas as latitudes, mas difere substancialmente em seu modo de realização.

Já para Reis (1990, p. 19), não se pode

esquecer que outros elementos, na condição de subarrendatários, ficaram com subdivisões de áreas menores – 200 alqueires – as quais foram repartidas em diversos lotes ainda grandes que sofreriam mais fragmentações, sendo repassadas a outros tantos responsáveis até chegar às unidades a serem trabalhadas pelos pequenos e últimos arrendatários que chegavam às centenas, desmatando e formando roças em pequenas extensões que variavam entre uma quarta de alqueire até cinco ou oito alqueires.

Não existia, portanto, apenas a presença marcante de pequenos arrendatários. Os grandes arrendavam a maior parte das fazendas, além de administrá-las, e sublocavam-nas para os médios arrendatários, que por sua vez repassavam o trabalho para os pequenos arrendatários.

Para Singer (1979, p. 137)

Teoricamente, o arrendatário (e incluímos nesta categoria o parceiro, que paga pelo uso da terra in natura, isto é, com uma parte da colheita) é um empresário capitalista que compra do seu titular, os serviços de um fator de produção (a terra), pagando-lhe o respectivo preço sob a forma de renda. [...] Além disso, o arrendatário não dispõe de nenhuma autonomia na combinação dos fatores de produção (função essencial do empresário).

O que se evidencia, portanto, não é somente a presença de pequenos arrendatários pobres, mas também de alguns grandes e médios que muitas vezes sublocavam parte das terras para terceiros, os pequenos arrendatários familiares.

As diferencialidades na formação do espaço da região localizada no extremo noroeste paulista são decorrentes da estrutura produtiva brasileira, construída historicamente, baseada na forma de colonização do país em diferentes espaços, por diferentes atores sociais.

Esta reestruturação espacial fundamentada na volta da grande propriedade, assim como a presença marcante do arrendatário na região, vai direcionar o movimento social e econômico durante algumas décadas, principalmente na produção extensiva de gado, assim como na consolidação do café, que continuava sendo plantado por pequenos produtores já sem dívidas.

### 2.3. Primeiras atividades comerciais: a policultura e a pecuária

Com a formação da frente pioneira, conforme explicitado, dirigida principalmente pela CAIC, como afirma Biscaro Neto (1993), e as dificuldades encontradas pelos novos proprietários das terras em saldar suas dívidas junto à Companhia que, apesar de ter ditado a consolidação desta frente em 1948, recebia dos proprietários a parcela referente ao valor das prestações, e resgatava a terra daqueles que não conseguiam sanar esta dívida, por períodos posteriores às efetivações de suas vendas.

Apesar de não ser mais a empresa que direcionava a frente pioneira, havia um vínculo de dependência dos proprietários com a mesma, pois além das compras que esta ainda realizava, sendo grande responsável pela organização territorial, a dívida do produtor rural mantinha esta relação, já que o valor de sua produção agrícola era destinado, quase que integralmente, ao pagamento das terras.

A economia de mercado da frente pioneira possuía características próprias, ou seja, independia das influências da CAIC, mesmo esta fazendo parte desse cenário até o momento em que o último colono conseguiu saldar sua dívida, no início da década de 1960, conforme demonstra Carneiro (1985). Convém ressaltar que, em meados do ano de 1961, de acordo com Chaia (1980, p. 35)

A CAIC, sendo subsidiária desta Companhia [Paulista], também foi desapropriada, conservando, no entanto, diminutas ações de particulares, daí tanto a CAIC, como a Companhia Paulista terem se constituído numa sociedade de economia mista. Deve-se marcar, contudo, que a maioria das ações agora é do poder público, do Governo do Estado de São Paulo.

A comercialização, neste momento (final da década de 1940 e início da década de 1950), consolidava-se no interior do próprio vilarejo de Santa Fé do Sul, com base na economia agrícola dos produtores rurais, principalmente nos produtos que possuem rápido e médio período de produção, e também o comércio que se dirigia para esta região do país, devido aos interesses despertados pela chegada da linha férrea, e a possibilidade do transporte de mercadorias para outras localidades, podendo assim, estabelecer relações comerciais com cidades mais distantes e com um volume mais intenso de mercadorias.

É neste período que Santa Fé do Sul, até então era um distrito de Três Fronteiras, com a rapidez e o interesse de seus representantes, dentre eles o deputado Salles Filho, que possuía relações com a CAIC e com o Estado, consegue a elevação do povoado diretamente à categoria de município com a promulgação da Lei nº 2456, de 30 de dezembro

de 1953<sup>27</sup>, já que o interesse maior da Companhia Colonizadora, era a municipalização de Santa Fé do Sul, e não de Três Fronteiras, pois a área de colonização da CAIC não abarcava este último município, e os interesses econômicos encontravam-se verticalizados para Santa Fé do Sul, totalmente colonizada pela Companhia.

Em meados da década de 1950, a pecuária extensiva teve uma ampliação em sua produção, devido ao aumento no preço da carne no mercado nacional, que incentivava os produtores a investirem na formação de pastagens. Porém, já existia um pequeno comércio na região desde o final do século XIX, pois essa área era uma passagem de gado, saindo de Mato Grosso em direção a Barretos, conforme explicita Monbeig (1984), pela “estrada boiadeira”, aberta pela passagem dos mineiros que levavam seus rebanhos para algumas invernadas, em direção a Araçatuba, Rio Claro e Araraquara, como argumentam Muramatsu (1984) e Godoy (1995).

A colônia Paget servia de passagem para o gado que vinha do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), dirigindo-se para o leste do estado. Com isso, uma das divisões de área realizada pela CAIC, foi objetivada com base nas produções de café e na pecuária. Isso ocorreu por serem as produções com maior lucratividade entre alguns produtores (de maior poder financeiro). Além disso, a parte destinada à pastagem não foi totalmente ocupada inicialmente, ficando terras ociosas para produção agrícola. Segundo Muramatsu (1984, p. 99),

Nas terras de primeira, localizadas nos espigões, se constituiriam, segundo o referido plano, as plantações de café, e nas de segunda ou terceira, localizadas nas baixadas, às margens do Rio Paraná e Grande, ficariam reservadas para pastagens. Portanto, desde cedo, mesmo antes da ocupação efetiva, estava nos próprios planos da CAIC fazer daquela região zona de pecuária, embora não de forma exclusiva.

Em 1950, um grande latifundiário comprou, de forma duvidosa, 15.730 ha, dos 19.287 ha destinados à pecuária, área que até então se encontrava intacta. Esta aquisição se deu, de acordo com Muramatsu (1984), para saldar antigas dívidas que a CAIC tinha com o fazendeiro. Esta proposta foi aceita imediatamente por “Zico Diniz”, que além desta área, adquiriu também 40 lotes urbanos localizados nas melhores áreas da cidade.

Formaram-se então, as fazendas Mariana e do Bosque (São João), localizadas nos atuais municípios de Rubinéia e Santa Clara d’Oeste. Como não poderia deixar de ser, o fazendeiro segue o caminho direcionado pela CAIC, que era o da pecuária extensiva, ignorando a plantação de café em grande escala para a comercialização.

---

<sup>27</sup> A esse respeito, ver Biscaro Neto (1993) e Rubelo (2000).

De acordo com Monbeig (1984, p. 303),

Os fretes ferroviários tornaram-se mais vantajosos para o transporte de gado do que para o café. [...] A partir de 1942, a opinião corrente entre os fazendeiros era de que a criação “protegia-os melhor do que o café contra eventuais prejuízos”. [...] Seria melhor formar uma invernada, do que desflorestar para plantar café.

Além dessas grandes fazendas, existiam outros estabelecimentos de tamanho significativo, considerando o tamanho das propriedades da região. Uma delas, comprada diretamente do procurador de Paget, sem envolvimento da CAIC, constituía-se em uma área total de 19.602 ha, subdivididos em alguns estabelecimentos. Tratava-se da fazenda “Ana Joaquina”, de tradicional família paulista, os “Almeida Prado”, que passou a nomear popularmente esta fazenda que tinha parte de suas terras no então município de Pereira Barreto. Para Perissinotto (1999), o processo de formação dos capitais cafeeiros é realizado por famílias, e não por um único indivíduo, e dentre essas famílias encontra-se os Almeida Prado<sup>28</sup>.

Essa família, pioneira na região do Extremo Noroeste Paulista, juntamente com outras de renome, conforme esclarece Matos (1974), leva a um pioneirismo forçado, devido ao envolvimento no controle das “ferrovias do café”, além da posse de tradicionais casas exportadoras de café, como afirma Perissinotto (1999), com interesse direto na expansão férrea em direção ao oeste paulista.

### **2.3.1. O processo de subordinação dos arrendatários**

Para que se efetivasse a formação do pasto nas fazendas do Bosque (São João) e Mariana, iniciou-se o processo de incentivo à contratação de trabalhadores arrendatários nordestinos para a formação das pastagens. Buscou-se, principalmente na cidade de São Paulo, que atraía grande quantidade de nordestinos a procura de emprego e de uma vida melhor, a aliciação de trabalhadores com falsos pretextos de trabalho fácil no Extremo Noroeste Paulista, primeiramente como arrendatários, e posteriormente, caso realizassem trabalho sério satisfatório para o arrendador, a condição de proprietário de terras. Para Guimarães Neto (1986), que trata do imaginário do “mito da terra prometida”, levando o

---

<sup>28</sup> Segundo Gonçalves (1999, p. 128) “[...] o Conselheiro Antônio Prado foi Ministro do Império. [...] Após a crise de 1929, essa família instituiu, junto à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora (CAIC) que subdividiu inúmeras fazendas. [...] A conexão entre a especulação com terras, o complexo cafeeiro e o sistema financeiro está, portanto, mapeada e, assim, parcela significativa da fortuna dos [Almeida] Silva Prado deve ter-se originado da especulação com terras, o que não foi caso único.”

trabalhador rural cada vez mais a dirigir-se para o oeste paulista, buscando melhores condições de vida, assim como para Reis (1990, p. 26), no qual a maioria

de migrantes nordestinos, desconhecia por completo a realidade da região para onde se deixava conduzir. As informações anteriormente chegadas por cartas de parentes ou amigos, ou comentários de terceiros que optaram pelo Estado de São Paulo eram realmente animadores.

Isso ocorreu devido à maior facilidade que estes dariam ao fazendeiro, uma vez que não se caracterizavam como trabalhadores assalariados, e traziam suas famílias inteiras para o trabalho nas fazendas, além de serem considerados uma mão-de-obra barata. A opção do fazendeiro pelo trabalho arrendatário familiar dava-se no sentido de se apropriar do trabalho desse tipo de trabalhador, não lhes pagando um salário, e extraindo deste uma mais-valia extraordinária. Para Sorj (1980, p. 143),

A inexistência de relações assalariadas e o insignificante investimento monetário na produção que caracterize parte das relações de produção ainda existentes na agricultura não permitem definir a renda apropriada pelo latifundiário como renda capitalista. A transformação da terra em mercadoria não gera em si mesma a renda capitalista da terra, tratando-se, portanto, de trabalho excedente diretamente apropriado com base na propriedade da terra.

Para que se efetivasse a formação do local destinado à criação bovina, e sua formação para pastagem, era necessário modificar o plano da natureza local, que se caracterizava pela presença marcante de densas florestas e matas. Como não poderia deixar de transparecer, com um caráter de acumulação e apropriação de capitais, com grande lucratividade, as madeiras extraídas não eram descartadas, mas vendidas à EFA (Estrada de Ferro Araraquarense), principalmente no início da década de 1950, quando o avanço da linha férrea se dirigia para o Extremo Noroeste Paulista.

Nesse período, observa-se que as principais atividades desenvolvidas pelos fazendeiros, e parte dos produtores agrícolas, eram a atividade pecuária e a extração de madeiras, como se verificará posteriormente.

Era extremamente rentável para o proprietário a utilização da mão-de-obra não assalariada, baseada no arrendamento, uma vez que as condições de pagamento e de contratação do pessoal, assim como uma maior dificuldade de movimentos sociais reivindicatórios, já que o trabalho baseado em famílias, levava o fazendeiro a extrair a mais-valia do trabalho por estas realizado, mesmo com o usufruto da terra por parte destas, levando-se em consideração a natureza intocável que caracterizava a região. Foi por isso que

“Zico Diniz optou pelo sistema de arrendamento, não só porque a formação das fazendas lhe saía de graça como também, porque poderia usufruir alguns lucros da madeira extraída à meia, e da própria renda da terra”. (REIS, 1990, p. 67). Por isso que

o arrendatário, geralmente nordestino, é visto com freqüente hostilidade e, excepcionalmente e na melhor hipótese, é alvo de ‘piedosa benevolência’ por parte de alguns proprietários que com eles estabeleceram uma relação paternalista. Para o arrendatário, a regência da relação com o proprietário a partir dos supostos da ética do trabalho constitui fonte de tensões e conflitos, até mesmo generalizados [...]. (MARTINS, 1975, p. 80).

Porém, por mais rentável e satisfatório que o trabalho dos pequenos arrendatários possa ser/parecer para o fazendeiro, qualquer dificuldade e/ou resistência que estes venham a apresentar, faz com que aquele se desfaça deste trabalho subitamente, como forma de valorização de sua propriedade, apresentando um caráter típico de uma sociedade em formação consubstanciada em um cenário tipicamente capitalista em constituição, uma vez que o trabalhador arrendatário não se constitui em trabalhador assalariado.

O maior sentido do arrendamento, para o fazendeiro, era o de chegar, no final do contrato estipulado, à formação do pasto, seu principal objetivo, baseado no trabalho gratuito realizado pelas famílias nordestinas, culminando essa exploração, na valorização das terras de sua propriedade.

Para as famílias que arrendavam as terras, com o objetivo de produzir, durante os dois primeiros anos de contrato (conforme a especificidade do caso) e retirar seu sustento, termina seus anseios quando são obrigados, por meio do compromisso com o fazendeiro, a iniciar a plantação da pastagem, negando-o como produtor agrícola de seus meios de vida. Já a sua subjugação ao primeiro, era devido, principalmente, a sua permanência naquele espaço, uma vez que a inutilidade deste trabalho realizado para o proprietário das terras, era extremamente necessária, para que este realizasse o trabalho útil à sua subsistência. Segundo Muramatsu (1984, p. 116), “quanto mais o trabalhador valoriza o capital (isto é, formando pasto, benfeitorias que valorizam a propriedade) mais está se aproximando seu fim enquanto produtor de alimentos”.

Fica claro, com o que foi exposto, que no final do contrato, estas famílias representavam apenas um incômodo para o fazendeiro em suas terras, já que muitas vezes, os arrendatários apresentavam resistência para se retirar da propriedade, e a solução apresentada pelo proprietário, era o pedido de despejo. No que se refere aos contratos de trabalho entre ambas as partes, estes acabavam tornando-se o impulsionador dos desentendimentos entre os trabalhadores e os fazendeiros, ou seus subarrendatários, uma vez que eram realizados apenas

de maneira verbal, sem nenhum testemunho ou termos burocráticos para comprovação do estabelecido.

Um fato diferenciado da forma como se procedeu o arrendamento em Santa Fé do Sul, entre final da década de 1940 e o decorrer da década de 1950, foi a característica do arrendamento das terras se constituir para famílias inteiras, que na maioria dos casos, de origem nordestina, perseguiram perspectivas de vida melhor que à que levavam em sua região de origem. Porém, pelo fator sujeição, os migrantes nordestinos eram, via de regra, tratados como mão-de-obra barata, além de subordinados aos proprietários de terra.

Além disso, o contrato de arrendamento nunca era realizado diretamente com o fazendeiro, e sim, por intermediários deste. Estas famílias, na maioria dos casos numerosas, já que era necessária muita mão-de-obra para o trabalho nas lavouras, expressavam tipicamente o caráter subdesenvolvido em que se encontrava o país naquele momento (e ainda na atualidade), com uma dinâmica populacional pautada nestes princípios.

Para Reis (1997, p. 2)

Não há condições, portanto, de se elaborar um quadro estrutural simétrico, colocando cada envolvido no processo de formação daquelas fazendas em uma determinada faixa ascendente desde o grande até os pequenos arrendatários, porque uma categorização dessa forma nunca existiu nos latifúndios do Zico Diniz.

A terra era arrendada para os “testas de ferro” (primeiro arrendatário, que na maioria das vezes, não plantavam nas terras, repassando-as para terceiros), que tinham como objetivo a transferência de responsabilidade para alcançarem cada vez mais o lucro, para os subarrendatários, neste caso, as famílias nordestinas, como explicita Muramatsu (1984), que criam toda a riqueza material da fazenda, no período de sua permanência no local, subexplorados pelo primeiro arrendatário<sup>29</sup> e conseqüentemente pelo fazendeiro.

O que ocorria, além do exposto, referente à exposição do “testa de ferro” junto aos arrendatários, era que todas as atenções, conversas, reivindicações, e combinações, eram realizadas para com o empregado do fazendeiro, não desgastando, contudo, a imagem do verdadeiro patrão, o dono das terras.

Entre os anos de 1950 e 1952, conforme explicita Muramatsu (1984), na fazenda “Bosque” ou “São João”<sup>30</sup>, ingressaram 525 famílias arrendatárias, com o prazo

<sup>29</sup> Teoricamente, este primeiro arrendatário poderia ser considerado realmente um arrendatário, porém, pelo fato deste não exercer nenhuma atividade ligada a terra, e por ser contratado com o fim de (re)arrendar as terras, não apresenta a característica de arrendatário, mas sim, de empregados do fazendeiro, que tinha o objetivo de intermediar o contrato com as famílias arrendatárias.

<sup>30</sup> Os nomes Bosque e São João fazem referência a mesma fazenda, como se observa na Figura 5.

estipulado para a entrega do pasto, realizado verbalmente, variava entre dois e três anos, além do pagamento da renda-produto em torno de 30% de sua produção de cereais e/ou algodão, como se observa na Figura 5. O processo migratório, principalmente nordestino, era impulsionado pela esperança de melhores condições de vida. Para Reis (1990), era essa expectativa que incitava as centenas de famílias que se dirigiam para o extremo noroeste paulista, principalmente com a chegada da ferrovia ali, em 1952.

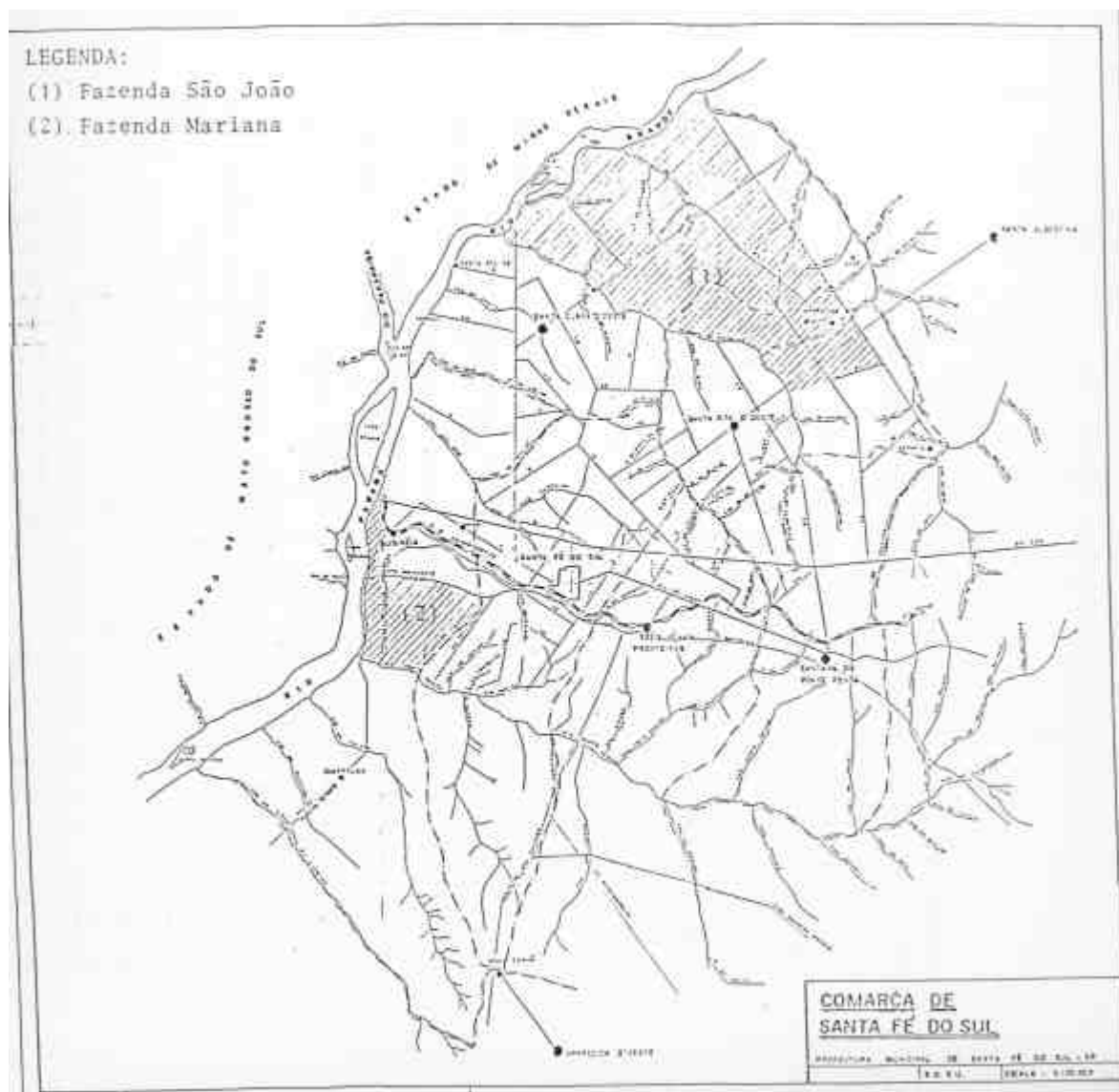
As famílias de arrendatários que ali entraram, vinham, evidentemente, sem nenhum recurso tanto monetário quanto material (instrumentos de trabalho). Tiveram que adquirir tudo. Neste sentido, o proprietário mandou construir um armazém onde eram vendidos mantimentos (arroz, feijão, sal, açúcar, banha, farinha etc.), sementes e instrumentos de trabalho para o início dos trabalhos e sustento das famílias até a terra dar seus primeiros frutos. (MURAMATSU, 1984, p. 126).

Fica evidente que, neste caso, o fazendeiro queria auferir renda dos trabalhadores, endividando-os pelo fato de terem que comprar do armazém, para poderem produzir e principalmente comer. Este processo expressado em Santa Fé do Sul baseava-se naqueles provenientes das fazendas de café (colonato), com os imigrantes tendo que pagar um preço muito além do valor real do produto, e seu produto final valeria menos para saldar sua dívida, porém, em um outro momento, e baseado em outras relações.

Martins (1985, p. 114) tece algumas considerações a respeito dos acontecimentos ocorridos no Extremo Noroeste Paulista, argumentando que

Os arrendatários chegavam de várias regiões do país para plantar cereais, algodão, amendoim, sob a condição de pagar uma renda em espécie e de semear capim no meio das plantações. Formada as pastagens, começaram as expulsões de lavradores, até mesmo antes da colheita de suas lavouras. Começa também a sua luta pelo cumprimento dos acordos verbais feito com os fazendeiros inescrupulosos. Houve fazendas em que os próprios lavradores procederam ao arrancamento do capim que era motivo da sua desgraça, para forçar o cumprimento dos entendimentos verbais.

Diante de tais condições de exploração irracional a que eram expostas as famílias arrendatárias, tornava-se inusitado que acontecesse algum fato no qual eclodisse uma revolta por parte dos trabalhadores. Esta veio a culminar em 1952, quando depois do contrato vencido apenas um quarto da área destinado à pastagem estava plantado, o que levou o mediador a fechar o armazém, de onde saía grande parte do alimento consumido pelas famílias.



**Figura 5 – Fazendas que ocorreram os conflitos dos arrendatários**

Foi então que aproximadamente 180 homens destruíram o armazém, redistribuindo todo o alimento para as 525 famílias que se encontravam no local. Diante deste ato, a polícia retirou 125 famílias da propriedade, sempre com extrema violência, e baseado no não cumprimento de contrato, denunciado pelo fazendeiro.

Nos anos subsequentes, ocorreram, com base nessa espoliação, diversos outros conflitos e atos de violência contra os arrendatários, sempre pautados no direito da propriedade privada, constituída e alicerçada pelo poder do Estado, materializada nas forças policiais que se encontravam nas cidades da região do Extremo Noroeste Paulista.

A dominação exercida pelo Estado, engendrado em diversas repartições, abrangia o cenário nacional, baseada no poder econômico e político das elites locais, estaduais

e nacionais, que expressavam seus interesses pela reprodução do que era exposto pelo Estado. Segundo Hespanhol (1999, p. 24),

O Estado brasileiro, em virtude de encontrar-se sob o domínio de uma elite conservadora, via de regra efetuou as intervenções através das políticas macroeconômicas e setoriais, de forma a atender aos anseios das próprias elites (que sempre se mantiveram no poder) em detrimento da maioria da população.

Nota-se, também, que a elite brasileira não possui o mesmo dinamismo e características de outras em países mais avançados sócio-economicamente. Segundo Araújo (1996, p. 15),

[...] a visão da elite brasileira ainda é a da escravidão, na qual o trabalhador é visto como alguém que existe para produzir. Esta não é a visão das elites de todos os países capitalistas. Em muitos deles se consegue ver o trabalhador como alguém que vai produzir e consumir. Percebe-se que é bom para o dinamismo econômico se o trabalhador tiver renda para consumir, porque isso amplia a economia de mercado.

Porém, para Sorj (2000, p. 17), entre as décadas de 1930 e 1980,

Embora o Estado racionalizador tenha se orientado fundamentalmente por uma lógica do crescimento econômico, deixando para trás a solução dos problemas de desigualdade social e de acesso à educação e à saúde, foi um Estado com perspectiva nacional.

O fator relevante, portanto, é que o Estado, voltado para a criação infra-estrutural em âmbito estadual e nacional, para abarcar condições de investimentos econômicos, consubstanciados em uma elite tradicionalista e conservadora, com anseios inerentes a grande maioria da população brasileira, via-se instigado a uma intensificação no setor industrial e nos bens voltados para este, sendo que os “problemas secundários” eram “deixados de lado”.

### **2.3.2. Um desfecho aos arrendatários**

Já no final da década de 1950, por volta de início do ano de 1958, terminava o prazo, mais uma vez, para o plantio do capim nas fazendas Bosque (São João) e Mariana. Devido à grande seca que ocorrera no ano anterior, os arrendatários não tiveram condições de plantar o pasto, pelas dificuldades encontradas na colheita. Foi realizado, portanto, um acordo, no qual o prazo estipulado fora prorrogado por mais um ano e meio.

O que se apresenta, desse contrato realizado pelo fazendeiro, representa apenas os interesses imediatos do mesmo, e seus subarrendatários, uma vez que a única utilidade dos arrendatários (terceiros ou quartos) era a plantação do capim, assim como o ganho efetivo com suas colheitas e as dívidas realizadas pela compra de mercadorias de uso básico. Percebe-se que, a verdadeira utilidade da produção dos arrendatários era saldar suas dívidas para com o armazém do fazendeiro, restando apenas uma parcela muito pequena de suas colheitas para uso próprio, já que o usufruto nos armazéns, levava a um déficit no balanço realizado pelos produtores.

Pela rentabilidade que usufruía, o fazendeiro percebia ali, um grande negócio, até o momento em que suas realizações econômicas não fossem sufocadas pelos produtores, com melhores condições de sobrevivência, e pela permanência nas terras, por parte dos arrendatários que se encontravam naquelas duas fazendas.

Para os produtores arrendatários, esse prazo estabelecido previamente, que variava entre dois e três anos, dependendo do contrato, não era suficiente para entregar as terras com a pastagem plantada. O tempo de preparação e formação da pastagem era de aproximadamente um ano, dependendo muito da área e do número de trabalhadores, ou seja, do tamanho da família do arrendatário. No tempo restante, um ou dois anos, os trabalhadores labutavam para produzir sua subsistência, não caracterizada por grande produtividade, mas que também fazia parte dos pagamentos realizados ao fazendeiro.

Neste período, levando-se em consideração as diferentes culturas plantadas, a quantidade de safras variava de uma a três. Nota-se a variação de, principalmente, culturas de rápida produção, não somente nas plantações realizadas pelos arrendatários, mas pela produção realizada pelos pequenos proprietários de terra, que ainda lutavam durante a década de 1950, para saldar sua dívida com a CAIC, como o arroz, feijão, milho, mamona, todos estes produtos constituídos como de maior produção agrícola da região de Jales neste período, e em menor escala, o café, que crescia gradativamente, conforme será analisado posteriormente, além da extração de madeira em grande escala. Segundo Reis (1990, p. 20),

[...] numa região pioneira onde toda a força do solo ainda estava adormecida na sombra da vegetação, terra nova e de cultura tinha que produzir em abundância o arroz e o milho, amendoim e algodão, o feijão e a própria mandioca que, além de alimento, servia para o fabrico da farinha.

Nestas circunstâncias de exploração trabalhista realizada pelo proprietário das terras, os trabalhadores conseguiam, na maioria das vezes, a prorrogação dos prazos estipulados para a entrega da pastagem formada por mais um ano.

A prorrogação se deu. Mas, [...] atendendo aos interesses do fazendeiro. Prorrogou porque queria ver seu pasto formado a qualquer custo. Impôs, portanto, novamente, a condição de plantar o capim em janeiro de 1959. Sobretudo, num outro aspecto a prorrogação era negócio interessante para o fazendeiro: procurava recuperar as dívidas e rendas atrasadas dos pequenos arrendatários. (MURAMATSU, 1984, p. 136).

Este fato demonstrava, cada vez mais, como ocorria a exploração do trabalhador aos propósitos do proprietário da terra, pois, a realização do pagamento em espécie e em gênero ao fazendeiro, tornava cada vez mais evidente a transformação da renda-trabalho, materializando-se na exploração do pagamento da renda da terra, assim como o da entrega da pastagem formada. O fazendeiro obtém a partir desta atitude, típica de uma maior voracidade em obter lucro, um autofinanciamento, já que aplicava por mais um ano na permanência do trabalhador em suas terras.

Com a dificuldade dos trabalhadores em plantar o capim até o final do prazo estipulado, combinado com o subarrendatário do fazendeiro, ocorre, juntamente com o acúmulo das dificuldades acarretadas pelos difíceis entraves perante o responsável pelo arrendamento, (este direcionado pelo fazendeiro), o afloramento de uma revolta reivindicatória, denominada de “movimento do arranca capim”, que acontece no início do mês de abril do ano de 1959, logo depois de terem o subarrendatário e seus alternos, plantando o capim entre as culturas de cereais dos colonos, sufocando-as. Para Reis (1997, p. 6), o fazendeiro

[...] queria receber as glebas com o capim plantado, livres e desimpedidas de quaisquer embaraços. Dessa forma Zico Diniz se omitiu e deixou as responsabilidades para seus imediatos resolverem uma vez que eles haviam colocado aquelas famílias nas propriedades.

Este ato foi realizado para demonstrar as necessidades e prioridades que os trabalhadores rurais arrendatários perseguiam, ou seja, sua permanência por mais um período nessas terras, inclusive com a realização da colheita. Para Reis (1997, p. 6)

Diante do posicionamento omissivo por parte do proprietário das terras, grandes patrões decidiram agir por conta própria [...] porque tinham a responsabilidade de entregar as glebas formadas em prazo certo. Resolveram eles mesmos efetuar o

plantio do capim nas lavouras de seus arrendatários, vistos que estes se recusavam a fazê-lo.

O processo que iniciou essa revolta teve início no começo do ano. “O capim foi lançado sobre as roças dos trabalhadores em janeiro de 1959”. (MURAMATSU, 1984, p. 141). Foi ordenada a plantação de capim colônio no meio de toda lavoura que estava em crescimento. O desenvolvimento desse capinzal entre as plantações acabou sufocando-a, ou seja, grande parte da safra do período estava perdida, sem possibilidades de aproveitamento.

As negociações entre os produtores rurais e os responsáveis do fazendeiro não surtiram efeito, uma vez que a iminência em receber de imediato a plantação, contribuir para a ação desenfreada dos proprietários, cujo único objetivo vincula-se à extração da mais-valia.

Para Muramatsu (1984, p. 142), os arrendatários “Agiram na necessidade urgente de preservarem suas colheitas. Neste sentido, visualizaram o imediato: o capim que estava sufocando os seus meios de vida. Trataram de destruir aquilo que estava prejudicando-os imediatamente”. Isto ocorreu também, por um “descuido” do promotor de Jales, que desconhecia a realidade local por estar na região há pouco tempo. Segundo Reis (1997, p. 6), “O promotor tendo entendido que se tratava de ‘erva daninha’, autorizou oralmente a ‘operação arranca-capim’ como ficou conhecida a primeira grande mobilização dos trabalhadores no fim da década de 1950”.

Esse ato de revolta dos produtores, de retirar o capim da noite para o dia, estimulado involuntariamente pelos detentores da propriedade privada, indignou a estes, que contavam com o apoio da polícia, do Estado, bem como da própria legislação, que defendia a propriedade privada da terra.

Com sustentação oficial, os subarrendatários e o fazendeiro, juntamente com as autoridades locais, realizaram estudos sobre as possibilidades da criação de uma norma que proibisse os lavradores de retirarem o capim plantado pelo fazendeiro. Tal decreto foi realizado e aplicado pelas autoridades locais.

Para a burguesia local, todo o caráter expressado pelo “movimento do arranca capim”, desde sua formação, até mesmo por suas reivindicações, além da atitude tomada por aqueles que comandavam o processo do movimento, em prol de suas necessidades, era um ato de caráter comunista, representado pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro) em Santa Fé do Sul, que incentivava tais ações.

O PCB teve influência nas ações tomadas pelos trabalhadores. Ações tomadas em conjunto entre o partido e os trabalhadores, mas que não foram primordiais nas

realizações praticadas pelos arrendatários, demonstrando estarem bem organizados. É nesse período que o PCB, realiza uma declaração a respeito da análise econômica do país. Segundo Bielschowsky (2000, p. 193) o PCB, ao analisar a conjuntura econômica do período 1958-64, “reafirma a tese de que o desenvolvimento capitalista brasileiro é viável e retardado pelas relações de propriedade no campo e, essencialmente, pelo imperialismo”.

Segundo as referências do PCB, que apoiavam os atos realizados pelos trabalhadores;

O latifúndio prejudicava o desenvolvimento, segundo os socialistas, também porque era um empecilho à formação de um amplo mercado interno. O argumento essencial era que a concentração da propriedade rural é a principal causa do subemprego e desemprego urbano, pois inviabiliza a fixação do homem à terra e provoca um contínuo fluxo migratório para as cidades. A consequência seria uma forte pressão sobre o mercado de trabalho, conduzindo a baixos salários, próximos aos baixos rendimentos auferidos pelos lavradores, e obstrução à expansão do mercado interno no campo e nas cidades. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 205).

Com apoio do partido, os lavradores, liderados por Jofre Correia Neto, criaram a “Associação dos Lavradores da Comarca de Santa Fé do Sul”, que apoiava as reivindicações dos arrendatários, assim como dos agricultores que possuíam pouca expressão e força econômica para que seus anseios fossem atendidos.

Perante o surgimento da Associação, cria-se, no mesmo cenário, a “Legião da Enxada”, que se apoiava na legitimidade burguesa, sem participação nas resistências lideradas pela Associação. Enfim, tratava-se de uma organização que não tinha por objetivo a discordância do sistema em que viviam.

A hostilidade entre os precursores aumentava, de maneira violenta, por parte principalmente dos que detinham um maior poder. Esta veio a eclodir quando Jofre sofreu um atentado nas ruas de Santa Fé do Sul, atingido por dois disparos que apenas o feriram. Este ato revoltou ainda mais os trabalhadores e os amedrontaram, mostrando-lhes quem possuía o verdadeiro poder.

Até agosto de 1959, quando ocorreu o atentado, o governo não teria intercedido no caso diretamente, “uma vez que é natural a existência da intranquilidade nas frentes pioneiras”. (REIS, 1997, p. 8). A intervenção do Estado veio no intuito de apaziguar os conflitos, com o ato de retirada de grande parte das famílias do local, transferindo-as para outras regiões do estado de São Paulo ou para outros estados, conforme as possibilidades existentes.

A política adotada pelo Estado<sup>31</sup> corrompeu a estrutura vigente, que se expressava na força do movimento reivindicatório. “O governo determinou a distribuição gratuita de alimentos (principalmente arroz e feijão) com fatura a toda aquela gente faminta”. (REIS, 1997, p. 8). Essa ação do governo do Estado fez com que os trabalhadores mudassem, em grande parte, sua opinião, garantindo assim a simpatia popular perante o governo.

Com este dispositivo, o governo ganhava tempo para a retirada das pessoas do local, sem que houvesse qualquer interferência junto ao fazendeiro. Fica evidente também que essa atitude não visava o bem-estar dos arrendatários, mas a partir da identificação daqueles que realizavam os atos reivindicatórios, foi uma tomada de decisão populista que agradasse inconscientemente os trabalhadores e o proprietário das terras.

Realizou-se um acordo entre as partes, através da proposta do Estado, oferecendo a retirada das famílias para outras regiões, principalmente no estado de São Paulo, trabalhando na lavoura novamente como arrendatários, para não causarem maiores problemas, principalmente os que encabeçavam o movimento. Este ato, típico de ocorridos em áreas com tensões sociais, levou ao enfraquecimento total da mobilização, desacelerando suas reivindicações e à dispersão dos trabalhadores rurais, facilitando a ação dos poderes públicos e do fazendeiro. A retirada das famílias foi consubstanciada com o suborno oferecido aos arrendatários pelo representante do governo, em dinheiro ou, na maioria dos casos, ofertando-lhes arroz de baixa qualidade (palha), sem nenhuma função.

Algumas famílias permaneceram no local, já que o fazendeiro necessitava do pasto formado no menor tempo possível. Assim, aquelas famílias que não causaram maiores transtornos para com o subarrendatário permaneceram nas fazendas por mais alguns anos, até o novo prazo estipulado para a entrega da pastagem.

Não se deve considerar, contudo, que os movimentos de arrendatários ocorreram apenas nesse período. Devido ao conturbado processo de arrendamento de terras que ocorreu na região do extremo noroeste paulista durante as décadas de 1950 e 1960, em que a permanência de alguns arrendatários ocasionou novas discordâncias entre esses e o proprietário das terras, embora a reivindicação de seus direitos de produção e de trabalho não se concretizasse.

Convém ressaltar, ainda, que todos esses movimentos não foram os únicos acontecimentos ocorridos nessa região. Durante toda a década de 1950, até início da década de 1960, os produtores agrícolas que tinham adquirido as propriedades da CAIC, estavam

---

<sup>31</sup> Uma discussão sobre o Estado e a dinâmica agrícola é realizada por Hespanhol (1996).

com dificuldades para saldarem as suas dívidas para com a Companhia, levando muitas vezes a perda da propriedade, já que os produtores não conseguiam um valor na produção capaz de auferir-lhes lucros e aplicar o excedente em seu débito e à sua propriedade.

Vale demonstrar ainda que esses processos não aconteceram separadamente, ou seja, em um mesmo espaço (região), encontravam-se atores com objetivos de manter sua produção, buscando cada vez mais a propriedade da terra para que suas necessidades produtivas fossem atendidas e inseridas no mercado, representando o caráter típico da estrutura capitalista.

A separação dos diferentes acontecimentos ocorridos na região, o são somente pelo fato de uma melhor compreensão do processo de ocupação e consolidação da frente pioneira no extremo noroeste paulista, principalmente averiguado pela policultura, principalmente de subsistência (arrendatários) e para saldar as dívidas (pequenos proprietários). Toda essa característica de produção é representada por Monbeig (1984, p. 321), sendo que “A queda do café acelerou o acesso à propriedade a pessoas com poucos recursos e provocou a eclosão da policultura”.

Ainda segundo Monbeig (1984, p. 316), mesmo com a subordinação do pequeno produtor ao capital,

O desenvolvimento da pequena exploração agrícola levou a uma utilização do solo mais completa e, ao mesmo tempo, a melhor distribuição da riqueza. [...] Vê-se, então, o significado essencial das culturas secundárias: elas mostram até onde os pioneiros sentem a necessidade de consolidar uma economia ainda incerta.

Durante a década de 1950 as culturas do município de Santa Fé do Sul desenvolveram-se com maior intensidade, principalmente as produções de feijão, arroz, milho, mamona, maiores produções regionais, além da banana, do algodão e do café, assim como a extração de madeira, como será demonstrado adiante. O principal motivo dessa grande produção, principalmente de produtos com rápida produção, que era o pagamento de dívidas à CAIC, que diminuiu efetivamente na década de 1960, quando a produção de café veio a aumentar consideravelmente.

Ressalta-se, contudo, que neste período, a atividade cafeeira não deixou de ser praticada nesta região, constituída pelo município de Santa Fé do Sul, contendo os outros quatro vilarejos (Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa). Muitos pequenos proprietários praticavam esta atividade agrícola em seus estabelecimentos, já que vários deles já haviam saldado suas dívidas, ou parte delas à CAIC, e

até mesmo antes desse acontecimento. Outros começavam a plantar a cultura que traria maior rentabilidade, porém, com um maior tempo de produção. Começava então, a efetivação da atividade cafeeira no Extremo Noroeste Paulista na década de 1950, que tinha suas atenções voltadas para a questão do arrendamento, como está sendo demonstrado, mas que, como averiguado, os produtores eram provenientes de antigas zonas produtoras de café, tendo essa cultura arraigada em seus anseios, sendo plantada, mesmo que em pequenas quantidades, após a chegada do colono no Extremo Noroeste Paulista.

No ano de 1964, quando se efetivou o golpe militar, a região do extremo noroeste paulista encontrou-se politicamente e organizacionalmente em mudança, uma vez que o município de Santa Fé do Sul se desmembrou, sendo criado, de seus distritos, outros quatro municípios, Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa.

Nesse contexto, o golpe de Estado de 1964 “e toda sua duração não foram senão o esforço desesperado de anular a construção política que as classes dominadas haviam realizado no Brasil, pelo menos desde os anos trinta”. (OLIVEIRA, 2000, p. 64).

Ainda para Oliveira (2000, p. 60),

A história brasileira, desde a Revolução de 30, mostra que no espaço de 60 anos é possível contar duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que seguiu ao golpe militar de 64, até 1984, perfazendo 35 anos de ditadura em 60 anos de história da mudança da dominação de classe.

Uma das políticas adotada pelo regime militar, aplicado no dia 31 de março de 1964, determinava cada vez mais a fragmentação de grande parte dos municípios brasileiros, sendo que essa dinâmica foi sentida e aplicada no Extremo Noroeste Paulista.

Assim, pode-se observar na Tabela 1, os desmembramentos e a criação de 4 novos municípios<sup>32</sup>, com a lei quinquenal de nº 8.092 de 28 de fevereiro de 1964, ocorrendo o desmembramento dos então distritos de Santa Fé do Sul. Esta lei quinquenal era assim chamada, pois não seria possível a criação de novos municípios a partir desses em um período menor que 5 anos, conforme era estabelecido então.

---

<sup>32</sup> Para um maior aprofundamento sobre o processo de desmembramento dos municípios do Extremo Noroeste Paulista, assim como de toda MRG de Jales, ver Rubelo (2000).

**Tabela 1 - Evolução da área total dos municípios do Extremo Noroeste Paulista (Km<sup>2</sup>)**

|                        | 1960    | 1970  | 1980  | 1991  | 1996  |
|------------------------|---------|-------|-------|-------|-------|
| Santa Fé do Sul        | 1.171,0 | 170,0 | 170,0 | 208,9 | 208,9 |
| Santa Rita d'Oeste     | -       | 194,0 | 210,0 | 210,8 | 210,8 |
| Santa Clara d'Oeste    | -       | 216,0 | 159,0 | 183,9 | 183,9 |
| Rubinéia               | -       | 246,0 | 204,0 | 235,0 | 235,0 |
| Santana da Ponte Pensa | -       | 118,0 | 118,0 | 130,3 | 130,3 |

*Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980 e 1991; Contagem populacional de 1996.*

No período compreendido entre 1980 a 1991, foram efetuadas novas medições nas áreas dos municípios, realizadas pelo IBGE, sendo utilizados aparelhos com maior precisão, não havendo nesse período a emancipação de nenhum município, o que justifica a elevação de área do município de Santa Fé do Sul de 170,0 em 1980 para 208,9 Km<sup>2</sup> nos anos de 1991 e 1996 (ROSAS, 1998).

O Extremo Noroeste Paulista é baseado em uma área correspondente a 968 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 96.800 ha. Anos após o desmembramento da área que correspondia ao município de Santa Fé do Sul, mais precisamente em 1971, tem início o processo de alagamento do rio Paraná, necessário para a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira, terminado por completo no ano de 1973. Devido a este alagamento, no município de Rubinéia, maior afetado do extremo noroeste paulista, teve que mudar o local da cidade para 1,5 Km ao norte, para continuar com sua sobrevivência. Em Santa Fé do Sul, o alagamento atingiu uma área de 29 Km<sup>2</sup>, ou 2.893,79 ha do município, não afetando, contudo, a área urbana (ROSAS, 1998).

O que se observou, portanto, em termo do processo de colonização, foram as diferentes importâncias que se desencadearam durante tal transformação espacial, desde a presença de ocupantes, posseiros e grileiros, até a compra e venda das terras pela CAIC, para pequenos produtores rurais, ex-colonos de fazendas de café.

Este foi o primeiro direcionamento que fez com que o café fosse plantado na região, e a base para a continuidade e característica estrutural da formação de pequenos estabelecimentos rurais, que permanece até a atualidade como característica da região, fazendo com que o café fosse produzido em estabelecimentos menores que 100 ha, na maioria das vezes, descaracterizando, neste caso, a monocultura, já que, via de regra, os cafezais

dividiam espaço com outras culturas voltados para subsistência familiar, proporcionando menores gastos com produtos de consumo primordial para o brasileiro, auxiliando e completando a economia dessas famílias.

**III****O PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO  
EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

### III – O PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

Novas geografias desenham-se, sobretudo a partir da utilização de prolongamentos não apenas do corpo do homem, mas do próprio território, constituindo verdadeiras próteses. (SANTOS & SILVEIRA, 2001, p. 31).

#### 3. Características e formação sócio-econômica do Extremo Noroeste Paulista

Existem várias maneiras de se estabelecer a integração entre a teoria e a realidade. Esta pode ser analisada em seus respectivos momentos e lugares, devido à adequação teórica em relação à realidade observada, refutando muitas vezes e adequando a teoria em função das diferencialidades apresentadas nos lugares e, principalmente, em torno de seu movimento constante de mudança, comandado pelas ações sociais.

Segundo Dobb (1978, p. 99), para se analisar os aspectos da realidade,

pode-se fazer uma abstração excluindo certos elementos de uma situação real ou por serem eles os mais variáveis ou por serem quantitativamente de menor importância para determinar o curso dos acontecimentos. Deixá-los de tomar em consideração, torna o resultado uma aproximação imperfeita da realidade, mas no entanto, passa a ser um guia muito mais seguro do que seria, se os fatores mais importantes houvessem sido omitidos e somente se tivesse levado em consideração os de menor influência.

Ao optar por alguns segmentos da realidade, transpõe-se parte dos acontecimentos, porém, enfatiza-se mais detalhadamente os escolhidos<sup>1</sup>. Dessa forma, tem-se na atividade agrícola, que sempre serviu como base para a ascensão da humanidade, como discute Santos (1988), pois sem o alimento produzido, em parcela considerada regionalmente e no local, produtores rurais com pouca capacidade produtiva, e sem inserção ao conjunto de cooperativas e aos Complexos Agroindustriais não conseguiriam sequer sua subsistência, tão pouco produziram para a comercialização, um recorte referencial para análise da realidade, dentro de um processo de construção do espaço.

Tomou-se como recorte para análise, o Extremo Noroeste Paulista, que possui, em grande parte dos produtores, uma característica pouco empreendedora e trabalho desarticulado com o grande capital, pois não há na região uma significativa “modernização agrícola”, muito menos uma industrialização do campo, baseada nos CAIs, capazes de

---

<sup>1</sup> Para Quaini (1979, p. 43), “O materialismo histórico constitui-se, portanto, como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana”

polarizar grande massa de trabalhadores, oprimindo outros por seu próprio trabalho, pela produção, e pela comercialização.

Segundo Ianni (1997, p. 40) “Ainda que subsistam e se recriem as mais diversas modalidades de organização do trabalho e produção, muito do que se faz no mundo agrário está formal ou realmente subsumido pelo grande capital fluando pelo mundo afora”. Essa dependência direta ou indiretamente acaba traçando algumas direções que doravante ao sistema que engloba os trabalhadores, faz com que suas atitudes e costumes mudem de caminho no decorrer deste processo, além de fazer aumentar, diminuir ou estagnar um setor produtivo, conforme as oscilações econômicas e políticas mundiais.

### **3.1. A Condição do Produtor rural no Extremo Noroeste Paulista**

Dentre os episódios que merecem um maior aprofundamento analítico estão, primeiramente, o processo de venda de terras pela CAIC para os colonos, que na maioria das vezes, provinham de antigas “zonas produtoras” de café no interior do estado de São Paulo. Essa diferencialidade na composição étnica da população brasileira é concretizada pela miscigenação de diversas raças, criando uma nova configuração territorial<sup>2</sup>.

Essa miscigenação trouxe para a região diversas famílias, almejando uma melhoria de vida, lutando para conseguir a propriedade da terra. Uma vez adquiridos os lotes da CAIC, esses produtores viam-se subordinados a ela, pois o parcelamento da dívida alongou-se até início da década de 1960, ou até conseguir seu pagamento total ou a perda da propriedade.

Para saldar essa dívida, o principal mecanismo de trabalho era a produção agrícola, pois as famílias que se instalavam no meio rural provinham do campo, porém, muitas vezes não era suficiente para cobrir os gastos dos produtores, nem mesmo para sua subsistência. A atividade agrícola representava, portanto, na frente pioneira, a base econômica do sustento das famílias do Extremo Noroeste Paulista durante seu processo de colonização e consolidação, que se estendeu durante a década de 1950, além de oferecer condições básicas para a sobrevivência da população, como afirma Santos (1988).

---

<sup>2</sup> Para Santos & Silveira (2001, p. 32) “Escravidão e domínio são outros termos para contar a história colonial do território brasileiro. Homens, plantas e animais de três continentes, sob o império dos europeus, encontraram-se e, no convívio obrigatório, criaram uma nova geografia nessa porção do planeta”.

Outro fato de grande importância na década de 1950 ocorreu depois que o fazendeiro conhecido por “Zico Diniz” adquiriu da CAIC duas fazendas, com o total de 15.730 ha. Nessa área, ainda recoberta pela mata densa, o fazendeiro pretendia realizar a derrubada para a implantação de pastagens visando a criação bovina extensiva para corte.

Para que tal objetivo fosse atingido, o fazendeiro arrendou suas terras para trabalhadores nordestinos, intensificando a migração para a região. Estes viriam, posteriormente, entrar em conflito direto pelo direito de permanência nas terras e aí plantar para sua subsistência, assim como para reivindicar sua posse. Tal movimento ficou conhecido como “Arranca Capim”, que teve a intervenção estatal no auge dos conflitos.

Segundo Santos & Silveira (2001, p. 212)

A partir de 1950 verifica-se uma aceleração do movimento migratório no país, fenômeno que se impõe nos decênios seguintes em um nível consideravelmente mais elevado. Tanto as taxas de emigração líquida como as de imigração líquida conhecem uma evolução positiva. Desse modo, a população brasileira tem uma movimentação cada vez maior, misturando, sobre todo o território, pessoas das mais diversas origens estaduais.

O fato de o fazendeiro e seus subarrendatários subdividirem as propriedades para arrendá-las, fez com que houvesse uma grande ampliação dos estabelecimentos rurais nessas condições no período, uma vez que demandava grande número de trabalhadores para terminar rapidamente o plantio do capim para a formação das pastagens.

Havia, portanto, somando-se a venda de lotes pela CAIC, junto com o processo de arrendamento, um elevado número de estabelecimentos rurais, principalmente de pequeno porte, no período que se estende desde o final da década de 1940, até início da década de 1960. A existência do “novo” para as famílias que se encaminhavam para o Extremo Noroeste Paulista, baseado em novas perspectivas de trabalho e pela esperança da propriedade rural, impulsionado pela mercadologia realizada pela CAIC e pelo fazendeiro, trouxe à referida região um grande número de famílias com objetivos distintos, aumentando consideravelmente o contingente populacional do local, conseqüentemente às relações comerciais e financeiras, que caracterizavam a “frente pioneira”.

Segundo Ferreira (1986, p. 4), a “frente pioneira” está “intimamente relacionada à pequena propriedade; à expansão da produção por áreas virgens (*sic*), preferencialmente de matas e não apropriadas anteriormente; à produção de alimentos voltada para o autoconsumo e venda de excedentes para o mercado interno em expansão”. Além

desses aspectos, a “frente pioneira” caracterizou-se pela submissão do trabalhador rural perante a Companhia Agrícola e os fazendeiros.

A expansão da fronteira agrícola é de grande importância não apenas para as populações locais, ligadas diretamente ao referido processo, mas também para a comercialização arraigada a partir da produção das famílias. De acordo com Sorj (1980, p. 16)

A expansão da produção agrícola – para o mercado interno e parcialmente para o externo – deve-se fundamentalmente ao aumento do excedente comercializado pelos pequenos produtores de subsistência, e a expansão da fronteira agrícola a partir da ocupação de novas áreas.

Os atores que realizam a ocupação de novas áreas acabam (in)voluntariamente reorganizando o espaço, a fim de torná-lo produtivo. Todo este processo de formação do território brasileiro acontece de maneira desorientada no decorrer da história.

Segundo Gonçalves (1996, p. 155),

Não se mexe na estrutura fundiária que se mantém altamente concentrada. A expansão extensiva das terras cultivadas, tanto internamente ao latifúndio, como externamente, através das frentes pioneiras, será o modo como a agricultura responde aos estímulos da expansão do capital, fornecendo-lhe, ao mesmo tempo, a força de trabalho através das migrações.

Esta forma se desenvolveu na região, podendo ser observada segundo os dados do IBGE, oferecendo não só a condição dos arrendatários, mas também dos proprietários, dos parceiros e dos ocupantes, no período correspondente à década de 1960, - que pelo Censo, apresenta os dados referentes ao ano de 1959 -, assim como nos anos subsequentes, até meados da década de 1990, em todo o Extremo Noroeste Paulista.<sup>3</sup>

Esse aumento no fluxo migratório ocorre não somente no campo, mas também nas cidades. Este fato fica claro quando demonstrado que em Santa Fé do Sul, a população urbana era maior que a rural em 1960, diferentemente do restante dos municípios da região, sendo que 54,6% da população residiam na área urbana. Na região, a população urbana ultrapassa a rural somente durante o início da década de 1970, sendo que em 1980, a primeira passa a representar 67,5% do total.

---

<sup>3</sup> Os dados apresentados nos Censos Agrícolas e Agropecuários representam, a partir de 1970, a soma dos dados referentes aos municípios de Santa Fé do Sul, Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Rita d'Oeste e Santana da Ponte Pensa, desmembrados de Santa Fé do Sul em 1964.

A quantidade de arrendatários nordestinos<sup>4</sup> na região, em 1960, conforme demonstra a Tabela 2, era 144% maior que a quantidade de proprietários, com 4190 estabelecimentos, pelo fato das subdivisões da fazenda em pequenas áreas, realizadas pelo fazendeiro e por seus subarrendatários, para diminuir o tempo de retirada da mata virgem e da plantação das pastagens. Os arrendatários representavam, portanto, 65,3% do total de estabelecimentos na região, enquanto que os proprietários, 26,8% e o restante subdividido entre os parceiros e ocupantes, num total de 6411 estabelecimentos.

**Tabela 2 – Condição do Produtor do  
Extremo Noroeste Paulista (Estabelecimentos)**

|                     | 1960 | 1970 | 1980 | 1985 | 1995-6 |
|---------------------|------|------|------|------|--------|
| <b>Proprietário</b> | 1717 | 1626 | 1372 | 1458 | 1626   |
| <b>Arrendatário</b> | 4190 | 206  | 102  | 118  | 51     |
| <b>Parceiro</b>     | 51   | 61   | 401  | 691  | 65     |
| <b>Ocupante</b>     | 453  | 39   | 83   | 76   | 15     |
| <b>Total</b>        | 6411 | 1932 | 1958 | 2343 | 1757   |

*Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6.*

A expansão da frente pioneira traz consigo, portanto, diversos trabalhadores sem perspectiva de futuro que saem de suas terras de origem, principalmente o Nordeste brasileiro, à procura de novos horizontes de vida, mas, na maioria das vezes, o que ocorre é um repasse das dificuldades que viviam em sua região de origem, para o seio da expansão territorial da frente pioneira.

A expansão territorial que se consolidava na região, provinha de um processo descontínuo de subordinação à lógica produtiva, produzindo seu espaço por meio de agentes que o (re)produzem em prol do capital em áreas ainda não integradas ao sistema produtivo estadual ou nacional, fazendo com que os agentes desse processo procurassem novos meios para que se formassem novos segmentos produtivos em áreas já ocupadas anteriormente por outras fases de expansão territorial, ou seja, pela frente de expansão, que foi sendo sobreposta pela frente pioneira.

Dessa forma, a grande quantidade de lotes vendidos pela CAIC, com todas as artimanhas realizadas pela mesma para que se procedesse tal venda, como o lucro da companhia que se desdobraria, já que começaria a movimentação de cargas nos trens da EFA (Estrada de Ferro Araraquarense), subsidiária da CAIC, juntamente com a dificuldade de

<sup>4</sup> De acordo com Gonçalves (1996, p. 160) “Tradicionalmente, a Região Nordeste é vista como aquela onde a crise agrária assume maior gravidade. Entretanto, a constante e permanente migração dos trabalhadores rurais nordestinos, além de atender às necessidades do capital, [...] tem, também, permitido desanuviar as tensões sociais nesta região”.

pagamento por parte dos compradores dos lotes e, em termos quantitativos, a grande movimentação dos arrendatários e suas posteriores reivindicações, marcaram a década de 1950 até meados da década de 1960.

Segundo Spindel (1979, p. 42-3) a “ferrovia introduz, ao ‘encurtar as distâncias’, a tecnologia que viabilizará economicamente a utilização das terras, possibilitando a introdução da organização capitalista na agricultura”.

Porém, no final da década de 1960, depois do desmembramento dos municípios da região, que se deu em 1964, e depois de amenizado o “Movimento do Arranca Capim”, que culminou na transferência de diversas famílias para outras regiões do estado de São Paulo, como analisado no Capítulo II, o fazendeiro, tendo alcançado seu objetivo de plantar a pastagem em sua propriedade, assim como a derrubada das matas, mesmo que não conforme suas exigências, não tinha mais motivos para continuar arrendando suas terras. Este foi o fator determinante para a retirada de centenas de famílias trabalhadoras da região e, conseqüentemente, a diminuição da quantidade de estabelecimentos agrícolas arrendados no final da década de 1960.

Com a tabela do Censo Agropecuário de 1970, observa-se um decréscimo de 95% no número de estabelecimentos arrendados no Extremo Noroeste Paulista, sendo que o município de Santa Clara d'Oeste não possuía nenhuma prática de arrendamento, uma vez que foi em sua área que ocorreram os principais movimentos sociais realizados pelos arrendatários.

Com a análise de momentos diferentes no processo de avanço da fronteira, e posterior consolidação da região, não se deve compreendê-los utilizando a história como movimento seqüencial linear, pois nunca se conseguiria atingir os objetivos de entendimento analítico de um lugar, já que seus componentes estão sempre em mudança, e nunca em estagnação.

Outro fato de grande importância observado na região, aconteceu em meados da década de 1980<sup>5</sup>, quando ocorreu o auge da produção cafeeira no Extremo Noroeste Paulista, principalmente em estabelecimentos menores de 50 ha, assim como o aumento de arrendatários e parceiros, devido à expansão. Essa variação produtiva será analisada posteriormente com maior ênfase.

---

<sup>5</sup> Optou-se por enfatizar os dados relativos a 1960 e a 1985, pois foi nesses períodos que ocorreram na região os principais acontecimentos. Mas com a junção de acontecimentos que vieram a encaminhar o processo histórico da região nos moldes verificados, e sempre tendo em vista sua materialização territorial, ou seja, a geografização dos fatos só pode ser caracterizado utilizando-se de todos os momentos do processo de formação de tal configuração territorial.

Já a década de 1960, representava o período em que havia um maior número de estabelecimentos próprios, pelo fato de a maioria dos produtores ainda estar pagando prestações para a CAIC, uma vez que essa quantidade diminuiu nas décadas posteriores, pois a incorporação de propriedades daqueles que não conseguiam saldar suas dívidas, acabava ocorrendo por outros produtores, e até mesmo pela Companhia, que as revendia depois para proprietários com maior poder aquisitivo.

Em 1970, a quantidade de proprietários diminuiu 5% em relação à década anterior, passando por pequenas oscilações até a década de 1990, quando voltou a atingir a mesma quantidade da década de 1970, que era de 1626. Depois dessa década, alguns proprietários continuaram perdendo terras por não conseguirem produzir segundo as exigências do mercado, havendo recuperação apenas em meados da década de 1980, com a ascensão do café e, mesmo depois de sua decadência, quando os proprietários agrícolas passaram a adquirir cada vez mais terras, disseminando a policultura e a pecuária leiteira, porém, com baixo índice de mecanização.

Para se compreender o aumento na quantidade de parceiros no Extremo Noroeste Paulista, deve-se considerar o avanço da cultura cafeeira na região, que teve seu auge em meados da década de 1980, quando os parceiros representavam 1254,9% a mais do que em 1960, como demonstra a Tabela 2.

Este fato evidencia o crescimento de parceiros juntamente com o avanço da cafeicultura. Esse tipo de trabalhador agrícola divide, em parceria com o proprietário das terras, uma parte da produção e da responsabilidade sobre elas e sobre o produto. Esse acompanhamento fica claro quando ocorre uma diminuição de 963% em meados de 1990 desse segmento de produtores, acompanhando a decadência do produto na região. Portanto, a parceria era fator marcante no processo de produção agrícola do café no Extremo Noroeste Paulista, ocorrendo um acompanhamento entre as respectivas variantes.

A principal característica, portanto, do Extremo Noroeste Paulista, em quantidade de estabelecimentos agrícolas e suas condições, é que durante a década de 1950, os arrendatários predominavam, devido aos fatores expostos. Mesmo assim, esse mesmo período registrou a maior quantidade de estabelecimentos próprios, devido à venda de lotes realizados pela CAIC, mas sobressaindo os arrendatários, bem como ao aumento do número de parceiros na produção de café em meados da década de 1980.

É necessário estabelecer uma correlação entre a quantidade de estabelecimentos e a área ocupada, que demonstrará a disposição de concentração fundiária

entre os agentes envolvidos nessa formação espacial, assim como a dinâmica territorial provinda dos que estruturam o espaço. Segundo Santos & Silveira (2001, p. 20),

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empiricizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria. Entretanto uma periodização é necessária, pois os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais [...].

O espaço geográfico, portanto, é construído historicamente, incorporando a territorialização dos elementos presentes no processo de ocupação, sendo a base para se compreender a consolidação social da região, tomando diferentes momentos de inserção da “frente pioneira” no Extremo Noroeste Paulista e tendo como principais atores produtivos, os proprietários e os arrendatários, vítimas primeiras do avanço capitalista.

Para Moraes (1996, p. 123), “A construção do território é sua exploração, pois implica, simultaneamente, em domínio e apropriação. A própria formação do território desta maneira, expressa uma acumulação de trabalho ao longo da história.”

Nessa relação que se desencadeia, fica evidente que existia uma grande concentração de arrendatários numa área muito reduzida, como se observa na Tabela 3, pois a diferença entre a ocupação das áreas de proprietários (com menor quantidade de estabelecimentos em relação ao segundo) e arrendatários (com maior quantidade de estabelecimentos em relação ao primeiro), era de 133,5% maior por parte dos estabelecimentos próprios, ou seja, existia em pequenas áreas, grande concentração de estabelecimentos arrendados pelo fazendeiro e seus subarrendatários.

**Tabela 3 – Condição do Produtor no Extremo Noroeste Paulista (Área - ha)**

|                     | 1960  | 1970  | 1980  | 1985  | 1995-6 |
|---------------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| <b>Proprietário</b> | 54841 | 69611 | 71722 | 67924 | 72422  |
| <b>Arrendatário</b> | 23479 | 2770  | 2567  | 3478  | 4507   |
| <b>Parceiro</b>     | 154   | 1407  | 4201  | 6837  | 791    |
| <b>Ocupante</b>     | 1798  | 1635  | 953   | 956   | 138    |
| <b>Total</b>        | 80272 | 75423 | 79443 | 79195 | 77858  |

*Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6.*

Já os estabelecimentos próprios, mesmo que na sua grande maioria com áreas inferiores a 70 ha, vendidos pela CAIC, possuía maior área que os arrendatários,

demonstrando que os estabelecimentos arrendados tinham área média muito inferior aos estabelecimentos próprios, pois representavam 68,3% da área total ocupada na região, enquanto que os arrendados, 29,2%, dispostos em poucas fazendas, com as famílias nordestinas servindo apenas para a prática do desmatamento e, posteriormente, o plantio de pastagens para o fazendeiro, e o restante das terras subdivididos entre parceiros e ocupantes.

Os estabelecimentos arrendados representavam, depois da década de 1950, uma porcentagem cada vez menor, tanto em área quanto em número. Vale, porém ressaltar que, em meados da década de 1990, quando havia poucos estabelecimentos arrendados, a área ocupada por eles apresentou um crescimento de 61,5%, tomando-se como referência a década de 1970. Neste período, na maioria das terras arrendadas, era cultivado principalmente o milho, que servia para silagem aos fazendeiros locais. Ocorreu uma diminuição na quantidade de estabelecimentos arrendados, e um aumento na área arrendada, diferente, portanto, do ocorrido nas décadas de 1950 e 1960 pois, como muitos proprietários tinham suas terras sem produção, arrendavam-nas para auferir ainda mais lucro, e com a produção voltada principalmente para atender as necessidades dos fazendeiros. Ocorria um processo de concentração de arrendatários, com objetivos diferenciados daqueles verificados na década de 1950.

Já os proprietários de terra têm, em 1960, a menor área ocupada, se se considerar os anos subseqüentes até meados da década de 1990, devido, principalmente, à grande presença de arrendatários, que somavam áreas dos proprietários. Outro motivo é a presença ainda grande de proprietários, recém assentados, que se encontravam em fase de pagamento de contas para a CAIC. Terminado esse processo, a concentração de área aumenta, uma vez que a compra de terras de proprietários falidos era inevitável, ocasionando uma maior concentração fundiária.

Observa-se, também, em meados da década de 1980, uma diminuição da quantidade de área e estabelecimentos agrícolas próprios. Este fato ocorreu, principalmente, pelo aumento de arrendatários, parceiros e ocupantes, devido à lavoura cafeeira que se expandia na região, estimulando a produção e conseqüentemente as áreas arrendadas, em parceria e ocupadas, principalmente em estabelecimentos pequenos (menores de 100 ha).

Ocorre um acompanhamento da produção de café junto aos arrendatários e parceiros, e em menor número, dos ocupantes, assim como um decréscimo dos proprietários. A cafeicultura estava presente, não apenas nos estabelecimentos com proprietários, mas estimulava o aumento da prática de parceria e arrendamento na região. Este fato pode ser comprovado ainda mais se forem levados em consideração os meados da década de 1990,

quando ocorre uma acentuada redução na produção de café, assim como na prática de arrendamento, de parceria, e de ocupação das terras. Tanto é que a quantidade de estabelecimentos próprios representava 92,5% do total. Ocorre, portanto, uma ligação direta da cafeicultura com estes segmentos, sendo que a oscilação do café, modificava também a estrutura dos estabelecimentos.

### **3.1.1. Divisão dos estabelecimentos rurais por área no Extremo Noroeste Paulista**

As características das paisagens no Extremo Noroeste Paulista sofrem modificações, decorrentes do processo de formação territorial, durante o processo de consolidação econômica que se desencadeou na região, no momento em que o avanço territorial capitalista achava arestas para se instalar na “nova” região, integrando várias áreas e sistemas de produção baseados nesse avanço pioneiro. Porém, vale ressaltar que a “frente pioneira” ultrapassou os limites da colonização realizada pela CAIC, trazendo mudanças significativas à região, reestruturando as diversidades abrangidas e conduzidas pelas famílias, construindo uma nova espacialidade.

Em aspectos mais gerais, existem dois momentos de maior importância e relevância a serem observados, novamente: aquele que abrange o final da década de 1950, e o de meados da década de 1980. É evidente que a cada período corresponde a uma importância sócio-econômica específica, em diferentes setores e com atores diferenciados, mas foram esses dois momentos que marcaram o processo de formação histórica da região, depois da inserção da “frente pioneira” no Extremo Noroeste Paulista.

O processo de consolidação agrária da região, que foi conduzida principalmente pela CAIC, desde o final da década de 1940 até início da década de 1960, desenhou o aspecto de região colonizada por pequenos estabelecimentos, com uma distribuição de terras equivalente a qualquer reforma agrária bem sucedida.

Porém, a visualização da paisagem não representa os verdadeiros movimentos que a formaram, arrolados conforme interesses primordiais dos integrantes da CAIC, de caráter extremamente capitalista, porém, não sendo este reconhecido pelos produtores, pois achavam que a presença da Companhia os ajudava a concretizar o sonho da propriedade.

Segundo Santos (1988, p. 61), “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a

vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”

Assim, é necessário, partindo da paisagem, captar o visível em suas imbricações com o invisível (essência), ou seja, compreender os componentes que levaram a paisagem a se configurar tal como ela é, analisando-se portanto, o processo de construção do espaço, que possui caráter social. Para Santos (1999, p. 83-4)

A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. [...] A paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal. [...] Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. [...] A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável. [...] A paisagem existe, através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual.

A formação do Extremo Noroeste Paulista não pode ser analisada sem a consideração de todos os fatores que construíram e moldaram a paisagem que se formou e se (re)configurou, e que se encontra em constante modificação, ou seja, a colonização baseada em pequenos estabelecimentos, assim como a produção agrícola desenvolvida pelos atores sociais inclusos nesse processo, não se deram por acaso ou por coincidência, mas sim por especificidades que se formaram desde 1930, quando iniciaram-se os pensamentos de opções que pudessem trazer o retorno do lucro para os fazendeiros e todos aqueles envolvidos nos setores atingidos pela derrocada do café.

Dessa maneira, a constatação de uma parte da situação, na qual se constitui a paisagem, é extremamente necessária pelo acúmulo de memória existente nesta, possuindo um caráter palimpsesto, como afirma Santos (1999), ou seja, a paisagem existente anteriormente passa a dar lugar à sua transformação, caracterizando outra paisagem, num mesmo local, formada pelo movimento e acúmulo histórico.

Apenas há sentido no estudo da paisagem de um determinado lugar, se esta for entendida como a associação entre o meio e o espaço social, que acumulados, formam uma paisagem posterior, transconfigurando-se continuamente, pois a história da sociedade encontra-se em constante movimento e se forma em conjunto com o espaço, nos diferentes tempos, que acabam se caracterizando como ferramentas utilizadas para a análise da realidade, como afirma Santos (2002).

Essa paisagem, em 1960, era composta por 4140 estabelecimentos rurais menores de 5 ha no Extremo Noroeste Paulista, correspondendo 69,1% dos estabelecimentos

com até 20 ha. Essa grande quantidade de estabelecimentos menores de 20 ha, principalmente inferiores a 5 ha, prevalecia na região durante o processo de vendas de lotes para os colonos, assim como os arrendamentos, que predominavam, já que os lotes eram vendidos com área inicial superior a 7 ha, como explicitado.

Essa constatação fica mais evidente se for comparada à área ocupada por esses estabelecimentos, que era de 12867 ha, correspondendo a 40,8% da área total ocupada pelos estabelecimentos com até 20 ha, o que dá uma média de 3,1 ha por estabelecimento. Todos esses dados fortalecem ainda mais o vislumbamento da região naquele período, predominando os estabelecimentos considerados pequenos, devido a concentração do arrendamento em uma pequena área, juntamente com a venda dos lotes pela CAIC. Predominava, portanto, os estabelecimentos arrendados, já que os lotes vendidos pela CAIC, possuíam área maior que 7 ha, via de regra.

Um dos objetivos da CAIC era justamente conseguir uma grande quantidade de famílias subordinadas, produzindo para tentar efetuar o pagamento dos lotes, aumentando também a circulação de produtos junto a Estrada de Ferro Araraquarense, como também para o fazendeiro, que tinha como objetivo único, a formação das pastagens no final do prazo estipulado para o arrendamento, e lucrar com as madeiras retiradas de sua propriedade, sem nenhuma preocupação social ou produtiva, a não ser o seu próprio bem estar, que reflete uma das características mais incorporadas pelo capitalismo, que é o pensamento único no e pelo capital.

Já os estabelecimentos com até 20 ha representavam 92,4% do total em 1960, demonstrando como foi realizada a colonização pela CAIC, baseada principalmente em lotes pequenos, como já demonstrado, uma vez que seus compradores não possuíam condições financeiras suficientes para adquirir áreas maiores, conforme os próprios interesses da Companhia, e principalmente pelo “Movimento do Arranca Capim”, que compartimentou ainda mais aquela estrutura fundiária em pequenos estabelecimentos, neste caso, arrendados, como pode se observar nas Tabelas 4 e 5.

**Tabela 4 – Estrutura Fundiária no  
Extremo Noroeste Paulista (Estabelecimentos)**

|                         | 1960 | 1970 | 1980 | 1985 | 1995-6 |
|-------------------------|------|------|------|------|--------|
| <b>0-20 (ha)</b>        | 5990 | 1197 | 1253 | 1702 | 987    |
| <b>20-100 (ha)</b>      | 450  | 742  | 612  | 551  | 603    |
| <b>mais de 100 (ha)</b> | 38   | 79   | 93   | 90   | 114    |
| <b>Total</b>            | 6478 | 2018 | 1958 | 2343 | 1704   |

*Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6.*

Para efeito comparativo, tomando-se os estabelecimentos menores que 100 ha, obtém-se 99,4% dos estabelecimentos em 1960 numa área correspondente a 56,9% da região, e os 81,2% de estabelecimentos menores que 10 ha ocupavam uma área correspondente a 25,7% do total, enquanto que no Brasil como um todo, 89,4% dos estabelecimentos menores que 100 ha ocupavam 20,2% da superfície, e os 44,6% dos estabelecimentos menores que 10 ha ocupavam uma área de apenas 2,2% do total. Caracteriza-se, portanto, com a posse de quase metade dos estabelecimentos da região, ocupando uma área muito pequena, e que o restante das terras ficaram divididas por uma menor quantidade de maiores estabelecimentos.

**Tabela 5 – Estrutura Fundiária no  
Extremo Noroeste Paulista (Área – ha)**

|                         | 1960  | 1970  | 1980  | 1985  | 1995/6 |
|-------------------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| <b>0-20 (ha)</b>        | 31500 | 10732 | 11677 | 15214 | 9484   |
| <b>20-100 (ha)</b>      | 15571 | 28282 | 23658 | 22071 | 23852  |
| <b>mais de 100 (ha)</b> | 35542 | 36332 | 43628 | 41896 | 46616  |
| <b>Total</b>            | 82613 | 75346 | 78963 | 79181 | 79952  |

*Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6.*

Pode-se considerar, portanto, que no Extremo Noroeste Paulista não se desencadeou um intenso processo de concentração fundiária, devido a presença maciça de “pequenos estabelecimentos” rurais, ocupando mais da metade da área total. Por outro lado, é impossível conceber que apenas 0,6% dos estabelecimentos ocupem 43,1% de toda a área da região.

Considera-se, em termos gerais, que não houve uma grande concentração fundiária na região, devido ao tipo de colonização implementada, pois houve venda de pequenos lotes (com até 70 ha) para os produtores, mas existiu uma extrema concentração de área no início da colonização da região, ainda mais perversa que a ocorrida no resto do país, porém, deve-se levar em consideração a compleição maciça dos trabalhadores arrendatários no cenário regional nesse período, com uma grande presença e permanência da pobreza por parte desses. A média de concentração fundiária nessa região é menor que em relação ao Brasil, mas sua concentração ainda é insigne e evidente.

Entre 1960 e 1970, houve uma redução da área de 8,9%, passando a representar 59,3% do total. Grande parte dos produtores que compraram os estabelecimentos menores e não conseguiram saldar suas dívidas com a CAIC, acabaram perdendo as terras,

tanto para a Companhia quanto para os produtores melhor situados economicamente. Esses dados ilustram ainda mais as reais condições da CAIC e dos produtores, que não conseguiam saldar suas dívidas, assim como o empreendimento que a Companhia realizou para concentrar seus ganhos com a colonização das terras. Outro fator marcante para essa diminuição, foi o fim do processo de arrendamento na região, depois de eclodido o movimento dos trabalhadores arrendados.

Mesmo com diminuição dos estabelecimentos menores que 20 ha, havia ainda um grande predomínio desse segmento de produtores, mas ocupando apenas 14,2% da área total. Ocorreu nesse momento um aumento na concentração fundiária, pois a área ocupada por esse em 1960 era de 38,1%. Os estabelecimentos menores que 100 ha passaram a ocupar uma área mais diminuta, mesmo representando 96% do total de estabelecimentos, com apenas 51,7% da área.

Em contrapartida à colonização realizada por pequenos estabelecimentos, obteve-se no Extremo Noroeste Paulista, como reflexo do tipo de dependência à Companhia, uma tomada de terras por parte de proprietários com maior renda, sufocando as famílias que não conseguiam saldar suas dívidas, aumentando o tamanho de seus estabelecimentos, e marginalizando grande parte dos colonos, que tentariam a vida em outros lugares, até mesmo na cidade, caracterizando o êxodo rural. Segundo Ferreira (1986, p. 11) “A frente pioneira atribui-se a estrutura fundiária que se implantou e que perdura até hoje, calcada na propriedade de menos de 100 ha. Isto não exclui, no entanto, a concentração fundiária que vem ocorrendo.”

Já em meados da década de 1980, no auge da cultura cafeeira, ocorreu uma grande expansão dos estabelecimentos menores que 20 ha, com a presença além dos proprietários, dos arrendatários e parceiros em grande quantidade. Os estabelecimentos menores que 20 ha representavam 72,6% do total, e esses agricultores com condições inferiores adquiriam terras para o plantio do café nesse período, impulsionado pela valorização do produto, porém, a maioria não conseguia mantê-las, vindo a perdê-las com a diminuição da produção agrícola. Tais estabelecimentos ocupavam 19,2% da área total.

Esse fato fica claro quando a representação dos dados de meados da década de 1990 demonstra uma diminuição considerável no total de estabelecimentos agrícolas. Os “pequenos estabelecimentos” passaram a corresponder a 57,9% do total, demonstrando que as grandes quantidades de estabelecimentos menores que 20 ha estavam ligadas diretamente à produção cafeeira, que diminuiu significativamente durante o decorrer do final da década de 1980, como será demonstrado posteriormente.

Contudo, não se pretende analisar os dados direcionando os conceitos, ou a fim de rotulá-los em um conceito, uma vez que a realidade encontrada nessa região, assim como em diversos lugares do Brasil, não é homogênea em sua essência e em sua formação, não devendo, portanto, classificar ou criar conceitualmente como atrativos ideológicos e/ou políticos, o que se apresenta diferentemente no campo, já que a fragmentação da realidade ocorre somente para facilitar seu entendimento, e os conceitos são reformulados conforme as especificidades de cada lugar e o fim da utilização dos conceitos.

Isso revela que se poderia relatar diversas formas de análise dos dados obtidos pelo IBGE, tanto em sua quantificação, quanto em sua explicação. Opta-se por considerar como subdivisão primária os estabelecimentos com até 20 ha, pois se observa que nesse segmento existe uma grande quantidade de estabelecimentos com menos condições de produção, assim como o tradicionalismo intrínseco desses trabalhadores (famílias) rurais que se apresenta nesse estrato de área, podendo aí conter tanto o trabalho familiar, quanto o assalariado permanente e/ou temporário<sup>6</sup>, além de representar uma maior mão-de-obra ocupada com a produção agrícola, e com maior ênfase, do café.

Outro fato marcante foi a constatação de que no final da década de 1950, quando a região encontrava-se em formação, era grande a predominância de estabelecimentos até 20 ha, pelos motivos já expostos.

Os estabelecimentos com área superior a 100 ha perfaziam apenas 0,6% do total e ocupavam uma área correspondente a 37,4% do total em 1960, ficando muito distante da soma dos estabelecimentos menores que 20 ha. Porém, observa-se que a partir de 1970, ocorre um aumento considerável na área ocupada pelos estabelecimentos com mais de 100 ha, como já demonstrado, com leve diminuição em 1985, quando ocorre a explosão da cultura cafeeira, correspondente a 51,6% da área total, que era de 79181 ha.

A área ocupada pelos estabelecimentos acima de 100 ha passa, em meados da década de 1990, a corresponder a 64,6% do total, caracterizando um esvaziamento do campo. Porém, o fato de haver uma grande quantidade de pequenos produtores, afasta a hipótese de que se intensifique a concentração fundiária, pelo menos em curto prazo, estimulada com as dificuldades encontradas na produção agrícola.

Constata-se, portanto, que houve dois momentos distintos no processo de ocupação territorial, no que tange a estrutura fundiária. Primeiramente, tem-se na transição

---

<sup>6</sup> Pode ocorrer, como na maioria dos casos, um trabalho realizado pela família, assim como o contrato eventual de trabalhadores assalariados e temporários, principalmente, em períodos de plantação e colheita dos produtos agrícolas.

entre o final da década de 1950 e a década de 1960, uma característica marcante na estrutura agrária regional. Dois elementos foram de grande importância para a caracterização da estrutura regional durante seu processo de formação: a CAIC, vendendo lotes para “pequenos” colonos, que culminou na década de 1970, num pequeno aumento na concentração fundiária, e a grande quantidade de arrendatários, provindos do nordeste para o trabalho nas fazendas da região.

Um outro período marcante no tocante a estrutura fundiária do Extremo Noroeste Paulista, ocorre entre meados e o final da década de 1980, coincidindo justamente com o auge da cafeicultura e o início de sua decadência. Nesse período, houve um aumento na procura por estabelecimentos menores que 20 ha para a produção de café, principalmente pelos parceiros, arrendatários e proprietários, fazendo diminuir a quantidade da oferta e conseqüentemente, da área ocupada pelos “médios” e “grandes” estabelecimentos.

Essa evolução teve como base a produção de café, que se tornou a impulsionadora desses movimentos ocorridos regionalmente, antes e durante seu auge produtivo, sofrendo influência também pela grande procura do produto, aliado a pouca utilização de técnicas adequadas e cuidados com a cultura.

A “frente pioneira” apresenta diferentes momentos. O que se constatou do tipo de colonização da região, foi que se deu em termos de crescimento em prol ao capital. A grande quantidade de lotes “pequenos” vendidos na região não trouxe maiores benefícios aos produtores rurais, uma vez que grande parcela deles, não conseguindo saldar suas dívidas, ingressou no movimento migratório campo-cidade que refletia nesse período, pois não tinham condições de usufruir e reivindicar medidas jurídicas e legais, pela perda do “direito” de produzir no campo, em condições propícias, aumentando assim o contingente populacional de excluídos urbanos e rurais, em decorrência do crescimento e avanço capitalista no campo, aumentando o lucro daqueles que comandavam todo esse processo.

Atualmente, a estrutura fundiária da região ainda possui marcas do processo de colonização, porém encontra-se direcionada em lenta dissolução, mas com diversas variações que podem modificar tal caminho a qualquer momento.

Essa tendência de esvaziamento do campo que vem ocorrendo no Extremo Noroeste Paulista, teoricamente possui algumas formas de análise não aplicadas totalmente nessa região, conforme indica a pesquisa de Ferreira (1986). Primeiramente, costuma-se fazer uma relação entre o esvaziamento do campo e o grande estabelecimento, ou seja, quanto maior a concentração fundiária maior o esvaziamento da área rural. Porém, mesmo antes da chegada da CAIC, já existiam na região grandes estabelecimentos, e passaram a coexistir com

os pequenos, que tomaram as atenções da região. Atualmente, devido a grande presença de estabelecimentos menores que 100 ha, considerados pequenos, com representação de 93,3% do total, ocupando uma área correspondente a 41,6%, mesmo apresentando uma tendência à concentração, pode-se constatar que o pequeno estabelecimento ainda é maioria na região, concluindo-se que apenas uma pequena parcela da população rural deixou suas terras devido a esse processo de concentração, ainda lento.

Outro fator a ser considerado concernente ao esvaziamento do campo, está ligado ao crescimento das cidades em seus municípios. A que possui uma melhor infraestrutura na região, desde o período de colonização, é Santa Fé do Sul, ainda que não tenha apresentado um grande crescimento populacional e infra-estrutural.

O esvaziamento ocorre, portanto, pela soma de dois principais fatores, que dizem respeito à estagnação do campo: a dificuldade que o produtor tem para conseguir plantar e principalmente, comercializar por um preço que lhe seja vantajoso, (grande parte dos produtores agrícolas da região possui idade em declínio e seus filhos e netos, não permanecendo no campo devido a tais dificuldades, faz com que o processo de herança sirva apenas para que esses vendam suas terras, na maioria das vezes).

Porém, para Alves (2001, p. 26)

Numa sociedade livre, a opção de residência deve ser aquela que mais convém à família, tendo-se em conta o bem-estar de seus membros e as perspectivas de progresso, especialmente para os mais jovens. Assim, morar na cidade ou na roça é indiferente, desde que isso não implique discriminações quanto ao mercado de trabalho, ou seja, quem mora na roça tem igualdade de condições para competir nos mercados urbanos de trabalho e vice-versa.

Nota-se, entretanto, que esta realidade raramente pode ser observada, exceto em algumas regiões, mas mesmo assim, as diferenças permanecem. Quando se migra para a cidade, na maioria das vezes, o campo deixa de ser uma opção de trabalho, principalmente para os filhos, e a cidade passa a representar novas faces e oportunidades de trabalho.

Contudo, a resistência desse agricultor ainda é grande, típica de uma estrutura familiar consolidada, mas que não consegue, principalmente pelos motivos citados, um maior dinamismo em suas culturas, sem desenvolver sua atividade produtiva, aumentando, em vários casos, a mão-de-obra ociosa do campo, e trabalhando fora do estabelecimento como temporário, além de formar em grande quantidade os focos de emigração, explicitando os motivos de tal esvaziamento, que atualmente, de acordo com a sinopse preliminar do Censo de 2000, possui apenas 13,7% da população na área rural.

Segundo Ianni (1997, p. 42-3)

É verdade que subsiste e desenvolve-se a pequena produção. O pequeno proprietário sobrevive e até mesmo se afirma. Nos mais diversos países e continentes, assim como nas mais diferentes atividades agrícolas, são numerosos ou mesmo inúmeros os pequenos produtores. Trabalham a terra com a família e em certos casos assalariando alguns trabalhadores em épocas de preparo da terra, plantio ou colheita. São pequenos produtores autônomos, situados em posição especial, em face do assalariado agrícola permanente ou temporário [...]. A pequena produção continua sendo importante no conjunto da vida sócio-econômica no mundo agrário.

Porém, todos esses pequenos produtores agrícolas são direta ou indiretamente dependentes das exigências da grande produção. A vinculação dependente direta ou indiretamente da dinâmica do grande capital faz com que esses produtores não consigam uma auto-sustentação, ou seja, todos os tipos de trabalhos que eles vêm a realizar, estão de alguma forma relacionados com o processo produtivo, ainda mais quando o capitalismo que revolucionou o mundo rural engloba parcela considerável desses produtores agropecuários, deixando-os em extrema subordinação.

### **3.1.2. Utilização das terras no Extremo Noroeste Paulista**

A utilização das terras no Extremo Noroeste Paulista está diretamente relacionada com os aspectos de colonização, como foi observado, em dois principais momentos de seu processo de construção do espaço agrário. É necessário que se considere as condições existentes no contexto da região para que se possa compreender como se procedeu a utilização das terras pelos trabalhadores rurais, dispostos diferentemente sobre o espaço, com características distintas, em momentos diferenciados, uma vez que não se pode considerar a análise produtiva sem considerar os aspectos que dinamizam o espaço, assim como suas imbricações com o geral.

Os trabalhadores rurais utilizam a terra conforme as suas necessidades e anseios. Dentre os aspectos que necessitam de maior destaque, está a necessidade do pagamento em um período curto para a CAIC, o que remete aos trabalhadores um maior investimento nas lavouras temporárias, que permitem uma produção em um período menor, utilizando também menos recursos para a produção. Porém, o anseio que permeava entre os trabalhadores agrícolas, principalmente no segmento produtivo encontrado até 20 ha, era da plantação de café, uma vez que a maioria dos produtores era de colonos de antigas fazendas

de café, e tinha nessa cultura seu principal expoente, como base para que pudessem concretizar um progresso econômico.

Outra característica, ainda baseada nas culturas temporárias, era o predomínio dos arrendatários, que não tinham muito tempo para produzir, assim como os compromissos feitos verbalmente ao fazendeiro e seus subarrendatários, intensificando a utilização dos produtos temporários. Fica evidente que as características impostas de fora para dentro trouxe uma caracterização à região como sendo colonizada de maneira em se aproveitar do território e dos atores que se dirigiam para ele, sob a égide do capital. Segundo Santos & Silveira (2001, p. 22)

É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam depende de sua própria constituição. Uma preocupação com o entendimento das diferenciações regionais e com o novo dinamismo das duas relações tem norteado particularmente a busca de uma interpretação geográfica da sociedade brasileira.

A utilização das terras é realizada conforme, principalmente, as necessidades de grupos de produtores, e/ou pelo valor pago pelo produto, assim como pela facilidade e rapidez da produção e comercialização. Neste momento, a necessidade daqueles que se utilizavam a terra, era a produção em um período curto, pois se fazia necessário o pagamento de contas junto a Companhia e ao fazendeiro, e a produção para subsistência, sem muito investimento, pelos proprietários rurais e arrendatários.

Baseado nessas características, na frente pioneira havia um predomínio de estabelecimentos utilizando a lavoura temporária como principal fonte de recursos no estabelecimento rural, que se desencadeou durante o final da década de 1940 até início da década de 1960. Esse fato ocorreu devido a necessidade dos produtores, assim como a presença de arrendatários, de produzir em um período curto, uma vez que em ambos os casos deveriam pagar suas dívidas, o primeiro para a CAIC, e o segundo para o fazendeiro, incluindo o empório que localizava dentro da fazenda. Era necessário que as lavouras entrassem em produção rapidamente, para que os produtores obtivessem retorno em períodos curtos, sem grande aplicação financeira inicial, já que não a possuía.

Em 1960, os estabelecimentos com utilização de lavouras temporárias, dentre elas, o algodão, o milho, a mamona, o arroz, que possuía um bom preço de mercado, o feijão, o amendoim, entre outros, representavam 47,1% de todos os estabelecimentos produtivos, ocupando uma área correspondente a 24,3%, enquanto que a quantidade de estabelecimentos que cultivavam as lavouras permanentes correspondia a 24,9%, dispostos

em 15,5% da área total. Durante o processo de colonização, a cultura temporária sobressaía sobre a permanente, caracterizando a policultura temporária como principal responsável pelo dinamismo econômico do período, devido aos fatores já explicitados, que levaram os produtores a se utilizarem desse tipo de cultura para subsistência e comercialização, como demonstram as Tabelas 6 e 7.

Em contrapartida, a quantidade de estabelecimentos que possuía área destinada às pastagens, correspondia no período a 16,2% dos 42% da área total, como será apresentado posteriormente. Já as matas e florestas estavam presentes em 8,7% do total de estabelecimentos, em uma área que compreendia 14,2%. Essa quantidade já se encontrava muito reduzida, devido a extração de madeiras para a formação de áreas destinadas à produção agrícola, assim como para a pecuária, além da venda de dormentes para a Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), que seguia com os trilhos em direção ao rio Paraná.

Ocorreu uma pequena redução da quantidade de estabelecimentos com área para pastagem em meados da década de 1980, pois algumas áreas foram ocupadas pela atividade cafeeira, com 32,2% do total em 69,4% da área. Nesse período, ocorreu um aumento na quantidade das lavouras permanentes, que passou para 32,8% dos estabelecimentos, no auge da cultura cafeeira na região, ocupando 13,2% da área, representando a grande maioria dos produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista em 1985.

**Tabela 6 – Utilização das Terras no  
Extremo Noroeste Paulista (Estabelecimentos)**

|                             | 1960  | 1970 | 1980 | 1985 | 1995-6 |
|-----------------------------|-------|------|------|------|--------|
| <b>Lavouras Permanentes</b> | 2571  | 1021 | 1618 | 1628 | 758    |
| <b>Lavouras Temporárias</b> | 4862  | 1619 | 1174 | 1193 | 1039   |
| <b>Pastagens</b>            | 1677  | 1701 | 1662 | 1599 | 1612   |
| <b>Matas e Florestas</b>    | 902   | 702  | 682  | 427  | 611    |
| <b>Terras em Descanso</b>   | 305   | 164  | 96   | 118  | 33     |
| <b>Total</b>                | 10317 | 5207 | 5232 | 4965 | 4053   |

*Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6.*

Em meados da década de 1990, quando a erradicação do café já se encontrava em andamento na região, houve um aumento na produção de lavouras temporárias, porém, acompanhando a crise regional, passou a diminuir juntamente com o café. Os 25,6% dos estabelecimentos rurais ampliaram a produção de lavouras temporárias em relação às culturas permanentes, que era produzida em 18,7% dos estabelecimentos, em áreas respectivas representando 10,9% na cultura temporária e 5,3% na permanente.

**Tabela 7 – Utilização das Terras no  
Extremo Noroeste Paulista (Área – ha)**

|                             | 1960  | 1970  | 1980  | 1985  | 1995-6 |
|-----------------------------|-------|-------|-------|-------|--------|
| <b>Lavouras Permanentes</b> | 12328 | 6542  | 8393  | 10055 | 4040   |
| <b>Lavouras Temporárias</b> | 19347 | 15206 | 6570  | 10075 | 8303   |
| <b>Pastagens</b>            | 33489 | 47497 | 58717 | 52560 | 60832  |
| <b>Matas e Florestas</b>    | 11341 | 4405  | 2567  | 2865  | 2778   |
| <b>Terras em Descanso</b>   | 3089  | 813   | 245   | 166   | 232    |
| <b>Total</b>                | 79594 | 74463 | 76492 | 75721 | 76185  |

*Fonte: Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6.*

Houve um pequeno aumento na quantidade de estabelecimentos com área destinada às pastagens, representando 39,7% dos estabelecimentos em uma área equivalente a 79,8% do total, demonstrando que mesmo com o número de estabelecimentos voltados para a pecuária ter permanecido praticamente o mesmo, a quantidade de estabelecimentos com produção de lavouras diminuiu, aumentando, portanto, a importância da pecuária junto aos produtores. Tem-se, portanto, na década de 1990, uma crescente importância econômica na produção pecuária, tanto de corte como leiteira, porém concentrada, já que não houve uma ampliação na quantidade de estabelecimentos com área destinada às pastagens.

Porém, se tomar para análise o total de estabelecimentos destinados à produção agrícola, ou seja, as lavouras temporárias e permanentes, constata-se que a maioria dos produtores rurais, volta sua produção para a atividade agrícola em detrimento da pecuária, mesmo que o valor da produção animal, em termos gerais, ultrapasse o valor da produção vegetal na maioria dos municípios do Extremo Noroeste Paulista durante o período analisado, devido ao próprio valor da produção animal, que é superior ao valor da produção vegetal, em termos quantitativos.

Ocorreu, portanto, uma concentração na utilização das terras da década de 1960 até meados da década de 1990. Essa concentração é observada também, nas áreas destinadas às pastagens, sendo que a quantidade de estabelecimentos manteve-se praticamente estável, e a área ocupada por ele foi ampliando, aumentando 81,5% entre 1960 e 1995. No período do auge do café, em meados da década de 1980, quando aumenta a quantidade de estabelecimentos ocupados com lavouras, verifica-se (quando se estimava uma grande redução na quantidade de estabelecimentos destinados a pastagem, uma vez que a área diminuiu), o não desencadeamento dessa diminuição de estabelecimentos, que se manteve durante toda a década de 1980, assim como no período analisado. Porém, existe uma diferenciação entre estabelecimentos com área de pastagem, e estabelecimentos informantes

com produção pecuária, segundo o IBGE, uma vez que em estabelecimentos com área para pastagens, não necessariamente existe uma atividade criatória.

Os principais aspectos a serem considerados nesse segmento são os apresentados, com o predomínio da cultura temporária sobre a permanente, exceto na década de 1980, devido a expansão da cafeicultura, e a área ocupada pelas pastagens, que teve aumento significativo em relação à quantidade de estabelecimentos, mantendo-se progressivamente em crescimento, porém, cada vez mais concentrada.

Alguns artifícios do governo poderiam modificar a estrutura vigente na região desde meados da década de 1960, porém não houve ação significativa. Segundo Belik (1998, p. 16)

A partir da constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965, o setor agropecuário passa a contar com fundos permanentes destinados ao financiamento das atividades agropecuárias. Esses fundos tinham como fontes: a) as exigibilidades bancárias sobre os depósitos a vista dos correntistas; b) os empréstimos externos; e c) os recursos do orçamento fiscal da União.

O surgimento do SNCR poderia ser um benefício, principalmente para os pequenos produtores agrícolas, porém, o que acarreta, como explicita Delgado (1985, p. 45) é que “Sua clientela preferencial é o produtor modernizado ou modernizável, inserido na malha das relações interindustriais do CAI”. Isto ocorre porque os principais interesses de financiamento estavam direcionados ao custeio, investimento e comercialização, com um sentido claramente modernizador, principalmente para aqueles que certamente poderiam pagar a dívida posteriormente.

Para Soboll (1993, p. 87) “O pico máximo de recursos reais foi alcançado pelo SNCR nos anos 1979 e 1980”, e o “último suspiro do SNCR ocorreu durante o Plano Funaro, em 1986, quando o aumento da demanda de alimentos, via salários, gerou uma expectativa de aumento da produção.” (p. 89).

Esse sistema teve pouca influência, portanto, aos produtores agrícolas da região, já que acabavam de alicerçar as bases para a formação de uma sociedade, sem maiores condições de utilização do crédito, até mesmo pelas condições precárias que se encontrava a cidade de Santa Fé do Sul, ainda em formação, e com pouca infra-estrutura, incapaz de suportar toda a população que se dirigia para o local, sendo construída gradativamente as bases para suportar a movimentação de produtos e da própria sociedade que se alicerçava.

### 3.1.3. Produção pecuária no Extremo Noroeste Paulista

Conforme explicitado, existe uma diferença entre estabelecimentos com área destinada a pastagens e aqueles que efetivamente a utilizam com a atividade pecuária. Apesar da não ocorrência no Extremo Noroeste Paulista de uma grande concentração fundiária, grande parte dos produtores rurais optaram pela produção agropecuária, ou seja, juntamente com a produção agrícola, a utilização da pecuária em pequena escala, que em sua maioria encontram-se em estabelecimentos menores que 100 ha, mais especificamente, menores que 20 ha.

Porém, os estabelecimentos com área superior a 20 ha, e com maior ênfase aquele segmento com área superior a 100 ha, possuem como principal atividade econômica, a pecuária, principalmente a de corte, enquanto que a produção de leite tem predomínio nos “pequenos” e “médios” estabelecimentos.

A quantidade de estabelecimentos rurais com atividade pecuária em 1960 representava 16,3% a menos que os estabelecimentos com pastagens<sup>7</sup>, o que confere ainda uma baixa utilização. Essa pecuarização que ocorria junto ao “pequeno produtor” se explica porque este direcionava sua produção objetivando um giro de capital rápido, fazendo com que as produções de leite, aves, ovos, pequenos animais, competissem diretamente com o valor da produção das lavouras tradicionais temporárias, aumentando assim a renda gerada. “Em 1970, São Paulo possuía o terceiro rebanho bovino do país, [...] que se concentravam na região ‘oeste’do Estado [...]” (NEGRI, 1996, p. 195). A atividade pecuária, nesse período, caracterizava-se por fazer parte da economia dos produtores rurais que necessitavam do capital, sendo juntamente com as culturas temporárias, setor de grande importância para o processo de consolidação desses na região.

A variação entre área de pastagens e área utilizada para a pecuária foi mais expressiva em meados da década de 1980, quando essa diferença alcançou 113,7%. Isso significa que no período do auge da cafeicultura, os produtores rurais mantiveram grande parte da área destinada às pastagens, porém, com uma diminuição na quantidade de estabelecimentos produtores.

Outro fator que merece cuidado, é em relação à quantidade do rebanho bovino, uma vez que a diminuição na produção entre 1960 e 1980, foi de apenas 6,5%. Isso

---

<sup>7</sup> Os estabelecimentos com pastagens não necessariamente devem possuir uma atividade pecuária. Isso fica claro quando se observa a grande quantidade de terras sem ocupação (atividade agropecuária) no estado de São Paulo e no Brasil.

demonstra e confirma que: os produtores de café de “pequenos estabelecimentos”, conforme será demonstrado posteriormente, haviam trocado a criação de gado pelo café, o que redundou na redução da quantidade de estabelecimentos nesse período, pois as condições encaminhavam-se para tal cultura permanente, contudo, a quantidade do rebanho bovino teve pouca diminuição, o que demonstra a produção em estabelecimentos “maiores”, com uma concentração produtiva, já que o aumento de 98,5% de estabelecimentos entre 1985 e 1995, trouxe um aumento na quantidade de cabeças de gado de apenas 5,4%.

Essa quantidade demonstra que em meados da década de 1980, as atenções produtivas estavam voltadas para outros tipos de produção, ficando a atividade pecuária em segundo plano na economia rural do Extremo Noroeste Paulista, principalmente entre os estabelecimentos menores de 100 ha, e mais especificamente menores de 20 ha.

Já em meados da década de 1990, ocorre um novo aumento na produção pecuária, uma vez que a produção que comandou a década de 1980, entrou em declínio. Isto representa que, com a diminuição da atividade agrícola no Extremo Noroeste Paulista, houve um aumento pela produção pecuária, intensificada principalmente depois do final da década de 1980, em todos os segmentos de área.

A quantidade do rebanho bovino ainda era muito baixa em 1960, já que a necessidade básica dos produtores era de saldar as dívidas junto à CAIC, e essa produção estava dominada por pequenos produtores rurais, porém, com baixa quantidade, que equivale a uma média geral de 38,5 cabeças por estabelecimento. É claro que essa quantidade não representa totalmente a realidade do Extremo Noroeste Paulista, uma vez que muitos estabelecimentos possuíam um número muito maior de bovinos, enquanto que outros possuíam poucas cabeças de gado, sem considerar também, o tamanho dos estabelecimentos analisados, já que a maior quantidade de bovinos se encontrava nos estabelecimentos maiores que 20 ha, principalmente os maiores que 100 ha, porém, com um menor aproveitamento de área se comparado com os estabelecimentos menores, mas com maior produção.

Em meados da década de 1980, com a acentuada diminuição na quantidade de estabelecimentos voltados para a produção pecuária, ocorreu também uma pequena diminuição na quantidade de cabeças de gado. Com essa diminuição, dever-se-ia também diminuir a quantidade média de cabeças de gado por estabelecimento, uma vez que ocorreu uma migração de produtores da pecuária para a agricultura, principalmente entre os “pequenos”.

Entretanto, a média de cabeças por estabelecimentos aumentou para 118, o que demonstra, em linhas gerais, que os produtores que saíram da produção pecuária, eram

aqueles com menor capacidade financeira, uma vez que não modificou a produtividade pecuária, assim como acabou concentrando ainda mais a média, demonstrando que a produção mais eficaz provinha de estabelecimentos maiores, que não se dirigiram para a plantação de café e para as lavouras temporárias. Porém, as lavouras não competiriam com a pecuária, pelo menos em termos de área ocupada.

A atividade pecuária sempre foi, e continua sendo a que mais se destaca em relação ao valor final do produto, em termos gerais, e sua atividade sempre esteve presente na região durante todo seu processo de formação, até a atual configuração territorial. O maior “problema” dessa atividade, constitui-se na maior concentração produtiva em estabelecimentos maiores (que 100 ha, na maioria das vezes), portanto, com poucos beneficiados, concentrando-se nas mãos de poucos, mas ocupando uma área extensa.

### **3.1.4. Principais produtos da lavoura temporária no Extremo Noroeste Paulista**

A produção das lavouras temporárias teve papel fundamental durante a constituição e formação do espaço no Extremo Noroeste Paulista, sendo a principal atividade econômica que servia como base para saldar as dívidas que os colonos/proprietários tinham junto a CAIC, servindo como subsistência para as famílias que compraram as terras, assim como para os arrendatários, pois era necessário o rápido processo produtivo nesse período de consolidação no lugar.

Os principais produtos da lavoura temporária cultivados foram o arroz, o feijão, o milho e o algodão, assim como a mamona. Todos esses representavam regionalmente<sup>8</sup> a maior produção e área produzida no período. O tipo de colonização desencadeou uma estrutura produtiva forte e competitiva no cenário da frente pioneira. Os produtores não tinham um retorno dos gastos para suas próprias necessidades de expansão e crescimento econômico, uma vez que a CAIC comandava ainda as bases necessárias dessa frente, pelo pagamento de dívidas com a produção, no processo de desencadeamento da formação e organização espacial do Extremo Noroeste Paulista, através de processos que percorriam a luta dos arrendatários neste final de década (1950), assim como as dificuldades encontradas pelos proprietários de terra que as haviam adquirido junto a CAIC, tendo que realizar seu pagamento.

---

<sup>8</sup> Refere-se a toda MRG de Jales.

Para os arrendatários, a cultura temporária serviu como subsistência, além da venda do excedente produtivo para o pagamento de dívidas junto ao fazendeiro, tomando como base a produção em um período curto, já que as famílias arrendatárias tinham no máximo três anos para produzir, dependendo do contrato. Conforme as necessidades, os produtos temporários foram primordiais na consolidação e no processo de formação histórico-social da região, mesmo que utilizados de uma forma “arbitrária”, já que não havia muitas opções para o plantio de produtos em um longo período até o final do contrato.

Já os proprietários que tinham que saldar as suas dívidas perante a Companhia, o mais rápido possível escolheram, preferencialmente, as lavouras temporárias para produção devido ao período de safra, apresentando produção e colheita mais rápidas que as lavouras permanentes, contando com o comércio que se abria diante deles, impulsionada pela frente pioneira, com preços elevados no mercado regional e estadual.

Porém, a plantação de café sempre serviu como estímulo às famílias, pois se poderia sonhar com uma grande renda, como seus antigos patrões fazendeiros. Uma grande quantidade de produtores passou a plantá-lo, sendo a maioria proveniente de antigas zonas produtoras do estado. Mas essa quantidade não representava qualidade, pois não se aplicava intrinsecamente nesse produto, servindo apenas como base para futuras safras, pois a necessidade de uma produção imediata “impedia” a produção acentuada do café, prevalecendo os produtos temporários, como analisa Negri (1988).

Em 1960, existiam 5816 estabelecimentos com produção de arroz, sendo a cultura com maior índice de ocorrência dentre os produtores por dois principais motivos, além daqueles já citados. O preço do produto era elevado no período, e o pensamento futuro que engloba a utilização do produto para realizar melhorias nas terras, para posteriores produções de café. Por ser o produto em que os produtores depositavam seus maiores anseios, em geral, tornou-se aquele de maior relevância em toda a região de Jales e Fernandópolis. Era cultivado em 48,7% dos estabelecimentos com produção agrícola temporária da região.

A área ocupada pela rizicultura em 1960, representava 59,7% do total destinada à produção das principais culturas temporárias no Extremo Noroeste Paulista. O arroz foi o principal produto utilizado pelos produtores nesse período de transição entre o final da década de 1950 e a década de 1960, na luta para saldar as dívidas das terras e seu efetivo pagamento (aqueles que conseguiram, continuaram como proprietários, e os que não conseguiram saldar suas dívidas junto a CAIC, foram expropriados de sua principal fonte de sustento, a terra).

O feijão foi outra cultura com um dos melhores índices produtivos em toda região de Jales e Fernandópolis durante a década de 1950, tanto em quantidade de estabelecimentos com produção, quanto em área produzida e toneladas colhidas. Os 1957 estabelecimentos com produção de feijão no Extremo Noroeste Paulista representavam 16,4% dos estabelecimentos, porém, com uma elevada produtividade. À primeira vista, o feijão não é tão competitivo quanto o arroz, por exemplo, mas se se tomar como comparação toda a região que se estende desde Fernandópolis, o Extremo Noroeste Paulista foi o maior produtor da cultura no período de maior intensidade produtiva, devido às condições citadas.

A área de produção do feijão correspondia a apenas 4,9% do total, porém, a produção dessa cultura era de 597 toneladas, ou seja, a maior produção regional. As produções do feijão, do arroz e do milho, dentre as culturas temporárias, comandaram a economia do Extremo Noroeste Paulista durante a chegada e inserção da frente pioneira e a consolidação das famílias que se dirigiam para essa região.

De acordo com Negri (1996, p. 193)

O feijão, com problemas de abastecimento no mercado interno, recebeu por parte do governo determinados estímulos a sua produção – via política de preços mínimos e facilidades creditícias – que, em conjunto com a incorporação de avanços tecnológicos, ampliou sua área cultivada, a produção física e a produtividade média no estado de São Paulo durante a década de 1970.

Entretanto, mesmo com todos os estímulos oferecidos aos produtores rurais para estimular a produção de feijão, na década de 1970, não houve, no Extremo Noroeste Paulista, um aumento na plantação do produto. Os produtores, neste momento, preferiam verticalizar suas aplicações e atenções na cafeicultura, que lhes oferecia maior renda, além da incerteza de manutenção do preço do feijão.

Outro produto que mantinha o elevado padrão de produção, e muito procurado pelos produtores agrícolas era o milho, plantado em 31,4% dos estabelecimentos rurais com cultura temporária. O milho, assim como o feijão e o arroz, por apresentar fácil produção e comercialização, mantinha-se à frente das produções regionais neste período. A mamona, juntamente com o arroz, o feijão e o milho, também fazia parte dos produtos que lideravam a produção regional em 1960, com 98 toneladas produzidas. A produção de milho se encontrava em uma área que correspondia a 30,1% do total. Nessa área, em 3746 estabelecimentos, a produção total foi de 7111 toneladas, o que demonstrava também a concentração produtiva desse produto.

Já o algodão era produzido em apenas 3,5% do total de estabelecimentos em 1960, com uma baixa produção. Em 1970, o algodão ganhou destaque regional, passando a comandar não só os produtos temporários mais cultivados no Extremo Noroeste Paulista, como toda produção agrícola, sendo cultivado em 36,7% do total de estabelecimentos produtores da lavoura temporária. Pode-se considerar, portanto, que na década de 1970, a cotonicultura foi a principal atividade agrícola na região.

Eram as culturas temporárias, principalmente as citadas, que impulsionavam o trabalho dos agricultores, que tinham o sonho de se estabilizar enquanto proprietário de terras, e no caso do arrendatário e sua família, lutando para conseguir permanecer na terra que, num contexto histórico, foi ocupada ilegalmente. E num período posterior, já na década de 1970, o cultivo do algodão toma o espaço de várias outras culturas temporárias, comandando então a produção agrícola dessa década, como esclarecido anteriormente.

Todos os outros produtos da lavoura temporária tiveram uma diminuição na produção na década de 1970. O único produto que se manteve praticamente estável foi o milho, que passou a ser cultivado em 35,7% dos estabelecimentos. Mesmo com uma acentuada redução na quantidade de produtores, o milho se manteve com índice semelhante ao de produtores de algodão, sendo um dos produtos mais estáveis durante todo o período da colonização regional.

A cotonicultura estava em processo de crescimento, e em 1960 representava apenas 5,2% da área total de lavouras temporárias. Essa quantidade, porém, teve um aumento significativo em 1970, sendo produzida em 50,9% do total de estabelecimentos. Desde o final da década de 1960 até a década de 1970, o algodão foi o impulsionador produtivo da região, juntamente com o milho, em menor escala.

Essa diminuição da produção do arroz, do feijão e em menor parte do milho, foi consequência do término dos compromissos que os produtores tinham junto à CAIC, fazendo com que os principais produtos temporários não representassem maior importância para a maioria dos produtores, uma vez que esses haviam saldado suas dívidas, ou então, em alguns casos, com a perda da posse das terras para outros produtores de maior poder econômico, ou para a Companhia Agrícola.

Durante o período de consolidação da frente pioneira na região, contraditoriamente ao avanço do capitalismo na fronteira agrícola que passava pela referida região no final da década de 1940, a CAIC comandou direta e indiretamente a configuração espacial, uma vez que as famílias dispostas nos estabelecimentos lutavam para produzir para

saldar as dívidas, direcionando, portanto, a produção, voltada para as lavouras temporárias, o que em um segundo momento, com a presença dos arrendatários, intensificou esse processo.

Essa grande produtividade acabou não sendo tão eficiente aos produtores quanto poderia ser, uma vez que estes poderiam usufruir dessa produção de uma maneira diferenciada, já que depois do início da década de 1960, quando esse elo que ligava os trabalhadores à Companhia se rompeu, as famílias passaram a direcionar sua produção para outros setores, diminuindo consideravelmente a produtividade.

A cultura do algodão foi a que teve uma redução mais acentuada entre todos os principais produtos da lavoura temporária, sendo que em 1980, apenas 2,6% dos estabelecimentos o produziam. Essa cultura entrou em declínio uma década depois de apresentar seu auge, devido ao início da procura pela produção de café, que começava a se firmar em toda a região do Extremo Noroeste Paulista. A década de 1980 teve como característica dois principais pontos: o auge da cafeicultura e sua decadência, no final dessa década.

Em meados da década de 1980, juntamente com um pequeno aumento na procura pela produção de algodão, ocorre também um aumento na quantidade de estabelecimentos com produção de milho e arroz, representando 45,4% e 42,1% do total. Pode-se dizer que dentre os produtos da lavoura temporária, o milho e o arroz, principalmente, constituíram-se como primordiais para os produtores agrícolas. Mesmo com a grande procura pelo café, os produtores não abriram mão da cultura temporária, principalmente do arroz e do milho, que auxiliavam o crescimento econômico regional.

Mesmo o milho tendo uma grande diminuição da produção, é ainda o carro-chefe dos produtos temporários em todo o Extremo Noroeste Paulista em meados da década de 1990, sendo produzido em 52,7% dos estabelecimentos com produtos temporários. A cotonicultura foi a única atividade que passou a ser produzida em mais estabelecimentos em 1995 do que em 1985, e os outros produtos de cultura temporária apresentaram uma pequena evolução quantitativa nesse período.

A lavoura mais expressiva no Extremo Noroeste Paulista em 1985, assim como em 1995, foi o milho, que por sua vez, em vários aspectos, tinha ligação com a atividade pecuária, servindo como silagem. A área plantada de milho em 1985 representava 57,9% do total, com uma produção de 10928 toneladas. Já em 1995, 69,2% da área total dos estabelecimentos era ocupada com a plantação de milho, e sua produção passou a se concentrar em estabelecimentos acima de 20 ha, já que houve uma concentração de área em detrimento de uma diminuição relativamente grande de estabelecimentos, pois em 1985 eram

1001 estabelecimentos. Essa concentração de 69,2% de área utilizada da lavoura temporária para a produção de milho representa, mesmo com uma diminuição, a tendência dos produtores a essa cultura, que está ligada na maioria dos casos à pecuária.

Outro produto que entrou em decadência no Extremo Noroeste Paulista foi o arroz. Em 1985, a área foi aumentada para 1669 ha, produzindo 1582 toneladas. Já em 1995, essa área foi reduzida para 198 ha, com uma produção de apenas 207 toneladas.

O arroz, assim como o feijão, produtos que servem de alimentação básica para o brasileiro, entraram em declínio no Extremo Noroeste Paulista, devido principalmente ao baixo preço oferecido aos produtores, assim como pela falta de incentivos para a produção. Esses poderiam servir como alternativa ao produtor que abandonasse a produção de café, porém, a perspectiva de produção encaminhava para a tendência de se produzir cada vez mais para a subsistência do que para o mercado.

É claro que sempre se espera um maior rendimento produtivo para aumentar a sustentabilidade financeira, mas as direções tomadas seguiram os passos de uma economia estagnada, sem recursos e incentivos, quando, com uma estrutura fundiária nos moldes da atual, os produtores conseguiam, pela necessidade e pelo sonho durante a década de 1950, aplicar em uma produção que se identificaria como a melhor já obtida na região do Extremo Noroeste Paulista.

Com essas premissas, observa-se uma inconstância numa parcela de produtores, que migram para outras culturas, direcionados e baseados pelos baixos preços oferecidos pelo mercado, bem como pela falta de incentivos oferecidos pelos governos municipais, estadual e federal, além dos riscos que a própria atividade agrícola lhes apresenta.

Os produtos da lavoura temporária foram de extrema importância no processo de formação da região. Essa importância se deu pelas próprias circunstâncias em que se inseriam os produtores rurais (proprietários, arrendatários, parceiros, entre outros), de necessitar de uma renda em um período o mais curto possível, para conseguir uma produção de subsistência, assim como a inserção na frente pioneira, cuja característica era a produção voltada para o mercado, permanecendo até a atualidade, cujos objetivos modificaram-se no decorrer do tempo e da formação dos produtores e de seus filhos.

Vale ressaltar ainda que, além da mudança de planos e estratégia dos produtores agrícolas entre as décadas de 1960 e 1970, com a modernização no campo, os produtos que passaram a ter maior valor no mercado não são mais os mesmos, do que é exemplo na região a cultura do algodão. Segundo Kageyama (1987), nas décadas de 1960 e 1970, os produtos modernos tiveram aumento de produção (laranja, batata, tomate, cana-de-

açúcar, soja e algodão), enquanto que os tradicionais recuaram (arroz, feijão, mamona) devido ao aumento dos preços internacionais, a grande disseminação agroindustrial no período, além do direcionamento do crédito rural para essas culturas.

Em uma análise mais geral, Oliveira (1995, p. 512) explicita que “A produção de lavouras permanentes e temporárias, por sua vez, tem obedecido a lógica distintas, ficando seu estímulo e/ou expansão ligados, ora à ação do Estado, ora à de cooperativas ou empresas industriais.” Outro ponto de relevância a ser contemplado na ocasião da década de 1950, é a necessidade de saldar as dívidas junto à CAIC, que somou mais um elemento impulsionador das lavouras, principalmente as temporárias.

## **3.2. Principais produtos da lavoura permanente**

### **3.2.1. Produção de laranja**

Diferentemente das culturas temporárias, a lavoura permanente teve um crescimento gradativo desde 1960, chegando ao período de maior produção, em meados da década de 1980, sobretudo com o café. Diferenciando-se deste, a laranja apresentou uma evolução quantitativa e qualitativa na região, passando para meados da década de 1990, com uma produção maior que em 1985, demonstrando o grande interesse pela cultura entre os agricultores.

A produção de laranja, assim como o milho e a pecuária, que se mantiveram em estabilidade na região, foram as principais alternativas encontradas pelos produtores em decorrência da derrocada da cafeicultura em 1985, com grande representatividade no cenário regional, tanto em quantidade de produtores, quanto em área plantada e em produtividade.

Em 1960, a quantidade de produtores que se dedicavam à plantação de laranja era insignificante. Possivelmente, nenhum direcionava sua produção para a inserção no mercado, mas somente para consumo próprio. A área de 9 ha estava distribuída em 33 estabelecimentos, sem objetivo de comercialização. Fica claro que nesse período as atenções estavam voltadas para as lavouras temporárias, deixando para um período posterior, o investimento em produtos da lavoura permanente com maior ênfase.

Já em 1970, a produção de laranja começou a ser mais procurada entre os produtores, pois a área plantada teve um aumento de 177%. Via-se nessa cultura uma alternativa para produção depois de 1960, quando se encontravam na região apenas aqueles que conseguiram “sobreviver” ao processo criado pela CAIC.

Essa produção aumentou expressivamente em 1980, quando 851 estabelecimentos passaram a produzir a laranja, crescendo cada vez mais em relação à área plantada, aumentando 276% em relação a 1970. Para essa quantidade de estabelecimentos, a área era pouco expressiva, demonstrando ainda que essa cultura não exibia uma produção voltada totalmente para o mercado.

Já em meados da década de 1980, quando o café atingiu o auge de sua produção, grande parte dos produtores optou por aquele produto, sendo que apenas 54 estabelecimentos passaram a produzir laranja, porém, com uma área superior a apresentada em 1980, tendo aumentado 230%. Isso demonstra que esses produtores investiram no produto, conseguindo concentrar a área de produção, inserindo definitivamente o produto no mercado. Nesse período, ocorreu uma grande concentração na produção de laranja, pois dos 851 estabelecimentos que a plantavam em 1970, restou apenas 54, com uma grande “migração produtiva” para o café.

A consolidação da produção de laranja ocorreu em meados da década de 1990, quando 172 estabelecimentos passaram a produzi-la em 814 ha, ou seja, um aumento de 161,7% em comparação a meados da década de 1980, consolidando a produção para o mercado. Mesmo assim, pode-se considerar que vários desses estabelecimentos não fazem parte dessa parcela que comercializa a produção, tendo apenas alguns pés em seu terreno. Atualmente, a laranja é um dos produtos da lavoura permanente que tem maior apoio técnico na região, juntamente com o milho e a pecuária, sendo uma importante alternativa econômica aos produtores.

Diferentemente da produção de café, a produção de laranja teve em 1985 apenas uma diminuição acentuada de produtores, enquanto que sua área plantada aumentou, demonstrando que essa cultura foi, em 1995, a que mais se destacava no Extremo Noroeste Paulista, enquanto que o café apresentava redução de produção em meados de 1995. Vale ressaltar que essa produção possui ligação direta com a indústria processadora.

Para Negri (1996, p. 194)

A expansão da cultura da laranja passou por transformações extraordinárias [...]. Esse aumento esteve totalmente voltado ao atendimento da demanda das unidades processadoras de laranja localizadas no interior do estado e quase exclusivamente voltado para o mercado internacional. O setor contou com novas pesquisas agrícolas que introduziram novas variedades e uniformidades na produção, pré-requisitos para sua expansão.

Toda essa aplicabilidade de recursos, contudo, não ocorreu em caráter de grandes extensões de plantação no Extremo Noroeste Paulista, mesmo esta representando uma grande elevação, conforme observado pelos dados censitários. Não há, conforme explicitado, uma estrutura na região capaz de oferecer suporte a um aumento produtivo, tendo o produtor que limitar a área e quantidade a produzir.

### **3.2.2. A produção de café**

Na década de 1950 existia, conforme esclarecido, uma grande quantidade de estabelecimentos que produziam café no Extremo Noroeste Paulista, porém, com baixa quantidade produzida em relação à quantidade de produtores. Foi o período em que se constatou uma maior quantidade de estabelecimentos com produção em toda a história da região, com 2358 estabelecimentos, devido a concentração de estabelecimentos no período, pela recente venda de lotes, ocasionado pela forma “predatória” que a CAIC colonizou a região.

A área ocupada pela produção cafeeira era de 6785 ha, e sua produção de 2589 toneladas. Essa produção era baixa em relação a quantidade de estabelecimentos que produziam nesse período e sobre a área plantada. Observa-se, então, considerando-se também a baixa modernização agrícola para com o produto, como será analisado adiante, que o café ainda não teria sido produzido em larga escala justamente por não se apresentar como produção rápida, pois é uma cultura que exige uma maior aplicação de recursos antes e durante seu período de produção, além de um retorno tardio.

Apesar da grande quantidade de produtores que se dedicavam à produção de café, o mesmo não se caracterizou como propulsor econômico da região, deixando de ser plantado efetivamente nas condições adequadas, pois as prioridades dos produtores estavam principalmente na pecuária e nas lavouras temporárias.

De acordo com Saes (1997, p. 88) “No final da década de 1960, devido a problemas climáticos [secas e geadas] e ao programa de erradicação, auxiliado pelas baixas cotações dos preços do café no mercado internacional, o parque cafeeiro nacional apresenta uma diminuição significativa [...]”. De fato, a produção de café na região em 1970 foi a menor constatada em todos os períodos analisados, sendo a cultura do algodão a que mais se destacou no período.

A partir desse momento, segundo Negri (1996, p. 194)

O café, que na década de 1960 havia passado pelo programa de erradicação, recebeu do Instituto Brasileiro do Café (IBC) novos estímulos através de programas de revigoração e renovação da cultura, passando pela introdução de novas espécies de cafés mais finos e por novas técnicas de plantio e de utilização de áreas menos sujeitas às geadas. Esses fatores possibilitaram o crescimento da área cultivada [...].

Em 1975, ocorreu uma forte geada no Centro-Sul do Brasil, o que acarretou um aumento nos preços do produto, e conseqüentemente, uma corrida pela produção de café, recebendo fortes incentivos, principalmente pelo preço. Porém, em 1977 os preços voltaram a entrar em declínio, fazendo constituir um novo acordo, “restituindo o sistema de cotas. Este sistema tornou-se efetivo em 1981 e teve vigência até 1989, com o período de dois anos de suspensão, em 1986/87, quando os preços aumentaram novamente por causa de uma severa seca no Brasil, em 1985”. (SAES, 1997, p. 101-2).

A década de 1980 foi cenário para o crescimento da produção cafeeira no Extremo Noroeste Paulista, assim como sua derrocada no final dessa década. No início da década houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos, em produção e produtividade, que se intensificou até meados da década, quando a produção cafeeira atingiu seu auge. Esse aumento só não foi maior devido a grande quantidade de produtores que enveredaram para a cultura de laranja, além da presença sempre marcante da pecuária.

Em meados da década de 1980, tem-se em todo o Extremo Noroeste Paulista, um acentuado aumento produtivo, no entanto, com 48,8% de estabelecimentos a menos (1584) do que na década de 1960. Houve, portanto, uma maior concentração produtiva, considerando-se a menor quantidade de pessoas no campo, já que o preço do produto era muito atrativo. Essa concentração de área, 28,3% maior (8711 ha) que em 1960, ocasionou uma produção recorde na região, 275,2% superior àquela realizada no ano de 1960, com 9714 toneladas.

Essa produção era aquela vislumbrada pelos produtores agrícolas desde sua chegada à região, e só alcançada em meados de 1980, quando os fatores preço, oferta e procura apresentavam as oportunidades necessárias aos produtores. Entre meados de 1980 e o final da década, essa quantidade na produção decaiu em demasia, entrando em crise na região, devido a um conjunto de fatores de nível macro. O principal fator, já explicitado<sup>9</sup>, é referente ao rompimento do AIC, juntamente com a extinção do IBC, que começou a ter reflexos em meados da década de 1980, inseridos no processo de globalização com suas características peculiares. Segundo Saes (1997, p. 119)

---

<sup>9</sup> Cf. Capítulo I.

Em meados da década de 1980 já se vislumbrava o início do processo de desregulamentação. As críticas e denúncias contra o IBC e sua burocracia, com cerca de cinco mil empregados, culminaram com uma auditoria realizada pelo Ministério da Indústria e Comércio.

A década de 1980 foi, portanto, a década do café na região, tanto de sua culminância, como de sua derrocada. Juntamente com os fatores de caráter macro, ocorreu na região alguns problemas na produção. Primeiro foi o ataque de nematóides, que atacam as raízes do cafeeiro, e permitem que vários tipos de fungos penetrem na planta<sup>10</sup>. Essa praga se dissipou por todos os cafezais da região no período compreendido entre meados e o final da década de 1980.

Outro fator negativo correspondeu às mudanças de temperatura e umidade na região, interferindo no desenvolvimento da planta, assim como a forte seca que ocorreu em 1985. A soma desses fatores fez com que os produtores rurais repensassem sua produção agrícola, já que para eles, o preço do café não se apresentava favorável devido aos fatores macros.

O período que os cafezais necessitam de chuva para produzir com qualidade, é entre os meses de setembro e novembro, quando a planta apresenta suas floradas, necessitando de chuvas bem distribuídas. Se nesses meses, a quantidade de chuvas, assim como sua distribuição não for adequada, o cafezal não suporta, produzindo pouco ou deixando de produzir, podendo muitas vezes, dependendo do período e intensidade da seca, ficar inutilizado.

A partir do ano de 1984, a média pluviométrica mensal, assim como a distribuição de chuvas nos meses de setembro a novembro, decaiu muito. Esse período de estiagem constante, trouxe diversos problemas à lavoura, um dos motivos que fez essa cultura entrar em decadência. A média pluviométrica dos referidos meses nos anos de 1982 e 1983 foi 154,1 e 155,5 mm respectivamente. Já em 1984, essa média começa a decrescer, porém, com uma distribuição ainda regular entre os meses, apresentando uma média de 77,5 mm, quando se efetivou a última grande safra na região.

Em 1985 teve início uma diminuição na quantidade de chuvas, passando para 37,8 mm nos referidos meses, trazendo consigo uma elevação na temperatura, consequência de uma forte seca. Essa queda brusca de precipitação pluvial causou de início,

---

<sup>10</sup> Segundo Cardoso (1994, p 64), “A infecção dos cafeeiros dá-se por contato das suas raízes com as raízes infectadas ou com os cordões miceliais dos fungos que, a partir delas, se estendem no solo. As feridas provocadas nas raízes dos cafeeiros por alaias ou organismos vivos (lagartas, nemátodos, etc.) favorecem a infecção e a proliferação destas enfermidades”.

diversas dificuldades na manutenção da alta produtividade das plantas, o que se estendeu ao longo da década de 1980.

Um pequeno aumento na quantidade de chuvas na região depois de 1985 não foi suficiente para conseguir a manutenção da cultura cafeeira, que entrou em decadência. Mesmo com esse aumento, que ocorreu em 1987, com 109,8 mm nos três meses citados (setembro a novembro), os anos seguintes voltaram a apresentar redução, passando para 50,7 mm.

Com os índices pluviométricos apresentados a partir de meados da década de 1980, a lavoura cafeeira não foi capaz de se manter robusta e saudável, já que a falta de água no solo deixava deficitários os nutrientes que teriam de ser absorvidos pela planta, desencadeando grande perda na produção e na quantidade de plantas nesse período.

Contudo, se os problemas apresentados na região fossem apenas internos, mas ainda com um bom preço de mercado, os produtores certamente contornariam a situação, utilizando-se de diversas técnicas para evitar ao máximo os problemas nos cafezais, já que não teriam prejuízos na venda. Entretanto, não foi interessante para os produtores salvarem os cafezais, com os preços em decadência no período, e essa somatória de fatores negativos levou à derrocada de grande parte dos cafezais da região.

A elevação dos preços do café em 1985 e 1986, fez com que a safra brasileira quebrasse em 1986, ocasionando uma drástica queda do preço em 1987, como se pode observar em Saes (1997, p. 118), entrando em decadência até 1992, quando ocorre um pequeno aumento, dois anos após a extinção do IBC (Instituto Brasileiro do Café).

Isso fica claro quando em 1995 os estabelecimentos que possuíam café, eram apenas 469, conforme demonstra o IBGE. Essa acentuada redução ocorreu depois do auge produtivo de 1985, sendo que grande parte dos produtores optou pela laranja, milho e pecuária, como alternativa ao café, o que também foi mais um fator que acentuou o êxodo rural.

Além de todos esses problemas que açoiaram esses dois meados de décadas, de 1985 a 1996, ocorreu também outro grave problema em 1994, quando uma forte geada atingiu cerca de 12 bilhões de pés de café no Brasil, principalmente no Centro-Sul. Isso fez, conseqüentemente, o preço elevar, sendo que a produção nesse período foi muito baixa, pois além da perda da safra no Extremo Noroeste Paulista, haviam poucos produtores que ainda se arriscavam nessa produção, como está demonstrando o Gráfico 2. Para Saes (1997, p. 191) “Os efeitos dessa geada, mais uma vez, podem trazer conseqüências desastrosas para a cafeicultura nacional. Em toda a história da cafeicultura observou-se que, em seguida às

geadas, o mercado cafeeiro internacional experimentou um aumento expressivo da oferta [...]”.

Segundo Gonçalves (1999, p. 153-4) “Essa cafeicultura pós-geada dos anos 90, ao contrário das vezes anteriores não apresentou ímpeto de retomada; ou seja, não realizou a corrida de plantio face à ausência de políticas nesse sentido nos anos 90.” Nesse momento, houve uma grande ação incentivadora para o plantio, mesmo com os preços baixos para o produtor, o que não ocorreu devido a alguns fatores e aspectos, nos quais são apontados por Gonçalves (1999, p. 154-6).

O primeiro aspecto consiste na impossibilidade de ciclos expansivos, centrados em processos de especulação imobiliária, como ocorreu nas expansões paulistas de Ribeirão Preto e do Norte do Paraná. [...] Assim o segundo aspecto está na utilização da moderna tecnologia para formar cafezais, não mais concebidos como lavoura de exploração das condições naturais. [...] O terceiro aspecto está em que, tal qual a paranaense, a cafeicultura mineira caracteriza-se pela presença de um grande número de produtores cujas propriedades têm pequenas dimensões [...]. O quarto aspecto está no fato que o café não tem mais grande importância para a economia nacional exatamente quando precisava ser tratado com uma das maiores prioridades.

Nota-se, portanto, que o rompimento do AIC não foi, pelo menos para a economia brasileira como um todo, um grande transtorno, pois o país possui condições favoráveis para a competição, inseridas nesse novo quadro comercial, com um preço inferior ao oferecido no mercado externo, sendo necessário uma retomada de antigos e novos compradores, investindo na qualidade da produção e comercialização, não sendo viável, portanto, a retomada de acordos internacionais com outros países produtores, pois o Brasil não necessita, em sua receita econômica, apenas do café, como o era, e seu quadro industrial, mesmo com todas as distorções conhecidas, encontra-se em ampla vantagem àquelas de outros países produtores, que ainda se encontram em processo de intensificação e formação de seu parque industrial, necessitando, então, das receitas geradas pelo café, pleiteando uma elevação dos preços externos, para auferir o máximo de receita a curto prazo. Essa variação produtiva pode ser observada na Tabela 8, desde a década de 1960 até 2000.

Fica claro, conforme observado na Tabela anterior, a variação de área e produção de café no Extremo Noroeste Paulista. A crise foi tão generalizada na região, como em todo estado de São Paulo<sup>11</sup>, que se for comparada a área ocupada pela lavoura em 1985, houve uma redução de 1632 %, passando de 8711 para 503 ha em 2000.

---

<sup>11</sup> Cf. Capítulo IV, subitem 1.2., na Tabela 10.

**Tabela 8 - Área Plantada com Café e Quantidade Produzida no Extremo Noroeste Paulista**

| <b>Anos</b>   | <b>Área Plantada com café (ha)</b> | <b>Quantidade Produzida (toneladas)</b> |
|---------------|------------------------------------|-----------------------------------------|
| <b>1960</b>   | 6789                               | 2589                                    |
| <b>1970</b>   | 3024                               | 765                                     |
| <b>1980</b>   | 5705                               | 6014                                    |
| <b>1985</b>   | 8711                               | 9714                                    |
| <b>1990</b>   | 5800                               | 5682                                    |
| <b>1995/6</b> | 869                                | 1347                                    |
| <b>2000</b>   | 503                                | 296                                     |

*Fonte: IBGE - Censo Agrícola de 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985 e 1995/6; Produção Agrícola Municipal de 1990 e 2000.*

Dessa forma, não é vantagem para o país, no momento, fazer acordos com esses outros países produtores, haja vista a maior fragilidade econômica e dependência do café. Para os produtores rurais que participam desse novo ciclo produtivo de café, sobretudo os que se encontram no Extremo Noroeste Paulista, a produção deve seguir sempre no caminho de melhorias na qualidade do produto, como novas variedades, tipo de plantio, análise de solo e correções, e principalmente, em regiões quentes como esta (Extremo Noroeste Paulista), a irrigação do cafezal. Os produtores que não tiverem suas produções direcionadas para essa nova vertente produtiva, certamente terão lucros irrisórios, ou até não o terão, vivendo sem perspectivas em aumentar sua renda, podendo parar definitivamente de plantar café, e até mesmo sair do campo.

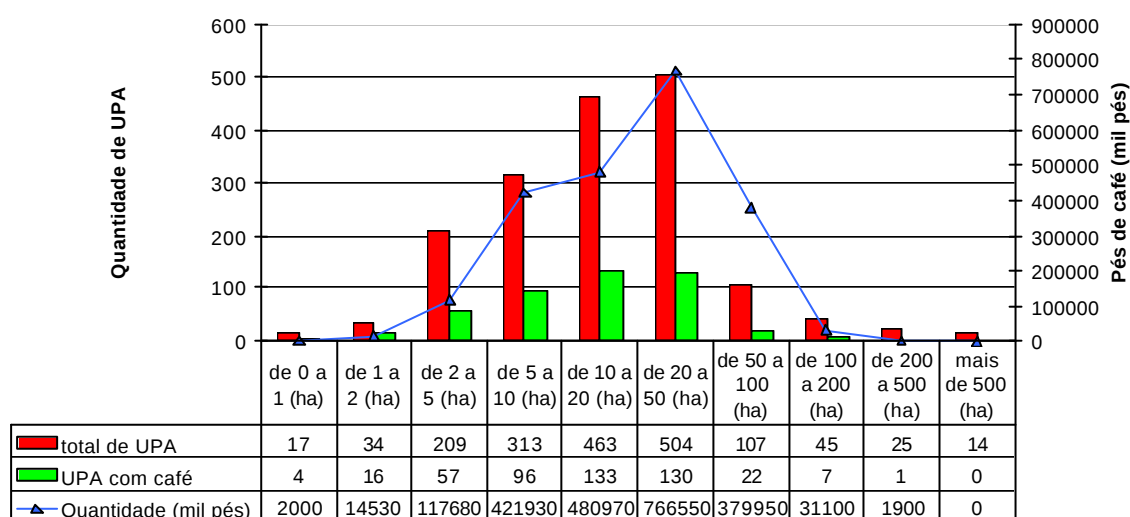
Para Gonçalves (1999)<sup>12</sup>, existem basicamente quatro características e argumentos pautadas nesse novo ciclo de café pós-meados da década de 1990. Primeiramente, o país já possui tradição no cultivo de café e inserção no mercado internacional, e por não possuir no café sua total dependência econômica, pode realizar políticas comerciais de recuperação comercial, competindo com vantagens no preço e na qualidade. Em segundo lugar, o Brasil desenvolveu, no plano mundial, uma tecnologia voltada para o café muito superior aos outros países, levando vantagens na adequação de sua base produtiva.

A terceira consideração direciona a inserção dessa tecnologia de café adensado, principalmente em pequenos e médios estabelecimentos rurais, com um custo muito menor que outros sistemas. E o quarto argumento, é que esse “novo café” pode e deve consistir como alternativa econômica para a retomada de produção em antigas regiões produtoras, como no Extremo Noroeste Paulista, principalmente aquelas que sofreram com a crise da década anterior e não se recuperaram.

<sup>12</sup> Cf. Gonçalves (1999, p. 158).

É certo, portanto, argumentar que os cafezais desse novo ciclo possuem novas dinâmicas produtivas e comerciais, necessitando de um aumento no investimento produtivo moderno, sendo que os produtores que não se inserirem nesse processo, estarão fadados ao fracasso produtivo, e até mesmo no seu extremo, ao êxodo rural, sendo que a maior dificuldade a ser superada, são as idéias liberais que fazem parte da realidade brasileira<sup>13</sup>.

O Gráfico 2 apresenta como estão estruturados os estabelecimentos agrícolas produtores de café na região em 1996, de acordo com os dados do LUPA (Levantamento Censitário de Unidades Produtivas Agrícolas), que são diferentes dos apresentados pelo IBGE, porém, com grande aproximação entre eles, assim como a afirmação do tamanho das unidades produtivas que ainda produzem o café, mostrando amplamente o que se apresenta no Extremo Noroeste Paulista, e a não retomada depois da crise do final da década de 1980, e da geada de meados da década de 1990.



FONTE: LUPA - 1996. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 2 - Total de UPA (Unidade Produtiva Agrícola), UPA com produção de café e quantidade de pés de café no extremo noroeste paulista - 1996.**

Pode-se observar que, mesmo com as diferenças apresentadas em comparação com os dados do IBGE, no total de estabelecimentos agrícolas, que é de 1704 em 1995/6, a quantidade de unidade produtiva agrícola, segundo o LUPA, é de 1731. Convém ressaltar também que o período de análise de cada um dos órgãos não foi o mesmo, dada as diferenças apresentadas por cada instituição.

<sup>13</sup> Para Gonçalves (1999, p. 159) “[...] no café como em toda a economia, o liberalismo pode ser o cântico da cigarra que destrói nossas raízes.”

Se for analisado o gráfico conforme ele se apresenta, tem-se o predomínio de unidades produtivas no estrato entre 20 e 50 ha, com 504. Porém, se for tomada, como anteriormente, a soma das UPAs até 20 ha, observa-se que o predomínio se dará nesse estrato, com 1036 UPAs. Desse total, 29,5% produzem café, demonstrando a baixa produção nesse período, além de representar em quais extratos de área se concentra a produção.

Os estabelecimentos com área entre 10 e 20 ha, principalmente, além daqueles entre 20 e 50 ha, são dos produtores que resistiram a crise do setor na região, demonstrando que a maior parcela de produção de café se encontra em estabelecimentos inferiores a 50 ha. Isso comprova que nunca houve na região, grandes fazendas produtoras de café, devido a forma de colonização que se desencadeou, baseado nos produtores de baixo poder aquisitivo, e provindos como colonos das fazendas.

Em 1996, com a derrocada do café na região, os produtores que continuaram a investir no produto foram aqueles que possuíam área compreendida até 50 ha, ou seja, os produtores sem grandes áreas para plantação, assim como com persistência em cultivar o produto, o que culturalmente é muito marcante, já que estes, ou seus antepassados, produziram por longo período, e estabeleceram suas vidas com o café, além de confiar em uma retomada de preços no final da década de 1990 e início de 2000, e poder investir em melhorias produtivas. São nesses estabelecimentos que se encontram os resquícios produtivos do café, naquelas famílias que têm com a cultura uma identificação muito grande, já que foi esse o produto que consolidou sua formação em períodos de prosperidade, depositando neste seus anseios, mas que apenas conseguirão maiores rendimentos com a melhoria na qualidade do plantio e da produção.

O Extremo Noroeste Paulista apresentou, conforme explicitado, redução expressiva na produção de café. Ao se separar os dados da região por municípios, conforme demonstra a Tabela 9, observa-se que, entre 1990 e 2000, ressaltando que no início da década de 1990, a cafeicultura já havia entrado em crise, houve redução em todos.

Tanto a área plantada, como a quantidade colhida de café, teve redução drástica, não apresentando sinais de melhoras e/ou estabilização na produção. Dentre os municípios que apresentaram maior área plantada e quantidade produzida em 2000, foi Santa Fé do Sul, embora a redução tenha sido elevada.

Observa-se que houve uma redução de área plantada, em uma década, em Santa Fé do Sul, de 1053 %, inferior ao total regional, permanecendo com 503 ha de área plantada com a lavoura cafeeira. Essa área se aproxima daquelas apresentadas nos municípios de Rubinéia e Santa Clara d'Oeste em 1990, que possuía 600 ha de café, ou seja, ainda

permanece, em Santa Fé do Sul, e em menores proporções em Santa Rita d'Oeste, uma permanência da atividade cafeeira entre os produtores rurais, com maior ênfase.

**Tabela 9 – Área plantada com café e quantidade produzida no Extremo Noroeste Paulista**

|                        | Área plantada com café (ha) |      | Quantidade colhida de café (toneladas) |      |
|------------------------|-----------------------------|------|----------------------------------------|------|
|                        | 1990                        | 2000 | 1990                                   | 2000 |
| Rubinéia               | 600                         | 73   | 720                                    | 47   |
| Santa Clara d'Oeste    | 600                         | 20   | 720                                    | 8    |
| Santa Rita d'Oeste     | 1650                        | 101  | 1386                                   | 43   |
| Santana da Ponte Pensa | 1050                        | 67   | 1260                                   | 43   |
| Santa Fé do Sul        | 5800                        | 503  | 5682                                   | 296  |
| Total                  | 9700                        | 764  | 9768                                   | 437  |

*Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1990 e 2000.*

### **3.3. O uso de tratores e adubos pelos produtores rurais no Extremo Noroeste Paulista: uma modernização agrícola?**

A utilização de tratores e de adubos químicos é um sinal marcante da modernização agrícola, embora não seja o único indicativo de modernização, é um índice representativo das melhorias tecnológicas. Um outro exemplo de modernização, pode ser constatado na busca contínua de rentabilidade, que não necessariamente utilizam as primeiras técnicas para prosperar (tratores e adubos químicos), mas sementes melhoradas, técnicas de plantios, entre outros.

Houve uma propagação na região de todo o processo de utilização de diferentes mecanismos que exigem um maior emprego de capital, ou seja, os arados de tração mecânica, os insumos químicos e a utilização de tratores nos estabelecimentos rurais se desencadearam de forma lenta, porém, com crescimentos representativos, mas não se pode considerar que houve um avanço técnico na frente pioneira, já que aqueles que se dirigiram para a região não dispunham de estrutura econômica suficiente para comprar equipamentos, nem para utilizar a técnica para conseguir seus objetivos na busca da rentabilidade.

A modernização agrícola, segundo Silva (1996), é um processo de transformações capitalistas na base técnica da produção (da agricultura 'natural' para a que

utiliza insumos fabricados industrialmente). Os tratores e fertilizantes, a partir de um processo de importação, são utilizados para aumentar a produtividade. No entanto, todo esse processo vai gerar, sobretudo, mudanças na base social da comunidade agrícola que consegue adquirir esses bens.

A modernização da agricultura é, portanto, a utilização de máquinas (importadas de início) na agricultura, desde o período pós-II Guerra, como salienta Costa (1992), uso de fertilizantes químicos, mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas modalidades ou variedades. Para a autora, a modernização se diferencia em três aspectos da industrialização agrícola. Primeiramente, as mudanças nas relações de trabalho, passando do trabalhador individual para a presença da especialização no interior do estabelecimento agrícola; a mecanização substituindo a habilidade manual e destreza do trabalhador; e por último, a internalização do D<sub>1</sub>.<sup>14</sup>

Para Moreira (1986), é sobretudo o processo de modernização da agricultura que explica a fronteira agrícola, seu avanço e sua consolidação, baseado na inserção de tecnologias em seu interior, além de um resultado de um labor intelectual precedente, como afirma Santos & Silveira (2001), beneficiado pelo valor baixo da terra, como foi o caso da região, comandado pelos agentes da CAIC.

Segundo Ianni (1997, p. 47-8), existem quatro pontos básicos que envolvem o mundo agrário

Primeiro [...] a maquinização e a quimificação, acionadas com a agroindústria, mudam a face e a fisionomia da economia, sociedade e cultura. Segundo, ocorre a substituição parcial ou até mesmo total de matérias-primas de origem agropecuária por matérias-primas produzidas pela indústria química. Terceiro, em conjugação com a maquinização e quimificação das atividades produtivas no campo, em conjugação com a substituição de matérias-primas, reduz-se drasticamente o contingente de trabalhadores rurais, compreendendo famílias, vizinhanças, bairros, patrimônios, colônias, vilas etc. no campo [...]. Quarto, ocorre uma progressiva e reiterada urbanização do mundo agrário, transformando radicalmente o modo de vida, de pensar, sentir, agir e imaginar dos que se dedicam a atividade rurais.

A utilização das técnicas e de diferentes processos de trabalho, além dos padrões sócio-culturais envolvidos na organização da vida social, modificam a vida das pessoas que habitam o campo, já que o novo sempre causa euforia, aumentando ainda mais a proximidade destes com o urbano. Este, por sua vez, comanda relações que englobam cada

---

<sup>14</sup> Segundo Delgado (1985, p. 38) “O Departamento de Meios de Produção para a agricultura (D<sub>1</sub>), que dirige tecnologicamente a modernização agrícola, segundo estratégias políticas mais gerais”.

vez mais o domínio sobre o campo, absorvendo e muitas vezes dissolvendo-o, como explicita Ianni (1997).

Dessa maneira, o que se observou, no Extremo Noroeste Paulista, foi que no período em que a produção agrícola se apresentava com menos incentivo e produtividade, depois de meados da década de 1980, quando os arados de tração animal decaíram e os de tração mecânica tiveram um pequeno aumento, equiparando-se ao início da década de 1980. Mas no que se refere aos arados, há um grande predomínio, na região, daqueles com tração animal, que possui baixíssimo custo, além de demonstrar o tradicionalismo intrínseco dos produtores agrícolas.

Já os tratores apresentaram uma elevada utilização entre os trabalhadores, pois em 1960 era possível encontrar apenas 1 trator com menos de 10 CV. de potência, por ser de pequeno porte, e de pouca utilização na região. Já os tratores com potência entre 10 e 50 CV, representavam 50 % do total, ou seja, 23 tratores, um a mais que os tratores com potência maior, entre 50 e 100 CV. Nesse período, ainda não existia nenhum trator com potência acima de 100 CV na região. A pequena quantidade de tratores nesse período se dá porque grande parte dos produtores agrícola ainda estava se estruturando economicamente, em face das dificuldades enfrentadas então. Nesse período, existia 1 trator para cada 769 habitantes rurais, ou seja, uma baixíssima concentração, se levar em consideração a consolidação da frente pioneira, assim como a grande concentração populacional no campo, que era de 72,4%.

Até a década de 1970, a utilização de tratores e insumos era muito reduzida. Para Delgado (1997, p. 221)

Além de ser ainda fraca a utilização de recursos do setor industrial na agricultura dos primeiros quinze anos do pós-guerra, importava-se a quase totalidade dos chamados insumos modernos. Por meio dos dados de tratorização e consumo de fertilizantes que utilizamos verifica-se que foi somente na década de 1970 que houve uma intensificação do consumo industrial pela agricultura [...].

Segundo Moreira (1999, p. 53), o que ocorre na conjuntura mais geral, depois desse período, é que

A indústria de tratores tem sua produção expandida. Em 1970, ela é 57% maior que a média do período 1962/69; em 1972, 222% maior; e, em 1975, 533% maior que a mesma média. De uma média de 9000 unidades anuais para o período de 1962/69 cresce para em nível de produção de 50.000 unidades anuais a partir de 1975. A frota passa de 156 mil unidades, em 1970, a 400 mil unidades em 1978.

De acordo com Martine & Beskow (1987, p. 27-8)

A produção de tratores de quatro rodas se iniciou em 1960, com 37 unidades, crescendo para 6223 unidades em 1967 [...]. Em 1960, as importações eram responsáveis por 99,7% da oferta interna de tratores; porém, ao longo da década de 60, essas importações ao contrário, passaram a adquirir importância, especialmente após a reversão da política expansionista do crédito rural no primeiro quinquênio da década de 80.

O avanço na aquisição de tratores na região se intensificou com maior ênfase em 1980, passando para 352, com um aumento percentual de 183,8% em relação a 1970. Isso demonstra que no decorrer da década de 1970 os produtores se capitalizaram o suficiente para aplicar suas rendas na compra de máquinas agrícolas para a posterior utilização em suas produções. Esse aumento se efetivou principalmente pelo sucesso das produções agrícolas, principalmente o algodão e com o crescimento do café. A diminuição da população rural, juntamente com o aumento das máquinas, fez aumentar o índice para 1 trator para cada 30 habitantes rurais. A tratorização pode ser considerada um indício da inserção da modernização no campo, mas que não é observada em todos os estabelecimentos, até mesmo pelas atuais circunstâncias produtivas, que necessitam menos do trator para as atividades agrícolas. Não significa também, que estabelecimentos rurais que possuem tratores, possam ser considerados modernos. Via de regra, os trabalhadores agrícolas não mudam sua postura tradicional de produzir em decorrência da inserção de tecnologia, apenas podendo ter sucesso no aumento e rapidez na plantação e produção.

Para Martine & Beskow (1987), o crescimento na frota de tratores ocorreu devido a internacionalização do capital produtivo das empresas multinacionais do ramo, que passaram a exercer suas atividades em território nacional.

Em meados da década de 1980, houve um crescimento em todos os extratos de potência dos tratores adquiridos na região. O aumento de 29,8% em relação ao início da década foi significativo, já que os maiores investimentos eram direcionados para a produção de café, além de o índice ser analisado em um período de 5 anos pelo IBGE.

A produção de café, principalmente nas safras colhidas em meados da década de 1980, trouxe aos produtores agrícolas um bom lucro, já que mesmo depois da entrada na crise da cafeicultura, a quantidade de tratores aumentou em meados da década de 1990, principalmente aqueles com potência acima de 100 CV., que passaram para 58, representando 12,6% num total de 495. Esse acréscimo de 8,3% em relação a 1985, acompanhado apenas por 15,8% da população no campo, elevou a concentração de 1 trator

para cada 11,3 habitantes rurais, o que demonstra o esvaziamento do campo e a concentração desses bens com os que ali permaneceram.

Apesar do caráter conservador dos produtores agrícolas, o aumento na quantidade de tratores desde a década de 1960 fez com que a região apresentasse um índice de modernização crescente, pois sempre houve uma elevação na quantidade de tratores utilizados na região, mesmo com a grande predominância de arados de tração animal.

Junto aos dados referentes a tratorização, a utilização de adubo químico é outro forte indicador da modernização agrícola. Era utilizado em 36 estabelecimentos em 1960, mais que os adubos orgânicos, utilizados em apenas 20. Ressalta-se também que a utilização dos dados do IBGE, conforme suas publicações, não permite uma análise adequada dos diferentes usos dos produtos durante o período de 1960 a 1995/6, devido a inconstância dos dados publicados, não constando nas análises quantitativas do IBGE alguns desses produtos.

Em 1970, a utilização de adubo químico continuou a ser maior que a do adubo orgânico, em 210 e 88 estabelecimentos, respectivamente.

Em meados da década de 1980, ocorreu uma inversão na quantidade utilizada de adubos, mesmo com um aumento na utilização de adubos químicos, que passou a ser utilizado em 1798 estabelecimentos, os adubos orgânicos superaram-nos, passando a ser utilizados em 1850 estabelecimentos. A utilização de defensivo animal diminuiu para 1469, e os defensivos de origem vegetal tiveram um aumento em sua utilização, passando para 1308 estabelecimentos, base da crescente pecuarização que ocorria nessa década. Essa inversão foi observada quando do auge da cultura cafeeira, pela maior utilização nessa cultura, que mesmo atingida pela praga, o que consistiu num dos motivos da redução de sua produção na região.

A grande quantidade de adubos e defensivos, utilizados em 1985, foi praticamente estagnada em 1995-6, já que as principais culturas entraram em decadência, ficando apenas a laranja e, em menor quantidade, o milho, em evidência produtiva na região, que passou a ter um predomínio das pastagens, devido ao grande aumento na quantidade de estabelecimentos, na área e na produção ocupada por essa, retirando alguns produtores rurais de seu meio, sendo o defensivo animal o único produto com evolução entre os períodos analisados, aumentando 3,5%.

A utilização de adubos teve grande redução em meados da década de 1990, sendo que os de origem química foram reduzidos em 47,1%, e os de origem orgânica, em 81,5%. Mesmo com essa grande redução, o adubo de origem química foi o que menos diminuiu, demonstrando ainda a preferência dos produtores por esse tipo de produto. A

intensa utilização das terras fez com que os produtores passassem a utilizar o calcário com maior intensidade, apresentando um aumento na quantidade utilizada, passando a ser aplicado em 345 estabelecimentos, demonstrando ser o produto mais utilizado na região, assim como os defensivos animais, que acompanhava o crescimento do rebanho bovino. Já o defensivo de origem vegetal, teve uma diminuição nos estabelecimentos que o utilizavam, de 41,1%, deixando claro a decadência produtiva do produtor agrícola.

Apesar da crescente utilização das técnicas, como o uso de trator e de insumos químicos, a região do Extremo Noroeste Paulista não conheceu uma modernização agrícola significativa, dada as características tradicionalistas dos produtores, não por atitudes próprias, mas pelas condições que se estabelecem na região, como a falta de incentivos, além de uma não integração com cooperativas ou agroindústrias, que fomentariam o crescimento com vista à utilização de mais recursos tecnológicos, porém, com caráter de segregação entre os produtores.

De acordo com Muller (1994, p. 16)

O pequeno produtor familiar moderno tem suas relações com o mundo comercial e social, assim como seu micro mundo, organizadas de maneira totalmente diferente. Não combina apenas mão-de-obra de sua família com assalariados eventuais, mas também adquire insumos industriais, máquinas e ferramentas, e serviços técnicos. Suas conexões com a sociedade não se dão apenas pela venda de seu excedente, mas também – e cada vez mais – pela compra de mercadorias e serviços indispensáveis para produzir o excedente. Estes elementos, que passam a compor seus custos de produção, tem seus preços expressos monetariamente.

O produtor agrícola possui, portanto, uma semi-integração com o processo produtivo capitalizado, ou seja, ao mesmo tempo em que ele tem acesso a tratores e insumos químicos (parte deles), não possui uma capitalização ou mesmo integração com a indústria ou cooperativas, porém, a integração deste com o sistema está implícita no seu modo de produzir e comercializar, fazendo parte deste caráter excludente que o sistema capitalista impõe nas diversas sociedades.

Neste caso, o aumento desses índices não reflete uma acentuada modernização, pois os produtores continuam trabalhando da mesma forma, apenas com opções produtivas diferentes, podendo ser considerados modernos do ponto de vista da inserção de um novo paradigma, como discute Muller (1994), mas com as mesmas ou até mais dificuldades de produzir e de se manter que antes de sua entrada nessa nova matriz produtiva.

De acordo com Muller (1994, p. 26)

O importante a ressaltar é que nossas agriculturas vivem uma mescla de paradigmas e, de outro, que o entendimento de competitividade não se reduz a um confronto entre produtos no mercado, e as normas ditadas por organismos internacionais e países mais desenvolvidos.

Com base nessas considerações, tem-se no Extremo Noroeste Paulista alguns momentos diferenciados em seu processo de constituição histórica, que se pode analisar com base nos dados do IBGE e do LUPA apresentados anteriormente.

Para Delgado (1985, p. 57)

O espaço regional e, bem assim, uma gama de fatores sócio-econômicos, integram elementos diferenciadores da estrutura de produção rural no Brasil, conferindo-lhe um perfil grandemente heterogêneo. Essas diferenças materiais, nem sempre fáceis de serem interligadas analiticamente, representam, muitas vezes, um desafio à explicação dos distintos processos de mudança e adaptação do setor rural às estratégias capitalistas gerais para a economia.

No início de seu processo de formação, ou seja, durante a década de 1950, principalmente, devido às dificuldades expostas pelos produtores em se firmarem enquanto tal, pela presença da CAIC e dos fazendeiros, tem-se as produções da lavoura temporária como maior respaldo econômico, porém, como a maioria dos produtores, novos proprietários (conseguirem saldar suas dívidas junto à CAIC), enraizados na cultura cafeeira, mas sem verticalização no produto, pois seus objetivos maiores eram de auferir lucro o mais rápido possível para o pagamento de contas.

Dentre os produtos da lavoura temporária que se destacam no momento, estão o arroz, que também servia como plantação preparatória de terras, porém com alto lucro, o feijão, o milho e a mamona. Esses produtos eram também privilegiados em detrimento dos arrendatários, que não possuíam muito tempo para a plantação permanente, juntamente com a utilização da pecuária em pequena escala, assim como de pequenos animais. Esse foi o período das culturas temporárias, que teve significativa importância regionalmente até o início da década de 1980.

Já no decorrer da década de 1960, depois de terminado os episódios ligados à propriedade da terra, assim como dos arrendatários, a cultura que mais apresentou crescimento na região foi a do algodão, com produtividade e quantidade de produtores em grande representatividade na região do Extremo Noroeste Paulista, assim como a intensificação da atividade pecuária.

A década de 1980 teve o “ouro verde” do café, como afirma Guimarães Neto (1986), como seu principal produto econômico, que começava a se consolidar desde fins da década de 1970, atribuindo à cultura permanente uma maior eficiência produtiva na região. Depois do auge produtivo apresentado em 1985, essa produção encontrou-se estagnada no final dessa década por alguns motivos de ordem local e nacional, dentre eles a queda do preço do produto, o aumento de temperatura associado à diminuição de chuvas na região, assim como uma praga que atacou os cafezais, o Nematóide<sup>15</sup>.

Os produtores viam-se submetidos a todas essas perdas regionais, estaduais e nacionais, articulando maneiras de transpor as dificuldades, mas acabavam ficando-se no preço do produto, que apresentava acentuada redução nesse final de década.

Entre as soluções encontradas pelos produtores, por uma parte, em meados da década de 1990, foi a realização do êxodo rural, vendendo suas terras para latifundiários, muitas vezes se proletarizando, e por outra, passaram a produzir produtos de horticultura, além do milho e da laranja, o que impulsionou grande parte dos produtores nesse período, assim como a concentração na produção pecuária, que ganhou espaço significativo na região depois dos fatores ocorridos, principalmente pela produção de leite nos pequenos estabelecimentos.

Juntamente com a retirada de grande parte dos cafezais na década de 1980, outra cultura permanente começou a se despontar como forte no cenário regional. A laranja apresentou um crescimento significativo no decorrer da década de 1980, e ultrapassou a cultura cafeeira no final dessa década, representando juntamente com a fruticultura e os produtos de horticultura, uma grande alternativa para os agricultores da região em meados da década de 1990.

Portanto, constata-se que, a falta de indústrias processadoras de produtos agrícolas na região, bem como de cooperativas, faz com que o produtor não tenha respaldo para aumentar sua produção, assim como investir em melhorias na qualidade de suas lavouras, pois somente assim, este poderá se inserir no mercado, podendo concorrer diretamente com outros produtores de outras regiões.

Esta dificuldade encontrada pelos produtores será analisada no Capítulo IV, quando foram realizadas entrevistas com os produtores rurais da região, baseadas nos produtores de café. Seria imprescindível a implantação de equipamentos em cooperativas ou oferecidos pelo poder público para atribuir valor ao produto, industrializando-o. Dessa forma,

---

<sup>15</sup> O Nematóide são vermes minúsculos que sugam as raízes das plantas, retirando a resistência das mesmas, e possibilitando a entrada de fungos, como explicitado.

o produtor do Extremo Noroeste Paulista poderia aumentar sua renda, além de aumentar os empregos no campo, e atrair mais produtores para algumas lavouras de maior rentabilidade, mas nunca se prendendo a apenas um tipo de produção, haja vista a rotatividade que a agricultura apresenta.

**IV****A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO RURAL PELOS PRODUTORES  
AGROPECUÁRIOS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA**

## IV – A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO RURAL PELOS PRODUTORES AGROPECUÁRIOS DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA

A geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. [...] A história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos. [...] A teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam. (SANTOS, 1988, p. 57-8).

### 4. Estrutura dos produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista

Depois de compreender como ocorreu e se procedeu a construção do espaço do Extremo Noroeste Paulista, é necessário a realização de uma articulação entre a análise teórica, com caráter de ordem mais abrangente e generalizante, em tempos diferentes, para que se possa analisar o atual, o individual, identificando como se encontra estruturada a (re)produção espacial pelos produtores rurais, considerando principalmente a permanência na estrutura após a crise do final da década de 1980, e sua perpetuação durante a década de 1990.

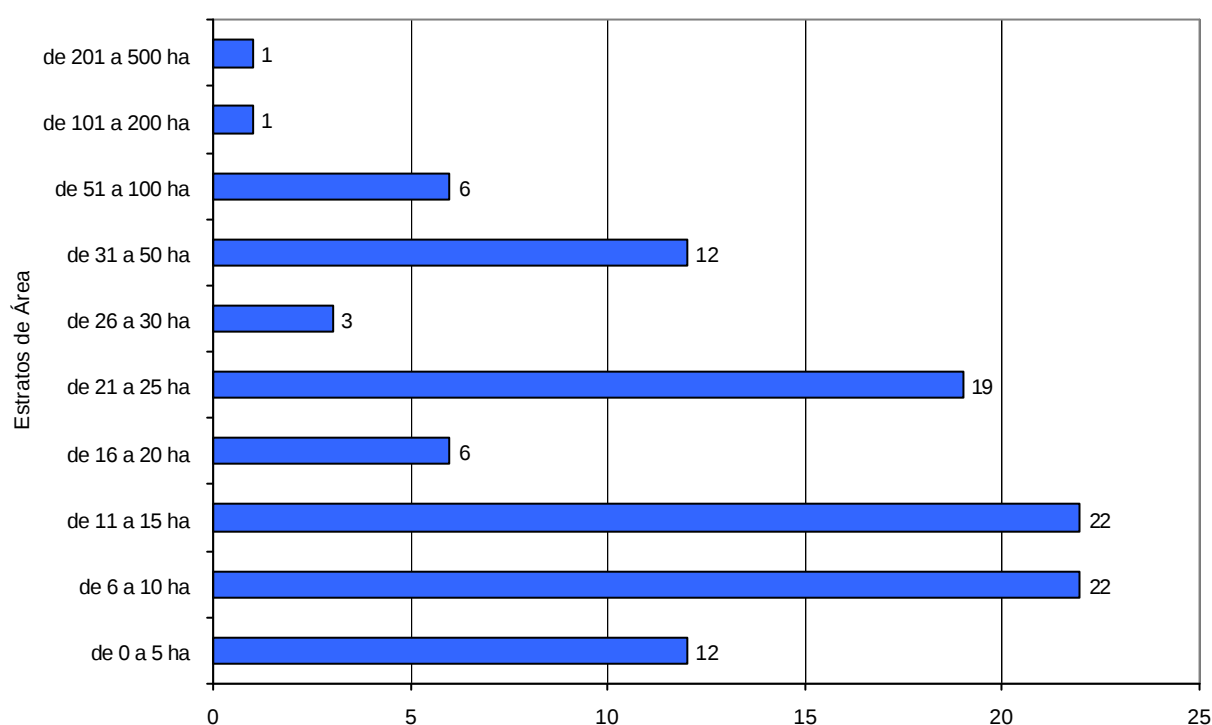
A análise do processo de formação da região, oferecerá sustentação para a análise da derrocada do café, e mostrará como se articulam e sobrevivem atualmente os produtores de café, depois de permanecer na produção após a crise do sistema na região, além de demonstrar as características da estrutura produtiva.

Como analisado no Capítulo III, no Extremo Noroeste Paulista predominam os estabelecimentos rurais com área inferior a 100 ha, especialmente com menos de 20 ha. Apesar dessa grande quantidade de pequenos estabelecimentos, observa-se um processo que tende à concentração fundiária, mesmo mantendo os resquícios da ocupação da área realizada pela CAIC, pois muitas famílias não conseguiram manter as propriedades durante a década de 1990, por possuírem outros meios de obtenção de renda nas cidades, ou por se encontrarem em decadência econômica, tendo uma renda muito baixa, forçados a colocar as terras à venda, principalmente em decorrência da crise do café na região.

O que se pôde observar, baseado nas observações empíricas, no que tange à estrutura dos estabelecimentos, é a manutenção do caráter pouco empreendedor dos produtores rurais, pois poucos conseguiam a aplicação de recursos diretamente no setor, para aumentar a produção e a produtividade, procurando, portanto, apenas a manutenção do estabelecimento. Este fato ocorre devido a falta de estrutura e organização, como em cooperativas e pelo poder público, que poderia oferecer maior suporte para os produtores. As

condições das técnicas e políticas regionais que se estabelecem não são favoráveis para o avanço produtivo e, conseqüentemente, para a modernização e qualificação produtiva da maioria dos produtores rurais.

Porém, ressalta-se que uma grande quantidade de “pequenos produtores” permaneceu na área e na lavoura desde o período de colonização, sendo que a atividade cafeeira está e sempre esteve ligada a esse segmento, sempre mantendo, portanto, ligações com outras produções, conforme se observa no Gráfico 3.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas.

**Gráfico 3 - Dimensão dos Estabelecimentos Rurais dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

O Gráfico 3 apresenta a quantidade de produtores rurais entrevistados por estratos de área. Tecendo um paralelo sobre a aleatoriedade da escolha dos locais a serem entrevistados, obtém-se uma maior concentração de estabelecimentos até 50 ha, e para ser mais preciso, um agrupamento naqueles com área até 25 ha, demonstrando o caráter de estabelecimentos com tamanho reduzido na região, sendo que todos os produtores entrevistados produzem café, e muitos ainda vivem dessa atividade, embora com um padrão de vida inferior às décadas passadas, devido a falta de investimentos no setor produtivo.

Considerando que, na ida a campo para primeiramente localizar os locais com produção de café, aproximadamente 92% dos estabelecimentos encontrados com produção eram inferiores a 50 ha, o que demonstra a presença maciça dessa cultura em estabelecimentos menores, conforme explicitado.

Convém ressaltar, também, a quase ausência de entrevistas realizadas em estabelecimentos de grande porte, uma vez que não se encontram nesses a produção de café, mas somente a pecuária e a plantação de milho, na maioria dos casos. Segundo Amin & Vergopoulos (1977, p. 25), “a concentração da propriedade do solo é a tendência deste desenvolvimento [capitalista no campo], como o é a da propriedade do capital”. Essa concentração é observada na região, porém, de maneira lenta, e neste caso, o capital é controlado pela atividade pecuária, e não pela indústria ou agroindústria.

Outro fator de extrema relevância para se considerar nos estabelecimentos agropecuários, é referente à infra-estrutura, pois 98% dos entrevistados possuíam uma casa no estabelecimento. Dentre esses, todos possuíam água (encanada ou de poços) e energia elétrica. Generalizando, o caráter pouco empreendedor e o conservadorismo na forma de produzir e de viver<sup>1</sup> estão gradativamente diminuindo, por iniciativa própria, já que o apoio que estes trabalhadores recebem, são insignificantes para a maioria, pois em um dos indicativos, a presença de carroças para transporte foi encontrada em 65 estabelecimentos, e o automóvel em 90, havendo um maior dinamismo econômico e possibilidades para que esse homem possa progredir em suas necessidades. Contudo, para que esta possa ter a possibilidade de maior crescimento, é necessário a atuação do poder público, visando a contribuição direta no setor.

A compleição marcante deste último vem aumentando significativamente para o homem do campo, devido as facilidades encontradas nesse meio de transporte para realizar sua compra, oferecidos pelas diferentes marcas, ocupando o espaço dos carros de tração animal. Em alguns aspectos, essas pessoas procuram uma maior facilidade de acesso às cidades, porém, por um caráter de necessidade e retenção de gastos, muitos ainda fazem uso do meio de locomoção mais antigo.

Esse caráter pode ser observado nos Gráficos 4 e 5, que representam, respectivamente, o tempo que o produtor rural possui o estabelecimento agropecuário, assim como sua idade. Isso não determina, contudo, se o produtor possui um caráter pouco empreendedor em suas diretrizes, tanto é que se pode ter uma grande discussão acerca de tal conceito, porém, auxilia no tratamento dos dados e observações obtidos através do trabalho de

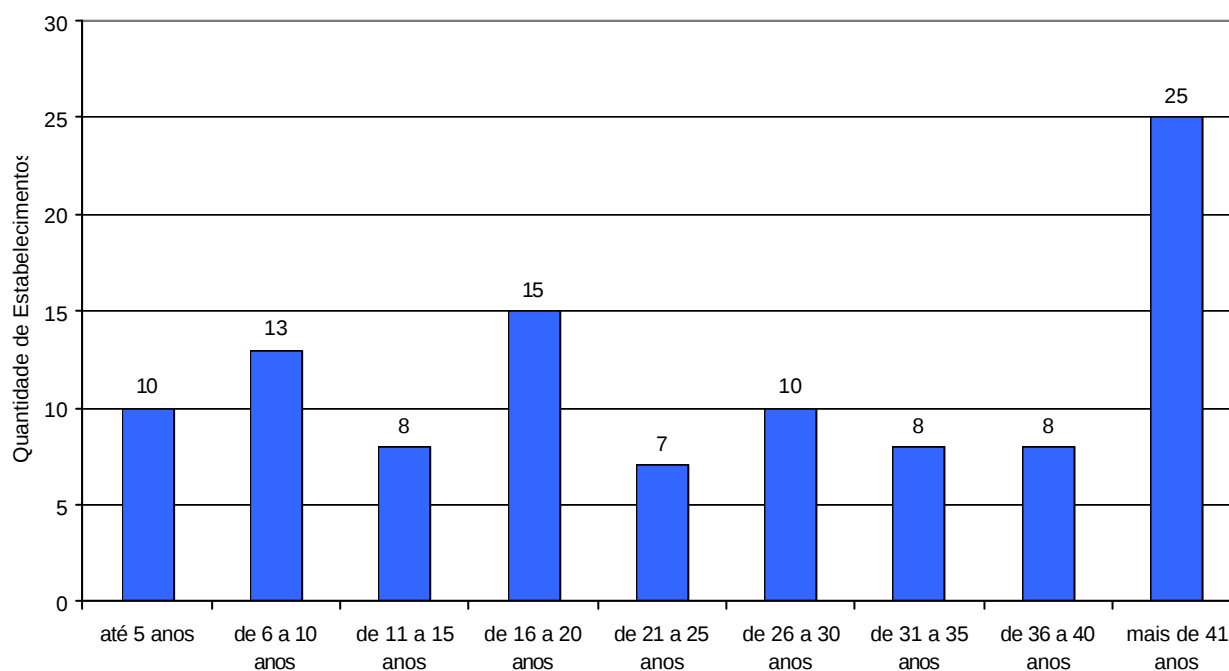
---

<sup>1</sup> Ressalta-se sempre que, essas condições somente são observadas devido a falta de apoio oferecida aos produtores rurais, nos diversos níveis de governo.

campo. O pouco empreendedorismo pode ser consequência de pouco auxílio do poder público, e pouca capacidade de organização entre os produtores durante todo o processo de formação territorial da região.

Além da idade dos trabalhadores rurais, o fato que se pode levar mais em consideração à característica pouco empreendedora, condiz com a falta de incentivos comerciais e econômicos, como a ação de cooperativas e indústrias processadoras, que “forçam” o produtor a investir em sua produção, além de lhes oferecer “estabilidade” para a venda dos produtos e para a própria produção.

A necessidade de implementar na produção advém não somente do próprio produtor, mas de mecanismos que se encontram em sua proximidade, sendo representado pela ação dos poderes públicos municipais, juntamente com a atuação, muitas vezes, da iniciativa privada, utilizando-se da força de trabalho de uma determinada região, conforme os indicativos políticos atuais, motivados principalmente pelo neoliberalismo<sup>2</sup>.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas.

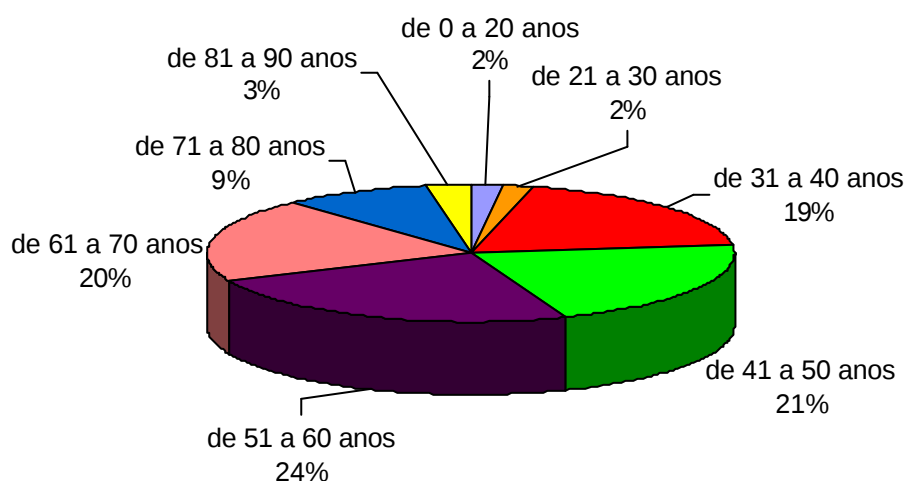
**Gráfico 4 - Tempo que os Entrevistados Possuem o Estabelecimento Rural no Extremo Noroeste Paulista**

<sup>2</sup> É necessário adequar algumas políticas, sobretudo em pequenas regiões e inexpressivas industrialmente e até mesmo no setor agropecuário (região decadente no setor), não para incentivar a ação do capital, mas para diminuir as diferenças existentes, sobretudo no campo, buscando o auxílio direto ao trabalhador rural.

A maioria dos estabelecimentos explorados diretamente pelo proprietário, ou seja, 87% dos entrevistados, sendo que 11% eram parceiros e 2% arrendatários, os pertencem em um período mínimo de dezesseis anos, ou seja, a maior parte dos produtores rurais é proveniente do início da consolidação do processo de colonização, comparando-se com suas respectivas idades, que se concentra entre 30 e 70 anos, principalmente na faixa compreendida entre 51 e 60 anos, assim como sua procedência (Gráfico 7). Quando não são pessoas que viveram aqueles momentos da década de 1950 e 60, são filhos daqueles.

Isso demonstra que a maioria dessas pessoas, sempre esteve ligada à cultura cafeeira, desde sua inserção no Extremo Noroeste Paulista, trazendo essa cultura como principal fonte de renda dessas famílias, impulsionadas primeiramente pela renda proporcionada pelo produto naquele período.

Avalia-se que, o agrupamento da idade dos produtores, com o tempo de permanência deles na região, como pela atividade que estes realizavam antes de morar no Extremo Noroeste de São Paulo, os identificam, em grande parte, como produtores e ex-colonos de café, pois sempre depositaram todos seus recursos nessa atividade, permanecendo com esperanças de retomada produtiva até na atualidade, conforme suas explanações.

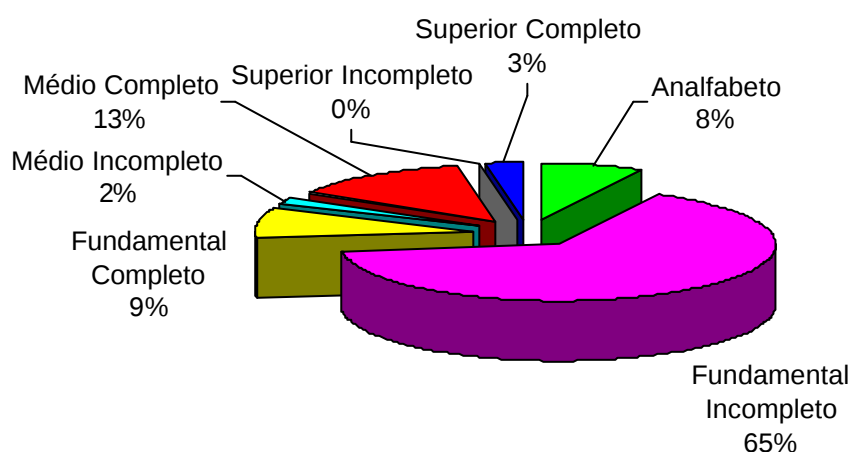


**Gráfico 5 - Idade dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

A grande quantidade de produtores rurais mais velhos faz com que o caráter conservador e pouco empreendedor persista com maior ênfase, pois a aceitação de novas maneiras de produzir e de administrar, só poderá ser inserida gradativamente em seu âmago, e na maioria das vezes, por insistência dos filhos e/ou netos, que geralmente possuem um nível de escolaridade superior aos proprietários, por estudarem nas cidades e em cursos especializados, na maioria das vezes.

Une-se, portanto, a idade dos produtores, com a inexistência de ações que ofereçam suporte concreto para a aplicabilidade de novas técnicas, e implantação de políticas públicas voltadas para o avanço desses produtores, sempre provindos de muita informação e assistência por parte dos órgãos competentes, para que ocorra um melhoramento produtivo. Outro fator possui caráter relevante neste aspecto, condizente com o grau de escolaridade, que muitas vezes contribui para a consciência de cada indivíduo.

A maioria desses (65%) não possui sequer o nível fundamental (e não são considerados analfabetos - mas em muitos casos, eles são analfabetos funcionais -, como pode ser constatado no Gráfico 6.



**Gráfico 6 - Nível de Escolaridade dos Entrevistados do Extremo Noroeste Paulista**

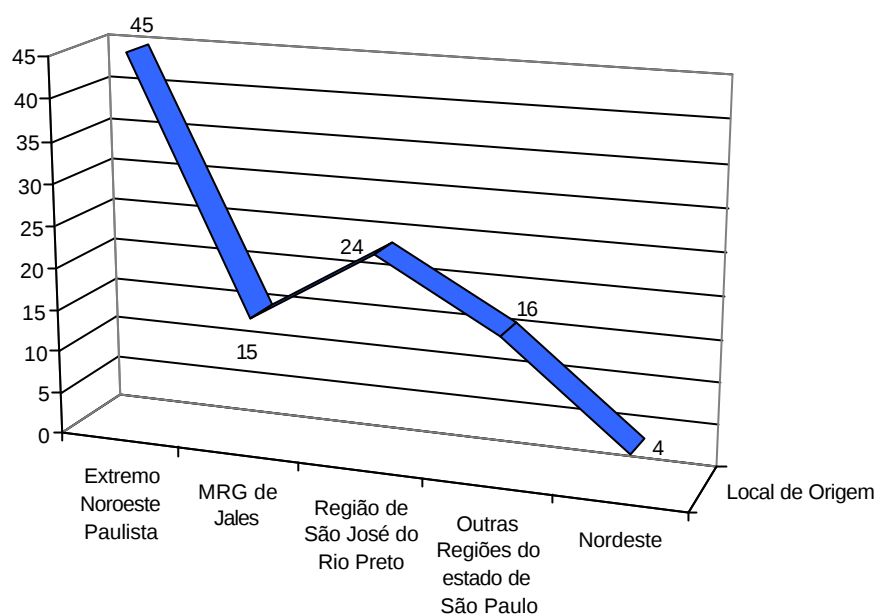
Como demonstrado anteriormente, a presença pouco empreendedora no campo possui mais um forte indicativo, juntamente com a falta de apoio político e econômico, que poderia ser realizado com a aplicação de políticas voltadas para tal ação, que é o nível de escolaridade dos produtores<sup>3</sup>. Ao analisar historicamente os gráficos, percebe-se que o tempo em que os produtores possuem os estabelecimentos, juntamente com sua idade e escolaridade, são frutos da estagnação deste no campo, ou seja, que sua especialização nunca, via de regra, abrangeu outros estratos, tanto é que seu conhecimento sobre a produção agropecuária ficou parada no tempo, pois as produções atuais necessitam de conhecimento sobre as necessidades do mercado consumidor (globalizado), sendo que a maioria não acompanhou os progressos técnicos da modernização como um todo, apenas utilizando-se de alguns benefícios deste, porém, com uma eficácia abaixo do desejado.

Pode-se evidenciar com essas referências, que os filhos daqueles que se dirigiram para a região no início do processo de colonização realizado pela CAIC, foram os que permaneceram no local, e os seus filhos, como se pode observar no Gráfico 7, sendo que 43,2% são provenientes do próprio Extremo Noroeste Paulista, 14,4% da MRG de Jales e 23% da região administrativa de São José do Rio Preto.

Considerando que permaneceram no local os filhos dos colonos produtores de café, deve-se ressaltar a imensa dificuldade que sempre existiu no acesso às escolas pelos trabalhadores do campo, principalmente durante as décadas de 1950, 60 e 70. Portanto, a junção de todos esses fatores eclode no caráter apresentado e observado nos estabelecimentos e junto aos produtores rurais, com uma mentalidade conservadora de costumes, não desconsiderando os ensinamentos recebidos de seus pais, principalmente, tendo muitas dificuldades em aceitar o avanço tecnológico, além de uma não presença do Estado no meio, a não ser no incentivo à mecanização agrícola e às grandes monoculturas exportadoras.

---

<sup>3</sup> Existem pessoas que não possuem um nível de escolaridade satisfatório, porém, são muito mais instruídas sobre seu trabalho que outros. Porém, as chances de se obter maior conhecimento e solucionar as dificuldades encontradas no campo, são estabelecidas para os produtores rurais mais qualificados.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 7 - Local de Origem dos Entrevistados do Extremo Noroeste Paulista**

O “novo” sempre assusta e inquieta, ainda mais no meio rural. Entre a certeza de sempre produzir o básico e obter algum resultado, mesmo que pouco significativo do ponto de vista financeiro, e implementar em novos tipos de técnicas produtivas, sem ter a certeza de retorno, faz o homem do campo, com as características apresentadas, se acomodar. A inserção de novas formas de produzir e de cuidar das plantações traz a este uma incógnita capaz de afastar suas curiosidades por meio da dúvida, pois este produtor dificilmente trocará sua maneira de produzir por outra que necessita de diferentes técnicas, sendo diferente para este, mesmo considerando a utilização de insumos químicos e tratores, que oferecem suporte para o processo de modernização no campo, que modifica também as relações sociais envolvidas no setor. Esta inversão de consciência só poderá ser modificada com um trabalho de base, principalmente na educação, e atuação do Estado, que são capazes de proporcionar, como próprio papel que o cabe, atuar de maneira mais incisiva no setor.

#### **4.1. As matas, florestas e a atividade pecuária**

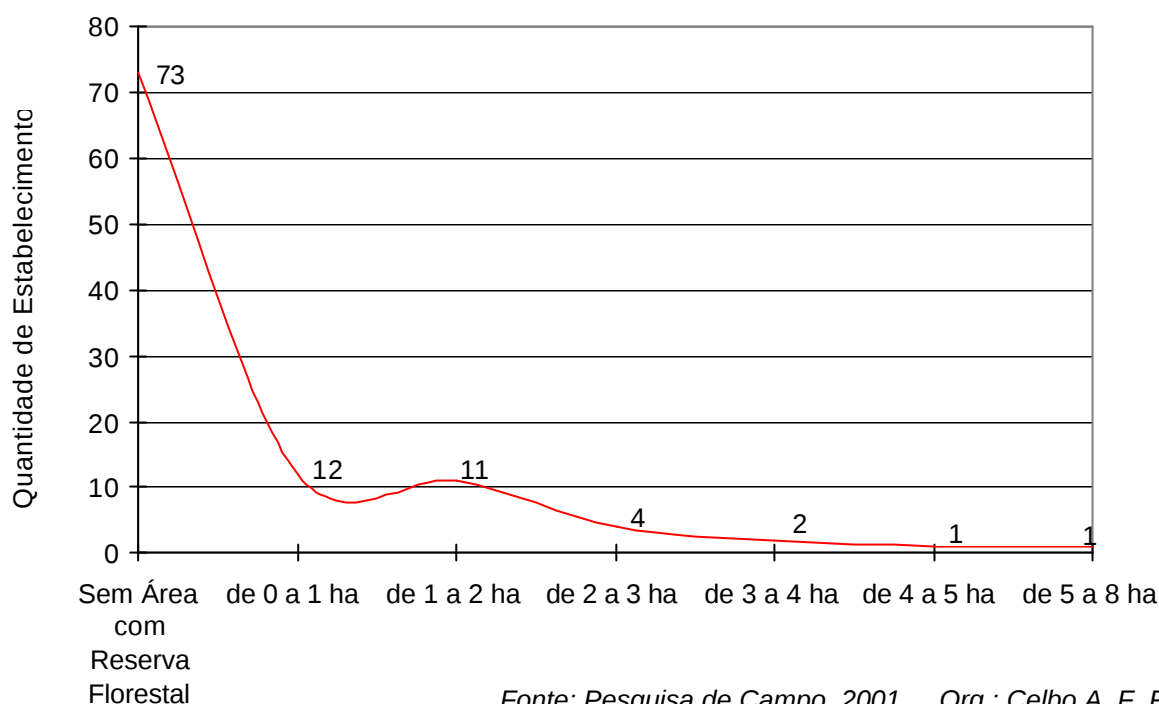
Intrínseco a este caráter pouco empreendedor, pode-se observar como está estruturada a diversificada área ocupada pelos estabelecimentos analisados. É de suma importância compreender como os produtores utilizam a área de seu estabelecimento, para poder ter condições de explicar sobre suas possíveis utilizações e alternativas produtivas. O

que ocorre, primeiramente, é que, conforme observado na região, assim como em praticamente todo o estado de São Paulo e no Brasil, salvo exceções correspondentes às áreas de reserva e proteção ambiental, o aproveitamento de áreas com matas e florestas praticamente inexistem, ou são muito pouco preservadas e/ou aproveitadas.

O Gráfico 8 demonstra como está estruturada a região no que tange às matas e florestas. Fica claro quando se verifica que praticamente inexistem áreas com florestas, já que em 70% dos estabelecimentos visitados não existe nenhuma cobertura florestal, e em 11,5%, elas cobrem menos de 1 ha e em 10,5%, a cobertura florestal está presente entre 1 e 2 ha.

A atividade agropecuária, principalmente a pecuária, por ser de forma extensiva, assim como algumas lavouras, necessitam de amplo espaço para produzir. Isto não quer dizer, entretanto, que haja um bom aproveitamento de toda a área destinada às pastagens, pois a extensão de terras inaproveitáveis é grande, e neste setor poderia haver maior aproveitamento pela pecuária, que desempenha um importante papel para os grandes produtores, assim como para os pequenos, tanto para corte como para o leite, mas com propósitos diferenciados.

Não se pode considerar, porém, esse processo apenas analisando-o na paisagem atual, já que esta foi modificada e estruturada historicamente. Portanto, a configuração territorial atual apenas condiz com o que foi criado e modificado no decorrer do tempo, conforme as necessidades e anseios de cada um, neste caso, principalmente para a retirada da mata para a produção agrícola, pecuária, e venda de madeiras para a Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), realizados pelos proprietários e arrendatários, quando entraram na região no final da década de 1940 e início da década de 1950.



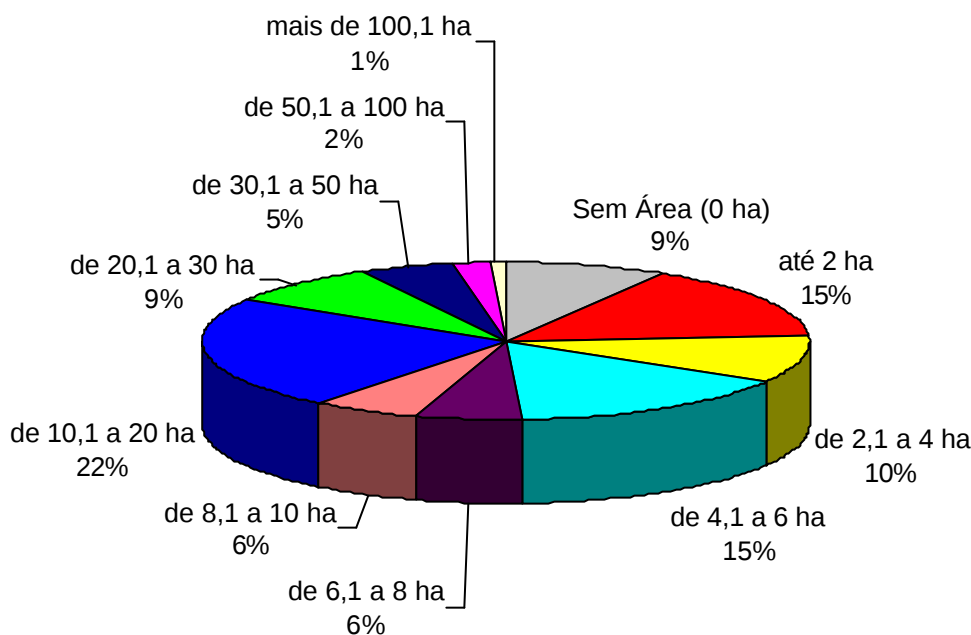
**Gráfico 8 - Área coberta por Matas e Florestas nos Estabelecimentos dos Entrevistados do Extremo Noroeste Paulista**

A criação pecuária tem um papel de grande importância entre todos os entrevistados, auferindo maior renda aos “grandes”, e menor aos “pequenos” produtores. Dentre os “pequenos produtores”, a pecuária auxilia no complemento da renda familiar, ou até mesmo, em alguns casos, representam a principal fonte de renda, pois a utilização da área é mais bem aproveitada neste estrato, tendo como primordial aspecto, também, a produção de subsistência, enquanto que nos “grandes estabelecimentos”, a pecuária possui caráter de acumulação de capital, com objetivos diferentes às dos pequenos produtores.

O Gráfico 9 apresenta a área destinada às pastagens (naturais e plantadas) na região. O entrevistado que possui a área de 230 ha foi a maior produzindo café, não sendo considerado, portanto, grande estabelecimento, mas o sendo no contexto dos entrevistados. Foram encontrados durante as entrevistas poucos estabelecimentos maiores de 100 ha, mas em suas áreas, há o predomínio de pastagens, como demonstra o Gráfico 9, sendo que apenas 1% dos entrevistados possui área para pastagem superior a 100 ha, juntamente com a produção de café.

A grande concentração de áreas para pastagem se encontra entre 10,1 e 20 ha, apresentando a área do “pequeno” produtor, porém, existem outras variações de

estabelecimentos menores, sendo que 15% deles possuem área para pastagem entre 4 e 6 ha, além das áreas menores de 2 ha, típico de subsistência e complemento de renda.

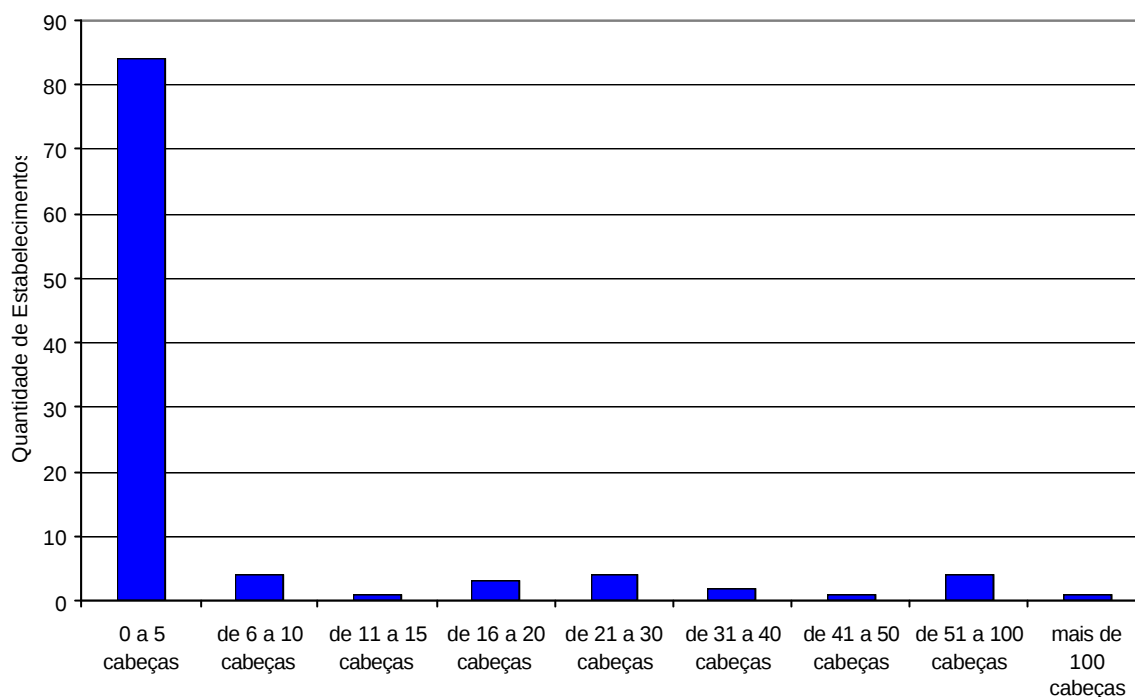


**Gráfico 9 - Área Destinada às Pastagens (Naturais e Plantadas) dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

*Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celbo A. F. Rosas.*

O que se observa, é que esses “pequenos produtores” não conseguem aumentar satisfatoriamente seu rebanho bovino, devido às dificuldades econômicas, e pela área ocupada por seus estabelecimentos, e que este serve somente para complementar a renda familiar, dividindo espaço com as lavouras, que predominam sobre a criação animal neste segmento, sendo poucos que vivem apenas dessa atividade, junto com a produção cafeeira.

Isso fica claro quando se observa a quantidade de cabeças de gado para corte nos estabelecimentos, sendo que, além dos estabelecimentos com nenhuma ou até 5 cabeças, o restante possui, no maior contingente, de 21 a 30 cabeças, como se verifica no Gráfico 10, e o restante bem distribuído entre os entrevistados, com pouca concentração da pecuária, portanto, com pouco empreendedorismo neste segmento. Observa-se, também, que apenas 26 entrevistados possuem uma criação pecuária, ou seja, apenas  $\frac{1}{4}$  dos estabelecimentos.



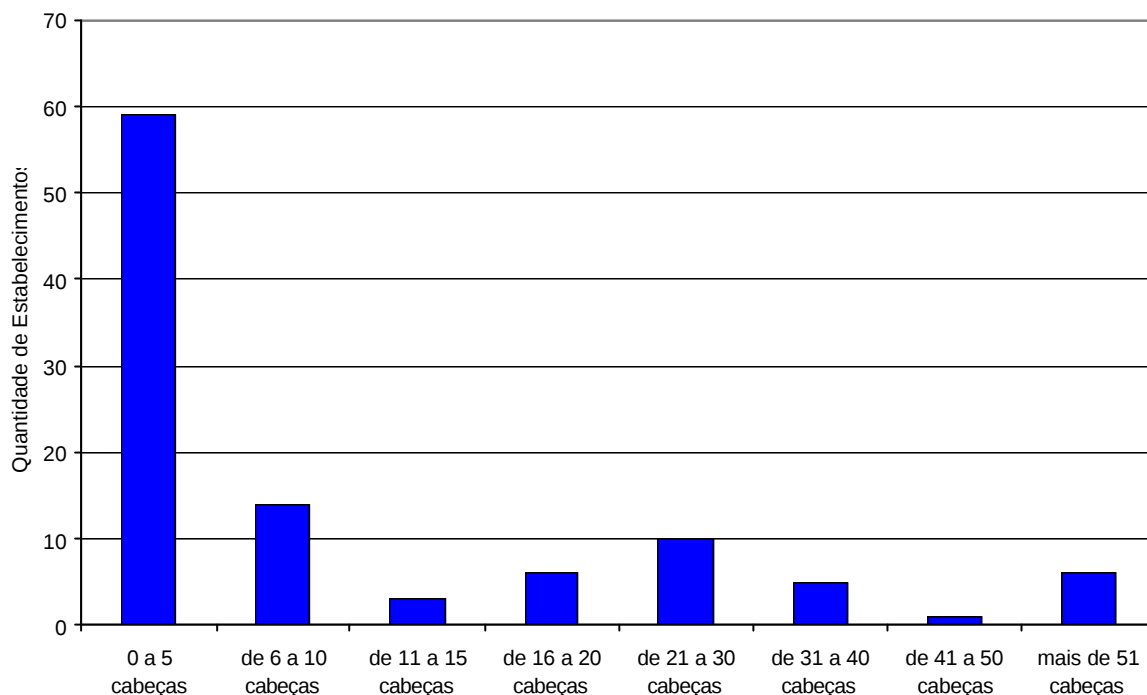
Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 10 - Atividade Criatória Bovina de Corte dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

A presença de 6 estabelecimentos contendo mais de 51 cabeças de gado, refere-se aos maiores estabelecimentos dos entrevistados, superiores a 50 ha. Como observado, existe juntamente com a plantação de café, nesses estabelecimentos, a presença marcante do rebanho bovino de corte, sendo uma atividade concomitante com a lavoura, principalmente em estabelecimentos menores de 50 ha, pois nos maiores, este é predominante e proporciona maior renda.

Um dos motivos da criação pecuária na região, está vinculada à presença de um frigorífico em Santa Fé do Sul, além de açougues com abates clandestinos, sendo uma atividade de importante fonte de renda para os pequenos produtores rurais. Porém, esta atividade foi encontrada em aproximadamente  $\frac{1}{4}$  dos estabelecimentos, não havendo grande concentração da atividade no cenário regional juntamente com o café em “pequenos estabelecimentos”, ou seja, quase sempre o produtor faz aplicações somente em um segmento produtivo, com poucas variações de atividades rurais.

Já a pecuária leiteira, vincula-se principalmente à subsistência para a maioria dos entrevistados, conforme se observa no Gráfico 11, apresentando 59 estabelecimentos, ou seja, 56,7%, demonstrando que não é prioridade a comercialização do produto nestes segmentos para a maioria dos produtores.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 11 - Atividade Criatória Bovina Leiteira dentre os Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

Por outro lado, existem vários estabelecimentos que têm sua produção voltada para a comercialização, além de consumo próprio, tendo em vista a presença de laticínios na região, que direcionam o produto. Porém, este setor caminha, também, para a especialização produtiva, necessitando de aplicações para melhoria na qualidade produção, o que dificilmente ocorre entre os produtores entrevistados na região, sendo fadado à paralisação da produção ou uma menor renda nos anos subseqüentes.

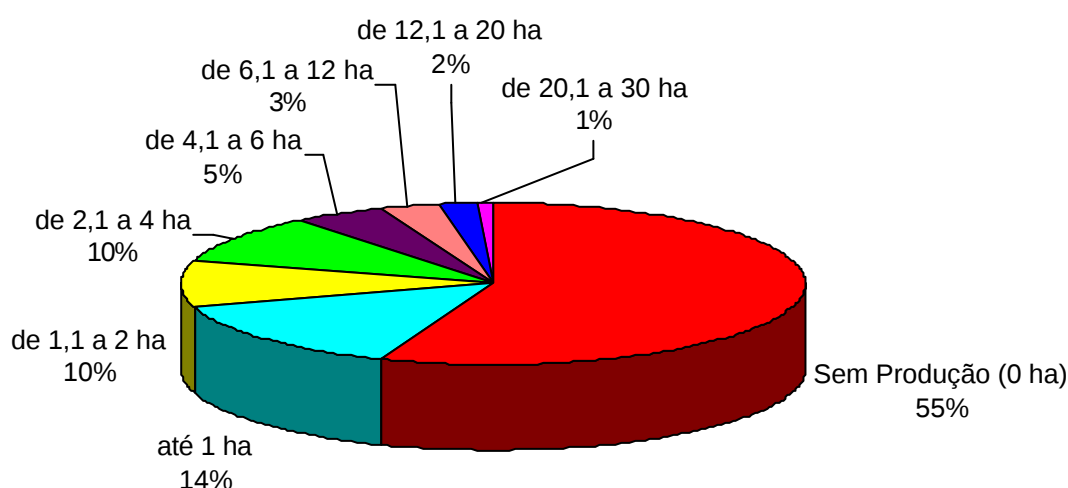
O que se constata, portanto, é que nos estabelecimentos “pequenos”, a produção pecuária tem a função de complementar a renda do produtor. Em alguns casos, essa atividade é a que possui maior valor de produção se comparado com a agrícola, sendo que 63,5% dos entrevistados tinham uma criação pecuária, de leite ou de corte. Já nos estabelecimentos com área superior a 100 ha, a pecuária possui claramente a função de gerar praticamente toda a renda do produtor, como será analisado posteriormente.

#### 4.1.2. Aspectos gerais da produção das lavouras temporária e permanente

Durante o processo de configuração espacial da região, as lavouras tiveram importantes papéis no decorrer de diferentes períodos, cada qual com sua característica e importância no cenário, impulsionada por diversos atores e momentos produtivos, como são os casos observados durante a década de 1950 e 1980, principalmente. Nesse primeiro período, a lavoura temporária se destacou intensamente, pois era dela que atraía os incentivos dos produtores agrícolas, principalmente para saldar as dívidas junto à Companhia Colonizadora, como também para os arrendatários que se inseriam na região.

Durante os anos subseqüentes, essa cultura perdeu importância, principalmente na década de 1980, quando o café dominou o cenário regional, proporcionando aos produtores um melhor preço e sendo um atrativo para que se pudesse aumentar a renda. Porém, os produtos das lavouras temporárias sempre estiveram presentes na maioria dos estabelecimentos, como se observa no Gráfico 12. A redução das áreas de lavouras, mormente nas últimas décadas, é consequência da enorme redução dos preços dos produtos agrícolas no mercado nacional.

Nas áreas onde a especialização técnica da produção não se inseriu satisfatoriamente, grande parte dos produtores passou a produzir as lavouras temporárias para subsistência, e adquirir recursos extras, quando possível, para a aplicação em outras áreas e/ou culturas, permanecendo estagnadas e sem incentivos.



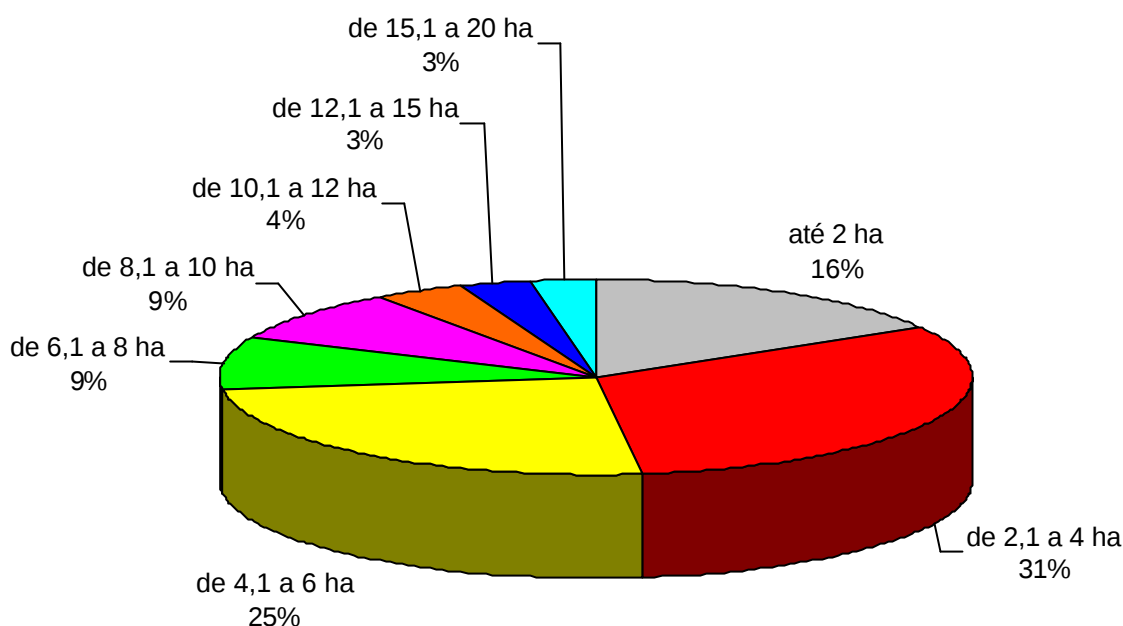
**Gráfico 12 - Área (ha) de Produção de Lavouras Temporárias dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

Metade dos produtores entrevistados não possuía nenhuma área a ser utilizada com lavoura temporária. Mesmo considerando que os questionários foram aplicados em produtores de café, essa porcentagem é muito alta (55%), demonstrando e confirmando a estagnação produtiva.

Além dessa grande quantidade, 10% possuem produção somente em área de até 2 ha, sendo poucos aqueles com áreas maiores. Essa pequena produção ocorre desde o final da década de 1980, por ocasião da derrocada do café, que parece ter impregnado todos os tipos de atividade agrícola na região, sendo agora poucos os produtores que sobrevivem dessa cultura.

As culturas permanentes não apresentam índices tão reduzidos, devido ao direcionamento da pesquisa de campo, e mesmo assim, a estagnação dos produtos das lavouras permanentes acompanhou a tendência de redução da produção agrícola na região depois do final da década de 1980. Fica claro que, após a crise mais intensa no setor que comandava a economia regional, houve reflexos em todas as outras atividades, pois não houve incentivos e políticas para sustentar as lavouras, sendo que o produtor rural não conseguiu investir em melhorias e alternativas produtivas, deixando de seguir os mecanismos norteadores do mercado atual.

O Gráfico 13 apresenta como estão distribuídas as áreas de produção das lavouras permanentes comandada, principalmente, pelo café.



**Gráfico 13 - Área (ha) de Produção da Lavoura Permanente dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

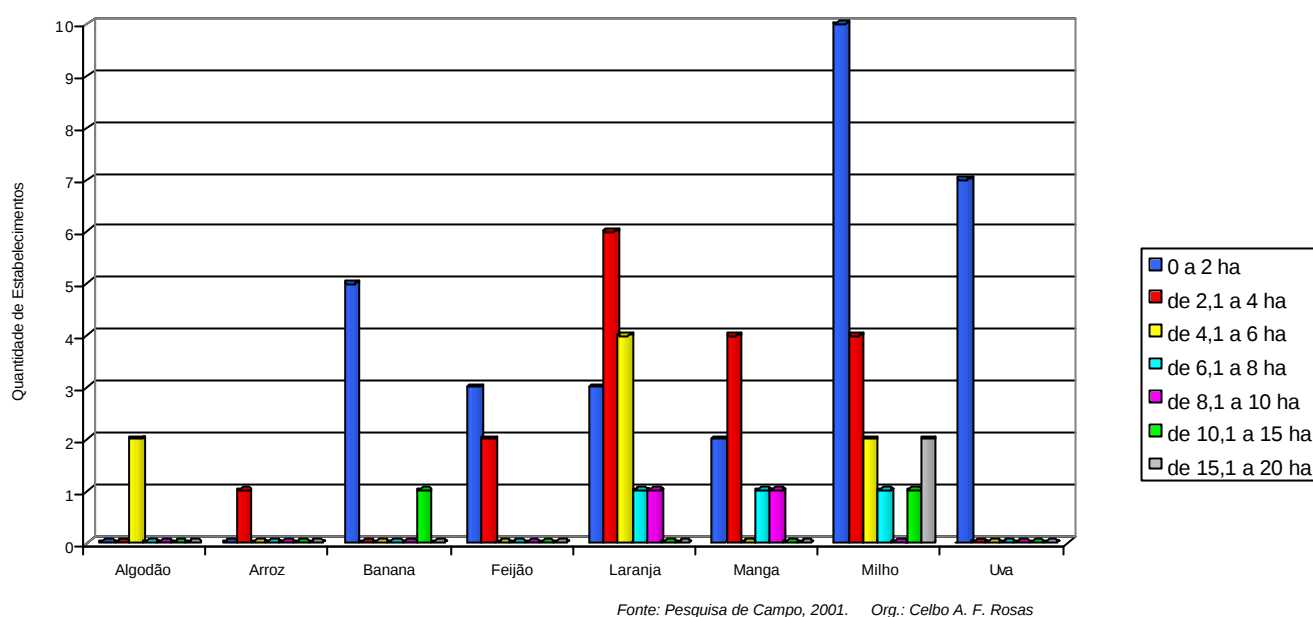
*Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas.*

A lavoura permanente ocupa uma área superior à da lavoura temporária, caracterizado pelo próprio atributo da produção. Mesmo considerando o direcionamento das entrevistas, a primeira possui maior respaldo entre os produtores em virtude de oferecer um preço mais elevado para comercialização, além da manutenção de uma produção mesclada entre o café, a laranja e a presença da manga (aumento da fruticultura).

Cerca de 70% dos produtores possuem uma produção em uma área pequena, sem expansão das culturas, com até 6 ha. Isso demonstra mais uma vez, que a pequena estrutura produtiva possui uma grande importância na região, tanto em termos de quantidade, como em produtividade, já que a produção de lavouras em grande escala inexistente, apenas no tocante à pecuária extensiva.

Para que se explicita a análise das lavouras em geral, é necessário que se abra um leque entre elas, ou seja, que se demonstre quais são os produtos de maior produção, os que são mais encontrados nos estabelecimentos entrevistados, sem considerar, neste caso, o café.

O Gráfico 14 apresenta as principais atividades agrícolas entre os produtores entrevistados da região.



**Gráfico 14 - Principais Produtos Agrícolas dos Entrevistados no Extremo Noroeste Paulista (com exceção do café)**

A relação entre produto e área também são expressos, e demonstra novamente que as culturas temporárias como o arroz, o feijão e o algodão, sustentadas apenas pelo milho, que na maioria das vezes possui ligação direta com a pecuária<sup>4</sup>, entraram em declínio.

O algodão foi encontrado em apenas 2 estabelecimentos, com produção em áreas de 4,1 a 6 ha. Essa produção teve seu auge entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, entrando em declínio posteriormente. Atualmente, o algodão é pouco cultivado na região, com predomínio ainda das culturas permanentes e da pecuária.

O arroz, que foi um dos principais produtos precursores da década de 1950, no período de formação da região, atualmente possui uma insignificante produção, sendo encontrado apenas em 1 estabelecimento, com área de cultivo entre 2,1 e 4 ha. Este produto já não era significativo na década de 1960, e faltava aos produtores, empresas que absorvessem a produção regional. Havia muitas empresas beneficiadoras do produto, mas atualmente, praticamente inexistem.

O feijão é cultivado por apenas 2 produtores entrevistados, demonstrando a decadência dessa cultura, evidenciando a redução acentuada da lavoura temporária, juntamente com o arroz. Com uma produção reduzida, a cultura do feijão apresenta um

<sup>4</sup> Todas as relações realizadas sobre o Gráfico 14, excluem o café, pois foi encontrado em todos os estabelecimentos, devido ao direcionamento da pesquisa.

constante avanço para sua derrocada na região, pois o último incentivo criado para a produção foi o “Pró-Feijão” (programa de incentivo ao feijão), que não abarcou muitos produtores, não se expandindo como o esperado.

A banana é um produto que possui maiores incentivos, principalmente em Santana da Ponte Pensa, um dos municípios do Extremo Noroeste Paulista, mas atualmente, não há preço satisfatório para a venda. Foram realizadas 6 entrevistas com produtores que possuem produção de banana, sendo que num deles, a área ocupada encontrava-se entre 10 e 15 ha, ou seja, tipicamente um produtor voltado para a comercialização desse produto, que se expande na região desde o final da década de 1990.

A citricultura foi uma das culturas agrícolas que apresentou maior crescimento durante todo o processo de configuração territorial da região, sendo uma das alternativas para alguns produtores que mal haviam se recuperado da crise do café, gerando renda significativa. Cerca de 14,4% dos produtores entrevistados produziam laranja, e 7,7% produziam manga. Este fato revela que a fruticultura foi e é uma importante alternativa para os produtores de café no período pós-crise, e acaba sendo um dos principais produtos encontrados na região, uma vez que a venda dos produtos para indústrias se torna difícil, pela constante oscilação dos preços, optando por vendê-los *in natura*, através de cooperativas e/ou associações, principalmente na região de Jales.

A importância da fruticultura se traduz em 61,5% dos produtores, agrupando-os, e tornando mais coesos os que se dedicam a tal atividade. A uva (Figura 6), mesmo que produzida em menor quantidade que na MRG de Jales, também é encontrada na região, com plantação em áreas que vão até 2 ha, característico de tal cultura.



**FIGURA 6 – Produção de uva no Extremo Noroeste Paulista**

Outro produto que sempre se manteve entre os principais da região, sem apresentar muitas variações desde 1960, é o milho, encontrado em 19,2% dos produtores entrevistados. Este produto possui uma ligação com a atividade pecuária, servindo para silagem em muitos casos, mas cabe ressaltar que em 10 estabelecimentos, essa produção chegava apenas a 2 ha, não demonstrando um direcionamento com o grande estabelecimento nem com a grande atividade pecuária, podendo ser usado também para consumo no estabelecimento, para fabricação de derivados e para a venda de excedentes. A plantação do milho pode ser “[...] muito influenciado pelo avanço dos bovinos, frangos e suínos” (ALVES, 2001, p. 12).

#### **4.2. A Produção de Café no Extremo Noroeste Paulista e atividades com maior renda ao produtor rural**

Como foi demonstrado anteriormente, o café é um produto que se inseriu na região juntamente com a “frente pioneira”, mas que teve seu auge apenas em meados da década de 1980, pois durante a década de 1950, os produtores buscavam culturas que lhes dessem um retorno rápido, pois necessitavam realizar o pagamento de suas propriedades junto à CAIC. O café, nesse período, era cultivado por uma grande quantidade de produtores, porém, esses tinham as atenções voltadas para as culturas temporárias.

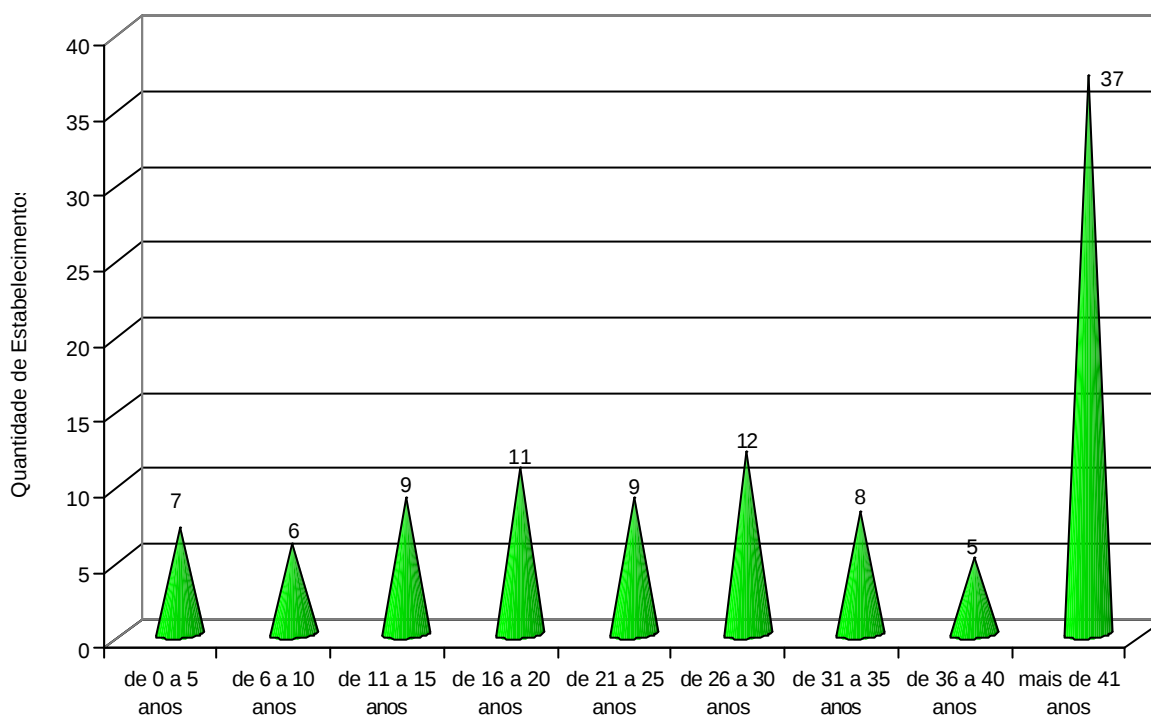
A fase em que o café mais ofereceu oportunidades para os produtores foi até meados da década de 1980, cujo auge foi atingido em 1985/6, apresentando preços favoráveis, e safras recordes na região. Porém, no final dessa década, o produto entrou em decadência, sendo que poucos produtores continuaram a cultivá-lo.

No início da década de 1990, segundo Alvarenga (1998, p. 27)

Duas atitudes discutíveis, a propósito do café, foram tomadas durante o governo Collor. Primeiro, a extinção do IBC, numa arremetida quixotesca contra organismos considerados corruptos ou ineficientes. Segundo, esta proibição de exportar. O episódio atinge cerca de 320 mil pequenos produtores de café, 75% com menos de 10 ha, em torno dos quais gravita a existência de seis milhões de pessoas – um total superior à população do Uruguai.

Atualmente, por não mais apresentar o produto grandes vantagens econômicas comparando às daquele período, os produtores apenas tecem críticas, e muitos ainda continuam direcionando sua produção para a cafeicultura, não deixando morrer as plantações antigas, com mais de 30 e 40 anos de idade.

O Gráfico 15 demonstra a idade dos cafezais, lavoura que mais deslumbrou os pequenos produtores da região, oferecendo aos mesmos, um maior progresso econômico, e condições para propiciar uma capitalização, e que atualmente, foi levado praticamente à estagnação na região e em vários lugares do país, principalmente entre os pequenos produtores.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas.

**Gráfico 15 - Idade dos cafezais dos Entrevistados nos Estabelecimentos do Extremo Noroeste Paulista**

A maioria dos cafezais encontra-se em estagnação, com baixa produtividade (Figura 7), ou seja, 35,5% da lavoura cafeeira tem idade superior a 40 anos, que equivale ao período de chegada dos primeiros colonos na região pela “frente pioneira”, representando um cafezal antigo e com baixa produtividade, sendo que 90% dos produtores possuem o café plantado de forma arcaica e superada<sup>5</sup>, e apenas 10% de cultura adensada, com maior produtividade.

<sup>5</sup> O mercado de café atual necessita de melhores condições produtivas, fazendo com que os produtores se modernizem, desfazendo-se da maneira de plantar de várias décadas passadas. Porém, no Extremo Noroeste Paulista, a falta de incentivos e aplicações técnicas descaracterizam o produtor como empreendedor, deixando as plantações com baixa produtividade, não buscando aplicações nos cafezais, desestimulado pela crise da cafeicultura na região, e pelos baixos preços do produto.



*FOTO: Celbo A. F. Rosas*

### **FIGURA 7 – CAFÉ VELHO**

A outra faixa de idade do plantio de destaque, faz referência aos cafezais entre 16 e 20 anos, ou seja, meados da década de 1980. Esse café foi plantado quando a cultura ainda possuía representação regional, e conseguiu se manter no período de crise, enfrentando pragas, períodos de secas e geadas, e principalmente a queda nos preços.

Devido a alguns incentivos de retomada na produção, há a plantação de novos cafezais (Figura 8), porém em poucos estabelecimentos rurais, não dimensionando a característica da região. Isto estabelece que os incentivos à produção, desde que sustentados por uma base de apoio produtivo, pode trazer novamente o interesse de plantar novos cafezais pelos produtores rurais.



*FOTO: Celbo A. F. Rosas*

### **FIGURA 8 – CAFÉ NOVO**

O café da região, na maioria dos casos, é muito antigo, sendo que não há perspectivas de aumento na produção, se o preço não satisfizer os produtores, que dependem essencialmente desse produto. O produtor rural, com ínfima estrutura, possui na variação dos preços, assim como na comercialização, os maiores desafios para superar uma crise e passar a acreditar mais no produto que mais transformou a região, quando seu valor era muito elevado. Ainda assim, muitos ainda nele acreditam, manifestando seus anseios de que venha a oferecer boa renda num futuro próximo, porém, com aplicação em qualidade produtiva, ampliando a área de plantação, fazendo permanecer e intensificar a qualidade dos produtos (Figura 9).



*FOTO: Celbo A. F. Rosas*

### **FIGURA 9 – CAFÉ NOVO DE BOA QUALIDADE**

Porém, essa variação de preços do café é, na maioria das vezes, regulada pelo mercado externo. De acordo com Alvarenga (1998, p. 38)

Em fins de 1993, alguns líderes da economia cafeeira do Brasil, em colaboração com autoridades de outros países e com o discreto apoio de membros do próprio governo brasileiro, conseguiram fundar a Associação dos Países Produtores de Café (APPC). O primeiro ato da nova associação foi o estabelecimento de um sistema de retenção de parcelas das exportações de café dos países-membros. E os preços externos, finalmente, voltaram a subir.

Essa instabilidade preocupa principalmente os pequenos produtores que, na região, já se encontravam em decadência produtiva, mas mantêm uma esperança de voltar a produzir. O Gráfico 16 demonstra que o café é essencialmente produzido em pequenos estabelecimentos na região, em pequenas áreas, na maioria dos casos.

Dentre os remanescentes da crise de café, existem aqueles que não conseguiram se capitalizar para realizar aplicações na cidade, principalmente imobiliárias, e possui na produção agrícola, a única maneira de obter renda, mesmo que baixa.

Existem também, aqueles que conseguiram algumas formas de obter renda fora do campo. Outros aprimoraram e diversificaram a produção em seus estabelecimentos

rurais, conseguindo aumentar a renda com a qualificação da produção (policultura). Por conseguinte, existem os que permanecem no meio rural pelas tradições e características, tendo na agricultura, uma forma de aumentar a renda, sendo esta complementar à renda da cidade.

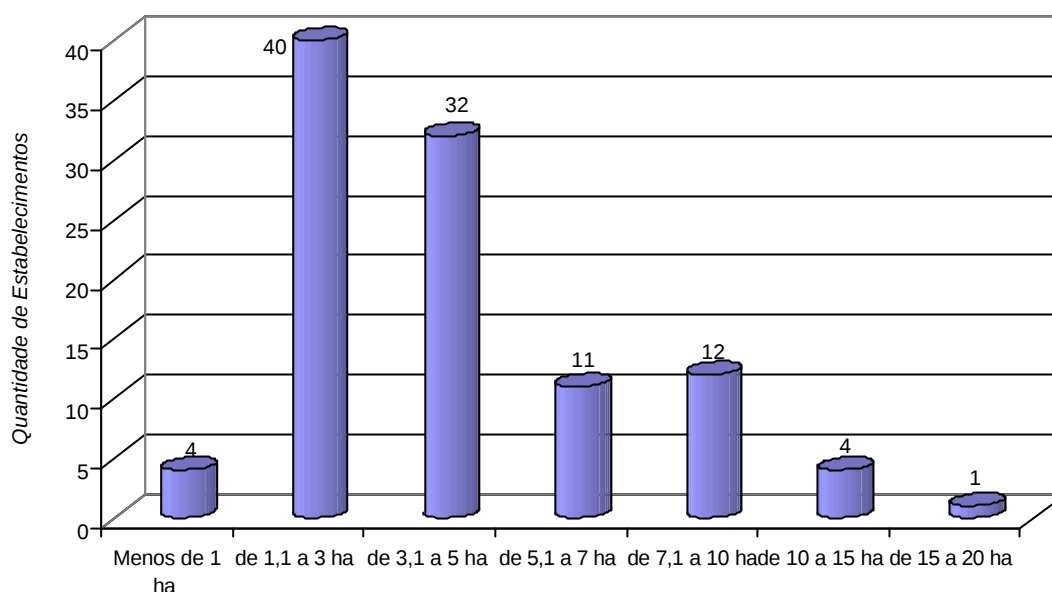
Em contrapartida, há ainda os produtores que possuem o café como principal atividade agrícola, aplicando em aparelhos de irrigação e técnicas de produção, fazendo aplicações financeiras na produção, para obter maior produtividade, com maior qualidade, conforme exigências do mercado atual, demonstrando com é possível um “pequeno produtor” viver do café, servindo como exemplo para aqueles que procuram neste produto, a única alternativa econômica, sendo que em uma produção bem cuidada, a renda supera o quádruplo das plantações que não sofreram incidências de novas técnicas, mesmo em regiões que não oferecem condições para que isso ocorra.

Foi constatada a irrigação no cafezal em 9 estabelecimentos (Figura 10), demonstrando que existem focos de permanência produtiva com virtuosidade na região, mesmo depois dos acontecidos episódios arrolados anteriormente, acreditando na produção e destinando suas atenções ao aumento na aplicação na qualidade da produção, pois os produtores destes pequenos estabelecimentos, o café ainda é a atividade agrícola que oferece maior renda.



*FOTO: Celbo A. F. Rosas*

**FIGURA 10 – CAFÉ IRRIGADO COM PRODUÇÃO**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 16 - Área (ha) Ocupada pelos Estabelecimentos dos Entrevistados com Produção de Café no Extremo Noroeste Paulista**

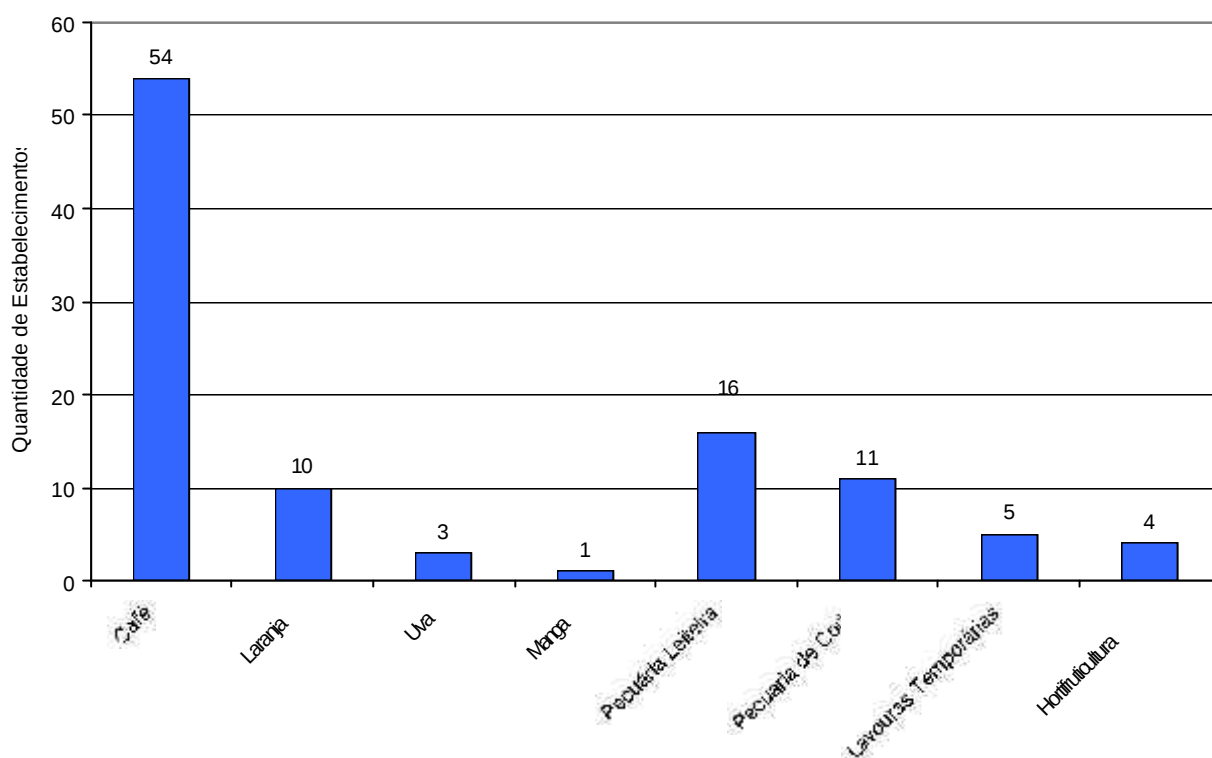
A maior parte dos produtores tem sua produção em áreas com até 5 ha, representando 73% dos entrevistados. Não existe, portanto, uma concentração produtiva, já que a maioria possui pequeno estabelecimento, e não vêem mais no café o “ouro verde” da região, como afirma Guimarães Neto (1986), mas ainda o tem como principal meio de obter renda, como se observa no Gráfico 17, mesmo com um sistema produtivo não competitivo, pois 90% da produção encontra-se em covas<sup>6</sup>, e não em adensamento, devido a idade dos cafezais. Quanto a variedade das plantas, 66% são do tipo Sumatra, 30% Mundo Novo, e 4% Obatã/Ecabu, todas arábicas, com boa aceitação de mercado.

Segundo Saes (1997, p. 190), com a alta dos preços em 1993 “foi criado o Departamento Nacional do Café (DENAC), acatando uma reivindicação de uma parcela do setor que sentia a necessidade de um organismo governamental que os representasse em substituição ao IBC.”

Essa nova alta do café foi logo sufocada pela geada de 1995, comparando-se com a ocorrida em 1975, de acordo com Saes (1997, p. 191) “associada à política nacional de explorar ao máximo a valorização do produto no mercado internacional [...] acabou por induzir a crise da década de 1980 no mercado internacional do café”. Em comparação com a

<sup>6</sup> A plantação nas covas condiz com um distanciamento de 4 metros de distância entre as plantas, assim como entre o espaçamento entre as linhas plantadas.

atualidade, a autora sugere cautela na análise acerca das relações futuras da variação do preço do café.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 17 - Atividades agropecuárias que proporcionam maior rentabilidade ao produtor rural entrevistado no Extremo Noroeste Paulista**

Apesar de todas as dificuldades e críticas referentes ao preço e às políticas sobre o café, ele ainda é responsável por oferecer maior renda a 52% dos produtores agropecuários entrevistados na região. A produção cafeeira conseguiu superar obstáculos, e o conservadorismo e pouco empreendedorismo quanto ao modo de produzir, não permitiu que vários desses agricultores procurassem outras alternativas produtivas, pois tinham no café, apesar de tudo, um produto seguro e imperecível, que vinham produzindo há muito tempo.

A cafeicultura, portanto, não perdeu totalmente a importância diante dos produtores agropecuários da região, devido justamente ao traço cultural que os envolve, que plantando café há muito tempo, não almejavam arriscar num outro produto que talvez não lhes rendesse satisfatoriamente, mesmo com as imensas dificuldades em sua produção, e principalmente quanto ao preço de venda, pois dependendo do preço, este fica estocado em toneladas a espera de melhor preço, mas lembrando que depois de no máximo 3 anos, este café perde a qualidade se continuar estocado. Este quadro desestimulou a inserção de novos

produtores, com a presença de novos pés de café muito baixa (Figura 11), encontrada em apenas 6,7% dos estabelecimentos.



*FOTO: Celbo A. F. Rosas*

**FIGURA 11 – PÉS NOVOS DE CAFÉ**

Essa diminuição na produção não ocorre, porém, somente no Extremo Noroeste Paulista. É uma tendência observada em todo o estado de São Paulo e Paraná, que perderam sua hegemonia para os estados de Minas Gerais e Espírito Santos. Na Tabela 10, observa-se que já no início da década de 1990, Minas Gerais possuía a área de produção de café maior do Brasil, e que aumentou no ano 2000. O mesmo aumento foi observado no estado de Espírito Santos.

Já os estados de São Paulo e Paraná, tiveram uma redução na área plantada muito elevada. Estes ocorridos fortaleceram a produção mais qualificada em Minas Gerais e em Espírito Santos, porém, as reduções de área plantada em São Paulo e Paraná, fizeram este mesmo índice reduzir no Brasil como um todo, mas apesar dessa redução de área plantada no país, ocorreu um aumento na quantidade produzida, o que demonstra a maior produtividade e qualidade na produção desses dois estados que tiveram tanto aumento em área plantada como em quantidade produzida.

**Tabela 10 – Área Plantada e Quantidade Produzida de Café**

| <b>Variável</b>             | <b>Brasil e Estados</b> | <b>1990</b> | <b>2000</b> |
|-----------------------------|-------------------------|-------------|-------------|
| Área Plantada com Café (ha) | <b>Brasil</b>           | 2.937.804   | 2.292.165   |
|                             | <b>Minas Gerais</b>     | 983.645     | 998.515     |
|                             | <b>Espírito Santo</b>   | 508.928     | 523.312     |
|                             | <b>São Paulo</b>        | 567.027     | 211.552     |
|                             | <b>Paraná</b>           | 429.687     | 142.118     |
| Quantidade Produzida (t)    | <b>Brasil</b>           | 2.929.711   | 3.807.124   |
|                             | <b>Minas Gerais</b>     | 1.040.799   | 1.651.261   |
|                             | <b>Espírito Santo</b>   | 436.280     | 1.026.606   |
|                             | <b>São Paulo</b>        | 649.552     | 435.591     |
|                             | <b>Paraná</b>           | 313.405     | 264.779     |

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal – 1990 e 2000.

Outro produto de destaque, no que se refere ao maior rendimento para o produtor, é a laranja, que é encontrada em 16 estabelecimentos, constituindo-se numa das alternativas à produção de café, sendo que em 10 deles, se estabelece como o produto mais rentável ao produtor, demonstrando que este a produz visando o mercado. O mesmo fato ocorre também com a produção de uva, que possui maior concentração que a laranja, pois dos 5 estabelecimentos que a produziam, este era o produto mais rentável em 3 deles. Apesar do Extremo Noroeste Paulista não apresentar as mesmas quantidades produzidas na MRG de Jales como um todo, que é grande produtora de uva, alguns agricultores direcionam seus investimentos no produto, incorporando o avanço dessa cultura nesta<sup>7</sup>.

As lavouras temporárias, com baixa produção, assim como os produtos de hortifruticultura, somam apenas 8,6% em importância econômica para os produtores entrevistados, demonstrando uma produção muito baixa, apenas para subsistência, assim como a manga, que exibiu maior rentabilidade em apenas 1 estabelecimento, mas que apresenta avanço na quantidade produzida.

A pecuária confirma sua importância econômica para os produtores da região, com uma tendência de crescimento nos pequenos estabelecimentos. Dos estabelecimentos com produção de gado para corte, 10,5% apresentavam essa atividade como a de maior relevância e importância econômica, diferentemente da produção leiteira, que visa, na maioria das vezes, o consumo familiar ou a venda e fabricação de derivados, pois nos estabelecimentos com gado leiteiro, 15,3% apenas tem aí sua maior importância econômica. Vale ressaltar ainda, que a pecuária de leite é mais bem distribuída entre os produtores, com

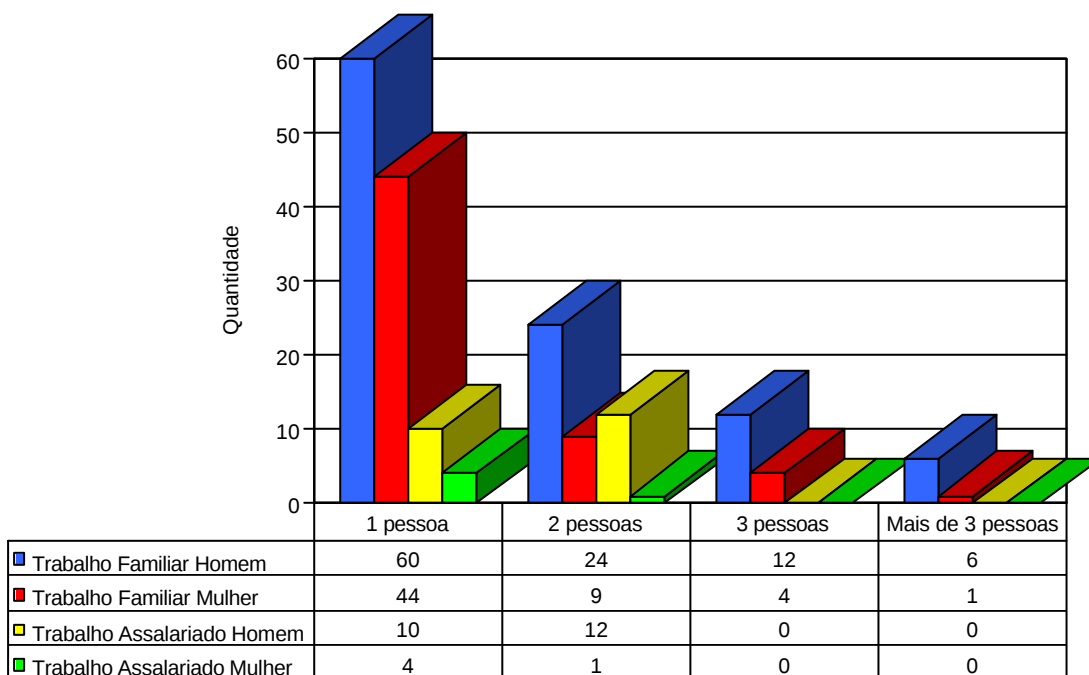
<sup>7</sup> Para se compreender melhor a tecnificação e a produção de uvas, assim como de toda atividade ligada à fruticultura, ver Locatel (2000).

maior quantidade em relação ao gado de corte. Isso não representa, contudo, um maior valor da produção, que certamente é da pecuária de corte.

Esse caráter pouco empreendedor não representa, contudo, um “atraso” do pequeno produtor, pois este possui acesso a diversos mecanismos de modernização, como será demonstrado adiante, mas que não os utiliza em todos os segmentos, e segmenta o processo de modernização na agropecuária.

#### 4.3. Utilização da força de trabalho nos estabelecimentos rurais

Os estabelecimentos rurais dos entrevistados do Extremo Noroeste Paulista possuem uma estrutura de trabalho basicamente da própria família, pois não exigem muito trabalho assalariado, devido ao tipo de plantio realizado, assim como ao tamanho da maioria dos estabelecimentos, dando um caráter familiar à unidade produtiva. O Gráfico 18 apresenta os tipos da força de trabalho utilizada nos estabelecimentos dos produtores entrevistados e sua respectiva quantidade.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 18 - Utilização de Força de Trabalho Familiar e Assalariada nos estabelecimentos rurais dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

A característica básica encontrada na região, foi que na maioria dos estabelecimentos, existia um casal trabalhando. Existe 1 homem trabalhando em cada um dos

60 estabelecimentos, e uma mulher em cada um dos 44 estabelecimentos. De acordo com Muller (1994, p. 16)

O proprietário [...] da terra controla e gere o “como, quando e onde produzir”, organiza e supervisiona o uso e a intensidade do uso da mão-de-obra familiar, bem como o uso dos recursos naturais (terra, mata, pasto, água). O que significa que ele gere seus “custos”. É capaz de avaliar o êxito ou o fracasso de seu excedente pela comparação com a cesta de mercadorias que adquire.

Ocorre, portanto, uma interação produtiva, ou seja, o produtor se ocupa com seus afazeres, utilizando-se de sua mão-de-obra (quando apenas familiar) para a gestão de seus gastos e visando o aumento de sua renda.

Em 10 estabelecimentos foi encontrado um trabalhador assalariado em cada um, e apenas 4 estabelecimentos possuíam uma mulher assalariada. A presença de dois homens da família trabalhando em um mesmo estabelecimento, foi encontrado em 24 estabelecimentos, e de duas mulheres, em apenas 9 estabelecimentos. Dois trabalhadores assalariados em 12 estabelecimentos, e duas mulheres assalariadas em apenas 1. Fica claro, portanto, a presença marcante do trabalho apenas da família para sustentar a produção rural do estabelecimento.

O trabalho assalariado foi encontrado em estabelecimentos que possuem uma grande variedade produtiva, e/ou uma grande quantidade de um mesmo produto, tornando mais difícil ao produtor tomar conta de sua produção sozinho ou acompanhado por parte de sua família. Já o trabalho temporário, é encontrado principalmente na plantação de café, no período de safra, constatando-se a presença de 36 trabalhadores, e 13 em outras atividades agropecuárias. Para Müller (1994, p. 17)

O fato de o pequeno produtor moderno utilizar preponderantemente mão-de-obra familiar pode ofuscar seu lugar na estrutura social. Em seu micro mundo mesclam-se – da mesma maneira que ocorria na unidade tradicional de produção – trabalho, terra e insumos naturais com insumos industriais e de serviços, mesclam-se, portanto, “salários”, “renda” com custos monetários.

O trabalho familiar calcado no “pequeno estabelecimento” é predominante na região, e somente nos estabelecimentos rurais visitados, são ofertados 32 empregos no campo, e mais 49 temporários dentre os entrevistados. Isso estabelece a grande mobilidade que estes produtores oferecem, demonstrando que não somente o empregador patronal é o possuidor das oportunidades de emprego no campo, oferecendo oportunidade, muitas vezes, para o proprietário que sai de seu estabelecimento para aumentar sua renda.

É por esse motivo que é necessário, principalmente ao poder público, investir no setor rural, e principalmente oferecer condições de integração dos produtores com suas respectivas produções no mercado, oferecendo-lhes condições de produzir com qualidade, dando assistência sempre que for preciso.

Segundo Huberman (1986, p. 217)

O assalariado na sociedade capitalista é um homem livre. Não pertence a um dono, como na escravidão, nem está preso ao solo, como no regime feudal da servidão. [...] Os que não são donos dos meios de produção só podem ganhar a vida empregando-se – por salários – aos que são donos. É evidente que o trabalhador não se vende ao capitalista (isso faria dele um escravo), mas vende a única mercadoria que possui – sua capacidade de trabalhar, sua força de trabalho.

A existência de trabalhadores assalariados em estabelecimentos “pequenos” demonstra que existe uma renda suficiente para sustentar toda a família, e contratar trabalhadores para auxiliar nos trabalhos do estabelecimento. Esses trabalhadores assalariados são, na maioria das vezes, provenientes de outros estabelecimentos agropecuários da região, que necessitam de um complemento em sua renda para auxiliar na manutenção da família, e conseguir investir em suas produções.

#### **4.4. Meios de Produção e Utilização de Insumos: a lenta modernização agrícola**

Apesar da caracterização dos produtores rurais da região como pouco empreendedores, há de se observar que a relação destes com a utilização dos principais indicadores de uma modernização agrícola, que são o índice de tratorização, a utilização de insumos químicos, de aparelhos de irrigação, e a utilização de financiamentos agropecuários, são crescentes, mas lentos.

O principal ponto a ser tratado, refere-se ao papel do “pequeno produtor” em utilizar-se dessa modernização<sup>8</sup>, fazendo um paralelo com a inserção da região no processo de globalização e ao capitalismo. Uma das premissas do sistema capitalista é o trabalho assalariado, que gera conseqüentemente uma absorção de mais-valia, e procura sempre obtê-la em maior quantidade possível, na medida do possível. Porém, é inevitável dizer também, que o processo de globalização afetou totalmente a região, tanto é que diversas “marcas” se refletem na sociedade local, e em seu modo de vida, demonstrando que houve integrações desse processo, consubstanciadas no modo de produção capitalista, comandadas

por diversos capitais nacionais e internacionais, fato que se evidenciou, na região, com a derrocada da cafeicultura.

Esses capitais, por sua vez, não necessitam estar presentes diretamente na região para afetá-la, já que o movimento deste se faz necessário para a circulação de diversos produtos, desde materiais até os abstratos. A presença de agências bancárias, da Internet, da utilização de produtos transformados industrialmente em outros lugares do país, e até mesmo em outros países, faz essa integração ampliar-se cada vez mais, fazendo parte, neste sentido, da faceta mais perversa da globalização.

Porém, quem comanda esse processo, é sempre o capital, alicerçado por diversos mecanismos mais ou menos poderoso de persuasão. A estrutura de produtores menos favorecida economicamente, não se integra totalmente às formas do capital, até mesmo pela quase inexistência de unidades empresariais transformadoras na região, tanto no campo quanto nas cidades. Este fator pode ser considerado o mais importante na representação do caráter desses, de conservadorismo e pouco empreendedorismo, pois não possuem uma base na qual possam aumentar e modernizar suas atividades, inserindo-se plenamente no sistema.

O que ocorre, portanto, provindo de um caráter familiar rural, é que não há uma integração direta ao sistema, mesmo fazendo parte deste, pois o caráter de colonização ainda presente entre os produtores rurais da região, somado à essência produtiva herdada de seus pais, juntamente com o medo de direcionar sua produção para outras alternativas, além da pequena expressividade industrial na região, faz com que os produtores permaneçam em “estado de prevenção” perante as inovações tecnológicas, não tendo também renda suficiente, tão pouco área para investir em novas tecnologias.

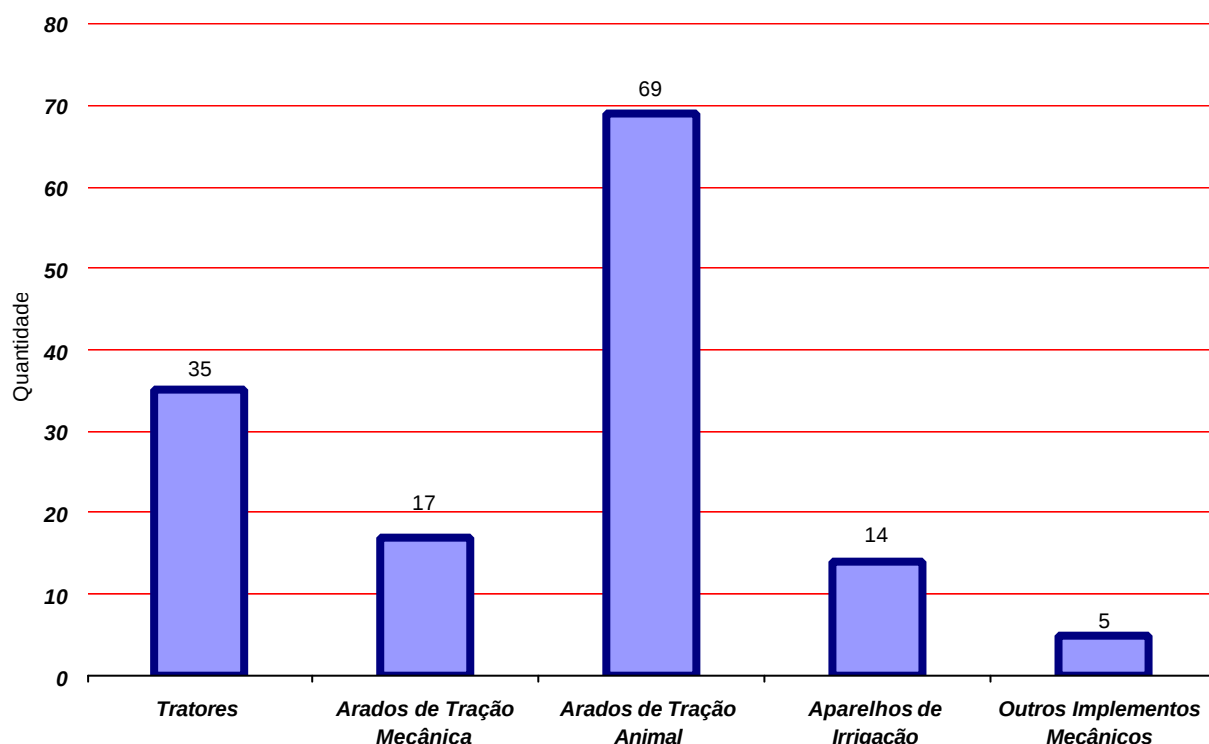
Pelo fato de se encontrarem inseridos no sistema, podendo ter acesso a máquinas e insumos, os produtores acabaram cedendo e buscando, por parte e sem exageros, pelo próprio caráter observado, os produtos modernos, que auxiliam no preparo e na adubação da lavoura, como demonstra o Gráfico 19, mas que representam também mais um gasto para o produtor.

A presença de 35 tratores nos estabelecimentos dos produtores rurais entrevistados, correspondendo a 50%, somados aos arados de tração mecânica, não ultrapassou a quantidade de arados de tração animal, que foram 69, confirmando o conservadorismo intrínseco dos produtores, apesar da incipiente e relativa inserção da modernidade no campo.

---

<sup>8</sup> Sobre a modernização agrícola desigual no estado de São Paulo, Cf. Rosas (2000) e Kageyama & Bergamasco (1989/90).

Foi constatada a presença de 14 aparelhos de irrigação, desses, 9 utilizados na lavoura de café, como observado, além de outros implementos mecânicos utilizados no meio rural, caracterizando cada vez mais um início de abertura e uma possível mudança entre alguns produtores, pelo fato das melhorias oferecidas com a modernização agrícola, podendo ter acesso direto a elas, e até mesmo realizar financiamentos para sua aquisição.



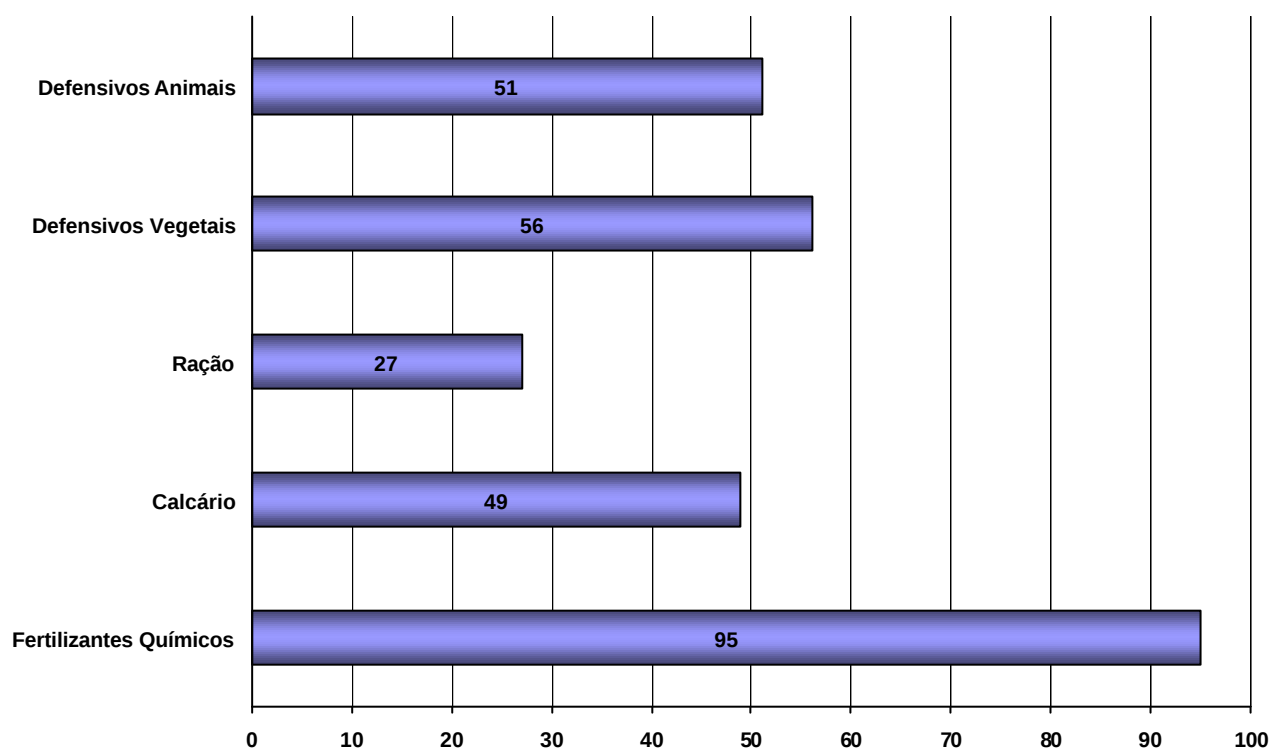
Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas.

**Gráfico 19 - Quantidade dos meios de produção dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

Outro índice observado durante as entrevistas, permitiu verificar que em 85,5% dos estabelecimentos são utilizadas práticas de conservação de solo, demonstrando a preocupação dos “pequenos produtores” em tentar recuperar as terras e utilizar seu potencial de maneira a não esgotá-los, buscando sempre sua preservação, e conseqüentemente, mais rentabilidade na produção, sendo que 56,7% dos entrevistados fazem análise de solo para melhorar o rendimento de suas lavouras.

Além do índice de tratorização apresentado, a adubação química também faz parte da modernização do campo, como pode ser observado no Gráfico 20. A utilização de fertilizantes químicos é encontrada em 91,3% dos estabelecimentos, representando sua grande maioria. A grande utilização desses insumos demonstra novamente que a inserção de uma modernização no campo se faz de maneira progressiva, mas com várias restrições, como a presença de 53,8% dos estabelecimentos que realizam a adubação orgânica e/ou verde,

procurando sempre uma maior produtividade. Não é possível, portanto, afirmar que houve uma modernização total no campo nessa região, devido aos aspectos já observados na sociedade como um todo (fazendo relações com o processo de colonização), mas apenas aspectos que levam à modernização relativa, não modificando, contudo, as relações sociais de maneira significativa.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 20 - Estabelecimentos Entrevistados com Utilização de Insumos no Extremo Noroeste Paulista**

Somente a análise dos índices de tratorização e adubação química, não é suficiente para se verificar totalmente a inserção da modernização no campo, pois é necessário avaliar as condições sociais nas quais as famílias se encontram, além de avaliar a história que levou a uma determinada configuração territorial, decorrente de vários aspectos de diversos interesses. O processo de modernização do campo, portanto, não pode ser analisado, em sua totalidade, sem se levar em consideração o aspecto histórico de uma sociedade, e as interferências sociais e econômicas que esta sofreu quando da inserção desses aspectos modernizantes, não podendo ser considerados, contudo, arcaicos, pois apresentaram evoluções e mudanças significativas.

Alguns produtores que conseguiram aplicar novas técnicas às suas explorações compensaram, pelo menos em parte, as perdas ocasionadas pela queda dos

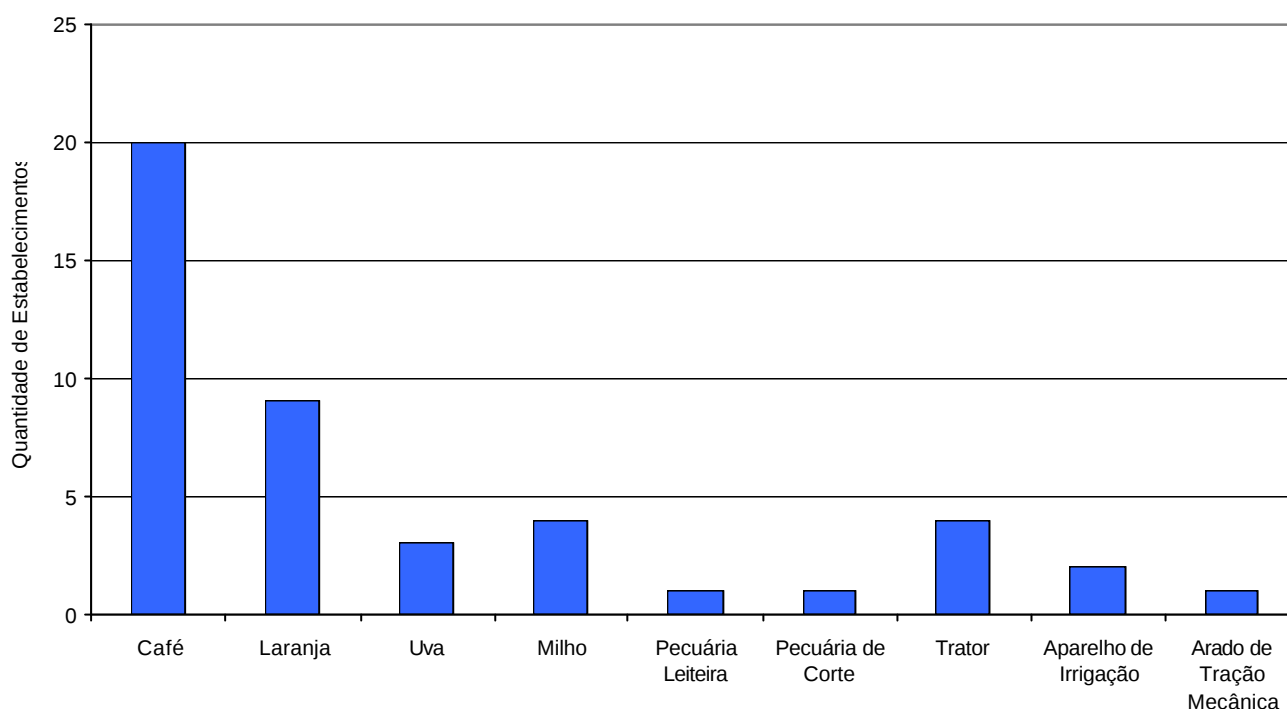
preços, via redução de custos. Aqueles que não conseguiram melhorar a qualidade de sua produção encontram-se à margem do sistema, com uma baixa renda, e dificuldades de produção.

Dessa maneira, “Quem não teve condições de adotar a nova tecnologia, porque chegou tarde ou porque foi discriminado pelo mercado de produtos e de capital, terá que deixar o negócio ou suportar um padrão de vida inferior ao que estava acostumado.” (ALVES, 2001, p. 20). O que ocorreu na região foi que muitos produtores deixaram suas produções rurais, principalmente depois de meados da década de 1980, e os que permaneceram no setor, tiveram reduções drásticas em sua renda anual, tendo que deixar de lado várias atitudes de consumo e de melhores condições de vida, pela diminuição produtiva e de preços, já que não dispõem de capital para investimento tecnológico.

Essa característica demonstra que a tendência à permanência no campo, apenas de produtores com maior especialização produtiva, pode tornar-se realidade, se não houver apoio e incentivo para que os excluídos desse processo consigam essa inserção, tendo condições para competir, junto com os outros pequenos produtores, no mercado agropecuário, não contribuindo apenas para a somatória de excluídos no campo e na cidade.

#### **4.5. Assistência técnica e utilização de crédito agrícola**

A utilização de financiamento não é muito relevante entre os entrevistados da região, pois a precaução advém das dívidas que poderão efetivamente ser contraídas em virtude de tal prática. Como se verifica no Gráfico 21, é baixa a quantidade de produtores que utiliza financiamento, porém, a maior quantidade se encontra na lavoura que oferece maiores rentabilidades para a maioria, que ainda é o café.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 21 - Financiamento de Custeio e de Máquinas e Implementos dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

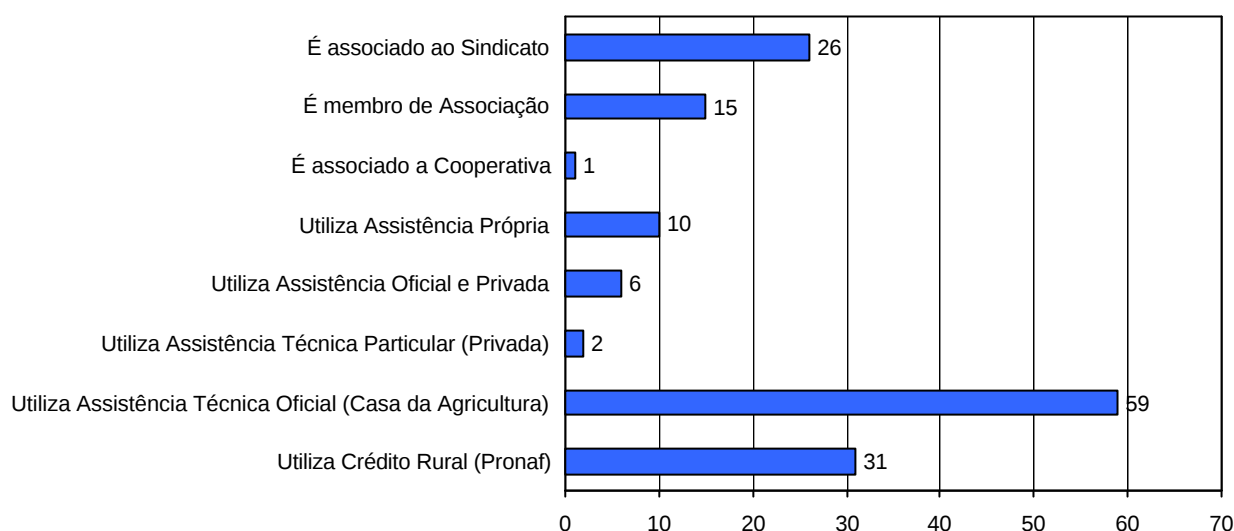
Apesar do declínio dessa produção agrícola, os “pequenos produtores” não deixam de realizar melhorias naquelas com melhores condições produtivas, apesar das variações de preço. Os 20 produtores que realizam financiamento para o café, o fazem para ampliar a estrutura vigente e/ou iniciar uma nova plantação, devido a idade dos pés plantados e a forma tradicional de plantação. O café é, portanto, a cultura que mais atrai a atenção dos produtores, mesmo com todas as dificuldades encontradas por estes.

Em contrapartida, a pecuária possui apenas 2 produtores que realizam financiamento, pela própria característica mais concentradora, por utilizarem pouca mão-de-obra, e por possuírem, entre os estabelecimentos com maior área, uma maior reserva financeira.

Outros produtos com destaque na procura de financiamento, são a laranja, que apresenta maior crescimento na região, a uva, impulsionada pelo ritmo produtivo da MRG de Jales, e o trator, que por se tratar de um equipamento de alto valor, há necessidade de auxílio financeiro para que vários produtores realizem sua compra.

Apesar dos incentivos oferecidos para o trabalhador do campo em realizar financiamentos, existe uma barreira no tocante à liquidação da dívida, que o preocupará por

algum tempo, dependendo do desenrolar de suas safras, que é mais um inibidor para o homem do campo, pois algum intemperismo (seca prolongada, chuvas intensas ou geadas), pode fazer com que este tenha um lucro muito baixo, ou até mesmo que venha a perder sua produção (prejuízo). Já o Gráfico 22 apresenta a utilização de assistências e participação em associações.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2001. Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 22 - Utilização de Assistências e Participação em Grupos no Extremo Noroeste Paulista**

Observa-se que somente 25% dos produtores fazem parte do sindicato dos trabalhadores rurais, 14,4% de associações, e apenas 1 é cooperado. Essa não integração dificulta as ações dos produtores no que tange a comercialização e a manutenção de preços para a venda de seus produtos, pois temem a manutenção dos preços quando estes aumentam no mercado, e atravessadores oferecem maior valor pelo produto. Em toda a região, a participação de produtores agrícolas em cooperativas é irrisória, decorrente também da pequena presença desse tipo de associação.

Porém, pode-se observar que 56,7% dos produtores buscam a casa da agricultura em busca de assistência técnica gratuita, aproveitando-se da estrutura dos serviços prestados. A presença de agrônomos traz confiança aos produtores, assim como as tendências apresentadas por esses, realizando também palestras e cursos para procurar fazer com que o produtor rural tenha uma visão mais ampla sobre os problemas e soluções do campo e de suas produções, podendo contribuir para um maior aprofundamento da modernização.

Apesar do receio dos produtores em utilizar-se do financiamento, 29,8% deles procuraram utilizar-se do crédito rural, na forma do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que auxilia os “pequenos produtores” a aumentar seus bens e rendimentos produtivos, criado oficialmente em 1996<sup>9</sup>. Segundo Hespanhol (2000, p. 57)

Adotando a gestão social como base de suas ações, o Programa desenvolve suas atividades em quatro linhas: no financiamento da atividade agropecuária (crédito rural), na oferta de serviços de apoio e capacitação dos agricultores (assistência técnica, pesquisa, cursos profissionalizantes, etc.), na formação de infra-estrutura física municipal (energia, transporte, comunicação, armazenamento, agroindustrialização, etc.) e na negociação intersetorial de políticas públicas para a agricultura familiar.

Para a mesma autora, as críticas realizadas ao programa fazem referência ao conceito de agricultura familiar, pois o PRONAF abrange também os estabelecimentos com até 2 empregados assalariados permanentes, aumentando assim a procura pelos recursos oferecidos, o que vai repercutir na dificuldade encontrada pelo mais descapitalizados.

#### **4.6. Renda líquida e destino da renda dos produtores agropecuários**

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas pelos produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista em dar continuidade em suas produções, a maioria possui boas oportunidades de venda de seus produtos, para atravessadores e/ou empresas beneficiadoras da região e de outras, sobretudo o café<sup>10</sup>, porém, este depende muito da variação dos preços de mercado, fazendo com que apresente oportunidades de negócios para aumentar a renda dos produtores.

Dessa maneira, os produtores que foram capazes de inovar suas produções podem ter uma renda aumentada, em função de uma redução de custos. Aqueles que não adotaram novas tecnologias terão uma renda reduzida. Essa redução se faz em comparação àquela proporcionada em períodos anteriores à crise, por exemplo. Conseqüentemente, isso traz dificuldades aos produtores, tanto do café quanto de outros produtos, pois a exigência de sobrevivência e reprodução do setor, é a condição de aplicabilidade, inovação na produção,

---

<sup>9</sup> Segundo Hespanhol (2000, p. 45), “Dentre as várias propostas incorporadas ao PRONAF, destacam-se: a necessidade de uma política diferenciada para os agricultores familiares; a noção do desenvolvimento global integrado, articulando os vários níveis administrativos (governos federal, estadual e principalmente, o municipal); a ênfase na participação dos produtores familiares e suas organizações representativas (cooperativas, associações, sindicatos); entre outras.”

principalmente na qualidade do produto final, pois o mercado, nos moldes atuais, exige essa diferenciação.

Dessa maneira, segundo Delgado (1985), há quatro grupos de produtores rurais, porém, dois deles foram encontrados na região, que são os pequenos produtores não associados ao capital financeiro, e o grupo de pequenos produtores tecnificados com acesso a terra. Vale ressaltar o caráter classificatório realizado por Delgado naquele período, modificados na atualidade.

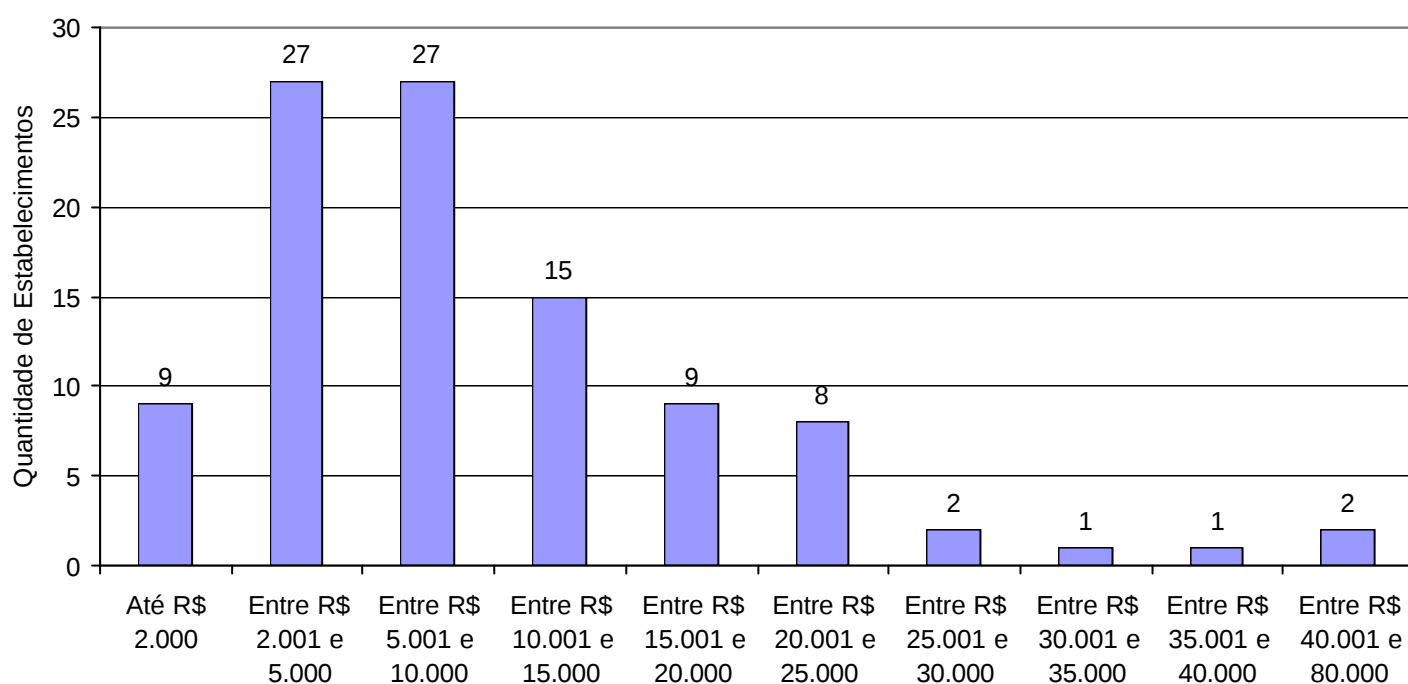
Para argumentar sobre uma classificação dos produtores rurais, é necessário realizar uma análise segundo o critério de valor do salário mínimo, relacionando com o ganho por safras, pois o produtor rural depende de diversos fatores, como uma safra bem sucedida, ou uma quebra desta por uma seca prolongada, ou outras intempéries<sup>11</sup>. Há que se considerar essas dificuldades encontradas pelos produtores, para que se possa analisar mais pormenorizadamente suas condições de produção e sua renda.

O que se observa no Extremo Noroeste Paulista, considerando as transformações ocorridas desde meados da década de 1980, é que apenas 8,6% das famílias possuem renda durante o ano inferior a R\$ 2.000,00. Apenas 5 produtores entrevistados possuem renda líquida inferior a 9 salários mínimos por ano, ou seja, 5% do total, já que esse dado não foi informado por 3 estabelecimentos, como demonstra o Gráfico 23.

---

<sup>10</sup> Existem atualmente, 5 máquinas beneficiadoras de café na região, que captam a produção regional.

<sup>11</sup> Em 1964, foi criado o Estatuto da Terra, que teoricamente previa que o trabalhador rural ganhasse uma proteção legalizada, representada pelo salário mínimo, férias remuneradas, previdência social e o 13º salário. Porém, os empregadores do campo (maioria de fazendeiros), passaram a contratar trabalhadores temporários (bóia-fria), para não se comprometer com o Estatuto.



3 Estabelecimentos sem declaração - Fonte: Pesquisa de Campo, 2001.

Org.: Celso A. F. Rosas

**Gráfico 23 - Renda Líquida Anual (em Reais de Dezembro de 2001) dos produtores rurais entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

Porém, deve ser considerado que todos os produtores entrevistados possuíam produção de café, não condizendo, portanto, com toda a realidade da região, mas apenas com o setor de produção de café.

Mesmo com a falta de integração entre os produtores e empresas, o valor da produção aumentou, considerando também o tamanho dos estabelecimentos, sendo que mais de 93% dos produtores entrevistados possuem área inferior a 70 ha, mas com terras próprias em sua maioria, e com grande procura pelo PRONAF.

De acordo com o Gráfico 23, a faixa de renda da maioria das famílias varia entre R\$ 2.000 e 10.000,00 por ano, um montante muito superior ao detectado por Delgado (1985), podendo chegar em vários casos a até R\$ 15.000,00 por ano, e até ultrapassar, dependendo da safra e do preço.

Vê-se, portanto, baseado nas diferencialidades encontradas nesta região, e propostas pelas entrevistas direcionadas, que esse grupo de produtores com estabelecimentos “pequenos”, não devem ser considerados totalmente “pequenos” em sua produção, haja vista o valor de produção atingido por estes, assim como sua inserção em segmentos considerados modernos, oferecidos pelo mercado e pelo Estado.

Classificar-se-á, portanto, os produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista de acordo com a renda obtida, e conforme a produção principal, que é o café. Estabelece a formação de 5 grupos dentro da produção de café no Extremo Noroeste Paulista.

Propõe-se o Grupo I que, mesmo possuindo uma renda anual de 0 a 10 salários mínimos (R\$ 0,0 a R\$ 2.000,00), possui acesso à terra, e tem acesso ao crédito agrícola, assim como a assistência técnica oferecida pelo poder público. Nesse grupo, os produtores são pouco empreendedores, e procuram oportunidades de aumento de sua produção, possuindo, geralmente, estabelecimentos com área inferior a 5 ha. Não há, portanto, uma integração ao capital financeiro, ou seja, são produtores desintegrados de cooperativas e empresas.

O Grupo II tem um valor de produção anual de 10 a 50 salários mínimos (R\$ 2.000,00 a R\$ 10.000,00), e que representa 51,9% dos produtores rurais entrevistados no Extremo Noroeste Paulista. Todos esses produtores são proprietários dos meios de produção, e possuem fácil acesso à assistência técnica e ao crédito rural. A área ocupada pelos estabelecimentos é, na maioria das vezes, entre 5 e 15 ha, porém, poucos são integrados ao capital financeiro, com característica ainda pouco empreendedora.

Constatou-se, também, um grupo de transição, que é o Grupo IIb, que possui renda entre R\$ 10.000,00 e 15.000,00 (50 a 75 salários mínimos), pois dependendo das condições e oscilações do preço do café, estes produtores podem variar o valor de sua produção, descendo para o Grupo II, ou avançando para o Grupo III. A área de seus estabelecimentos varia de 15 a 25 ha.

O Grupo III representa os produtores rurais que possuem um valor de produção de 75 a 200 salários mínimos por ano (R\$ 15.000,00 a 50.000,00). A maioria desses produtores está associada ou se associando ao capital financeiro, conta com assistência técnica e apresenta padrão tecnológico mais elevado e se encontram em áreas que variam de 25 a 100 ha. Esse grupo representa 20,2% dos produtores rurais entrevistados na região.

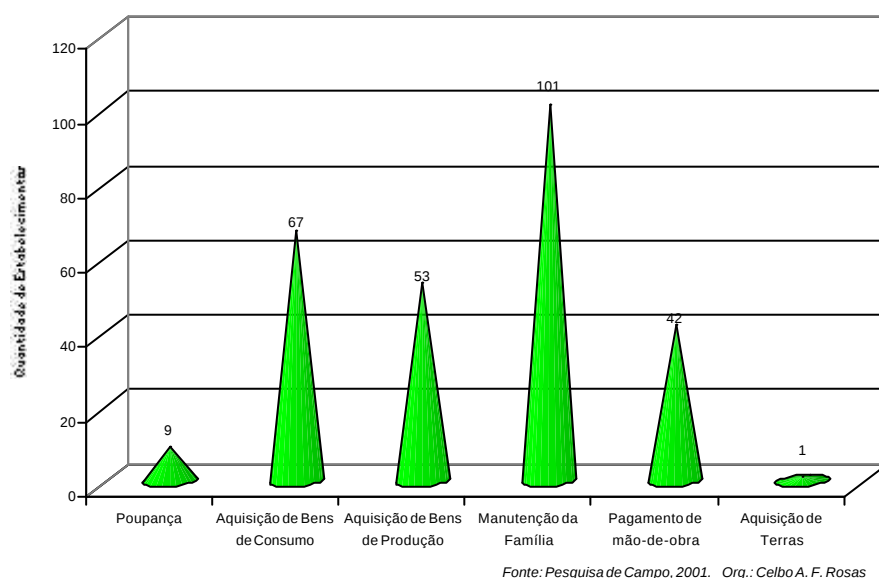
Já o Grupo IV, é aquele que está totalmente vinculado ao capital financeiro, cuja renda é superior a 250 salários mínimos por ano, com área superior a 100 ha. Porém, a renda obtida por este setor não provém apenas da produção de café, tendo muita ligação com a pecuária, como em alguns casos do Grupo III. Vale ressaltar algumas considerações sobre a composição dos grupos.

Poderá haver variações entre área e quantidade produzida, alterando, portanto, alguns produtores para grupos diferentes. E, em alguns casos, alguns produtores se enquadram no Grupo II ou III, mas possuem características do Grupo IV. Essa classificação

foi realizada para facilitar o entendimento de que no Extremo Noroeste Paulista, os produtores rurais que possuem pequenos estabelecimentos, e que estão ligados diretamente à cafeicultura, mesmo tendo a característica pouco empreendedora, possuem renda que os satisfazem, parcialmente, mas que poderia melhorar ainda mais fazendo aplicações nas áreas discutidas anteriormente, como a dificuldade de associação ao capital financeiro, como em empresas.

Deve-se, porém, tomar alguns cuidados ao se analisar uma classificação da maneira como foi realizada, pois toda classificação é arbitrária, e remete a diversas discussões e distinções de idéias, além da imposição de outras. Ressalta-se que esta classificação dos produtores rurais do Extremo Noroeste Paulista constitui-se numa tentativa de melhor sistematizar a realidade investigada.

O destino dessa renda obtida pelos produtores é, na maioria das vezes, direcionado para o sustento da família, juntamente com a utilização do excedente para outros compromissos, como demonstra o Gráfico 24. Nota-se que a aquisição de bens de consumo é muito elevada, característica de uma sociedade consumista.



**Gráfico 24 - Destino da Renda dos entrevistados no Extremo Noroeste Paulista**

A utilização dos ganhos para manter a família, em primeiro plano, demonstra novamente que o caráter observado na região é conservador e pouco empreendedor, tanto em produção, quanto em aplicações financeiras e/ou implementos que poderiam melhorar sua produtividade, podendo aumentar sua lucratividade, tanto é que a aquisição de bens de consumo é maior que a de bens de produção.

Apesar desse caráter apresentado entre os produtores da região, a possibilidade de progresso econômico é muito grande, demonstrando que a maioria dos

produtores de café ainda o possuem como produto que oferece maior renda, assim como o que oferece maiores oportunidades visando o futuro, mesmo com uma elevada queda produtiva desde meados da década de 1980.

Nota-se, portanto, que na atualidade, os produtores agropecuários, mesmo enfrentando dificuldades de produção, e que permaneceram no setor depois da crise da cafeicultura a possuem, ainda, para a maioria, como principal atividade econômica, que serve, acima de tudo, para a manutenção familiar, porém, com um padrão de vida inferior àquele do final da década de 1980.

A crise na cafeicultura fez com que vários produtores vendessem seus bens para poderem sobreviver no setor rural, para saldar financiamentos e conseguir sobreviver após uma queda drástica em seus rendimentos. Permaneceram, portanto, além de produtores com capacidade de se modernizar em um curto período de tempo, os que tiveram a persistência e contemplaram, na diminuição de renda perante o quadro, a transformação de suas vidas, adaptando-as aos novos sistemas produtivos, que levou a região à derrocada cafeeira desde o final da década de 1980.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do processo de formação e construção do espaço do Extremo Noroeste Paulista foi efetuada por meio da identificação dos principais elementos que influíram na transformação da estrutura regional, levando à atual configuração territorial. Além desses elementos, foram identificados os períodos em que tais transformações ocorreram.

O estudo deste tema possui, portanto, extrema relevância, pois além de demonstrar como foi constituída a atual configuração territorial, propicia a análise de um processo que ocorreu não somente no Extremo Noroeste Paulista, mas em todo o Estado de São Paulo, ou seja, uma redução acentuada na produção de café.

O objetivo principal da pesquisa foi analisar a trajetória da cafeicultura nessa região desde a década de 1940 até o final da década de 1990. Tal objetivo foi alcançado plenamente, e para atingi-lo, foi necessário analisar a origem dos produtores rurais de café da região, e quais as técnicas por eles utilizadas; analisar e compreender quais os fatores que levaram à diminuição da lavoura cafeeira depois de meados da década de 1980; como os produtores de café se estruturaram depois da crise no setor e compreender a importância da atividade para a região e para o Estado.

Não se pode, porém, considerar que a pesquisa foi encerrada, pois há diversos caminhos para sua continuação, tanto no campo da Geografia, quanto em outras áreas do conhecimento. Várias questões referentes ao processo de formação regional, assim como suas imbricações com a atualidade, apresentaram-se durante a pesquisa e não foram analisadas, ou abriram-se novas perspectivas de estudo a partir das considerações realizadas no trabalho. Um desses caminhos é a importância da cafeicultura para os produtores rurais na atualidade, que em um nível diferenciado de meados da década de 1980, permanece, para grande parte dos produtores rurais, como principal produto que sustenta sua renda. Outra questão de fundamental importância é a análise das mudanças que o processo de globalização causou em diferentes segmentos da sociedade, afetando principalmente os pequenos produtores rurais de diversas regiões e Estados do Brasil.

Conforme analisado, e diferentemente do previsto na hipótese inicial, o café não foi o primeiro produto a ser plantado no Extremo Noroeste Paulista. A lavoura temporária, pela sua rápida produção, por preparar a terra para a lavoura permanente, e por exigir menores custos para o produtor, foi a primeira a ser realizada na região, pois os

produtores necessitavam de renda rapidamente, a fim de saldar suas dívidas com a companhia, que vendera as terras do Extremo Noroeste Paulista.

Para que se atingissem os objetivos previstos, a metodologia aplicada foi adequada, ou seja, as análises bibliográficas referentes à temática, juntamente com a coleta e utilização de dados estatísticos colhidos do IBGE e do LUPA, além das entrevistas realizadas nos 5 municípios, foram primordiais para a compreensão dos questionamentos suscitados na pesquisa.

No entanto, surgiram alguns problemas e dificuldades para se operacionalizar a pesquisa. A utilização de fontes bibliográficas, sem que pudessem ser consultados os documentos originais comprovadores da veracidade das informações relativas ao processo de apropriação das terras, o que seria de extrema relevância para a execução da pesquisa. Outra dificuldade apresentada ocorreu na pesquisa de campo, uma vez que esta foi realizada apenas com produtores de café. Esse direcionamento nas entrevistas dificultou a realização de tal empreitada, pois não havia continuidade entre os estabelecimentos rurais com produção de café.

Dessa análise observou-se que, os primeiros elementos que ocuparam o Extremo Noroeste Paulista, no início do século XIX, foram os pequenos posseiros, que permaneceram no local até a chegada de um (grande) ocupante que tomou posse dessas terras. Este, por sua vez, permaneceu até sua morte no final daquele século, e as terras ficaram ocupadas com algumas famílias que estavam no local por intermédio do fazendeiro.

No início do século XX, as terras do Extremo Noroeste Paulista foram ocupadas por grileiros, que instituíram a firma Glória & Furquim, efetuando a venda da área para fazendeiros e empreendedores. O maior comprador de terras na região foi um inglês, que as adquiriu através de seu procurador. Depois de mais de quinze anos mantendo as terras com pouca utilização, a Companhia Agrícola de Imigração e Colonização, - CAIC, iniciada a partir das dificuldades encontradas por fazendeiros a partir de 1930, comprou-as e efetuou o loteamento para a posterior revenda, obtendo lucros entre 150 a 200% sobre o valor pago.

Os principais compradores foram ex-colonos de antigas fazendas de café, que conseguiram acumular capital para comprar sua sonhada propriedade, no final da década de 1940, materializando-se assim, a “frente pioneira”. Para ajudar no complemento de sua renda, ou até mesmo para se efetivar como principal fonte de sustento, os proprietários começaram a plantar lavouras temporárias e, posteriormente, o café. Durante a década de 1950, houve a maior quantidade de trabalhadores rurais plantando café no Extremo Noroeste Paulista, porém, foi a lavoura temporária, a primeira atividade agrícola na região. Esse

processo construiu uma paisagem pautada em pequenos estabelecimentos rurais, mas que se transforma, porém, constantemente, concentrando cada vez mais a estrutura fundiária na região.

Durante a década de 1950, vários proprietários não conseguiram saldar suas dívidas junto à CAIC, tendo que devolver as propriedades. Ocorre, nesse momento, o início de uma concentração fundiária, já que os lotes vendidos pela companhia variavam entre 7 e 70 ha, portanto, pequenos estabelecimentos.

Já no final da década de 1950, houve um processo de arrendamento no Extremo Noroeste Paulista, que envolveu diversas famílias nordestinas, que tinham como objetivo retirar a mata, e devolver a área ao fazendeiro entre 3 e 5 anos, conforme contrato verbal pré-estabelecido, com a pastagem plantada.

Depois de vencido o contrato, grande parte dos arrendatários não conseguiu devolver as terras com as pastagens plantadas, e foi pedido uma prorrogação no prazo estipulado. Mas o fazendeiro não concordou com as famílias, e resolveu plantar capim entre as lavouras, que ainda produziam seu sustento. Os arrendatários retiraram todo o capim plantado pelos subarrendatários do fazendeiro da noite para o dia, e isso causou revolta por parte do fazendeiro, que reivindicou seus direitos perante a justiça.

Durante a década de 1950, portanto, as lavouras temporárias foram as que apresentaram grande produção. Dentre as lavouras permanentes, o café foi a que proporcionou maior expansão no final da década de 1950 e no decorrer da década de 1960. Já na década de 1970, devido à erradicação promovida pelo governo, a produção de café apresentou significativa redução, passando o algodão a representar a cultura que impulsionava a economia da região.

De final da década de 1970 até meados da década de 1980, o café voltou a comandar a economia regional, apresentando sua maior safra em 1985. Esse foi o momento do auge do café no Extremo Noroeste Paulista. Depois desse período, a produção de café entrou em estagnação. Isso não ocorreu somente no Extremo Noroeste Paulista, mas em todo Estado de São Paulo e Paraná.

O café foi, portanto, o produto que impulsionou a economia rural da região<sup>1</sup> até meados da década de 1980, quando vários fatores somados, contribuíram para que os produtores parassem de cultivá-lo. Dentre as principais causas, relaciona-se o encerramento de acordos e políticas que regulamentavam o preço do café, fazendo-o decair muito no final

---

<sup>1</sup> Diferentemente de algumas regiões, no Extremo Noroeste Paulista o café era plantado, via de regra, em pequenos estabelecimentos rurais.

da década de 1980, e os principais afetados, os pequenos produtores rurais de todo Estado de São Paulo, já que todas as MRGs apresentaram redução de área plantada. A MRG de Jales, onde se encontra o Extremo Noroeste Paulista possuía em 1990, 30.051 ha de área plantada de café, e passou a ter somente 2.997 ha em 2000 (IBGE – PAM).

Outros dois fatores que contribuíram para explicar a crise da atividade cafeeira na região no final da década de 1980, refletindo até a atualidade, foram: 1) presença de nematóides, um fungo que ataca as raízes do cafeeiro; 2) em meados da década de 1980, os baixos totais de precipitação comprometeram o nível de produtividade das lavouras.

Esses acontecimentos causaram inúmeras mudanças na paisagem regional. Dentre os produtores de café, há os que deixaram de plantar, e se transferiram para outras lavouras, ou para a pecuária, aumentando o contingente do êxodo rural; aqueles que continuaram produzindo café, mas sem investir na qualidade da produção e do produto, fadados a ter renda muito inferior àquela a que estavam acostumados; e os produtores que continuam a plantar café, incorporando novas técnicas, e conseqüentemente obtendo um produto de melhor qualidade, suprimindo as exigências do mercado atual, alcançando, portanto, maior renda.

Esses dois fatores (interno e externo), levaram à decadência produtiva do café, pois a ocorrência apenas dos fatores locais, não seria suficiente para que se estabelecesse tal crise, tanto é que não ocorreu nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, aumentando-se ainda a qualidade e a quantidade na produção desses Estados.

Para os produtores rurais que permaneceram com o café, restou basicamente uma alternativa: conforme observado na região, os que mantiveram a lavoura, sem realizar modificações técnicas e aplicações no tratamento da plantação, e não aderindo a outras lavouras, passaram a ter sua renda reduzida, pois a tendência do mundo contemporâneo, é que o produtor tenha, cada vez mais, que investir na melhoria da qualidade do produto.

Entretanto, poucos produtores conseguirão realizar esses investimentos sem apoio. Por isso, é de fundamental importância a atuação do poder público nos seus diversos níveis, além da presença da iniciativa privada, oferecendo condições aos produtores rurais.

Para que tal situação fosse alterada, e para que os produtores de café, principalmente os “pequenos”, tivessem novamente oportunidade de produzir, ou se inserir em alternativas de produção, sem perder a qualidade, alguns encaminhamentos tornar-se-iam necessários.

Nas áreas onde houve decadência na produção cafeeira, principalmente depois de meados da década de 1980, poderia se realizar, no caso de planejamento público

municipal, assim como em nível estadual e nacional, programas visando a estruturação do setor. Se o mercado de café não se encontra em uma situação favorável, principalmente o pequeno produtor agrícola, deveriam ser viabilizadas alternativas, conforme a região, de direcionar a produção agrícola para outras culturas, podendo ser realizada também, a reutilização de máquinas de café para outros fins.

Apenas uma produção com qualidade, dentro dos novos padrões produtivos e tecnológicos, com variedades que se adaptem às condições locais, formada por lavouras adensadas, não assegura a inserção do produtor na economia de mercado. É necessário que o poder público ofereça condições de financiamento aos produtores, de acordo com sua realidade, com taxas de juros e prazos de pagamento compatíveis com cada região e tipo de produtor, para que estes consigam realizar tratos culturais e fazer correção no solo, com produtos adequados.

Doravante, a criação de linhas de crédito voltadas diretamente para a cafeicultura facilitaria e incentivaria a retomada na produção em várias regiões, antes estagnadas no que se refere ao cultivo do café, e conseqüentemente, em vários aspectos, atingindo também outras culturas das regiões onde o café passou a ser pouco produzido. Todo esse processo terá sucesso, se houver um acompanhamento técnico, juntamente com a mudança de mentalidade de vários segmentos de produtores.

É necessário também, para que se complete o ciclo que consubstancie e viabilize a atividade cafeeira em regiões onde o café passou a ser pouco produzido, a presença de cooperativas para comercialização<sup>2</sup>, voltada para a melhoria da qualidade do produto, e não apenas para a quantidade produzida.

Para que isso ocorra, as ações de vários segmentos com trabalhos voltados à cafeicultura são de fundamental importância para o crescimento do setor, especialmente por meio da melhoria do padrão tecnológico da produção visando ampliar os níveis de produtividade e de qualidade do café<sup>3</sup>.

As dificuldades encontradas para implementar todos os investimentos pelo produtor rural são muito grandes, mas é necessário realizá-las, para que não ocorra o êxodo rural, ou o setor permaneça com uma renda muito baixa. Isso só será possível com um Estado forte e atuante, o que não ocorre atualmente, principalmente neste segmento social.

---

<sup>2</sup> Para que isso ocorra, é necessário uma organização entre os produtores, juntamente com a ação do poder público, para que se consiga equipamentos capazes de agregar valor ao produto primário.

<sup>3</sup> Dentre estes, destacam-se as áreas ligadas a genética e ao cultivo, comandadas e desenvolvidas inicialmente pelos pesquisadores do IBC (Instituto Brasileiro do Café) e do IAC (Instituto Agrônomo de Campinas), e devido à extinção do primeiro, e à falta de recursos do segundo, foram suspensas.

Para que o produtor possa produzir com qualidade, ele necessita, basicamente, de um circuito de relações de infra-estrutura e de comercialização capaz de movimentar seu produto, gerando agilidade no processo.

Essas condições poderão trazer de volta o homem que saiu do campo, gerando empregos, permanentes e/ou temporários nos pequenos estabelecimentos. Essa problemática ultrapassa a questão do café, ou seja, abrange questões sociais, como o êxodo rural e a marginalização de produtores, materializando-se em problemas sociais na cidade e no campo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUDO, José A. M. **O assalto ao café vitima: o produtor**. São Paulo: Soma Ltda, 1981.

ALVARENGA, Octavio Mello. **Agricultura Brasileira: realidade e mitos**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

ALVES, Eliseu. Quem ganhou e quem perdeu com a modernização da agricultura brasileira. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: n. 3, vol. 39, p. 9-39, jul/set de 2001.

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Agricultura & Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil: o modelo de desenvolvimento. In: BENJAMIN, C., ARAÚJO, T. **Brasil, Reinventar o Futuro**. Rio de Janeiro: Sindicato do Engenheiro, 1996. p. 13-34.

BACHA, Edmar Lisboa. **Os Mitos de uma Década: ensaios de Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BEIGUELMAN, Paula. **A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro - Aspectos Políticos**. São Paulo: Livraria Pioneiro, 1978.

BELIK, Walter. Estado, Grupos de Interesse e Formulação de Políticas para a Agropecuária Brasileira. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, v. 36, nº 1, 1998 (jan/mar), p. 09-33.

BENJAMIN, Roberto Schuray. **A Cafeicultura no Município de Osvaldo Cruz: Gênese - Auge - Decadência - Perspectivas de Recuperação**. Presidente Prudente: UNESP, 1998. Dissertação de Mestrado.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. ano 15, n. 3, p. 335-84, 1953.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

BISCARO NETO, Natal. **Memória e Cultura, na História da Frente Pioneira (Extremo Noroeste Paulista - décadas de 40 e 50)**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado em História, 1993.

BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?** Petrópolis: Vozes, 2000.

BONANNO, A. et alli. **From Columbus to ConAgra: the globalization of agriculture and food**. Kansas: University Press, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARDOSO, A. P. Silva. **Café, cultura e tecnologia primária**. Lisboa: Ministério do Planeamento, 1994.

CARNEIRO, Honório de Souza. **A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961)**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FESP, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, M. **A Invenção do cotidiano**. 2. ed. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997.

CHAIA, Vera Lúcia M. **Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul SP (1959 1969)**. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado em Sociologia, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Ideologia Neoliberal e Universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, Maria C. (orgs). **Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, Brasília: NEDIC, 2000b. p. 27-51.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. A Modernização da Agricultura no Contexto da Constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: **XI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Anais, Maringá: UEMIDGE, 1992, p. 2-26.

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João Carlos; SANTOS, Abílio dos; VEIGA, Pedro da Motta. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira - Competitividade da Indústria do Café**. Campinas: IE/UNICAMP, 1993.

DEAN, Warren. O Comércio do Café Gera a Indústria. In: MALTA, Mauro M; PELAEZ, Carlos Manuel (coord.). **Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: IBC, 1973.

DELFIM NETO A.; PINTO, C. A. A. O café do Brasil: 20 anos de substituição no mercado. In: **Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBC, 1973.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas UNICAMP, 1985.

\_\_\_\_\_. Capital e Política Agrária no Brasil: 1930-1980. In: SZMIRECSANYI, Tamás; SUZIGAN, Wilson (orgs.). **História Econômica do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Hucitec, 1997.

DOBB, Maurice. **Economia Política e Capitalismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Moraes, s/d.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERREIRA, Darlene Aparecida de O. **Mundo rural e Geografia. Geografia agrária no Brasil: 1930-1990**. São Paulo: UNESP, 2002.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Expansão da Fronteira Agrícola e Urbanização. In: LAVINAS, Lena (org.). **A Urbanização da Fronteira**. Rio de Janeiro: PUBLIPUR/UFRJ, vol. 2, série monográfica nº 5, 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

FRANÇA, Ary. **A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

GODOY, Paulo R. Teixeira. **A Expansão da Fronteira Agrícola na Alta-Araraquarense: o Caso do Município de Santa Fé do Sul (1930-1960)**. Rio Claro: UNESP, Dissertação de Mestrado, 1995.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Estrutura Agrária e Dominação no Campo: Notas de um Debate. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

GONÇALVES, José Sidnei. **Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira**. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Lenda do Ouro Verde**. Campinas: UNICAMP, 1986. Dissertação de Mestrado.

HAESBART, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro. In: MENEGUETE JÚNIOR, Messias; ALVES, Néri (Orgs.). **FCT 40 anos, perfil científico-educacional**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999. p. 21-41.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica Agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina – SP**. Rio Claro: IGCE-CP/UNESP, 1996. Tese de Doutorado.

HESPANHOL, Rosângela A. de M. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: uma avaliação preliminar. In: **Caderno Prudentino de Geografia 22**. Presidente Prudente: AGB, 2000.

HOBBS, E. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HUBERMAN, Léo. **História da riqueza do homem** 21. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1986.

IANNI, Octávio. **A classe operária vai ao campo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JOHNSON, James H. **Geografia Urbana**. Barcelona: Oikos-tau. 1974.

KAGEYAMA, Ângela. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, George (Org.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sônia M. P. A estrutura da produção no campo em

1980. In: **Perspectivas, São Paulo**. 12/13: 55-72, 1989/90.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

LAMARCHE, Hughes (coord.). **Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: UNICAMP, 1993.

LANDIM, J. F. P. Notas sobre um modelo de intervencionismo estatal na economia: a “quota de contribuição” do café. In: FERREIRA FILHO, A. *et al.*. **A intervenção do Estado na economia: o caso do café**. Brasília: UNB, 1985. p. 17-28.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da USP, 1999.

LOCATEL, Celso Donizete. **O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica agropecuária na região de Jales – SP**. Presidente Prudente: UNESP, 2000. Dissertação de Mestrado.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MALTA, Mauro Moitinho; MILANEZ NETTO, João F. A.. **O café e sua importância econômica**. Rio de Janeiro: IBC, 1973.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINE, Georges; BESKOW, Paulo R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (orgs). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **O poder do atraso: ensaios de sociologia e história lenta**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **O Capital** (Vol. 1). São Paulo: Ed. Abril, 1983a.

\_\_\_\_\_. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. In: FROMM, Eric. **Conceito Marxista de Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias a Evolução Ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira**. São Paulo: Edições Arquivos de Estado, 1974. Coleção Monografias.

MÉSZAROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo; Campinas: UNICAMIP, 2002.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e Outros Ensaios**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Polis, 1984.

\_\_\_\_\_. Estruturas Agrárias na Faixa Pioneira Paulista. In: **Boletim Geográfico**. Nº 116, ano XI, 1953.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias da A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço. In: SANTOS, Milton (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura Familiar: Processos Sociais e Competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. O Plano Nacional de Reforma Agrária em Questão. In: **Revista Terra Livre**. V. 1, Ano 1, AGB, São Paulo, 1986, p. 6-19.

\_\_\_\_\_. Repensando a Geografia. In: SANTOS, Milton. **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MULLER, Geraldo. **Competitividade e Integração Econômica e Social: Para uma questão regional das questões agrárias e agroindustriais**. Rio Claro: UNESP-IGCE, Rascunho nº 32, 1994.

MURAMATSU, Luiz Noboru. **As Revoltas do Capim (Movimentos Sociais-Agrários do Oeste Paulista) 1959-19 70**. São Paulo: FFLCH — USP, 1984. Dissertação de Mestrado.

NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880 1990)**. Campinas: UNICAMP, 1996.

NEGRI, B; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: CANO, Wilson (Coord.) **A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo. 1920-1980**. São Paulo: SEADE, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura Brasileira: Transformações Recentes. In: ROSS, Jurandyr (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Antivalor: a Economia Política da Hegemonia Imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1977.

\_\_\_\_\_. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (orgs) **Os Sentidos da Democracia: Políticas do Dissenso e a Hegemonia Global**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, 2000.

OSEKI, Jorge Hajime. O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço. In: MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo; Hucitec, 1996. p. 109-119.

PEREIRA, Diamantino. **O Espaço das Ciências Humanas**. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales. Biblio 3W: Universidad de Barcelona, nº 153, 1999. On-line. Http //www.ub.es/geocrit/b3w-153.htm. Acesso em 4 de Janeiro de 2000.

PERISSINOTO, Renato M. **Estado e Capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)**. São Paulo: FAPESP; Campinas: UNICAMP, 1999. Tomo I.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RANGEL, Ignácio; SILVA, José Graziano (org.). **Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade - UFRGS, 2000.

REBELO, Aldo. A ALCA, o Brasil e a soberania nacional. In: BORGES, Altamiro (org.) **Para entender e combater a ALCA**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 29-44.

REIS, Nazareth dos. **Tensões Sociais no Campo - Rubinéia e Santa Clara d'Oeste**. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado, 1990.

\_\_\_\_\_. Tensões Sociais no Campo. In: **Projeto Memória**. Jornal de Jales, fascículos 34-5, outubro, 1997.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Júlio Cezar. **A Geografia da Escravidão no Território do Capital**. Presidente Prudente - SP: FCT/UNESP, 2001. Dissertação de Mestrado

ROSAS, Celso A. F. Elementos para uma análise da modernização da agricultura no estado de São Paulo. In: **Caderno Prudentino de Geografia 22**. Agricultura, cidade e análise regional. Presidente Prudente: AGB, 2000.

\_\_\_\_\_. **A estrutura da produção agrícola do município de Santa Fé do Sul - SP**". Presidente Prudente – SP: FCT/UNESP, Relatório de Pesquisa CNPq/PIBIC, 1998.

RUBELO, João G. N. **A Produção Camponesa no Município de Jales - SP**. Presidente Prudente - SP: FCT/UNESP, Dissertação de Mestrado. 2000.

SADER, Emir. **Século XX, uma Biografia não-autorizada: o Século do Imperialismo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **A Racionalidade Econômica da Regulamentação no Mercado Brasileiro de Café**. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo**. São Paulo: Livraria Marfins, 1940.

SALLUM Jr., Basílio. **Capitalismo e Cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a “redescoberta” do Brasil. In: ARAUJO, Hermetes Reis de. (org.). **Tecnologia e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Espaço e Tempo: Razão e Emoção**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma Outra Globalização**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Globalização: convergências e exclusões. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, Maria C. **Os Sentidos da Democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, Brasília NEDIC, 2000b. p. 163-176.

SILVA, Darcy da. **Colonização e Zonas Pioneiras**. I Encontro Nacional de Geógrafos, Presidente Prudente, Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Vol. XVIII, São Paulo: 1973.

SILVA, José Graziano da. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, Robério. Hora da verdade. **Agroanalysis**. *A revista de economia agrícola da FGV* Rio de Janeiro, nº 11, vol. 18, p. 30, nov. de 1998.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SINGER, Paul. Agricultura e Desenvolvimento Econômico. In: SZMRECSANYI, Tamás, QUEDA, Oriowaldo (org). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1988.

SOBOLL, Walter. Novos Caminhos para o Financiamento da Produção Agropecuária. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. 7 (3): 85-93, 1993 (jul/set).

SODRE, Nelson Werneck. **Brasil: Radiografia de um Modelo**. Petrópolis: Vozes, 1977.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

\_\_\_\_\_. **A Nova Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SOTO, Hernando de. **O Mistério do Capital**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPINDEL, Cheywa R. **Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

STINCHCOMBE, Arthur L. Classes Sociais e Meio Rural. In: SZMRECSANYI, Tamás (org.). **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 - 1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço & Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O Japonês na Frente de Expansão Paulista**. São Paulo: Pioneira, Ed. Da USP, 1973.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

ZYLBERSZTAJN, D. *et al.* **O Sistema Agroindustrial do café. Análise e Estratégia - Relatório Final**. São Paulo, vol. 1 e II, 1992.